Manchete Semanal eletrônica

SINDCONT-SP
SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO
Inovação, Eficiência e Excelência Profissional
Casa do Saber Contábil

Importante veículo de atualização e capacitação profissional, amplamente discutido e estudado nas reuniões do Centro de Estudos.

nº 39/2020
07 de outubro de 2020

Expediente

Centro de Estudos e Debates Fisco-Contábeis

Diretoria

Presidente: José Roberto Soares dos Anjos
Vice-Presidente: Aluísio Guedes Silva
1º Secretário: Márcio Augusto Dias Longo
2ª Secretária: Rosane Pereira
3º Secretário: Denis de Mendonça
4ª Secretária: Mitsuko Kanashiro da Costa
Consultores Jurídicos: Alberto Batista da Silva Júnior, Benedito de Jesus Cavalheiro e Henri Romani Paganini
Suplente: Josimar Santos Alves

Coordenação em São Bernardo do Campo

Coordenadora: Marly Momesso Oliveira
Vice-Coordenadora: Teresinha Maria de Brito Koide
Secretário: Paulo Roberto Carneiro Lopes

Coordenação em São Caetano do Sul

Coordenadora: Lia Pereira Borba
Secretária: Claudete Aparecida Prando Malavasi
Secretário: Rafael Batista da Silva

Coordenação em Taboão da Serra

Coordenadora: Edvania Araujo Ferreira Batista
Secretário: Alexandre da Rocha Romão
Secretário: João Antunes Alencar

Coordenação em Diadema

Coordenadora: Elaine Regina de Paula C. Gonçalves
Secretário: Antonio Carlos Sobral Junior
Secretária: Elisabete Fernanda dos Santos Grine

Sindicato dos Contabilistas de São Paulo - Gestão 2020-2022

Diretores Efetivos

Presidente: Geraldo Carlos Lima
Vice-Presidente: Claudinei Tonon
Diretor Financeiro: José Roberto Soares dos Anjos
Vice-Diretor Financeiro: Milton Medeiros de Souza
Diretor Secretário: Nobuya Yomura
Vice-Diretor Secretário: Luis Gustavo de Souza e Oliveira
Diretor Cultural: Takeru Horikoshi
Vice-Diretor Cultural: Dorival Fontes de Almeida
Diretora Social: Ana Maria Costa

Diretores Suplentes

Carolina Tancredi de Carvalho
Denis de Mendonça
Josimar Santos Alves
Igor Gonçalves dos Santos
João Bacci
Fernando Correia da Silva
Marina Kazue Tanoue Suzuki
Marly Momesso Oliveira
Ricardo Watanabe Ruiz Vasques

Conselheiros Fiscais Efetivos

Edmundo José dos Santos
Silvio Lopes Carvalho
Francisco Montoia Rocha

Conselheiros Fiscais Suplentes

Edna Magda Ferreira Goes
Deise Pinheiro
Lucio Francisco da Silva

SINDCONT-SP
SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO
Praça Ramos de Azevedo, 202 - São Paulo - SP - CEP 01037-010
Tel.: (11) 3224-5100 - Fax: 3223-2390
www.sindcontsp.org.br

Base Territorial: Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Osasco, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo e Taboão da Serra.

Sumário

SUMÁRIO 2

1.00 ASSUNTOS CONTÁBEIS 8

1.01 CONTABILIDADE 8
RESOLUÇÃO CFC N° 1.601, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 30.09.2020) 8
Altera o inciso IX do Art. 4° da Resolução CFC n° 1.328/2011, que dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade e sobre a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público - NBC TASP. 8
1.02 ENTIDADES DE CLASSE 10
RESOLUÇÃO CFC N° 1.602, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 01.10.2020) 10
Altera o inciso V do Art. 2° e o Art. 14, inclui o inciso VIII no Art. 2° e os §§ 3° e 4° no Art. 22 e renumera os incisos IX a XV do Art. 2° da Resolução CFC n° 1.544/2018, que regula a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, previstas na Lei n° 13.460, de 26 de junho de 2017, no âmbito do Sistema CFC/CRCs. 10

2.00 ASSUNTOS FEDERAIS 11

2.01 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA 11
MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.006, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020 - (DOU de 02.10.2020) 11
Aumenta a margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social durante o período da pandemia de covid-19. 11
ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL N° 127, DE 28 DE SETEMBRO 2020 - (DOU de 29.09.2020) 12
NOTA TÉCNICA GT COVID 19 N° 011, DE 17 DE JUNHO DE 2020 12
Nota Técnica para a atuação do Ministério Público do Trabalho na defesa da saúde e demais direitos fundamentais de professoras e professores quanto ao trabalho por meio de plataformas virtuais e/ou em home office durante o período da pandemia da doença infecciosa COVID-19. 12
PORTARIA SPREV/ME N° 21.232, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 28.09.2020) 17
Dispõe sobre a disponibilização do resultado do processamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP em 2020, com vigência para o ano de 2021 e dos dos róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.3, calculados em 2020, e sobre o julgamento de contestações e recursos apresentados pelas empresas em face do índice FAP a elas atribuído. 17
PORTARIA CONJUNTA N° 062, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 29.09.2020) 19
Altera a Portaria Conjunta n° 47, de 21 de agosto de 2020, que disciplina a operacionalização, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, da antecipação de um salário mínimo mensal ao requerente do auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença), de que tratam o art. 4° da Lei n° 13.982, de 2 de abril de 2020, e o Decreto n° 10.413, de 2 de julho de 2020. (Processo n° 10951.103831/2020-07). 19
PORTARIA MC N° 496, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 28.09.2020 - Edição Extra) 20
Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei n° 13.982, de 2 de abril de 2020 e do auxílio emergencial residual instituído pela Medida Provisória n° 1.000, de 2 de setembro de 2020. 20
2.02 OUTROS ASSUNTOS FEDERAIS 24
RESOLUÇÃO GECEX Nº 99, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 28/09/2020 (nº 186, Seção 1, pág. 464) . 24
Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital que menciona, na condição de Ex-tarifários 24
RESOLUÇÃO GECEX Nº 100, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 28/09/2020 (nº 186, Seção 1, pág. 481) 112
Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação que menciona, na condição de Ex-Tarifários. 112
RESOLUÇÃO GECEX Nº 83, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 28/09/2020 (nº 186, Seção 1, pág. 483) . 118
Retificação 118
RESOLUÇÃO GECEX Nº 86, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 28/09/2020 (nº 186, Seção 1, pág. 483) . 119
Retificação 119
Divulga os procedimentos a serem observados para o cadastramento e a atualização do cadastro, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, daqueles que se sujeitam à sua supervisão, na forma dos arts. 10, IV, e 14, § 1°, da Lei n° 9.613, de 3 de março de 1998. 120
ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CORAT N° 027, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 125

(Disponibilizado na página da Receita Federal, em "Agenda Tributária") *125*
Divulga a Agenda Tributária do mês de outubro de 2020. ..... *125*
ATO COTEPE/PMPF N° 029, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 30.09.2020) *129*
Altera o Ato COTEPE/PMPF 28/20, que divulga o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. 129
ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL N° 129, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 30.09.2020) *130*
PORTARIA PGFN N° 21.561, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 01.10.2020) *130*
Estabelece as condições para transação excepcional de débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritos em dívida ativa da União. 130
PORTARIA PGFN N° 21.562, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 01.10.2020) *141*
Institui o Programa de Retomada Fiscal no âmbito da cobrança da dívida ativa da União. 141
COMUNICADO BCB N° 36.180, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 18.09.2020) *144*
Divulga a meta para a Taxa Selic, a partir de 17 de setembro de 2020. 144
COMUNICADO BCB N° 36.227, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 01.10.2020) *145*
Divulga a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o quarto trimestre de 2020. 145
2.03 SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA 146
SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 3, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 56) *146*
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 146
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 146
2.04 SOLUÇÃO CONSULTA 146
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 100, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 212) *146*
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF 146
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 101, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 212) *147*
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ 147
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 147
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 102, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 214) *148*
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ 148
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 103, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 213) *148*
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 148
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 148
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 104, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 213) *149*
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 149
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 150
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 105, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 213) *151*
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins- IMPORTAÇÃO 151
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep-IMPORTAÇÃO 151
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 106, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 02/10/2020 (nº 190, Seção 1, pág. 57) *152*
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. 152
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 152
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep. 152
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins. 152
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 107, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 212) *153*
Assunto: Normas de Administração Tributária 153
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 108, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 214) *153*
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias 153

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 109, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 57) *154*
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ 154
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 154
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 155
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 110, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 57) *155*
Assunto: Imposto sobre a Importação - II 155
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 111, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 213) *156*
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 156
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 156
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 112, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 02/10/2020 (nº 190, Seção 1, pág. 57) *157*
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 157
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep. 158
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 113, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 213) *160*
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 160
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 114, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 212) *160*
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF 160
Assunto: Processo Administrativo Fiscal 161
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 115, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 56) *161*
Assunto: Simples Nacional 161
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 116, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 56) *162*
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias 162
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 117, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 213) *162*
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 162
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 162
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 118, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 213) *163*
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ 163
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 163
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 119, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 57) *163*
Assunto: Simples Nacional 163
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 120, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 57) *164*
Assunto: Imposto sobre a Importação - I.I. 164
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 121, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 57) *164*
Assunto: Regimes Aduaneiros. 164
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 122, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 58) *165*
Assunto: Imposto sobre a Importação - I.I. 165
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 123, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 58) *166*
Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI 166
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 124, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 -DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 57) *166*
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep 166
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins 166

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 125, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 58) *167*
Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias. 167
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 126, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 57) *168*
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep. 168
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins. 168
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 127, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 58) *169*
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF. 169
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 128, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 02/10/2020 (nº 190, Seção 1, pág. 58) *169*
Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep. 169
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins. 170
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10.014, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 28/09/2020 (nº 186, Seção 1, pág. 496) *170*
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário 170
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.010, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 214) *170*
Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF. 170
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.012, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020 -DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 214) *171*
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. 171
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. 172
SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.013, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 57) *173*
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. 173
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido 173

3.00 ASSUNTOS ESTADUAIS 174

3.01 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS 174
LEI N° 17.289, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOE de 26.09.2020) *174*
Isenta do ICMS as operações de doação aos órgãos da Justiça Eleitoral de produtos e materiais de combate e prevenção a COVID-19 a serem utilizados durante a realização das eleições municipais de 2020 174
PORTARIA CAT N° 085, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020 - (DOE de 02.10.2020) *176*
Dispõe sobre o credenciamento, aquisição, uso e demais procedimentos relativos ao Selo Fiscal de Controle e Procedência, para fins de controle e fiscalização do envase de água mineral, natural ou potável de mesa e adicionada de sais 176
COMUNICADO DICAR N° 069, DE 2020 - (DOE de 02.10.2020) *180*
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-10-2020 para os débitos de ICMS 180
COMUNICADO DICAR N° 070, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020 - (DOE de 02.10.2020) *186*
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-10-2020 para os débitos de Multas Infracionais do ICMS. 186
INSTRUÇÃO NORMATIVA SAT N° 063, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOE de 01.10.2020) *186*
Altera os valores dos Produtos, do Boletim Informativo - Lista de Preços, que estabelece os valores a serem considerados como base cálculo para efeito de pagamento do ICMS. 186
3.02 SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA 204
PORTARIA CAT N° 084, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOE de 01.10.2020) *204*
Altera a Portaria CAT 91/19, de 27-12-2019, que divulga os valores atualizados para base de cálculo da substituição de cerveja e chope, conforme pesquisas elaboradas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - Fipe e pela Fundação de Ciência, Tecnologia e Ensino - Fundacte 204
3.03 OUTROS ASSUNTOS ESTADUAIS 208
RESOLUÇÃO SFP Nº 80, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOE-SP de 29/09/2020 (nº 192, Seção 1, pág. 27) . *208*
Altera a *Resolução SFP 26/20, de 23-03-2020*, que dispõe sobre o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (Covid-19) 208
RESOLUÇÃO SFP N° 081, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOE de 29.09.2020) *208*

Altera a Resolução SFP 29/20, de 7 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas, de caráter temporário e emergencial, no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo - Nota Fiscal Paulista, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) 208
PORTARIA DETRAN N° 164, DE 19 DE AGOSTO DE 2020 - (DOE de 29.09.2020) 209
Altera a redação de dispositivo da Portaria DETRAN-SP-188/2018 209
PORTARIA SUP/DER N° 060, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOE de 29.09.2020) 209
Dispõe sobre a circulação de veículos de carga na SP 148, nas condições que especifica. (3.3) 209
COMUNICADO DIGES N° 010, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOE de 30.09.2020) 210
Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo. . 210
COMUNICADO DICAR N° 065, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020 - (DOE de 02.10.2020) 211
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-10-2020 para os débitos de ITCMD e de IPVA. 211
COMUNICADO DICAR N° 066, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020 - (DOE de 02.10.2020) 212
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-10-2020 para os débitos de Multas Infracionais do IPVA e do ITCMD. 212
COMUNICADO DICAR N° 067, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020 - (DOE de 02.10.2020) 213
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-10-2020 para os débitos de Taxas. 213
COMUNICADO DICAR N° 068, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020 - (DOE de 02.10.2020) 214
Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-10-2020 para os débitos de Multas Infracionais de Taxas. 214

4.00 ASSUNTOS MUNICIPAIS 215

4.01 OUTROS ASSUNTOS MUNICIPAIS 215
LEI N° 17.471, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOM de 01.10.2020) 215
Estabelece a obrigatoriedade da implantação de logística reversa no Município de São Paulo para recolhimento dos produtos que especifica e dá outras providências. 215
LEI N° 17.480, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOM de 01.10.2020) 218
Dispõe sobre normas para a instalação de câmeras de vigilância em ações de fiscalização e acresce o parágrafo único ao art. 49 da Lei n° 14.141, de 27 de março de 2006. 218
DECRETO N° 59.796, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOM de 29.09.2020) 219
Regulamenta os procedimentos necessários à aplicação dos recursos a que se refere a Lei Federal n° 14.017, de 29 de junho de 2020 no âmbito do Município de São Paulo. 219
DECRETO N° 59.809, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020 - (DOM de 02.10.2020) 224
Prorroga até 15 de outubro de 2020 os prazos previstos no inciso VII do "caput" do artigo 12 e no artigo 20 do Decreto n° 59.283, de 16 de março de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19. 224
INSTRUÇÃO NORMATIVA SME N° 033, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOM de 26.09.2020) 225
Dispõe sobre atividades expressas no art. 1° do Decreto n° 59.774, de 2020, para atendimento nas unidades educacionais da rede direta, parceira e particular. 225
PORTARIA SF N° 189, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOM de 30.09.2020) 230
Prorroga os prazos previstos nos artigos 1° e 4° do Decreto n° 59.326, de 29 de junho de 2020. 230
PORTARIA SF/SUREM N° 057, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOM de 30.09.2020) 230
Dispõe sobre o sorteio de prêmios para tomador de serviço identificado na NFS-e 230

5.00 ASSUNTOS DIVERSOS 231

5.01 CEDFC--ARTIGOS / COMENTÁRIOS 231
Receita Federal revoga 95 Portarias. 231
Segunda edição do Exame de Suficiência acontecerá em novembro deste ano. 231
Semana do Contador: O registro como o primeiro passo da carreira. 232
Semana do Contador: CFC trabalha pelo desenvolvimento das Ciências Contábeis no País. 233
Dicas para uso de certificação digital na entrega da EFD-ICMS/IPI. 235
[ARF-FBO-PR] Não haverá débito automático das parcelas prorrogadas dos parcelamentos previdenciários. 236
IR: Contribuinte sem conta pode agendar restituição pela internet 236
DICAR – Diretoria de Cobrança, Arrecadação e Recuperação de Dívidas. 237
RECEBE LIGAÇÕES QUE NÃO COMPLETAM? PODE SER UMA CHAMADA FANTASMA - SAIBA COMO EVITÁ-LAS. 238
Rendimento bruto para fins de doação eleitoral inclui valores não-tributáveis. 240

Congresso pretende regular o teletrabalho. ... *241*
Ação sobre enquadramento sindical deve incluir sindicato que recebeu contribuição. ... *243*
Empresa quer evitar prejuízos com ajuizamento de nova ação. ... 243
Governo decide prorrogar acordos de suspensão e redução salarial. ... *244*
O planejamento sucessório e a economia tributária. ... *245*
PIX, open banking e concorrência no setor financeiro. ... *246*
Governo informa que antecipação do auxílio-doença continuará em vigor. ... *248*
Últimas novidades - Empregador Web/ RAIS. ... *249*
eSocial 2020: Confira as principais mudanças no cronograma. ... *251*
O Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) foi criado para facilitar e garantir o cumprimento das obrigações por parte das empresas ... 251
Entenda como funciona a LGPD na relação de emprego. ... *253*
INSS oferece serviço expresso para entrega de documentação. ... *255*
RFB-Resumo de procedimentos e alterações a partir de 01/10/2020. ... *257*
SESCON-SP oferta nova modalidade de serviço para as empresas contábeis. ... *260*
Trata-se do 'Societário & Legal', disponibilizado em uma plataforma digital do próprio Sindicato ... 260
Informar Outras Empresas Sobre Reclamatória Trabalhista de Empregado Demitido Pode Gerar Dano Moral ... *262*
Conheça as diferenças entre "Revista Íntima e Pessoal" de empregado ... *263*
Ministério Público lança cartilha sobre golpes no WhatsApp. ... *265*
Dicas para uso de certificação digital na entrega da EFD-ICMS/IPI ... *265*
Decreto faz Alterações no Regulamento da Previdência Social – RPS. ... *267*
Ainda é possível se aposentar por tempo de contribuição? ... *268*
Entenda quando a empresa pode recontratar um funcionário. ... *269*
Home Office) Aspectos jurídicos ainda sã(o pontos de discussão. ... *272*
Setembro amarelo: o estigma da depressão e a dispensa discriminatória ... *273*
A responsabilidade social empresarial passou a ser uma obrigação e um fator estratégico de competitividade ... 273
As 3 falhas que fazem empresários trocarem de contador. ... *275*
Conheça as 3 falhas que devem ser evitadas a todo custo por uma empresa de contabilidade e como agir quando alguma delas ocorrer! ... 275
Receita Federal lança novo sítio integrado ao portal único "gov.br" ... *279*
A Receita Federal lançou, em 30 de setembro de 2020, seu novo sítio institucional integrado ao portal único "gov.br" do Governo Federal ... 279
Quanto vale meu negócio? Aprenda a calcular o valor da empresa. ... *280*
Conheça a tributação das operações de Hedge. ... *283*
5.02 COMUNICADOS ... 286
CONSULTORIA JURIDICA ... *286*
Consultoria Contábil, Trabalhista e Tributária ... 286
5.03 ASSUNTOS SOCIAIS ... 287
FUTEBOL ... *287*

6.00 ASSUNTOS DE APOIO ... 287

6.01 CURSOS CEPAEC A DISTÂNCIA – SINDCONTSP ... 287
6.02 CURSOS CEPAEC PRESENCIAIS – SINDCONTSP ... 288
(SUSPENSOS TEMPORARIAMENTE DEVIDO AO COVID-19) ... 288
6.03 PALESTRAS PRESENCIAIS – SINDCONTSP ... 288
(SUSPENSAS TEMPORARIAMENTE DEVIDO AO COVID-19) ... 288
6.04 GRUPOS DE ESTUDOS PRESENCIAIS – SINDCONTSP ... 288
Grupo de Estudos do Terceiro Setor e Contabilidade Pública ... *288*
Às Segundas Feiras: com encontro quinzenal ... *288*
(SUSPENSO TEMPORARIAMENTE DEVIDO AO COVID-19) ... 289
Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações ... *289*
Às Terças Feiras: ... *289*
(SUSPENSO TEMPORARIAMENTE DEVIDO AO COVID-19) ... 289
CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis ... *289*
Às Quartas Feiras: ... *289*

(SUSPENSO TEMPORARIAMENTE DEVIDO AO COVID-19) 289
Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil *289*
Às Quintas Feiras: *289*
(SUSPENSO TEMPORARIAMENTE DEVIDO AO COVID-19) 289
6.05 CURSOS ON-LINE 289
6.06 ENCONTROS VIRTUAIS 290
Grupo de Estudos do Terceiro Setor e Contabilidade Pública *290*
Às Segundas Feiras: com encontro quinzenal (pelo canal Youtube) *290*
Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações (pelo canal Youtube) *290*
Às Terças Feiras: *290*
CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis (pelo canal Youtube) *290*
Às Quartas Feiras: *290*
Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil (pelo canal Youtube) *290*
Às Quintas Feiras: *290*
6.07 FACEBOOK 290
VISITE A PÁGINA DO CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES FISCO-CONTÁBEIS VIRTUAL NO FACEBOOK. 290

Nota: Todos os anexos e textos aqui não publicados na íntegra estão disponíveis na versão eletrônica desta manchete, alguns através de links.

"Um homem que não tem tempo para cuidar da saúde é como um mecânico que não tem tempo para cuidar das ferramentas".

Provérbio Espanhol

1.00 ASSUNTOS CONTÁBEIS

1.01 CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO CFC N° 1.601, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 30.09.2020)

Altera o inciso IX do Art. 4° da Resolução CFC n° 1.328/2011, que dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade e sobre a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público - NBC TASP.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais;

CONSIDERANDO que os organismos internacionais da profissão, responsáveis pela edição das normas internacionais atualizam e editam novas normas, de forma continuada;

CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), em 8 de agosto de 2019, com o intuito de fortalecer a aplicação, no âmbito dos Tribunais de Contas brasileiros, das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) e das Normas de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica (NBC TA);

CONSIDERANDO que a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai) recomenda, pelos órgãos de controle, a adoção das ISSAI Financial Audit Standards (ISSAI 2000-2899), que correspondem às International Standards on Auditing (ISA) aprovadas pelo Comitê de Normas Internacionais de Auditoria e Asseguração (IAASB), da Federação Internacional de Contadores (Ifac);

CONSIDERANDO que essas normas do IAASB/Ifac correspondem às Normas de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica (NBC TA), aprovadas e publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC);

CONSIDERANDO que o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o seu Comitê Técnico de Normas de Auditoria do Setor Público emitem as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), cujo objetivo é convergir o marco normativo das fiscalizações dos Tribunais de Contas Brasileiros ao da Intosai;

CONSIDERANDO que o Instituto Rui Barbosa (IRB) decidiu recomendar aos Tribunais de Contas, quando efetuarem auditorias independentes de informação contábil histórica (auditoria financeira para a Intosai), a exemplo da Intosai, a adoção das Normas Internacionais de Auditoria (ISA), editadas pelo IAASB/Ifac;

CONSIDERANDO que as Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica - NBC TA são as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas à Auditoria convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Independente emitidas pela Ifac;

CONSIDERANDO que "Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Governamental - NBC TAG" foram o nome e a abreviação determinados para as normas brasileiras convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Governamental emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai),

RESOLVE:

Art. 1° Ficam inseridas, na estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovadas pela Resolução CFC n° 1.328/2011, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público - NBC TASP, em substituição à expressão Normas de Auditoria Governamental - NBC TAG.

Art. 2° As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público - NBC TASP são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis à Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica (NBC TA), incluída a norma que trata da estrutura conceitual (NBC TA EC), convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria, emitidas pela International Federation of Accountants (Ifac) e recepcionadas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), aplicada ao ambiente de auditoria do setor público, no que couber.

Art. 3° O inciso IX do Art. 4° da Resolução CFC n° 1.328/2011 passa a ter a seguinte redação:

IX - de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público - NBC TASP - são as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicadas à Auditoria do Setor Público convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria emitidas pela International Federation of Accountants (Ifac) e recepcionadas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

Art. 4° A adoção dessas Normas passa a vigorar a partir de 1° de janeiro de 2024, sendo a adoção permitida a partir de 1° de janeiro de 2021, no todo ou em parte.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

1.02 ENTIDADES DE CLASSE

RESOLUÇÃO CFC N° 1.602, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 01.10.2020)

Altera o inciso V do Art. 2° e o Art. 14, inclui o inciso VIII no Art. 2° e os §§ 3° e 4° no Art. 22 e renumera os incisos IX a XV do Art. 2° da Resolução CFC n° 1.544/2018, que regula a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, previstas na Lei n° 13.460, de 26 de junho de 2017, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1° O inciso V do Art. 2° e o Art. 14 da Resolução CFC n° 1.544/2018, publicada no Diário Oficial da União em 21/8/2018, Seção 1, Páginas 86 a 88, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2° [...]

V - manifestações: reclamações, denúncias, denúncias anônimas, elogios, sugestões e solicitações;

[...]

Art. 14. A manifestação será dirigida à Ouvidoria do Conselho de Contabilidade e conterá a identificação do requerente, exceto no caso de denúncia anônima.

Art. 2° Ficam inclusos o inciso VIII no Art. 2° e os §§ 3° e 4° no Art. 22 com a seguinte redação:

Art. 2° [...]

VIII - denúncia anônima: comunicação de prática de irregularidade ou ato ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes, sem a identificação do manifestante;

[...]

Art. 22 [...]

§ 3° A denúncia anônima não é passível de acompanhamento em função de seu anonimato, portanto não haverá resposta ao manifestante.

§ 4° Caso deseje acompanhar o andamento da sua manifestação e receber uma resposta, o manifestante deverá se identificar.

Art. 3° Ficam renumerados os incisos IX a XV do Art. 2°:

Art. 2° [...]

IX - elogio: demonstração de reconhecimento ou satisfação sobre o serviço oferecido ou atendimento recebido;

X - sugestão: apresentação de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de políticas e serviços prestados;

XI - solicitação: pedido para adoção de providências;

XII - identificação: qualquer elemento de informação que permita a individualização de pessoa física ou jurídica;

XIII - certificação de identidade: procedimento de conferência de identidade do manifestante por meio de documento de identificação válido;

XIV - decisão administrativa final: ato administrativo mediante o qual Conselho de Contabilidade manifesta-se acerca da procedência ou improcedência do pedido, apresentando solução ou comunicando a impossibilidade de seu atendimento; e

XV - linguagem cidadã: linguagem simples, clara, concisa e objetiva, que considera o contexto sociocultural do usuário, de forma a facilitar a comunicação e o mútuo entendimento.

[...]

Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

2.00 ASSUNTOS FEDERAIS

2.01 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.006, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020 - (DOU de 02.10.2020)

Aumenta a margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social durante o período da pandemia de covid-19.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1° Até 31 de dezembro de 2020, o percentual máximo de consignação nas hipóteses previstas no inciso VI do caput do art. 115 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, e no § 5° do art. 6° da Lei n° 10.820, de 17 de dezembro de 2003, será de quarenta por cento, dos quais cinco por cento serão destinados exclusivamente para:

I - amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

II - utilização com finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

Art. 2° A partir de 1° de janeiro de 2021, na hipótese de as consignações contratadas nos termos e no prazo previstos no art. 1° ultrapassarem, isoladamente ou quando combinadas com outras consignações anteriores, os limites previstos no inciso VI do caput do art. 115 da Lei n° 8.213, de 1991, e no § 5° do art. 6° da Lei n° 10.820, de 2003:

I - ficam mantidos os percentuais de desconto previstos no art. 1º para as operações já contratadas; e

II - fica vedada a contratação de novas obrigações.

Art. 3° Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1° de outubro de 2020; 199° da Independência e 132° da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL N° 127, DE 28 DE SETEMBRO 2020 - (DOU de 29.09.2020)

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução n° 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória n° 905, de 11 de novembro de 2019, que "Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 18 de agosto de 2020.

Congresso Nacional, em 28 de setembro de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

NOTA TÉCNICA GT COVID 19 N° 011, DE 17 DE JUNHO DE 2020

Nota Técnica para a atuação do Ministério Público do Trabalho na defesa da saúde e demais direitos fundamentais de professoras e professores quanto ao trabalho por meio de plataformas virtuais e/ou em home office durante o período da pandemia da doença infecciosa COVID-19.

O GRUPO DE TRABALHO - GT COVID-19 - DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, de âmbito nacional, instituído pela Portaria PGT n° 470.2020 (GT COVID-19), alteradas pelas Portarias PGT n° 585, de 04 de abril de 2020 e n° 507, de 23 de março de 2020, que tem como objetivo promover e proteger a saúde do trabalhador, bem como reduzir os impactos negativos trabalhistas decorrentes da pandemia de infecções por COVID-19, com fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigos 7°, VI, XIII, XIV, XXII 127, 196, 200 na Lei Complementar n° 75/1993, artigos 5°, III, alínea “e”, 6°, XX, 83, I, e 84, caput, e na Lei n° 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), expedem a presente

NOTA TÉCNICA com o objetivo de indicar as diretrizes a serem observadas por estabelecimentos de ensino, a fim de garantir a proteção da saúde e demais direitos fundamentais de professoras e professores que exercerem as suas atividades laborais por meio de plataformas virtuais e/ou em home office.

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que os casos de doenças causadas pelo novo Coronavírus (SARS-COV-2) notificados em todos os continentes configuram uma pandemia;

CONSIDERANDO que os estudos sobre o comportamento do vírus, os modos de transmissão e o comportamento da doença são recentes e estão em fase de desenvolvimento à medida que os casos são identificados, em especial em países com diferentes características climáticas e socioambientais, que as medidas de segurança também são atualizadas e que, portanto, o presente documento deve ser acompanhado da atualização dos canais oficiais da OMS, do Ministério da Saúde (MS) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

CONSIDERANDO a dimensão e a intensidade da evolução da transmissão comunitária da COVID-19 no Brasil, bem como as medidas governamentais de isolamento e quarentena, com a determinação de

suspensão das atividades de instituições de ensino, públicas e privadas, em caráter temporário e a adoção por diversas unidades escolares e acadêmicas de atividades de forma remota;

CONSIDERANDO que o trabalho de docentes por meio de plataformas virtuais, trabalho remoto e/ou em home office deverá observar os parâmetros e fundamentos da disciplina do uso da Internet, previstos no artigo 2° da Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), com destaque para o reconhecimento da escala mundial da rede e para o respeito aos direitos humanos, ao desenvolvimento da personalidade e ao exercício da cidadania em meios digitais, à pluralidade e à diversidade e à finalidade social da rede;

CONSIDERANDO a observância dos princípios e regras da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", a Medida Provisória 934, de 1° de abril de 2020, as Portarias MEC 376 (03.04.2020) e 544 (16.06.2020) do Ministério da Educação e o Parecer CNE/CP 5, de 28 de abril de 2020;

CONSIDERANDO que constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo (art. 7°, VI, CRFB/1988), bem como duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (art. 7°, XIII, CRFB/1988);

CONSIDERANDO o princípio da liberdade de cátedra, consistente na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, bem como o princípio da valorização dos profissionais da educação escolar, ambos previstos no art. 206 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que a Norma Regulamentadora 17, visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente também se aplica ao trabalho por meio de plataformas virtuais e/ou em home office;

CONSIDERANDO que a Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, mesmo não ratificada pelo Brasil, constitui marco normativo norteador de políticas públicas ou das decisões dos poderes públicos para a garantia da igualdade de oportunidades e de tratamento a trabalhadoras e trabalhadores com encargos familiares, bem como o princípio da igualdade e não discriminação (art. 5°, CRFB/1988), os quais invocam medidas necessárias pelas instituições de ensino para propiciar a compatibilidade da vida profissional e familiar de docentes em trabalho por meio de plataformas virtuais, trabalho remoto e/ou em home office;

DIANTE DOS FUNDAMENTOS EXPOSTOS, O GRUPO DE TRABALHO - GT - COVID 19, no âmbito de suas atribuições, insta que estabelecimentos de ensino adotem as seguintes medidas para garantir a proteção à saúde e aos demais direitos fundamentais de professoras e professores quanto ao trabalho por meio de plataformas virtuais, trabalho remoto e/ou em home office durante o período da pandemia da doença infecciosa COVID-19:

1. REGULAR a prestação de serviços por meio de plataformas virtuais, trabalho remoto e/ou em home office, no período de medidas de contenção da pandemia do COVID-19, preferencialmente por meio de negociação coletiva, acordo coletivo, e por contrato de trabalho aditivo por escrito, com prazo determinado, tratando de forma específica sobre a responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura do trabalho remoto, bem como o reembolso de eventuais despesas a cargo da(o) empregada(o), nos termos do art. 75-D da CLT, e demais aspectos contratuais pertinentes à prestação de serviços por meio de plataformas virtuais, trabalho remoto e/ou em home office;

2. ADOTAR, preferencialmente, mediante prévia negociação coletiva (Nota Técnica/MPT 06/2020), com amplo diálogo social entre sindicatos profissionais e patronais e/ou entidades educacionais, por meio de acordos e convenções coletivas de trabalho, a regulamentação geral, específica, ou de forma articulada

entre as normas coletivas, as condições de trabalho pertinentes à reconversão logística da prestação de serviços presencial para o trabalho por meio de plataformas virtuais, trabalho remoto e/ou em home office, previstas na presente Nota Técnica e/ou outras adotadas pelas(os) empregadoras(es) e trabalhadoras(es);

3. OBSERVAR os parâmetros de ergonomia física e condições de trabalho previstos na Norma Regulamentadora 17, Portaria MTb 3214, de 8 de junho de 1978, em especial quanto aos equipamentos, mesas, cadeiras, a postura física, oferecendo ou reembolsando os valores dos bens necessários à garantia da integridade física;

4. OBSERVAR os parâmetros da ergonomia organizacional, principalmente aqueles que levem em consideração as normas específicas de produção, as operações a serem realizadas, as exigências de tempo, a determinação do conteúdo de tempo, o ritmo de trabalho e conteúdo das tarefas;

5. GARANTIR ao corpo de docentes e discentes com deficiência acesso a todos os equipamentos, recursos de tecnologia assistiva e acessibilidade para que tenham condições plenas para aplicar e/ou acompanhar métodos e técnicas pedagógicas, bem como acesso, entre outros recursos, a intérprete da Libras, legenda oculta e audiodescrição, quando necessários.

6. FORNECER, por meio de profissionais especializados, orientações sobre exercícios de ginástica laboral, que objetivem evitar lesões decorrentes de movimentos repetitivos;

7. ADEQUAR as atividades pedagógicas na modalidade de teletrabalho e em plataformas virtuais, em relação à jornada contratual das(os) trabalhadoras(es), considerando tanto as atividades realizadas pelo meio digital, quanto o período de capacitação e adaptação ao novo modelo de trabalho, de preparação prévia do material a ser utilizado e do periodo posterior de orientação e avaliação do aluno, de modo a não permitir jornadas de trabalho excessivas, que sobrecarreguem os profissionais, acarretando-lhes desgastes físicos e mentais;

8. ADEQUAR, devido ao maior desgaste psicossomático da ministração de aulas por meios virtuais, a distribuição das atividades e dos tempos de trabalho, sem qualquer prejuízo da remuneração;

9. INCENTIVAR o respectivo aumento dos intervalos para repouso, seja na extensão destes ou na quantidade, possibilitando-se, preferencialmente um intervalo entre cada aula ministrada, devendo respectivos períodos de intervalo serem considerados como tempo de serviço para todos os efeitos, sem prejuízo da remuneração;

10. DISPONIBILIZAR um ambiente virtual (sala virtual) para os períodos de intervalos regulares para refeição e repouso, e ao início e final do dia, de uso exclusivo dos docentes como forma de possibilitar a socialização e diminuir os riscos psicossociais decorrentes das políticas de isolamento;

11. GARANTIR a irredutibilidade salarial das(os) professoras(es), independentemente da modalidade síncrona ou assíncrona para ministrar as aulas virtuais ou remotas (telepresenciais ou gravadas), e das ferramentas tecnológicas utilizadas para elaboração e compartilhamento do conteúdo pedagógico, de ministração das aulas e de aplicação de avaliações: esclarece-se que a redução da jornada de trabalho ou a suspensão do contrato de trabalho, nos termos da Medida Provisória n° 936/2020, apenas são admissíveis se efetivamente houver a redução da carga horária de trabalho, com mecanismo de controle da jornada, ou a suspensão total das atividades docentes.

12. REGULAR a conversão de aulas presenciais em aulas gravadas, por meio de aditivo contratual, para uso específico e com prazo determinado, com caducidade máxima correspondente ao periodo letivo no período de medidas de contenção da pandemia do COVID-19, com garantia de irredutibilidade salarial;

13. GARANTIR, na hipótese de aulas gravadas, no mínimo remuneração equivalente àquela das aulas presenciais, observando-se o pagamento de horas-aula à cada reprodução e por turmas da(o) docente;

14. GARANTIR o respeito ao direito de imagem e direito à privacidade do corpo docente, assegurando-lhes a realização da atividade sem exposição do ambiente doméstico, seja por meio de uso de plataformas que oferecem imagens para o plano de fundo ou outro meio que possibilite o exercício de tal direito;

15. ADOTAR, preferencialmente, plataformas virtuais de transmissão em tempo real ou determinar previamente o prazo de acesso às aulas virtuais de modo a não ultrapassar o correspondente período letivo, sempre por meio de plataformas de acesso restrito ou plataformas produzidas pela própria instituição;

16. EXIGIR consentimento prévio e expresso de docentes para a produção de atividades acadêmicas a ser difundido em plataformas virtuais abertas, extracurriculares, em que sejam utilizados dados pessoais (imagem, voz, nome) ou material pedagógico produzido pelo profissional;

17. OFERECER apoio tecnológico e orientação técnica permanente e/ou capacitar o corpo docente e discente para realização dos trabalhos de forma remota e em plataformas virtuais, destacando que a orientação e capacitação das(os) alunas(os) somente poderá ficar a cargo da(o) docente quando não redunde em aumento de sua carga horária de trabalho;

18. DEFINIR a reorganização do calendário escolar de forma dialogada com as(os) trabalhadoras(es), assegurando o equilíbrio entre o processo de ensino e aprendizagem e a compensação da jornada de trabalho nas atividades pedagógicas, respeitadas as orientações e diretrizes dos conselhos estaduais e municipais de educação.

19. RESPEITAR a liberdade de cátedra nos ambientes virtuais, não diferenciando-a de uma sala de aula presencial para fins de ensino e administração do ambiente educacional, devendo-se garantir a permanência exclusiva dos(as) professores(as), auxiliares ou equipe de docentes nas salas virtuais, sendo o ingresso de demais integrantes do quadro escolar (supervisores, diretores) somente permitido, em caráter excepcional e emergencial, com autorização prévia da(o) docente ministrante da respectiva aula;

20. ADOTAR modelos de etiqueta digital em que se oriente alunas(os), responsáveis, supervisoras(es) e diretoras(es), com especificação de horários para atendimento virtual da demanda, assegurando os repousos legais, o direito à desconexão do corpo docente e a compatibilidade entre a vida familiar e profissional;

21. ESTIPULAR horários fixos, preferencialmente, dentro do período da própria aula virtual, ou em plantão de dúvidas com horário específico e determinado, devidamente remunerado, evitando-se o uso de aplicativos como whatsapp, telegram, comunicação por celular, ou meios alternativos e sem horários definidos para atendimento dos discentes;

22. ADOTAR modelos de etiqueta digital em que se oriente alunas(os), responsáveis e supervisoras(es) sobre o respeito à liberdade de expressão e de cátedra, bem como a proibição de atos de intimidação sistemática (assédio moral, bullying) no ambiente pedagógico virtual, seja verbal, moral, sexual, social, psicológico, físico, material e virtual, que podem se caracterizar pela presença do orientador pedagógico ou coordenador sem o prévio conhecimento do professor ou professora, por insultos pessoais, comentários sistemáticos e apelidos pejorativos, ameaças por quais meios, expressões preconceituosas, pilhérias, “memes”, nos termos dos artigos 3° e 4° da Lei n° 13.185/2015;

23. ADVERTIR discentes, docentes, responsáveis e supervisoras(es) e demais pessoas que tenham acesso à aula ou ao material dela decorrente, da proibição de fotografar, gravar, registrar, compartilhar ou divulgar, por qualquer outro meio, a imagem ou a voz ou o conteúdo autoral do professor, evitando-se o uso indevido de seus direitos da personalidade e/ou autorais;

24. PROTEGER os direitos autorais do(a) professor(a), como o conteúdo das aulas e o material de apoio produzido para disciplina, como slides e apostilas, contra divulgação ou reprodução sem sua prévia

autorização, sob pena de violação direitos autorais, tal como previsto Lei n° 9.610/1998, sobre direitos autorais.

25. INSTRUIR as(os) empregadas(os), de maneira expressa, clara e objetiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças ocupacionais, físicas e mentais, e acidentes de trabalho relacionados ao trabalho remoto, bem como a adotar medidas de segurança da informação.

Brasília, 17 de junho de 2020.

MARIA APARECIDA GUGEL
Subprocuradora Geral do Trabalho

RONALDO LIMA DOS SANTOS
Coordenador do GT COVID 19
Coordenador Nacional da CONALIS

MARCIA CRISTINA KAMEI LOPEZ ALIAGA
Vice-Coordenadora do GT COVID 19
Coordenadora Nacional da CODEMAT

ANA CRISTINA D. B. F. TOSTES RIBEIRO
Vice-Coordenadora do GT COVID 19
Coordenadora Nacional da CONAP

ILEANA NEIVA MOUSINHO
Vice-Coordenadora Nacional da CONAP

LUCIANO LIMA LEIVAS
Vice- Coordenador Nacional da CODEMAT

MÁRIO ANTONIO GOMES
Secretário Executivo do GT COVID-19

ADRIANE REIS DE ARAÚJO
Coordenadora Nacional da COORDIGUALDADE

ANA LUCIA STUMPF GONZALEZ
Vice-Coordenadora Nacional da COORDIGUALDADE

ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Coordenadora Nacional da COORDINFÂNCIA

LUCIANA MARQUES COUTINHO
Vice-Coordenadora Nacional da COORDINFÂNCIA

FLÁVIA VEIGA BAULER
Coordenadora Nacional da CONATPA

DALLIANA VILAR LOPES
Vice-Coordenadora Nacional da CONATPA

GISELE SANTOS FERNANDES GÓES
Procuradora Regional do Trabalho
Coordenadora Nacional de 2° grau

TERESA CRISTINA D'ALMEIDA BASTEIRO
Procuradora Regional do Trabalho
Vice-Coordenadora Nacional de 2° Grau

LYS SOBRAL CARDOSO
Coordenadora Nacional da CONAETE

ITALVAR FILIPE DE PAIVA MEDINA
Vice-Coordenador Nacional da CONAETE

TADEU HENRIQUE LOPES DA CUNHA
Coordenador Nacional da CONAFRET

CAROLINA DE PRA CAMPOREZ BUARQUE
Vice-Coordenadora Nacional da CONAFRET

PORTARIA SPREV/ME N° 21.232, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 28.09.2020)

Dispõe sobre a disponibilização do resultado do processamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP em 2020, com vigência para o ano de 2021 e dos dos róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.3, calculados em 2020, e sobre o julgamento de contestações e recursos apresentados pelas empresas em face do índice FAP a elas atribuído.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência de que trata o inciso IV do art. da Portaria GME n° 117, de 26 de março de 2019, publicada no DOU de 27 de março de 2019, seção 1, página 9, e

CONSIDERANDO o disposto no inciso II do art. 22 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991; no art. 10 da Lei n° 10.666, de 8 de maio de 2003, no inciso II do art. 126 da Lei n° 8.213 de 24 de julho de 1991; no art. 202- A, § 5°, 303 e 305, todos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n° 3.048, de 6 de maio de 1.999 e alterado pelo Decreto n° 10.410, de 30 de junho de 2020, e nas Resoluções do MF/CNP n°s 1.329, de 25 de abril de 2017 e 1.335, de 18 de dezembro de 2017 - (Processo n° 10132.100344/2020-28),

RESOLVE:

Art. 1° Serão disponibilizados pelo Ministério da Economia - ME, no dia 30 de setembro de 2020, podendo ser acessados nos sítios da Previdência (https://www.gov.br/previdencia) e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB (www.receita.economia.gov.br):

I - Os róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, calculados em 2020, considerando informações dos bancos de dados da previdência social relativas aos anos de 2018 e 2019.

II - O Fator Acidentário de Prevenção - FAP calculado em 2020 e vigente para o ano de 2021, juntamente com as respectivas ordens de frequência, gravidade, custo e demais elementos que possibilitem ao estabelecimento (CNPJ completo) verificar o respectivo desempenho dentro da sua Subclasse da CNAE.

Parágrafo único. O valor do FAP de todos os estabelecimentos (CNPJ completo), juntamente com as respectivas ordens de frequência, gravidade, custo e demais elementos que compuseram o processo de cálculo, serão de conhecimento restrito do estabelecimento mediante acesso por senha pessoal.

Art. 2° O FAP atribuído aos estabelecimentos (CNPJ completo) pelo Ministério da Economia poderá ser contestado perante o Conselho de Recursos da Previdência Social da Secretaria de Previdência, exclusivamente por meio eletrônico, através de formulário que será disponibilizado nos sítios da Previdência e da RFB.

§ 1° A contestação de que trata o caput deverá versar, exclusivamente, sobre razões relativas a divergências quanto aos elementos que compõem o cálculo do FAP.

§ 2° Os elementos que compõem o cálculo do FAP contestados deverão ser devidamente identificados, conforme incisos abaixo, sob pena de não conhecimento da contestação:

I - Comunicação de Acidentes do Trabalho - CAT - seleção das CATs relacionadas para contestação.

II - Benefícios - seleção dos Benefícios relacionados para contestação.

III - Massa Salarial - seleção da(s) competência (s) do período-base, inclusive o 13° salário, informando o valor da massa salarial (campo "REMUNERAÇÃO" - GFIP eSocial) que o estabelecimento (CNPJ completo) considera correto ter declarado em GFIP/eSocial para cada competência selecionada.

IV - Número Médio de Vínculos - seleção da(s) competência(s) do período-base, informando a quantidade de vínculos (campo "EMPREGADOS E TRABALHADORES AVULSOS" - GFIP/eSocial) que o estabelecimento (CNPJ completo) considera correta ter declarado em GFIP/eSocial para cada competência selecionada.

V - Taxa Média de Rotatividade - seleção do(s) ano(s) do período-base, informando as quantidades de rescisões (campo "MOVIMENTAÇÕES"* - GFIP / e no eSocial), admissões (campo "ADMISSÃO"** - GFIP / e no eSocial) e de vínculos no início do ano (campo X GFIP/eSocial competência) que o estabelecimento (CNPJ completo) considera corretas ter declarado em GFIP/eSocial para cada ano do período-base selecionado.

(*) Códigos das MOVIMENTAÇÕES considerados no cálculo: I1 e I3 (GFIP) e motivos 2, 3 e 6 (eSocial).

(**) Códigos das ADMISSÕES das categorias considerados no cálculo: 1, 2, 4, 7, 12, 19, 20, 21 e 26 (GFIP) e 101, 102, 103, 105, 106, 107. 108, 111, 201, 202, 301, 302, 303, 306, 309, 401 e 410 (eSocial), excetuados os vinculados a Regimes Próprios de Previdência.

§ 3° Ainda sob pena de não conhecimento, qualquer referência aos elementos impugnados deverá identificá-los pelos seus respectivos números: CAT (número da CAT), benefícios, trabalhador (número do NIT).

§ 4° O formulário eletrônico de contestação deverá ser preenchido e transmitido no período de 01 de novembro de 2020 a 30 de novembro de 2020.

§ 5° O resultado do julgamento proferido pelo Conselho de Recursos da Previdência Social será divulgado no sítio da Previdência, e o inteiro teor da decisão será divulgado nos sítios da Previdência e da RFB, com acesso restrito ao estabelecimento (CNPJ completo).

§ 6° O processo administrativo de que trata este artigo tem efeito suspensivo, que cessará com o esgotamento do prazo para o recurso previsto no art. 3° sem que este tenha sido interposto.

Art. 3° Da decisão proferida pelo Conselho de Recursos da Previdência Social caberá recurso, exclusivamente por meio eletrônico, no prazo de trinta dias, contado da data da publicação do resultado no DOU.

§ 1° O recurso deverá ser encaminhado através de formulário eletrônico, que será disponibilizado nos sítios da Previdência e da RFB, e será examinado em caráter terminativo pelo Conselho de Recursos da Previdência Social.

§ 2° Não será conhecido o recurso sobre matérias que não tenham sido objeto de contestação em primeira instância administrativa.

§ 3° O resultado do julgamento proferido pelo Conselho de Recursos da Previdência Social será publicado no DOU, e o inteiro teor da decisão será divulgado nos sítios da Previdência e da RFB, com acesso restrito ao estabelecimento (CNPJ completo).

§ 4° O efeito suspensivo cessará na data da publicação do resultado do julgamento proferido pelo Conselho de Recursos da Previdência Social.

Art. 4° A propositura, pelo contribuinte, de ação judicial que tenha por objeto idêntico pedido sobre o qual versa o processo administrativo de que trata esta Portaria, importa em renúncia ao direito de recorrer à esfera administrativa e desistência da contestação interposta.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor no dia 30 de setembro de 2020.

BRUNO BIANCO LEAL

PORTARIA CONJUNTA N° 062, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 29.09.2020)

Altera a Portaria Conjunta n° 47, de 21 de agosto de 2020, que disciplina a operacionalização, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, da antecipação de um salário mínimo mensal ao requerente do auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença), de que tratam o art. 4° da Lei n° 13.982, de 2 de abril de 2020, e o Decreto n° 10.413, de 2 de julho de 2020. (Processo n° 10951.103831/2020-07).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA e o PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 180 do Anexo I do Decreto n° 9.745, de 8 de abril de 2019, e o art. 17 do Anexo I do Decreto n° 9.746, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 4° da Lei n° 13.982, de 2 de abril de 2020, e no Decreto n° 10.413, de 2 de julho de 2020,

RESOLVEM

Art. 1° O art. 2° da Portaria Conjunta n° 47, de 21 de agosto de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2° O segurado, no momento do requerimento, fará a opção pelo agendamento da perícia médica para a concessão do auxílio por incapacidade temporária, em uma das unidades de atendimento da Perícia Médica Federal cujo serviço de agendamento esteja disponível, ou pela antecipação de que trata o art. 1°.

§ 1° O requerimento do agendamento da perícia médica e o requerimento da antecipação, na forma do caput, são excludentes entre si, sem prejuízo do posterior agendamento de perícia para as antecipações realizadas, observado o disposto no art. 4°.

§ 2° O segurado que optar pela antecipação de que trata o art. 1° deverá anexar ao requerimento, por meio do site ou aplicativo "Meu INSS", e mediante declaração de responsabilidade pelos documentos apresentados, o atestado médico, que deverá observar, cumulativamente os seguintes requisitos:

.....

....." (NR)

Art. 2° Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO BIANCO LEAL
Secretário Especial de Previdência e Trabalho

LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES
Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social

PORTARIA MC N° 496, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 28.09.2020 - Edição Extra)

Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei n° 13.982, de 2 de abril de 2020 e do auxílio emergencial residual instituído pela Medida Provisória n° 1.000, de 2 de setembro de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Decreto n° 10.357, de 20 de maio de 2020, e

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a disseminação do novo coronavírus (Covid-19) e sua classificação mundial como pandemia, e as medidas adotadas no âmbito de estados, municípios e do Distrito Federal para prevenir a disseminação do vírus;

CONSIDERANDO as recomendações de distanciamento entre as pessoas e de evitar aglomerações para evitar a disseminação do novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a instituição do auxílio emergencial pela Lei n° 13.982, de 2 de abril de 2020, regulamentada pelo Decreto n° 10.316, de 7 de abril de 2020 e pela Portaria n° 351, de 7 de abril de 2020, do Ministério da Cidadania;

CONSIDERANDO a instituição do auxílio emergencial residual pela Medida Provisória n° 1.000, de 2 de setembro de 2020, regulamentada pelo Decreto n° 10.488, de 16 de setembro de 2020 e pela Portaria n° 491, de 16 de setembro de 2020;

CONSIDERANDO que, no âmbito do Programa Bolsa Família, existem 14,2 milhões de famílias, com mais de 40 milhões de beneficiados e o calendário de pagamento do Programa Bolsa Família está sendo realizado entre 17 e 30 de setembro de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de organização do pagamento das novas parcelas do auxílio emergencial de modo a contribuir para a observância às medidas de proteção à saúde da população e de segurança no sentido de evitar a propagação do novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a necessidade de evitar aglomerações, seguir as melhores práticas para evitar a propagação, proteger a saúde da população e assim minimizar o risco de propagação do coronavírus (Covid-19); e

CONSIDERANDO que o auxílio emergencial visa permitir que as pessoas adquiram bens necessários para sua sobrevivência, resolve:

Art. 1° Dispor sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei n° 13.982, de 2 de abril de 2020 e do auxílio emergencial residual instituído pela Medida Provisória n° 1.000, de 2 de setembro de 2020.

Art. 2° Atendidas as condições legais, o pagamento dar-se-á da seguinte forma:

I - o público beneficiário do auxílio emergencial residual que tenha recebido o crédito da primeira parcela do auxílio emergencial em abril de 2020 receberá o crédito da primeira parcela do auxílio emergencial residual em poupança social digital existente em seu nome, conforme calendário constante do Anexo I - Ciclo 3.

II - o público beneficiário do auxílio emergencial residual que tenha recebido o crédito da primeira parcela do auxílio emergencial em maio de 2020 receberá o crédito da primeira parcela do auxílio emergencial residual em poupança social digital existente em seu nome, conforme calendário constante do Anexo II - Ciclo 4;

III - o público beneficiário do auxílio emergencial residual que tenha recebido o crédito da primeira parcela do auxílio emergencial em junho de 2020 receberá o crédito da primeira parcela do auxílio emergencial residual em poupança social digital existente em seu nome, conforme calendário constante do Anexo IV - Ciclo 5; e

IV - o público beneficiário do auxílio emergencial residual que tenha recebido o crédito da primeira parcela do auxílio emergencial em julho de 2020 receberá o crédito da primeira parcela do auxílio emergencial residual em poupança social digital existente em seu nome, conforme calendário constante do Anexo V - Ciclo 6.

V - o público beneficiário do auxílio emergencial que tenha feito o procedimento de contestação por meio da plataforma digital entre os dias 20 de julho e 25 de agosto de 2020 e tenha sido considerado elegível receberá o crédito da primeira parcela do auxílio emergencial em poupança social digital aberta em seu nome, conforme calendário constante do Anexo I - Ciclo 3.

§ 1° O público a que se refere o inciso I receberá o crédito da segunda, terceira e quarta parcelas do auxílio emergencial residual conforme calendários anexos para os Ciclos 4, 5 e 6, respectivamente.

§ 2° O público a que se refere o inciso II receberá o crédito da segunda e terceira parcelas do auxílio emergencial residual conforme calendários anexos para os Ciclos 5 e 6, respectivamente.

§ 3° O público a que se refere o inciso III receberá o crédito da segunda parcela do auxílio emergencial residual conforme calendários anexos para o Ciclo 6.

§ 4° O público a que se refere o inciso V receberá o crédito da segunda e terceira parcelas do auxílio emergencial conforme calendário constante dos Anexos para os Ciclos 4 e 5 respectivamente, e quarta e quinta parcelas conforme calendário constante do Anexo para o Ciclo 6.

§ 5° Nas datas indicadas nos Anexos I, II, IV e V, que se referem a modalidades de Crédito em Poupança Social Digital, os recursos estarão disponíveis apenas para o pagamento de contas, de boletos e para realização de compras por meio de cartão de débito virtual ou QR Code.

Art. 3° Para fins de organização do fluxo de pessoas em agências bancárias e evitar aglomeração, os recursos disponibilizados na forma do art. 2° estarão disponíveis para saques e transferências bancárias, conforme calendários constantes dos Anexos III e VI, que se referem à modalidades de Saque em Dinheiro.

Parágrafo único. No caso de recebimento de parcelas do auxílio emergencial residual, nas datas indicadas no calendário constante dos Anexos III e VI, eventual saldo existente nas poupanças sociais digitais será transferido automaticamente para a conta que o beneficiário houver indicado por meio da plataforma digital ou recebido a primeira parcela do Auxílio Emergencial de que trata a Lei 13.982, de 2 de abril de 2020.

Art. 4° A Portaria n° 442, de 16 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° .....

.....

§ 4°.....

II - o público beneficiário do auxílio emergencial que tenha recebido a primeira parcela em julho de 2020 receberá o crédito da quarta e quinta parcelas em poupança social digital aberta em seu nome, conforme calendário constante dos Ciclos 4 e 5 da Portaria n° 496, de 28 de setembro de 2020."

Art. 5° Os Anexos III - Ciclo 3 e IV - Ciclo 4 da Portaria n° 442, de 16 de julho de 2020, passam a vigorar conforme Anexos I - Ciclo 3 e II - Ciclo 4 da presente Portaria.

Art. 6° A Portaria 453, de 31 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2° .....

III - o público do inciso I receberá o crédito das parcelas 3, 4 e 5 conforme calendário disposto para os Ciclos 3, 4 e 5 nos Anexos da Portaria n° 496, de 28 de setembro de 2020.

IV - o público do inciso II receberá o crédito da parcela subsequente conforme calendário disposto para o Ciclo 3 da Portaria n° 496, de 28 de setembro de 2020."

Art. 7° A Portaria n° 474, de 25 de agosto de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2° .....

IV - o público do inciso I receberá o crédito das parcelas 2, 3, 4 e 5 conforme calendário disposto para os Ciclos 3, 4, 5 e 6 nos Anexos da Portaria n° 496, de 28 de setembro de 2020.

V - o público do inciso II receberá o crédito das parcelas 2, 3, 4 e 5 conforme calendário disposto para os Ciclos 3, 4, 5 e 6 nos Anexos da Portaria n° 496, de 28 de setembro de 2020, de acordo com a data de requerimento do auxílio emergencial."

Art. 8° Os Anexos III - Ciclo 3 e IV - Ciclo 4 da Portaria n° 474, de 25 de agosto de 2020, passam a vigorar conforme Anexos I - Ciclo 3 e II - Ciclo 4 da presente Portaria.

Art. 9° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ONYX DORNELLES LORENZONI

ANEXO I

CICLO 3 CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS Quantidade de Beneficiários - Crédito em Poupança Social					
30/SET (QUA) 3,6 MM Nascidos Janeiro	05/OUT (SEG) 3,3 MM Nascidos Fevereiro	07/OUT (QUA) 3,8 MM Nascidos Março	09/OUT (SEX) 3,6 MM Nascidos Abril	11/OUT (DOM) 3,8 MM Nascidos Maio	14/OUT (QUA) 3,6 MM Nascidos Junho
16/OUT (SEX) 3,6 MM Nascidos Julho	21/OUT (QUA) 3,6 MM Nascidos Agosto	25/OUT (DOM) 3,7 MM Nascidos Setembro	28/OUT (QUA) 3,6 MM Nascidos Outubro	29/OUT (QUI) 3,5 MM Nascidos Novembro	01/NOV (DOM) 3,5 MM Nascidos Dezembro

ANEXO II

CICLO 4 CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS Quantidade de Beneficiários - Crédito em Poupança Social Digital					
30/OUT (SEX) 3,6 MM Nascidos Janeiro	04/NOV (QUA) 3,3 MM Nascidos Fevereiro	05/NOV (QUI) 3,8 MM Nascidos Março	06/NOV (SEX) 3,6 MM Nascidos Abril	08/NOV (DOM) 3,8 MM Nascidos Maio	11/NOV (QUA) 3,6 MM Nascidos Junho
12/NOV (QUI) 3,6 MM Nascidos Julho	13/NOV (SEX) 3,6 MM Nascidos Agosto	15/NOV (DOM) 3,7 MM Nascidos Setembro	16/NOV (SEG) 3,6 MM Nascidos Outubro	18/NOV (QUA) 3,5 MM Nascidos Novembro	20/NOV (SEX) 3,5 MM Nascidos Dezembro

ANEXO III

CICLOS 3 e 4 CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS Quantidade de Beneficiários - Saque em Dinheiro					
07/NOV (SÁB) 6,9 MM Nascidos Jan/Fev	14/NOV (SÁB) 3,8 MM Nascidos Março	21/NOV (SÁB) 7,4 MM Nascidos Abr/Mai	24/NOV (TER) 3,6 MM Nascidos Junho	26/NOV (QUI) 3,6 MM Nascidos Julho	28/NOV (SÁB) 7,3 MM Nascidos Ago/Set
01/DEZ (TER) 3,6 MM Nascidos Outubro	05/DEZ (SÁB) 7,0 MM Nascidos Nov/Dez				

ANEXO IV

CICLO 5 CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS Quantidade de Beneficiários - Crédito em Poupança Social Digital					
22/NOV (DOM)	23/NOV (SEG)	25/NOV (QUA)	27/NOV (SEX)	29/NOV (DOM)	30/NOV (SEG)

3,6 MM Nascidos Janeiro	3,3 MM Nascidos Fevereiro	3,8 MM Nascidos Março	3,6 MM Nascidos Abril	3,8 MM Nascidos Maio	3,6 MM Nascidos Junho
02/DEZ (QUA) 3,6 MM Nascidos Julho	04/DEZ (SEX) 3,6 MM Nascidos Agosto	06/DEZ (DOM) 3,7 MM Nascidos Setembro	09/DEZ (QUA) 3,6 MM Nascidos Outubro	11/DEZ (SEX) 3,5 MM Nascidos Novembro	12/DEZ (SÁB) 3,5 MM Nascidos Dezembro

ANEXO V

CICLO 6 CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS Quantidade de Beneficiários - Crédito em Poupança Social Digital					
22/NOV (DOM) 3,6 MM Nascidos Janeiro	14/DEZ (SEG) 3,8 MM Nascidos Março	16/DEZ (QUA) 3,6 MM Nascidos Abril	17/DEZ (QUI) 3,8 MM Nascidos Maio	18/DEZ (SEX) 3,6 MM Nascidos Junho	20/DEZ (DOM) 7,2 MM Nascidos Jul/Ago
21/DEZ (SEG) 3,7 MM Nascidos Setembro	23/DEZ (QUA) 3,6 MM Nascidos Outubro	28/DEZ (SEG) 3,5 MM Nascidos Novembro	29/DEZ (TER) 3,5 MM Nascidos Dezembro		

ANEXO VI

CICLOS 5 e 6 CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS Quantidade de Beneficiários - Saque em Dinheiro					
19/DEZ (SÁB) 6,9 MM Nascidos Jan/Fev	04/JAN 21 (S EG) 3,8 MM Nascidos Março	06/JAN 21 (QUA) 3,6 MM Nascidos Abril	11/JAN 21 (SEG) 3,8 MM Nascidos Maio	13/JAN 21 (QUA) 3,6 MM Nascidos Junho	15/JAN 21 (SEX) 3,6 MM Nascidos Julho
18/JAN 21 (SEG) 3,6 MM Nascidos Agosto	20/JAN 21 (QUA) 3,7 MM Nascidos Setembro	22/JAN 21 (SEX) 3,6 MM Nascidos Outubro	25/JAN 21 (SEG) 3,5 MM Nascidos Novembro	27/JAN 21 (QUA) 3,5 MM Nascidos Dezembro	

2.02 OUTROS ASSUNTOS FEDERAIS

RESOLUÇÃO GECEX Nº 99, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 28/09/2020 (nº 186, Seção 1, pág. 464)

Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital que menciona, na condição de Ex-tarifários.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, tendo em vista o disposto nas Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10, 57/10, 35/14 e 25/15 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul e nos Decretos nºs 5.078, de 11 de maio de 2004, e 5.901, de 20 de setembro de 2006, e na Portaria nº 309, de 24 de junho de

2019, do Ministério da Economia, e considerando deliberação de sua 174ª Reunião, ocorrida de 11 a 14 de setembro de 2020, resolve:

Art. 1º - Ficam incluídos no Anexo I da Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020, do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, os Ex-tarifários incidentes sobre os Bens de Capital listados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º - Ficam revogados os Ex-tarifários abaixo dos respectivos atos legais indicados:

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO	ATO LEGAL
8443.39.10	186	Máquinas de impressão digital por jato de tinta com cabeças de impressão com 4 ou 5 cores para impressão direta em vestuários (camisas e camisetas) e tecidos de algodão e blendas (combinados) de algodão + poliéster com um mínimo de 50% de algodão e espessura de até 25mm, imprimindo com qualidade digital de até 1.440 x 720ppp ou mais, dependendo do tipo de tecido e qualidade de impressão selecionados, trabalhando com espaços de cor RGB e CMYK, possuindo sistema automático de limpeza da cabeça de impressão e de circulação de tinta branca, com bandejas de fixação de vestuários e tecidos de tamanhos variáveis de até 406 x 508mm e conexões via USB 2.0, 100-Base TX, cartões de memória USB.	Resolução Camex nº 51, de 05 de julho de 2017
8443.39.10	197	Máquinas de impressão por jato de tinta, para impressão em papel comum ou fotográfico, com velocidade de impressão de até 35s para o tamanho A1, resolução máxima de 2.400 x 1.200dpi, com 4 cores e 1 cabeça de impressão, capacidade de impressão de largura mínima de linha de 0,02mm, com alimentação por folhas ou rolo de até 914mm de largura e bandeja para folhas até tamanho A3, capacidade de utilização de mídias com peso até 280g/m2, memória de 1GB e painel com tela colorida sensível ao toque de 4,3pol.	Resolução Camex nº 90, de 13 de dezembro de 2017
8443.39.10	211	Máquinas de impressão por jato de tinta, para impressão em papel comum ou fotográfico, com velocidade de impressão de até 70s para o tamanho A1, resolução máxima de 1.200 x 1.200dpi, com 4 cores e 1 cabeça de impressão, capacidade de impressão de largura mínima de linha de 0,04mm, com alimentação por folhas ou rolo de até 610mm de largura e bandeja para folhas até tamanho A3, capacidade de utilização de mídias com peso até 280 g/m2, memória de 256MB e painel com tela colorida sensível ao toque de 4,3 polegadas.	Resolução Camex nº 90, de 13 de dezembro de 2017
8479.89.99	071	Equipamentos automáticos para o enchimento	Resolução

		rápido de pneus automotivos já posicionados nas rodas, sem a utilização de anel de vedação sobre a superfície das rodas, para rodas com diâmetros compreendidos entre 14 e 17 polegadas, com dispositivo de carregamento e pré-centragem, estação de centragem e insulflamento, dispositivo de descarga dos pneus já inflados, controlados por controlador lógico programável (CLP).	Camex nº 90, de 13 de dezembro de 2017
8422.40.90	729	Máquinas envolvedoras automática rotativa, para embalar cargas sobre paletes, pela aplicação de filmes plásticos pré-estirável a frio, com capacidade de produção de até 100paletes/h, para cargas com peso máximo de 1.500kg por pallet, para medidas dos paletes mínimas 800 x 600mm até as medidas máximas de 1.200 x 1.200mm.	Resolução Camex nº 15, de 28 de fevereiro de 2018
8467.89.00	012	Cilindros expansores elétricos, tipo macaco telescópico para resgate, pressão de trabalho máxima 720bar, comprimento retraído máximo 691mm, comprimento expandido máximo 1.041mm, sem bateria incorporada aos seus corpos, iluminação de LED integrada.	Resolução Camex nº 15, de 28 de fevereiro de 2018
8467.89.00	013	Ferramentas elétricas alargadoras com pressão de trabalho máxima de 720bar, distância de separação máxima de 725mm, força de separação máxima até 366kN ou 37,3t, sem bateria incorporada aos seus corpos, iluminação de LED integrada.	Resolução Camex nº 15, de 28 de fevereiro de 2018
8467.89.00	014	Ferramentas elétricas combinadas, tipo tesoura multiuso para resgate, pressão de trabalho máxima 720bar, força máxima de corte 380kN, sem bateria incorporada ao seu corpo, iluminação de LED integrada.	Resolução Camex nº 15, de 28 de fevereiro de 2018
8423.20.00	001	Balanças automáticas dotadas de transportador de pesagem, com tela "touchscreen" multilíngue, memória capaz de armazenar de 100 a 400 produtos, capacidade de carga compreendida entre 3g e 80kg, com até 7 zonas de pesagem e produtividade de 150 a 600pesagens/min, dispositivo de rejeição por sopro de ar, pistão pneumático, esteira ou braço desviador.	Resolução Camex nº 55 , de 10 de agosto de 2018
8465.95.11	005	Máquinas-ferramentas para furar painéis de madeiras e aglomerados, com comprimento máximo de 2.550mm e mínimo de 250mm, com movimentação automática no eixo X por meio de servomotor, controladas por um controlador numérico computadorizado (CNC), dotadas de 6 ou mais grupos furadores inferiores, com 4 ou mais grupos furadores	Resolução Camex nº 85 , de 9 de novembro de 2018

		superiores, com dispositivo de substituição rápida dos cabeçotes, com 2 cabeçotes horizontais, com ferramental para troca rápida das brocas, com uma entrada e uma saída automatizada para a peça, sendo que a entrada é com 3 seções: dispositivo de posicionamento traseiro controlado por servomotor, posição rápida e liberação.	
8431.20.11	011	Conjuntos de tração para empilhadeiras elétricas, carga máxima aplicada 10.000N; torque máximo estático na roda 500Nm; torque máximo dinâmico na roda 600Nm; torque máximo contínuo na roda 150Nm; relação 29,85:1; capacidade de óleo 0,9 litros; entrada da força do motor: vertical; "bolt circle": 70mm; eixo de ação 196mm; acoplamento do motor de tração: 35 de diâmetro; redução de 17:1.	Resolução Camex nº 96, de 07 de dezembro de 2018
8515.90.00	003	Gabaritos de máquinas de solda para posicionamento e fechamento de cabines automotivas com estrutura de base e apoios laterais/superior baseados nos dimensionais das partes metálicas a serem agrupadas, com dimensional controlado e calibrado, com sistemas de travamento das peças por meio de atuadores e dimensões até 6.000 x 6.000mm (L x C).	Portaria SECINT nº 220, de 25 de fevereiro de 2019
8464.90.19	169	Combinações de máquinas para lapidação das 4 laterais de chapas de vidro, com capacidade de carga máxima igual ou superior a 70kg compostas de: 2 lapidadoras bilaterais, grupo de esquadria e grupo de alinhamento, sistema de refrigeração dos rebolos em circuito fechado, 1 mesa de translação angular para transporte das chapas de vidro entre as lapidadoras bilaterais; para dimensão mínima de 80 x 80mm e máxima de 1.600 x 1.600mm, e espessura 2 a 12mm velocidade de avanço máxima igual ou superior a 10m/min; para dimensão mínima de 90 x 90mm e máxima de 2.000 x 2.000mm e espessura de 2 a 12mm velocidade de avanço máxima igual ou superior a 10m/min; para dimensão mínima 160 x 160mm e máxima de 3.300 x 6.100mm e espessura de 3 a 30mm velocidade de avanço máxima igual ou superior a 10m/min; podendo conter ou não; dispositivo de desbaste dos cantos da chapa de vidro (quebra canto), mesa de translação para transporte da chapa de vidro na saída, lavadora das chapas de vidro.	Portaria SECINT nº 391, de 07 de maio de 2019
8419.81.90	071	Máquinas automáticas de café expresso e bebidas à base de café expresso, com solúveis	Portaria SECINT nº

		e leite; com sistema para dispensa de leite líquido ou vaporizado, quente ou gelado; podendo conter reservatório refrigerado para leite, de 5 ou 12 L; voltadas para uso não-doméstico; sem dispositivo para pagamento da bebida; capacidade de produção recomendada de até 150xícaras/dia; conexão direta à rede de fornecimento de água; dispositivo de aquecimento de água incorporado com caldeira em aço inoxidável; reservatório de café em grãos (1 com capacidade de 2kg ou 2 com capacidade de 1,2kg cada); moinho automático de café com fresas em cerâmica (1 ou 2 moinhos); sistema e reservatórios para produtos solúveis (2 reservatórios); pressão operacional de até 8bar; dotadas de sistema automático de limpeza; bandeja de gotejamento e suporte de xícaras, com capacidade de 3L; painel de controle com tela sensível ao toque de 8 polegadas e sistema de iluminação e sinalização de mensagens LED; sistema de controle de pressão e temperatura, permitindo a extração correta para cada tipo desejado de café; potência entre 2.400 e 5.300W.	510, de 26 de julho de 2019
8479.90.90	297	Amortecedores "Dampers" de oscilações de painéis fotovoltaicos, usados exclusivamente em seguidores solares de um eixo "Trackers", com capacidade para suportar ventos de até 100mph (aproximadamente 161km/h), comprimento estendido máximo de 1.119mm, velocidade máxima de 500mm/s, força de amortecimento máxima de 800N e temperatura de operação de -40 a +50 Graus Celsius.	Portaria SECINT nº 510, de 26 de julho de 2019
8504.40.90	016	Equipamentos estáticos para fornecimento de energia elétrica no sistema de tração ferroviário dotados de: retificadores com tensão de entrada até 2 x 1.250Vca para tensão de saída até 3.000Vcc e potência de até 4MW, com reatância de alisamento, dispositivos de proteção com disjuntores extra rápido para até 3kVcc e curto circuitador.	Portaria SECINT nº 531, de 20 de agosto de 2019
8426.41.90	107	Manipuladores hidráulicos para a movimentação de materiais, autopropulsados sobre esteiras rodantes, ou pneus maciços ou inflados, acionados por motor diesel com potência igual ou superior 128HP mas igual ou inferior a 164HP; dotados de 2 eixos e tração em todas as rodas, com ou sem lâmina frontal; cabine com elevação hidráulica ou fixa com porta de abertura deslizante e vidro frontal blindado, podendo incluir implemento frontal de trabalho articulado (lança e braço) com alcance igual ou	Portaria SECINT nº 2.024, de 12 de setembro de 2019

		superior a 8,80m, podendo conter ferramentas de trabalho tais como garras hidráulicas (de diversos usos), eletroímã, tesoura hidráulica entre outros; sistema hidráulico com sensor de carga (load sensing) e câmeras traseira e lateral com monitor no interior da cabine; peso operacional igual ou superior 19.450kg, mas igual ou inferior 27.980kg.	
9027.80.99	452	Analisadores de permeabilidade a gases de vapor d'água em embalagens, dotados de sensor infravermelho, com faixa de medição compreendida de 0,005 a 100cc/m²/dia, faixa de medição com área reduzida compreendida de 0,05 a 1.000cc/m2/dia, área da amostra de 50cm2, controle de umidade relativa de 0, 5 a 90 e 100%, controle de temperatura compreendido de 10 a 40 Graus Celsius e com interface "touchscreen".	Resolução nº 14, de 19 de novembro de 2019
9031.80.12	031	Rugosímetros portáteis para medição de superfícies com unidade de avanço com cursos máximo X=50mm (comprimento), Z=80mm (altura) , resolução máxima de 0,0001mm, "cut-off" de 0,08; 0,25; 0,8; 2,5 e 8mm, números de comprimentos de amostragem x1 a x20 e arbitrário, com memória interna para armazenamento de medição e leitor de micro "sdcard", com envio de dados externos através de conexão usb, rs232 e "digimatic", apalpadores com e sem patins com força de medição de 0,75 e 4mn; pontas com raios de 2; 5 e 10mm e ângulos de 60 e 90 Graus, unidade de avaliação com "display" colorido e bateria recarregável.	Resolução nº 30, de 30 de dezembro de 2019
9031.80.12	032	Rugosímetros portáteis para medição de superfícies com unidade de avanço padrão, retrátil ou transversal com cursos máximo X=16mm (comprimento), Z=360mm (altura) , resolução máxima de 0,002 micrômetro, "cut-off" de 0,08; 0,25; 0,8; 2,5 e 8mm, números de comprimentos de amostragem x1, x2, x3, x4, x5, x6, x7, x8, x9, x10 e arbitrário, com memória interna para armazenamento de medição e leitor de micro SDcard com envio de dados externos através de conexão USB, RS232 e "Digimatic", com apalpadores com força de medição de 0,75 e 4mN; pontas com Raios de 2; 5 e 10mm e ângulos de 60 e 90 graus com unidade de avaliação com display colorido "touchscreen" e bateria recarregável.	Resolução nº 30, de 30 de dezembro de 2019
8441.80.00	107	Máquinas automáticas para corte e vinco, alimentadas por folhas soltas, contando com dispositivo de registro ótico para alinhamento	Resolução nº 11, de 30 de janeiro de

		automático de folhas, gramatura mínima do papel de 90g/m2, gramatura máxima do cartão de 2.000g/m2, velocidade máxima igual ou superior a 7.500folhas/h e formato máximo igual a 760 x 1.060mm.	2020
8457.10.00	405	Centros de usinagem verticais tipo multitarefas para usinagem de peças metálicas, com comando numérico computadorizado (CNC), para furar, fresar e rosquear, com capacidade para usinar peças com diâmetro máximo de 1.700mm e altura máxima de 1.600mm, capacidade de interpolação simultânea de 5 eixos (X,Y,Z,B e C), eixos X, Y, Z com cursos respectivamente de 1.700 x 1.500 x 1.150mm, eixo B com inclinação de 150 Graus (-30 Graus ~+120 Graus), eixo C com capacidade de interpolação de 360 Graus contínuos, mínimo incremento de indexação dos eixos B e C igual a 0,0001 Graus, velocidade de avanço rápido dos eixos X, Y, Z igual a 52.000mm/min, cabeçote fresador com rotação máxima de 15.000rpm e com potência máxima de 56kW, com trocador automático de ferramentas e com magazine com capacidade igual ou superior a 43 ferramentas, peso máximo admissível 3.500kg.	Resolução nº 11, de 30 de janeiro de 2020
8457.10.00	406	Centros de usinagem verticais tipo multitarefa para usinagem de peças metálicas, com comando numérico computadorizado (CNC), para furar, fresar e rosquear, com capacidade para usinar peças com diâmetro máximo de 1.050mm e altura máxima de 965mm, capacidade de interpolação simultânea de 5 eixos (X,Y,Z,B e C), eixos X,Y,Z com cursos respectivamente de 1.425 x 1.050 x 1.050mm, eixo B com inclinação de 150 Graus (-30 Graus ~+120 Graus), eixo C com capacidade de interpolação de 360 Graus contínuos, mínimo incremento de indexação dos eixos B e C igual a 0,0001 Graus, velocidade de avanço rápido dos eixos X, Y, Z igual a 52.000mm/min, cabeçote fresador com rotação máxima de 15.000rpm e com potência máxima de 56kW, com trocador automático de ferramentas e com magazine com capacidade igual ou superior a 43 ferramentas, peso máximo admissível 1.750kg.	Resolução nº 11, de 30 de janeiro de 2020
8413.50.10	049	Bombas volumétricas alternativas de pistões axiais de fluxo variável para acionamento hidráulico em circuito fechado, com pressão máxima de 17,5MPa.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8413.50.10	050	Bombas volumétricas alternativas de pistões	Resolução nº

		axiais, fluxo variável para acionamento hidráulico em circuito fechado, com pressão nominal de 26MPa.	14, de 19 de fevereiro de 2020
8413.50.10	052	Bombas volumétricas alternativas de pistões axiais de fluxo variável para acionamento hidráulico em circuito fechado, com pressão máxima de 35MPa, deslocamento volumétrico de 200cm3 /rotação, fluxo máximo de 355L/min e potência máxima de 243kW.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8413.50.10	054	Bombas volumétricas alternativas de pistões axiais de fluxo variável para acionamento hidráulico em circuito fechado, com pressão nominal de 34,3MPa, deslocamento volumétrico de 140cm3, fluxo máximo de 247L/min e potência máxima de 160kW.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8413.70.90	135	Bombas centrífugas de polpa de eixo vertical dotadas ou não de anel com bicos de aspersão de água injetada, tipo "cantilever", com carcaça bipartida fabricadas em liga metálica ou revestida em borracha (natural ou sintética), rotor tipo recuado ou semiabertos fabricado em liga metálica ou borracha (natural ou sintética), com comprimento total podendo variar de 1.200 à 3.000mm, com seus bocais com diâmetros de 2 polegadas a 8 polegadas e mancais dotados de rolamentos de rolos cônicos ou rolos cilíndricos, com capacidade de operação de fluxo de 5 a 600m3.Valor unitário (CIF) da mercadoria de no máximo R$ 35.222,80.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8426.41.90	117	Manipuladores hidráulicos para manuseio e transporte de cargas, autopropulsados sobre rodas com pneus de borracha, acionados por motor a diesel com potência máxima igual a 115 ou 160 ou 190kW, dotados de 2 eixos e tração nas 4 rodas, sendo o eixo frontal direcional e o eixo traseiro direcional ou não direcional, de montagem oscilante dotado de dispositivo de bloqueio acionável hidraulicamente, transmissão hidrostática, controlados por "joystick", com porta de abertura deslizante, braço frontal de trabalho articulado em duas partes com alcance máximo horizontal igual ou superior a 11,05m, mas inferior ou igual a 12,12m, com cilindro hidráulico do braço inferior montado invertido, com limitador de proximidade para o braço frontal superior, com peso operacional (sem acessório) igual ou superior à 22t, mas igual ou inferior à 51t, equipados ou não com garra hidráulica e/ou eletroímã e/ou "clamshell" e/ou tesoura hidráulica e/ou gancho.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020

8422.30.10	102	Máquinas automáticas, rotativas, para aplicação de rótulos com cola fria e/ou quente e/ou autoadesivo, por meio de agregados de rotulagem, em garrafas ou frascos de vidro e/ou plástico, controladas por sistema lógico programável (CLP), com interface de operação por meio de painel "touchscreen" colorido, com sistema de segurança de acesso, com sistema de orientação de garrafas por servomotor, com ou sem alimentação automática de rótulos, com ou sem sistema de inspeção de aplicação dos rótulos, com diâmetro de carrossel de 600 ou 720 ou 960 ou 1.200 ou 1.680mm e capacidade máxima de 25.000frascos/h.	Resolução nº 40, de 4 de maio de 2020
8432.39.10	007	Máquinas de arrasto para distribuição de produtos granulados por meio de hastes sulcadoras, com tanque central bipartido de poliuretano com capacidade de 12.000L, unidade dosadora com captação do produto granulado a vácuo, contendo sistema de taxa variável, equipados com discos de corte para corte da palhada, rodas metálicas na parte posterior para quebrar torrões do solo, largura de trabalho de 10,96m, hastes sulcadoras com espaçamento de 45cm, dotado de eixos com rodas metálicas na parte posterior e comprimento total de 11,64m.	Resolução nº 40, de 4 de maio de 2020
8413.70.10	039	Motobombas centrifugas com motor elétrico de imã permanente sem escovas, com bocal de sucção e recalque de 2 polegadas com rosca tipo BSP para as potências de 500 a 900W e bocal de sucção e recalque de 3 polegadas com rosca tipo BSP para a potência de 1.200W, trifásicos em corrente continua, com vazão máxima de 27m³/h, altura manométrica até 19mca, utilizadas para circulação de água de piscina, acompanhadas de seu acionamento (controlador para auxílio no funcionamento da bomba).	Resolução nº 55, de 22 de junho de 2020
8413.81.00	060	Motobombas centrífugas multiestágios com motor elétrico de imã permanente sem escovas para operação submersa, com bocal de saída em latão e válvula de retenção incorporada, medindo 1 polegadas com rosca tipo BSP, eixo e corpo do bombeador em aço inox, rotor e difusor em tecnopolímero, de 8 a 17 estágios, acopladas a motor de imã permanente refrigerado e lubrificado a óleo, potência de 270 a 750W, trifásico em corrente continua, com vazão máxima de 4,2m3/h, altura manométrica até 98mca, utilizadas para captação de água potável em poços tubulares profundo com diâmetro de 3 polegadas, acompanhadas de	Resolução nº 55, de 22 de junho de 2020

		seu acionamento (Controlador para auxílio no funcionamento da bomba).	
8422.40.90	900	Combinações de máquinas automáticas para a fabricação de recipientes plásticos utilizados como embalagens de produtos alimentícios, compostas de: desbobinador duplo para filmes com largura máxima de 830mm, diâmetro máximo das boninas igual a 1.200mm, com dispositivo pneumático para elevação das bobinas e controle de término de filme; termoformadora com área de conformação nominal máxima de 750 x 380mm, área de conformação nominal mínima de 480 x 80mm, estação de pré-aquecimento, estação de aquecimento, estação de conformação e corte, velocidade operacional máxima de 45ciclos/min, sistema de controle de temperatura por meio líquido, com ferramental de 14 cavidades para produção de recipientes com volume de 347ml; empilhador de recipientes já termoformados, formando pilhas com comprimento máximo de 800mm, velocidade operacional máxima maior ou igual a 47ciclos/min (variável em função das características e dimensões dos recipientes e pilhas); triturador de aparas com rotor de corte de 380mm de diâmetro, bocal de alimentação com dimensões de 920 x 70mm, dispositivo despoeirador de ar de exaustão, sistema de descarga em "big bags", com sistema de controle de temperatura por meio líquido; dispositivos de transporte contínuo do filme entre as máquinas, controladas por CLP (Controlador Lógico Programável) com interface por meio de tela "touchscreen".	Resolução nº 55, de 22 de junho de 2020
8436.10.00	054	Combinações de maquinas para peletização de ração para aves e/ou suínos e/ou ruminantes, compostas de: rosca transportadora, com capacidade de 55m²/h ou mais, misturador de vapor com 500mm de diâmetro e 2.000mm de comprimento em aço inox, unidade de controle de vapor para 2 a 4barg de pressão e capacidade de 750 a 1.750kh/h, unidade de redução de vapor para 8 a 12barg de pressão para 2 a 4barg de pressão e capacidade de 250 a1.650kg/h, retentor de longa duração - LTV de 3.000mm e 96m3/h com 1min de retenção e 32m3/h com 3min de retenção a 625kg/m3, com isolamento térmico em serpentina elétrica, peletizadora com matriz de 900mm de diâmetro e 275mm de profundidade com capacidade de produção de 25t/h com PDI de 90%, equipada com motor trifásico de gaiola de 315kW e	Resolução nº 55, de 22 de junho de 2020

		sistema de transmissão em 2 estágios por correia em "V" e correia dentada, com ajuste mecânico automatizado dos rolos e sistema de detecção de escorregamento dos rolos automático, sistema de troca de matriz "quick fit" de encaixe cônico, matriz sobressalente 900 x 275mm, 2 capas de rolos sobressalentes de 275mm de profundidade, 2 rolos sobressalentes de 275mm ranhurados, bica de conexão, válvula rotativa, distribuidor rotativo de peletes, resfriador de contrafluxo de 300 por 300mm, sensor indicador de nível, ciclone de aço inox de 5.000 por 1.000mm, válvula de pó de 8,5L de capacidade por evolução, válvula de controle de ar, ventilador de exaustão de 37Kw de potência, redutor de ruído, triturador duplo de peletes de capacidade de 25t/h para peletes de 4mm, painel de controle com painel principal de controle, painel de operação, painel de IO remoto e Painel PLC, com "software" de automação para operação da linha de peletização para controle da carga, temperatura, condicionamento, dosagem da rosca de transporte, lubrificação, velocidade de peletização, carga dos motores da linha de peletização, controle dos sensores e válvulas, controle dos "starters" de motores, controle dos variadores de frequência dos motores e controle do ajuste automatizado dos rolos e do sistema de detecção de escorregamento dos rolos.	
8429.52.19	059	Estantes de movimentação com bases autodeslizantes sobre trilhos, acionadas por 2 motoredutores rotor de gaiola de 0,75kW em cada base, com controle de tração, para armazenamento de cargas paletizadas em armazém frigorificado, com automação de seleção de pedidos (comissionamento), comando lógico programável acoplado (PLC), controladas automaticamente por sistema de gerenciamento WMS (warehouse management system - sistema de gerenciamento de armazéns), com estrutura em aço carbono com comprimento de 28.232mm e profundidade de 2.600mm, dotados de 2 conjuntos de trilhos guias e movimentação com 24.400mm de comprimento; 16 conjuntos de bases deslizantes formados por perfis laminados, rodas, motores e sistemas de conexão; conjunto de estruturas de porta "pallets" estática com comprimento de 31.600mm e profundidade de 1.050mm; 3 conjuntos de estruturas de porta "pallets", estática com comprimento de 28.100mm e profundidade de	Resolução nº 69, de 16 de julho de 2020

		1.050mm, dotadas de sensor de movimento óptico, pré-aviso sonoro de movimento, receptor via rádio frequência, transmissor portátil via rádio frequência, dispositivo para pré-ativação de iluminação do corredor, função de ventilador (estacionamento noturno com espaçamento pré-determinado para permitir uma melhor circulação de ar entre as estantes) e painel de controle/comando, com capacidade nominal de armazenagem de 4.431 paletes.	
8477.10.11	094	Máquinas injetoras horizontais elétricas monocolores para moldar e processar materiais termoplásticos, com unidade de fechamento com força de travamento entre 600kN e distância entre as colunas compreendida entre 370 X 370mm, com regulagem automática da altura do molde, sistema de fechamento por joelheira dupla de 5 pontos com acoplamento direto do servo motor ao eixo, dispensando uso de correias, com sistema de segurança do molde que detecta variações a partir de 1kN, com placas de fixação do molde com dimensões compreendidas entre 510 x 510mm, unidade de injeção com pressão de injeção entre 1.470 e 2.500bar e fluxo de injeção máximo compreendido entre 78 e 154cm3s (mesmo quando a máquina atinge a pressão máxima de injeção), servos motores que fazem os acionamentos dos eixos controlados por drives de acionamento com sistema de recuperação de energia elétrica na frenagem (KERS) que proporciona economia de até 30% no gasto com energia elétrica, refrigeração dos servos motores realizada por fluído especial que aumenta a eficiência dos servos motores e dispensa o uso de ventiladores, interface homem máquina sensível ao toque, com programação de sequência do ciclo via fluxograma gráfico com teste instantâneo de plausibilidade e com sistema de assistência ao programador (assistente de setup) que permite a instalação do molde e sua parametrização em 5 etapas.	Resolução nº 69, de 16 de julho de 2020
8477.10.11	095	Máquinas injetoras horizontais elétricas monocolores para moldar e processar materiais termoplásticos, com unidade de fechamento com força de travamento entre 1.000kN e distância entre as colunas compreendida entre 470 x 470mm, com regulagem automática da altura do molde, sistema de fechamento por joelheira dupla de 5 pontos com acoplamento direto do servo motor ao eixo, dispensando uso de correias, com sistema de segurança do	Resolução nº 69, de 16 de julho de 2020

		molde que detecta variações a partir de 1kN, com placas de fixação do molde com dimensões compreendidas entre 637 x 637mm, unidade de injeção com pressão de injeção entre 1.530 e 2.500bar e fluxo de injeção máximo compreendido entre 98 e 176cm3s (mesmo quando a máquina atinge a pressão máxima de injeção), servos motores que fazem os acionamentos dos eixos controlados por drives de acionamento com sistema de recuperação de energia elétrica na frenagem (KERS) que proporciona economia de até 30% no gasto com energia elétrica, refrigeração dos servos motores realizada por fluído especial que aumenta a eficiência dos servos motores e dispensa o uso de ventiladores, interface homem máquina sensível ao toque, com programação de sequência do ciclo via fluxograma gráfico com teste instantâneo de plausibilidade e com sistema de assistência ao programador (assistente de setup) que permite a instalação do molde e sua parametrização em 5 etapas.	
8477.10.11	096	Máquinas injetoras horizontais elétricas monocolores para moldar e processar materiais termoplásticos, com unidade de fechamento com força de travamento entre 1.500kN e distância entre as colunas compreendida entre 520 x 520mm, com regulagem automática da altura do molde, sistema de fechamento por joelheira dupla de 5 pontos com acoplamento direto do servo motor ao eixo, dispensando uso de correias, com sistema de segurança do molde que detecta variações a partir de 1kN, com placas de fixação do molde com dimensões compreendidas entre 695 x 695mm, unidade de injeção com pressão de injeção entre 1.580 e 2.500bar e fluxo de injeção máximo compreendido entre 126 e 208cm3s (mesmo quando a máquina atinge a pressão máxima de injeção), servos motores que fazem os acionamentos dos eixos controlados por drives de acionamento com sistema de recuperação de energia elétrica na frenagem (KERS) que proporciona economia de até 30% no gasto com energia elétrica, refrigeração dos servos motores realizada por fluído especial que aumenta a eficiência dos servos motores e dispensa o uso de ventiladores, interface homem máquina sensível ao toque, com programação de sequência do ciclo via fluxograma gráfico com teste instantâneo de plausibilidade e com sistema de assistência ao programador (assistente de setup) que permite	Resolução nº 69, de 16 de julho de 2020

		a instalação do molde e sua parametrização em 5 etapas.	
8477.10.11	097	Máquinas injetoras horizontais elétricas monocolores para moldar e processar materiais termoplásticos, com unidade de fechamento com força de travamento entre 2.000kN e distância entre as colunas compreendida entre 570 x 570mm, com regulagem automática da altura do molde, sistema de fechamento por joelheira dupla de 5 pontos com acoplamento direto do servo motor ao eixo, dispensando uso de correias, com sistema de segurança do molde que detecta variações a partir de 1kN, com placas de fixação do molde com dimensões compreendidas entre 795 X795mm, unidade de injeção com pressão de injeção entre 1.650 e 2.470bar e fluxo de injeção máximo compreendido entre 174 e 260cm3s (mesmo quando a máquina atinge a pressão máxima de injeção), servos motores que fazem os acionamentos dos eixos controlados por drives de acionamento com sistema de recuperação de energia elétrica na frenagem (KERS) que proporciona economia de até 30% no gasto com energia elétrica, refrigeração dos servos motores realizada por fluído especial que aumenta a eficiência dos servos motores e dispensa o uso de ventiladores, interface homem máquina sensível ao toque, com programação de sequência do ciclo via fluxograma gráfico com teste instantâneo de plausibilidade e com sistema de assistência ao programador (assistente de setup) que permite a instalação do molde e sua parametrização em 5 etapas.	Resolução nº 69, de 16 de julho de 2020
8479.90.90	004	Motores de corrente contínua de 24Vcc, com 88W de potência, torque de 0,54Nm, velocidade de 1.045rpm e temperatura de operação de -40 até 80 Graus Celsius acoplados a redutor de velocidade de 1,5rpm, torque de 280Nm, relação de redução de 622:1, com índice de proteção IP:65, fixação por parafusos em 4 pontos, alimentação através de conector SP2110/S3II medidas externas de 365 x 83mm, para utilização exclusiva em acionadores de rastreadores solares.	Resolução nº 69, de 16 de julho de 2020
8479.82.10	249	Misturadores úmidos de pós por alto cisalhamento, para utilização em laboratórios farmacêuticos, para mistura, homogeneização e granulação de pós em um único corpo, com capacidade de 1.000L, com proteção contra explosão no uso de solventes; com resistência à pressão de choque 12bar; dotados de um	Resolução nº 78, de 25 de agosto de 2020

		container de produtos com um agitador e um triturador, alimentação de produtos à vácuo, descarregamento lateral com válvula de descarga pneumática, exaustão de ar com filtro hepa, bicos de pulverização e bicos para limpeza, controlador lógico programável, painel de controle "touchscreen" colorido e comando computadorizado e "software" incorporado para controle e registro dos parâmetros do processo; controle e registro de lotes fabricados; controle, administração e registro de acessos, "logins" e senhas de usuários; "software" validável de acordo com FDA 21 CFR-Part-11; geração de relatórios de lotes fabricados; serviço remoto para assistência técnica via "web".	
8504.40.90	088	Inversores solares fotovoltaicos do tipo conectado à rede, com potência mínima de 100kW e máxima de 185kW, com no mínimo 6 rastreadores do ponto de máxima potência (MPPT) e duas entradas por MPPT, corrente fotovoltaica máxima de entrada por MPPT de até 26A, corrente máxima de entrada por conector de até 40A, máxima tensão de entrada fotovoltaica de 1.500Vcc, tensão trifásica de saída 800V, eficiência máxima de até 99,03%, grau de proteção mínimo IP65, peso máximo de 84kg, resfriamento por ar forçado inteligente, com dispositivos de proteção contra surtos (DPS) tipo II para CC e para CA , fator de potência ajustável entre 0,8 indutivo a 0,8 capacitivo e comunicação por "bluetooth".	

Art. 3º Ficam incluídos os Ex-tarifários abaixo nos respectivos atos legais indicados:

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO	ATO LEGAL
8443.39.10	355	Máquinas de impressão digital por jato de tinta com cabeças de impressão com 4 ou 5 cores para impressão direta em vestuários (camisas e camisetas) e tecidos de algodão e blendas (combinados) de algodão + poliéster com um mínimo de 50% de algodão e espessura de até 25mm, dependendo do tipo de tecido e qualidade de impressão selecionados, trabalhando com espaços de cor RGB e CMYK, possuindo sistema automático de limpeza da cabeça de impressão e de circulação de tinta branca, com bandejas de fixação de vestuários e tecidos de tamanhos variáveis de até 500 x 600mm.	Resolução Camex nº 51 de 05 de julho de 2017
8443.39.10	351	Máquinas de impressão por jato de tinta, para impressão em papel comum ou fotográfico, com velocidade de impressão de até 35s para o	Resolução Camex nº 90 de 13 de

		tamanho A1, resolução máxima de 2.400 x 1.200dpi, com 4 cores e 1 cabeça de impressão, capacidade de impressão de largura mínima de linha de 0,02mm, com alimentação por folhas ou rolo de até 914mm de largura e bandeja para folhas até tamanho A3, capacidade de utilização de mídias com peso até 280g/m², memória de até 2GB e painel display com tela colorida sensível ao toque ou não de até 4,3 polegadas.	dezembro de 2017
8443.39.10	352	Máquinas de impressão por jato de tinta, para impressão em papel comum ou fotográfico, com velocidade de impressão de até 70s para o tamanho A1, resolução máxima de até 2.400 x 1.200dpi, com 4 cores e 1 cabeça de impressão, capacidade de impressão de largura mínima de linha de 0,04mm, com alimentação por folhas ou rolo de até 610mm de largura e bandeja para folhas até tamanho A3, capacidade de utilização de mídias com peso até 280 g/m2, memória de até 1GB e painel com tela colorida sensível ao toque de até 4,3 polegadas.	Resolução Camex nº 90 de 13 de dezembro de 2017
8479.89.99	314	Equipamentos automáticos para o enchimento rápido de pneus automotivos já posicionados nas rodas, sem a utilização de anel de vedação sobre a superfície das rodas, para rodas com diâmetros compreendidos entre 14 e 19 polegadas, com dispositivo de carregamento e pré-centragem, estação de centragem e insulflamento, dispositivo de descarga dos pneus já inflados, controlados por controlador lógico programável (CLP).	Resolução Camex nº 90 de 13 de dezembro de 2017
8467.89.00	035	Cilindros expansores elétricos tipo macaco telescópico para resgate, pressão de trabalho máxima 720bar, comprimento retraído máximo de 691mm, comprimento expandido máximo igual ou superior a 1.041mm, sem bateria incorporada aos seus corpos, iluminação de LED integrada.	Resolução Camex nº 15 de 28 de fevereiro de 2018
8467.89.00	036	Ferramentas elétricas alargadoras com pressão de trabalho máxima de 720bar, distância de separação máxima de igual ou superior a 725mm, força de separação máxima igual ou superior a 366kN ou 37,3t, sem bateria incorporada aos seus corpos, iluminação de LED integrada.	Resolução Camex nº 15 de 28 de fevereiro de 2018
8467.89.00	037	Ferramentas elétricas combinadas, tipo tesoura multiuso para resgate, pressão de trabalho máxima 720bar, com força máxima de corte igual ou superior a 380kN, sem bateria incorporada ao seu corpo, iluminação de LED integrada.	Resolução Camex nº 15 de 28 de fevereiro de 2018

8423.20.00	003	Balança automática dotada de transportador de pesagem, com tela touchscreen multilíngue, memória capaz de armazenar de 100 a 400 produtos, capacidade de carga compreendida de 3g a 80kg, com até 7 zonas de pesagem e produtividade igual ou superior a 60pesagens/min, dispositivo de rejeição por sopro de ar, pistão pneumático, esteira basculante ou braço desviador.	Resolução Camex nº 55, de 10 de agosto de 2018
8465.95.11	010	Máquinas-ferramentas para furar painéis de madeiras e aglomerados, com comprimento máximo de 3.000mm e mínimo de 250mm, com movimentação automática no eixo X por meio de servomotor, controladas por um controlador numérico computadorizado (CNC), dotadas de 6 ou mais grupos furadores inferiores, com 4 ou mais grupos furadores superiores, com dispositivo de substituição rápida dos cabeçotes, com 2 cabeçotes horizontais, com ferramental para troca rápida das brocas, com uma entrada e uma saída automatizada para a peça, sendo que a entrada é com 3 seções: dispositivo de posicionamento traseiro controlado por servomotor, posição rápida e liberação.	Resolução Camex nº 85 , de 9 de novembro de 2018
8431.20.11	073	Conjuntos de tração para empilhadeiras elétricas, carga máxima aplicada entre 10.000 e 12.000N; torque máximo estático na roda entre 500 e 900Nm; torque máximo dinâmico na roda 600Nm; torque máximo continuo na roda 150Nm; relação 29,85:1; capacidade de óleo 0,9 litros; entrada da força do motor: vertical; bolt circle: 70mm; eixo de ação 196mm; acoplamento do motor de tração: 35 de diâmetro; redução de 17:1.	Resolução Camex nº 96, de 07 de dezembro de 2018
8515.90.00	009	Gabaritos de máquinas de solda para posicionamento e fechamento de cabines ou peças automotivas com estrutura de base e apoios laterais/superior baseados nos dimensionais das partes metálicas a serem agrupadas, com dimensional controlado e calibrado, com sistemas de travamento das peças por meio de atuadores e dimensões até 6.000 x 6.000mm (L x C).	Portaria SECINT nº 220, de 25 de fevereiro de 2019
8464.90.19	199	Combinações de máquinas para lapidação das 4 laterais de chapas de vidro, com capacidade de carga máxima igual ou superior a 70kg compostas de: 2 lapidadoras bilaterais, grupo de esquadria e grupo de alinhamento, sistema de refrigeração dos rebolos em circuito fechado, 1 mesa de translação angular para transporte das chapas de vidro entre as lapidadoras bilaterais; para dimensão mínima de 80 x 80mm e máxima	Portaria SECINT nº 391 de 07 de maio de 2019

		de 1.600 x 1.600mm, e espessura 2 a 12mm velocidade de avanço máxima igual ou superior a 10m/min; para dimensão mínima de 90 x 90mm e máxima de 2.000 x 2.000mm e espessura de 2 a 12mm velocidade de avanço máxima igual ou superior a 10m/min; para dimensão mínima 160 x 160mm ou 140x270mm e máxima de 3.300 x 6.100mm e espessura de 3 a 30mm velocidade de avanço máxima igual ou superior a 10m/min; podendo conter ou não; dispositivo de desbaste dos cantos da chapa de vidro (quebra canto), mesa de translação para transporte da chapa de vidro na saída, lavadora das chapas de vidro.	
8419.81.90	117	Máquinas automáticas de café expresso e bebidas à base de café expresso, com solúveis e leite; com sistema para dispensa de leite líquido ou vaporizado, quente ou gelado; podendo conter reservatório refrigerado para leite, de 5 ou 12 L; voltadas para uso não-doméstico; sem dispositivo para pagamento da bebida; capacidade de produção recomendada de até 150xícaras/dia; conexão direta à rede de fornecimento de água; dispositivo de aquecimento de água incorporado com caldeira em aço inoxidável; reservatório de café em grãos (1 com capacidade de 2kg ou 2 com capacidade de 1,2kg cada); moinho automático de café com fresas em cerâmica (1 ou 2 moinhos); sistema e reservatórios para produtos solúveis (2 reservatórios); pressão operacional de até 8bar; dotadas de sistema automático de limpeza; bandeja de gotejamento e suporte de xícaras, com capacidade de 3L; painel de controle com tela sensível ao toque de 8 polegadas e sistema de iluminação e sinalização de mensagens LED; sistema de controle de pressão e temperatura, permitindo a extração correta para cada tipo desejado de café; potência entre 2.400 e 7.900W.	Portaria SECINT nº 510 de 26 de julho de 2019
8479.90.90	313	Amortecedores "Dampers" de oscilações de painéis fotovoltaicos, usados exclusivamente em seguidores solares de um eixo "Trackers", com capacidade para suportar ventos de até 100mph (aproximadamente 161km/h), comprimento estendido máximo de 1.119mm, velocidade máxima de 500mm/s, força de amortecimento máxima de 8.000N e temperatura de operação de -40 a +50 Graus Celsius.	Portaria SECINT nº 510 de 26 de julho de 2019
8504.40.90	109	Equipamentos estáticos para fornecimento de energia elétrica no sistema de tração ferroviário dotados de: retificadores com tensão de entrada até 2 x 1.250Vca para tensão de saída até	Portaria SECINT nº 531, de 20 de agosto de

		3.000Vcc e potência de até 4MW, podendo conter reatância de alisamento, dispositivos de proteção com disjuntores extra rápido e/ou seccionadora para até 3kVcc e dispositivo curto circuitador.	2019
9027.80.99	512	Analisadores de permeabilidade a gases de vapor d'água em embalagens, dotados de sensor infravermelho, com faixa de medição compreendida de 0,005 a 100g/m2/dia, faixa de medição com área reduzida compreendida de 0,05 a 1.000g/m2/dia, área da amostra de 50cm2, controle de umidade relativa de 0%, 5% a 90% e 100%, controle de temperatura compreendido de 10 a 40 Graus Celsius e com interface "touchscreen".	Resolução nº 14 de 19 de novembro de 2019
9031.80.12	036	Rugosímetros portáteis para medição de superfícies com unidade de avanço com cursos máximo X=50mm (comprimento), Z=800 micrometros (altura) , resolução máxima de 0,0001mm, "cut-off" de 0,08; 0,25; 0,8; 2,5 e 8mm, números de comprimentos de amostragem x1 a x20 e arbitrário, com memória interna para armazenamento de medição e leitor de micro "sdcard", com envio de dados externos através de conexão usb, rs232 e "digimatic", apalpadores com e sem patins com força de medição de 0,75 e 4Nm; pontas com raios de 2; 5 e 10 micrômetros e ângulos de 60 e 90 Graus, unidade de avaliação com "display" colorido e bateria recarregável.	Resolução nº 30, de 30 de dezembro de 2019
9031.80.12	037	Rugosímetros portáteis para medição de superfícies com unidade de avanço padrão, retrátil ou transversal com cursos máximo X=16mm (comprimento), Z=360 micrômetros (altura) , resolução máxima de 0,002 micrômetro, "cut-off" de 0,08; 0,25; 0,8; 2,5 e 8mm, números de comprimentos de amostragem x1, x2, x3, x4, x5, x6, x7, x8, x9, x10 e arbitrário, com memória interna para armazenamento de medição e leitor de micro SDcard com envio de dados externos através de conexão USB, RS232 e "Digimatic", com apalpadores com força de medição de 0,75 e 4Nm; pontas com Raios de 2; 5 e 10 micrômetros e ângulos de 60 e 90Graus com unidade de avaliação com display colorido "touchscreen" e bateria recarregável.	Resolução nº 30, de 30 de dezembro de 2019
8457.10.00	444	Centros de usinagem verticais tipo multitarefas para usinagem de peças metálicas, com comando numérico computadorizado (CNC), para furar, fresar e rosquear, com capacidade para usinar peças com diâmetro máximo de	Resolução nº 11, de 30 de janeiro de 2020

		1.700mm e altura máxima de 1.600mm, capacidade de interpolação simultânea de 5 eixos (X,Y,Z,B e C), eixos X, Y, Z com cursos respectivamente de 1.700 x 1.500 x 1.150mm, eixo B com inclinação de 150 graus (-30 graus ~ +120 graus), eixo C com capacidade de interpolação de 360 graus contínuos, mínimo incremento de indexação dos eixos B e C igual a 0,0001 grau, velocidade de avanço rápido dos eixos X, Y, Z igual a 52.000mm/min, cabeçote fresador com rotação máxima de 15.000rpm e com potência máxima de 56kW, com trocador automático de ferramentas e com magazine com capacidade igual ou superior a 43 ferramentas, peso máximo admissível 3.500kg, com ou sem transportador de cavacos.	
8457.10.00	445	Centros de usinagem verticais tipo multitarefa para usinagem de peças metálicas, com comando numérico computadorizado (CNC), para furar, fresar e rosquear, com capacidade para usinar peças com diâmetro máximo de 1.050mm e altura máxima de 965mm, capacidade de interpolação simultânea de 5 eixos (X,Y,Z,B e C), eixos X,Y,Z com cursos respectivamente de 1.425 x 1.050 x 1.050mm, eixo B com inclinação de 150 graus (-30 graus ~ +120 graus), eixo C com capacidade de interpolação de 360 graus contínuos, mínimo incremento de indexação dos eixos B e C igual a 0,0001 graus, velocidade de avanço rápido dos eixos X, Y, Z igual a 52.000mm/min, cabeçote fresador com rotação máxima de 15.000rpm e com potência máxima de 56kW, com trocador automático de ferramentas e com magazine com capacidade igual ou superior a 43 ferramentas, peso máximo admissível 1.750kg, com ou sem transportador de cavacos.	Resolução nº 11, de 30 de janeiro de 2020
8413.50.10	060	Bombas volumétricas alternativas de pistões axiais de fluxo variável para acionamento hidráulico em circuito fechado, com diâmetro externo de eixo de 30mm, com pressão nominal de 175bar e máxima de 220bar.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8413.50.10	061	Bombas volumétricas alternativas de pistões axiais de fluxo variável para acionamento hidráulico em circuito fechado, com diâmetro externo de eixo de 34mm, com pressão nominal de 200bar e máxima de 250bar.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8413.50.10	062	Bombas volumétricas alternativas de pistões axiais de fluxo variável para acionamento hidráulico em circuito fechado, com diâmetro externo do eixo de 49,6mm, com pressão máxima de 350bar, deslocamento volumétrico	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020

		de 200cm3 /rotação, fluxo máximo de 355L/min e potência máxima de 243kW.	
8413.50.10	063	Bombas volumétricas alternativas de pistões axiais de fluxo variável para acionamento hidráulico em circuito fechado, com diâmetro externo do eixo de 47mm, com pressão nominal de 343bar e máxima de 392bar, deslocamento volumétrico de 140cm3, fluxo máximo de 247L/min e potência máxima de 160kW.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8413.70.90	151	Bombas centrífugas de polpa de eixo vertical dotadas ou não de anel com bicos de aspersão de água injetada, tipo "cantilever", com carcaça bipartida fabricadas em liga metálica ou revestida em borracha (natural ou sintética), rotor tipo recuado ou semiabertos fabricado em liga metálica ou borracha (natural ou sintética), com comprimento de haste total podendo variar de 1.200 à 3.000mm, com seus bocais de descarga com diâmetros de 2 polegadas a 8 polegadas e mancais dotados de rolamentos de rolos cônicos ou rolos cilíndricos, com capacidade de operação de fluxo de 5 a 600m3.Valor unitário (CIF) da mercadoria de no máximo R$ 35.222,80.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8422.30.10	108	Máquinas automáticas, rotativas, para aplicação de rótulos com cola fria e/ou quente e/ou autoadesivo, por meio de agregados de rotulagem, em garrafas ou frascos de vidro e/ou plástico, controladas por sistema lógico programável (CLP), com interface de operação por meio de painel "touchscreen" colorido, com sistema de segurança de acesso, com sistema de orientação de garrafas por servomotor, com ou sem alimentação automática de rótulos, com ou sem sistema de inspeção de aplicação dos rótulos, com diâmetro de carrossel de 600 ou 720 ou 960 ou 1.200 ou 1.680mm e capacidade máxima de até 25.000frascos/h.	Resolução nº 40, de 4 de maio de 2020
8432.80.00	032	Máquinas de arrasto para distribuição de produtos granulados por meio de hastes sulcadoras, com tanque central bipartido de poliuretano com capacidade de 12.000L, unidade dosadora com captação do produto granulado a vácuo, contendo sistema de taxa variável, equipados com discos de corte para corte da palhada, rodas metálicas na parte posterior para quebrar torrões do solo, largura de trabalho de 10,96m, hastes sulcadoras com espaçamento de 45cm, dotado de eixos com rodas metálicas na parte posterior e comprimento total de 11,64m.	Resolução nº 40, de 4 de maio de 2020
8413.70.10	044	Motobombas centrífugas multiestágios com	Resolução nº

		motor elétrico de imã permanente sem escovas para operação submersa, com bocal de saída em latão e válvula de retenção incorporada, medindo 1 polegadas com rosca tipo BSP, eixo e corpo do bombeador em aço inox, rotor e difusor em tecnopolímero, de 8 a 17 estágios, acopladas a motor de imã permanente refrigerado e lubrificado a óleo, potência de 270 a 750W, trifásico em corrente continua, com vazão máxima de 4,2m3/h, altura manométrica até 98mca, utilizadas para captação de água potável em poços tubulares profundo com diâmetro de 3 polegadas, acompanhadas de seu acionamento (Controlador para auxílio no funcionamento da bomba).	55 de 22 de junho de 2020
8413.70.90	150	Motobombas centrifugas com motor elétrico de imã permanente sem escovas, com bocal de sucção e recalque de 2 polegadas com rosca tipo BSP para as potências de 500 a 900W e bocal de sucção e recalque de 3 polegadas com rosca tipo BSP para a potência de 1.200W, trifásicos em corrente continua, com vazão máxima de 27m3/h, altura manométrica até 19mca, utilizadas para circulação de água de piscina, acompanhadas de seu acionamento (controlador para auxílio no funcionamento da bomba).	Resolução nº 55 de 22 de junho de 2020
8436.10.00	056	Combinações de máquinas para peletização de ração para aves e/ou suínos e/ou ruminantes, compostas de: rosca transportadora, com capacidade de 55m2/hora ou mais, misturador de vapor com 500mm de diâmetro e 2.000mm de comprimento em aço inox, unidade de controle de vapor para 2-4barg de pressão e capacidade de 750-1.750kh/hora, unidade de redução de vapor para 8-12barg de pressão para 2-4barg de pressão e capacidade de 250-1.650kg/hora, retentor de longa duração - LTV de 3.000mm e 96m3/h com 1 minuto de retenção e 32m3/h com 3 minutos de retenção a 625kg/m3, com isolamento térmico em serpentina elétrica, peletizadora com matriz de 900mm de diâmetro e 275mm de profundidade com capacidade de produção de 25t/h com PDI de 90%, equipadas com motor trifásico de gaiola de 315kW e sistema de transmissão em 2 estágios por correia em "V" e correia dentada, com ajuste mecânico automatizado dos rolos e sistema de detecção de escorregamento dos rolos automáticos, sistema de troca de matriz "quick fit" de encaixe cônico, bica de conexão, válvula rotativa, distribuidor rotativo de peletes, resfriador de contra fluxo de 3.000mm por	Resolução nº 55 de 22 de junho de 2020

		3.000mm, sensor indicador de nível, ciclone de aço inox de 5.000mm por 1.000mm, válvula de pó de 8,5L de capacidade por evolução, válvula de controle de ar, ventilador de exaustão de 37kW de potência, redutor de ruído, triturador duplo de peletes de capacidade de 25t/h para peletes de 4mm, painel de controle com painel principal de controle, painel de operação, painel de IO remoto e Painel PLC, com "software" de automação para operação dos equipamentos de peletização como controle da carga, temperatura, condicionamento, dosagem da rosca de transporte, lubrificação, velocidade de peletização, carga dos motores, controle dos sensores e válvulas, controle dos "starters" de motores, controle dos variadores de frequência dos motores e controle do ajuste automatizado dos rolos e do sistema de detecção de escorregamento dos rolos.	
8477.40.90	039	Combinações de máquinas automáticas para a fabricação de recipientes plásticos utilizados como embalagens de produtos alimentícios, compostas de: desbobinador duplo para filmes com largura máxima de 830mm, diâmetro máximo das boninas igual a 1.200mm, com dispositivo pneumático para elevação das bobinas e controle de término de filme; termoformadora com área de conformação nominal máxima de 750 x 380mm, área de conformação nominal mínima de 480 x 80mm, estação de pré-aquecimento, estação de aquecimento, estação de conformação e corte, velocidade operacional máxima de 45ciclos/min, sistema de controle de temperatura por meio líquido, com ou sem ferramental de 14 cavidades para produção de recipientes com volume de 347ml; empilhador de recipientes já termoformados, formando pilhas com comprimento máximo de 800mm, velocidade operacional máxima maior ou igual a 47ciclos/min (variável em função das características e dimensões dos recipientes e pilhas); triturador de aparas com rotor de corte de 380mm de diâmetro, bocal de alimentação com dimensões de 920 x 70mm, dispositivo despoeirador de ar de exaustão, sistema de descarga em "big bags", com sistema de controle de temperatura por meio líquido; dispositivos de transporte contínuo do filme entre as máquinas, controladas por CLP (Controlador Lógico Programável) com interface por meio de tela "touchscreen".	Resolução nº 55 de 22 de junho de 2020
8477.10.11	101	Máquinas injetoras horizontais elétricas	Resolução nº

		monocolores para moldar e processar materiais termoplásticos, com unidade de fechamento com força de travamento de 600kN e distância entre as colunas de 370 X 370mm, com regulagem automática da altura do molde, sistema de fechamento por joelheira dupla de 5 pontos com acoplamento direto do servo motor ao eixo, dispensando uso de correias, com sistema de segurança do molde que detecta variações a partir de 1kN, com placas de fixação do molde com dimensões de 510 x 510mm, unidade de injeção com pressão de injeção entre 1.470 e 2.500bar e fluxo de injeção máximo compreendido entre 78 e 154cm³/s (mesmo quando a máquina atinge a pressão máxima de injeção), servos motores que fazem os acionamentos dos eixos controlados por drives de acionamento com sistema de recuperação de energia elétrica na frenagem (KERS) que proporciona economia de até 30% no gasto com energia elétrica, refrigeração dos servos motores realizada por fluído especial que aumenta a eficiência dos servos motores e dispensa o uso de ventiladores, interface homem máquina sensível ao toque, com programação de sequência do ciclo via fluxograma gráfico com teste instantâneo de plausibilidade e com sistema de assistência ao programador (assistente de setup) que permite a instalação do molde e sua parametrização em 5 etapas.	69 de 16 de julho de 2020
8477.10.11	102	Máquinas injetoras horizontais elétricas monocolores para moldar e processar materiais termoplásticos, com unidade de fechamento com força de travamento de 1.000kN e distância entre as colunas de 470 x 470mm, com regulagem automática da altura do molde, sistema de fechamento por joelheira dupla de 5 pontos com acoplamento direto do servo motor ao eixo, dispensando uso de correias, com sistema de segurança do molde que detecta variações a partir de 1kN, com placas de fixação do molde com dimensões de 637 x 637mm, unidade de injeção com pressão de injeção entre 1.530 e 2.500bar e fluxo de injeção máximo compreendido entre 98 e 176cm3/s (mesmo quando a máquina atinge a pressão máxima de injeção), servos motores que fazem os acionamentos dos eixos controlados por drives de acionamento com sistema de recuperação de energia elétrica na frenagem (KERS) que proporciona economia de até 30% no gasto com energia elétrica, refrigeração dos servos motores realizada por fluído especial que	Resolução nº 69 de 16 de julho de 2020

		aumenta a eficiência dos servos motores e dispensa o uso de ventiladores, interface homem máquina sensível ao toque, com programação de sequência do ciclo via fluxograma gráfico com teste instantâneo de plausibilidade e com sistema de assistência ao programador (assistente de setup) que permite a instalação do molde e sua parametrização em 5 etapas.	
8477.10.11	103	Máquinas injetoras horizontais elétricas monocolores para moldar e processar materiais termoplásticos, com unidade de fechamento com força de travamento de 1.500kN e distância entre as colunas de 520 x 520mm, com regulagem automática da altura do molde, sistema de fechamento por joelheira dupla de 5 pontos com acoplamento direto do servo motor ao eixo, dispensando uso de correias, com sistema de segurança do molde que detecta variações a partir de 1kN, com placas de fixação do molde com dimensões de 695 x 695mm, unidade de injeção com pressão de injeção entre 1.580 e 2.500bar e fluxo de injeção máximo compreendido entre 126 e 208cm3/s (mesmo quando a máquina atinge a pressão máxima de injeção), servos motores que fazem os acionamentos dos eixos controlados por drives de acionamento com sistema de recuperação de energia elétrica na frenagem (KERS) que proporciona economia de até 30% no gasto com energia elétrica, refrigeração dos servos motores realizada por fluído especial que aumenta a eficiência dos servos motores e dispensa o uso de ventiladores, interface homem máquina sensível ao toque, com programação de sequência do ciclo via fluxograma gráfico com teste instantâneo de plausibilidade e com sistema de assistência ao programador (assistente de setup) que permite a instalação do molde e sua parametrização em 5 etapas.	Resolução nº 69 de 16 de julho de 2020
8477.10.11	104	Máquinas injetoras horizontais elétricas monocolores para moldar e processar materiais termoplásticos, com unidade de fechamento com força de travamento de 2.000kN e distância entre as colunas de 570 x 570mm, com regulagem automática da altura do molde, sistema de fechamento por joelheira dupla de 5 pontos com acoplamento direto do servo motor ao eixo, dispensando uso de correias, com sistema de segurança do molde que detecta variações a partir de 1kN, com placas de fixação do molde com dimensões de 795 X795mm,	Resolução nº 69 de 16 de julho de 2020

		unidade de injeção com pressão de injeção entre 1.650 e 2.470bar e fluxo de injeção máximo compreendido entre 174 e 260cm3/s (mesmo quando a máquina atinge a pressão máxima de injeção), servos motores que fazem os acionamentos dos eixos controlados por drives de acionamento com sistema de recuperação de energia elétrica na frenagem (KERS) que proporciona economia de até 30% no gasto com energia elétrica, refrigeração dos servos motores realizada por fluído especial que aumenta a eficiência dos servos motores e dispensa o uso de ventiladores, interface homem máquina sensível ao toque, com programação de sequência do ciclo via fluxograma gráfico com teste instantâneo de plausibilidade e com sistema de assistência ao programador (assistente de setup) que permite a instalação do molde e sua parametrização em 5 etapas.	
8479.90.90	314	Motores de corrente contínua de 24Vcc, com 65 a 88W de potência, torque de 0,54 a 0,59Nm, velocidade de 1.045RPM e temperatura de operação de -40 até 80 Graus Celsius acoplados a redutor de velocidade de 1 a 1,5RPM, torque entre 280 e 480Nm, relação de redução entre 622:1 e 1045;1 , com índice de proteção IP:65 ou IP:66 , fixação por parafusos em 4 pontos, alimentação através de conector SP2113/P3 ou SP2110/S3II medidas externas de 365x83 ou 365x128mm, para utilização exclusiva em acionadores de rastreadores solares.	Resolução nº 69 de 16 de julho de 2020
8479.82.10	252	Misturadores úmidos de pós por alto cisalhamento, para utilização em laboratórios farmacêuticos, para mistura, homogeneização e granulação de pós em um único corpo, com capacidade de 1.000L, com proteção contra explosão no uso de solventes; com resistência à pressão de choque 12bar; dotados de um container de produtos com um agitador e um triturador, alimentação de produtos à vácuo, descarregamento lateral com válvula de descarga pneumática, exaustão de ar com filtro hepa, bicos de pulverização e bicos para limpeza, controlador lógico programável, painel de controle "touchscreen" colorido e comando computadorizado e "software" incorporado para controle e registro dos parâmetros do processo; controle e registro de lotes fabricados; controle, administração e registro de acessos, "logins" e senhas de usuários; "software" validável de acordo com FDA 21 CFR-Part-11; geração de relatórios de lotes fabricados; serviço remoto	Resolução nº 78, de 25 de agosto de 2020

		para assistência técnica via "web".	
8504.40.90	115	Inversores solares fotovoltaicos do tipo conectado à rede, com potência mínima de 100kW e máxima de 185kW, com no mínimo 6 rastreadores do ponto de máxima potência (MPPT) e duas entradas por MPPT, corrente fotovoltaica máxima de entrada por MPPT de até 26A, corrente máxima de entrada por conector de até 40A, máxima tensão de entrada fotovoltaica de 1.500Vcc, tensão trifásica de saída 800V, eficiência máxima de até 99,03%, grau de proteção mínimo IP65, peso máximo de 84kg, resfriamento por ar forçado inteligente, com dispositivos de proteção contra surtos (DPS) tipo II para CC e para CA , fator de potência ajustável entre 0,8 indutivo a 0,8 capacitivo e comunicação por "bluetooth".	Resolução nº 78, de 25 de agosto de 2020

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2020.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS - Presidente do Comitê-Executivo de Gestão - Substituto

ANEXO ÚNICO

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO
7309.00.90	022	Tanques circulares fabricados em chapas de aço parafusado com revestimento em epóxi fundido, para armazenamento de água, base sintética, salmoura e fluidos de perfuração para poços de petróleo com densidade específica de até 2,2lb/gal, construído baixo as normas de referências API-12B e API-650, com capacidade superior 100m3, com diâmetro máximo de 95m, altura máxima de 34m, dotados ou não de coberturas em dômus de alumínio ou em aço.
8402.90.00	001	Estruturas em aço de tubos de seção retangular, com formato próprio para envolver tubulações e equipamentos que trabalham com processamento de enxofre de refino de petróleo, interligadas por conexão flexível em aço, próprias para manutenção de temperaturas em Unidade de Recuperação de Enxofre (URE) entre 135 a 145 Graus Celsius, pressão de até 10,5kgf/cm2g.
8405.10.00	010	Geradores de nitrogênio com calibrador de pneus, em aço, com pressão de entrada de ar de até 30bar ou até 300psi, e pressão de saída de N2 de até 30bar ou até 300psi, pureza de nitrogênio de 85 até 99%, tensão monofásica de até 220V, com capacidade do tanque acima de 90L com enrolador de mangueira de ar para calibração, tela em LCD e manômetros.
8405.10.00	011	Equipamentos para enchimento de pneu automotivo, em aço, com geradora de N2, utiliza pressão de entrada de ar de 10 a

		30bar, faz a calibração, tensão de até 380V, com mangueira com retração automática, display LCD e manômetros.
8412.21.90	073	Fixadores giratórios hidráulicos, compostos de corpo de aço e curso total de 4 a 125mm; pressão máxima de 120 a 500bar; giro de 0 a 120 graus no sentido horário ou anti-horário; com ou sem curso vertical durante o giro, usados em dispositivos de fixação de centros de usinagem.
8412.29.00	024	Motores hidráulicos rotativos de engrenagens internas, pressão de trabalho até 25Mpa, vazão máxima de 50L/min a 6.000rpm, tamanhos 12 e 22, sentido de rotação horário/anti-horário, trabalha com fluídos hidráulicos HLP óleo mineral ou HFC, viscosidade de até 300mm2/s, temperatura de trabalho -20/+100 Graus Celsius, pressão de trabalho até 250bar, pressão estática até 450bar, deslocamento efetivo de até 8cm3/rev, velocidade máxima no eixo de saída até 6.000rpm.
8413.50.10	064	Bombas de membrana em polipropileno de alta densidade, para transporte de fluídos corrosivos, com coletores de sucção/saída, separados do corpo da bomba, cabeçote em polipropileno injetado, vazão compreendida de 95 a 142 litros/min, pressão máxima de 40 bar e potência compreendida de 10 a 14,9HP.
8413.70.10	045	Motobombas centrifugas multiestágios com motor elétrico incorporado para operação submersa, com bocal de saída em latão e válvula de retenção incorporada, medindo entre 1.1/4 e 2 polegadas com rosca tipo BSP, eixo e corpo do bombeador em aço inox, rotor de fluxo radial em poliacetal e difusor em policarbonato, acoplada a motor assíncrono lubrificado a óleo, rebobinável, com 2 polos, potência entre 0,50 e 3,00CV, frequência de 60Hz, com vazão máxima de 12m3/h, altura manométrica entre 5,98 e 211mca, utilizadas para captação de água potável em poços tubulares profundos com diâmetro mínimo de 4 polegadas, para trabalho com teor máximo de areia permitido de 50g/m3 podendo ser acompanhada de seu acionamento (Dispositivo capacitor para auxilio no funcionamento da bomba), de valor unitário (CIF) não superior a R$94,47.
8413.91.90	057	Sistemas de encapsulamento de bomba centrífuga submersa, com temperatura de trabalho entre -40 e 1.200 Graus Celsius e diferença de pressão de até 100Kgf/cm2 para uso em produção de poços de petróleo "subsea", composto por: tubos revestimento, "crossovers", tubos metálicos com rosca e abraçadeiras centralizadoras.
8414.59.90	043	Ventiladores axiais com motor AC de rotor externo, com difusor de ar incorporado ou grade metálica, conjunto hélice/rotor fundido em peça única de alumínio, dispensando a utilização de parafusos na fixação deste conjunto, hélice com 7 pás com borda de fuga serrilhada para a redução de nível de ruído e componente aerodinâmico "winglet" nas extremidades, potências nominais entre 740 até 2.900W, com diâmetro de hélice entre 497,5 a 788mm, vazão de ar até a 28.000m3/h, pressão até 380Pa.
8414.59.90	044	Ventiladores DC, com tensão nominal de 12V, área de carcaça de 128cm2, velocidade de 2.900rpm, vida útil de 70.000h, resistência de isolamento de 10Megaohm e proteção "Auto-

		Restart", para uso em conjunto com evaporador, utilizados no resfriamento dos compartimentos de refrigeradores domésticos.
8414.59.90	045	Ventiladores axiais monofásicos de corrente alternada para motores elétricos do sistema de "pitch" de turbinas eólicas, dotados de chapa metálica para fixação no motor elétrico; tensão nominal de 230Vac, frequência de 60Hz, rotação nominal de 3.050rpm, potência consumida 46W, temperatura de operação -25 a 70 Graus Celsius, corrente de partida 0,4A, direção de rotação anti-horário, grau de proteção mínimo IP54.
8417.10.10	002	Fornos para refusão de alumínio a gás natural para produção de tarugos, com capacidade de 32t , com dimensões internas de 5.400 x 5.900 x 2.120mm (L x C x A), tipo basculante, com controle de pressão interna, e um sistema de combustão composto por um par de queimadores regenerativos com 4.600kW de potência cada um, acompanhado de 1 conjunto de calhas de aço revestidas de material refratário apto a transferência de alumínio fundido, com painéis, painel de operação e comando por controle lógico programável (CLP).
8417.10.20	006	Fornos industriais contínuos, em linha, com esteira condutora em malha SUS310 com inclinação automática e espalhador por vibração, de aquecimento a gás com atmosfera controlada para tratamento térmico de têmpera, cementação e revenimento, com capacidade de produção entre 1.600 a 2.000kg/h para peças em aço carbono, com temperatura controlada mínima de 760 Graus Celsius e máxima de 950 Graus Celsius para têmpera e cementação e, temperatura mínima de 160 Graus Celsius e máxima de 650 Graus Celsius para revenimento, com sistema de controle computadorizado.
8417.80.90	067	Unidades funcionais de cura de esmalte a pó para esmaltação de peças para fogão doméstico, com capacidade de produção bruta de 4.000kg/h, composta de: forno à gás (GLP ou gás natural), tipo túnel com curso interno em "U", temperatura de trabalho de 800 - 880 Graus Celsius, com zonas térmicas controladas eletronicamente, tempo de queima em zona quente de 4,5min, com regulagem automática e contínua da potência necessária dos queimadores podendo variar sua modulação na faixa de 0 a 100%, tubos radiantes, isolamento térmico, sistema de combustão, cortinas de vedação térmica de ar do tipo moinho de vento, Transportador monotrilho aéreo de corrente bi- planar, com ganchos, trilhos, colunas e ferramentas de suporte de queima, Sistema de controle eletrônico da unidade com PLC e IHM.
8418.50.90	004	Estufas para controle de temperatura para armazenamento de produtos de nível alimentício entre 25 à 40 Graus Celsius e umidade controlada na faixa de 60 à 75%, possui de 1 até 4 portas de acesso e dimensões de 2.220mm de altura com 1.320 até 4.020mm da largura, com capacidade interna de armazenamento entre 4,86m2 até 17,01m2 e de 1.600 até 6.000L, com painel externo de controle "touchscreen".
8418.69.99	066	Refrigeradores equipados com painel de controle de umidade relativa, com capacidade de operação da temperatura entre -2 à

		20 Graus Celsius, para armazenamento de biomateriais delicados, com sistema de alarme integrado, sensor de temperatura, prateleiras e gavetas ajustáveis e removíveis, distribuidor de ar acoplado na parte superior.
8418.99.00	025	Chapas de policarbonato, espelhadas, desprovidas de componentes elétricos/eletrônicos, com resistência a chama UL-64 e resistência a descarga eletroestática de 12kV, para compor painéis de controles de refrigeradores com indicação das funções de uso, tais como: modo supermercado, festa e férias; controle do freezer em mínimo, médio, máximo; Drink Cooler com temporizador de 40min, 50min e 60min; Vitamin Power; Turbo Freezer e Trava do painel.
8419.31.00	011	Combinações de máquinas para secagem e esterilização, via tecnologia infravermelho, da pimenta preta, por um processo contínuo, com capacidade térmica de 2kJ/kg.k, temperatura de entrada em 20 Graus Celsius, e fonte de alimentação energética de 230/400V em 50Hz, compostas de: tambor rotativo com sistema infravermelho específico para secagem e também esterilização da pimenta preta, constituído de aço inoxidável, com base de aço carbono, possuindo em seu interior hélice transportadora, e sendo composto por sistema dosador de potência 1,5kW, 80 radiadores infravermelhos de potência 4,5kW cada, 2 acionadores do tambor rotativo, 2kW cada, 2 sistemas de refrigeração para o módulo radiador, de 2,2kW cada, e um ventilador-exaustor de ar, de 11kW; tambor rotativo para resfriamento com pás transportadoras integradas na base, composta por aço inoxidável e base de aço carbono, composto por 2 acionadores do tambor rotativo de potência 1,5kW cada, sistema de resfriamento por passagem de ar com 11kW e um sistema de ar-exaustor de 11kW; sistema de controle compostos por cabine elétrica com cabos de conexão, controle PLC, controle automático de emissão de luz infravermelho e parada de emergência; correias transportadoras, segmentada em módulos de plástico e acionada por um motor de 0,37kW; sistema de saída para envasamento em "big-bags" no estilo Y invertido, composto por aço carbono, com abertura de 60 graus, no qual se preenche 2 grandes sacos, possui um sistema de válvulas seletoras para direcionar o enchimento, e sistema de alerta de máximo preenchimento.
8419.31.00	012	Combinações de máquinas para controle, remoção e monitoramento da umidade interna do produto, dotadas de dispositivo automático de temperatura e velocidade dos fluxos de ar quente, ascendentes e descendentes, com capacidade de processamento de até 25t/h, com revestimento estrutural de "quantanium", base de funcionamento através de vapores espirais gerados através de motores elétricos em estruturas de aço inoxidável e sistema de controle de fluxo de ar, composto por: removedor de umidade interna por evaporação de 5 a 12% de umidade; agitador de carregamento; agitador de distribuição uniforme; 16 filtros de ar de entrada com relação ar-média de 4:1 e desempenho de 15.000 ACFM por filtro; agitador coletor com processamento em fluxo contínuo; e ventiladores de filtragem de ar de entrada, para injeção automática de ar para secagem

		controlada.
8419.39.00	151	Combinações de máquinas para secagem de pó cerâmicos com capacidade de produção igual ou superior a 55t/h a 1% de umidade, compostos de: 1 (um) fluidificador horizontal contínuo, com corpo em forma de túnel oscilante, dotado de gerador de ar quente por combustão direta (gás natural) com regulagem automática de temperatura, potência de até 3.500.000kcal/h e ventiladores elétricos com tubos para transmissão do ar quente ao ambiente; 1 (um) filtro de mangas com limpeza automática por meio de filtro em contracorrente, mediante ar comprimido, dotado de ventilador centrifugo com capacidade de 32.000m3/h a 15 Graus Celsius e motor elétrico de 55kW, controle e regulagem da capacidade aspirada automatizados e painéis elétricos com controlador lógico programável (PLC) para gestão dos equipamentos.
8419.50.21	090	Trocadores de calor tubulares, metálicos, formados por tubo de alumínio em formato de serpentina, com impurezas máxima nos tubos de 0,91g, com volume interno de 395cc ±5%, para gases He, dotados de resistência de aquecimento com tensão de 127V ou 220V, com capacidade de aquecimento de 230W ±5%, próprios para geração de calor para ocorrer o ciclo de degelo de refrigeradores domésticos.
8419.50.21	091	Trocadores de calor tubulares, metálicos, formados por tubo de alumínio em formato de serpentina, com impurezas máxima nos tubos de 13,3mg, com volume interno de 495cc ±5% a 528cc ±5%, para gases He, desprovidos de resistência de aquecimento, próprios para geração de calor para ocorrer o ciclo de degelo de refrigeradores domésticos.
8419.50.90	016	Trocadores de calor por meio de película, equipados com unidade de ventilação e feltro, para fluxo normal de ar entre 250 e 2.000m³/h, e com eficiência de troca entálpica no modo de resfriamento de até 75%, e no modo aquecimento em até 80%, utilizados em sistemas de ar condicionado para a renovação do ar interno em ambientes climatizados.
8419.50.90	017	Radiadores dissipadores de calor, para funcionamento com ar forçado, fabricados 100% em cobre C11000-HH conforme ASTM B 152, com aletas para que o ar flua, com dimensões de 295 x 370 x 129mm (L x C x A), peso aproximado de 57kg, fabricados para montagem exclusiva em modulo de potência denominado FASE, utilizados exclusivamente nos conversores estáticos de geração de energia fotovoltaica.
8419.50.90	018	Sistemas de resfriamento de circuito fechado, com trocador de calor água deionizada-ar, para resfriar válvulas de tiristores, com fluxo nominal de água de 1.290L/min, queda de pressão no fluxo nominal de água de 140kPa, capacidade de resfriamento de 560kW, pressão de projeto de 1.000kPa, compostos por: 2 bombas centrífugas verticais paralelas de vários estágios com as partes úmidas em aço inoxidável AISI316 e vedação mecânica do eixo, com sistema de partida suave para os motores; 1 trocador de íons de leito misto de 39 litros; 1 recipiente de expansão em aço inoxidável (AISI316) com volume de 400L; 1 resfriador a ar

		com 8 ventiladores, tipo mesa plana; 1 sistema de controle, redundante e totalmente independente, que monitora suas próprias operações e as condições da água de resfriamento através de PLC montado em cubículo, com IHM (Interface Homem-Máquina) instalado na porta do cubículo do PLC de controle.
8419.89.99	288	Equipamentos isoladores modulares para testes de esterilidade de amostras farmacêuticas, construídos em aço inoxidável, câmara de trabalho operando sob pressão positiva com ambiente de processamento asséptico para o trabalho de acordo com os requisitos GMP Grau A (EU) e ISO Classe 5, fluxo de ar laminar para modo de produção e turbulento para descontaminação, duas luvas de manipulação, teste de estanqueidade automático das luvas, iluminação de 500LUX, gerador integrado de vapor de peróxido de hidrogênio com conversor catalítico, desumidificador e sistema de ventilação, amostrador microbiano de ar, amostrador de partículas em aerossol, com controlador lógico programável (CLP) e painel de interface homem-máquina (IHM) "touchscreen" de 12 polegadas, atendendo aos requisitos da norma 21 CFR part 11 do FDA (Food and Drug Administration).
8419.89.99	289	Unidades de controle de temperatura de óleo, com meio de operação através da recirculação de fluidos com transferência de calor em altas temperaturas, com faixa de operação compreendida entre 38 e 288 Graus Celsius, dotadas de: trocador de calor tubular, bomba de deslocamento positivo capaz de reverter para evacuar o processo de 0,75 a 1,50kW e de 2 a 4bar, aquecedor de 6 a 24kW, painel de controle elétrico e sequência de ventilação automática configurável para ventilar ar automaticamente do sistema na partida.
8420.10.10	014	Máquinas laminadoras automáticas para trabalhos em papel ou cartão com aplicação (laminação) em um ou dois lados simultâneos de filme BOPP ou similar em trabalhos com tamanho máximo da folha igual ou superior a 820 x 1.050mm, tamanho mínimo da folha igual ou superior a 300 x 300mm, espessura do papel igual ou superior a 90 - 500g/m², velocidade de laminação igual ou superior a 0 - 40m/min, utilizada em papéis impressos ou não, para aplicar filme de BOPP ou similar, utilizando-se de um sistema de alimentação com pré-empilhador e controlado por servo motor e sensor fotoelétrico para garantir que o papel seja continuamente alimentado na máquina, sistema de aquecimento avançado por indução eletromagnética, dispositivo anti-curvatura que garante que o papel permaneça plano e liso durante todo o processo, destaque pneumático para separar o papel de forma estável e rápida, empilhador automático que recebe as folhas em ordem sem parar a máquina, operando com sistema de controle CLP com tela sensível ao toque colorida e servo controlador que garante precisão no controle da sobreposição e velocidade do papel.
8420.91.00	014	Cilindros de aço, com superfície gravada com linhas longitudinais para gravação em papel da marca vergê, com cobertura e tratamento superficial de níquel cromo 20micras, com 450mm de diâmetro nominal, 2.400mm de comprimento da face e 3.800mm

		de comprimento total.
8421.19.90	081	Centrífugas horizontais para produtos farmacêuticos ativos, com lado processo compatível com sala limpa classe ISO 8, dotadas de descarga automática com rampa inclinada em 30 graus, fluxo de nitrogênio no eixo e na dupla guarda hidráulica com visor e eliminador de energia estática, sistema automático de limpeza, faca protegida de respingos na rampa de sólidos, fechamento da carcaça por anel de aperto automático, sistema de controle de pressão com sensor ótico dedicado de nível do bolo por laser, rolamentos do eixo rotativo lubrificados à óleo, sistema de controle integrado automático de alimentação desde a saída da fonte externa, receita programável por produto, rotação máxima de 1.200rpm, nível de ruído máximo até 75dB, vibração em funcionamento de 2 a 4mm/s e sem carga em velocidade máxima de 0,4 a 0,5mm/s, diâmetro do cesto de 1.300mm, três motores elétricos, protocolo de validação de sistema computadorizado GAMP5, painéis elétrico e IHM (tela de toque) com sistemas controlados por CLP.
8421.21.00	181	Sistemas centralizados de purificação e distribuição de água, capazes de produzir até 200 litros/h e distribuir entre 16 e 38 litros/min a partir de uma fonte de água potável, com controle automático do fluxo, construído em uma unidade única com reservatório interno e integrado com capacidade de 350 litros de armazenamento, sendo capaz de recircular a água purificada do "loop" e reservatório pelas tecnologias de troca iônica, lâmpada UV e filtro 0,2mm e é capaz de produzir água purificada com as seguintes características: Resistividade a 25 Graus Celsius >10MW-cm, níveis de TOC <30ppb, níveis bacteriológicos <10UFC/ml, partículas <0,mm.
8421.21.00	182	Sistemas centralizados de purificação e distribuição de água, capazes de produzir entre 60 e 120 litros/h e distribuir até 10 litros/min a partir de uma fonte de água potável, com controle automático do fluxo, construído em uma unidade única com reservatório interno e integrado com capacidade de 50 litros de armazenamento, sendo capaz de recircular a água purificada do "loop" e reservatório pelas tecnologias de troca iônica, lâmpada UV e filtro 0,2mm e é capaz de produzir água purificada com as seguintes características: Resistividade a 25 Graus Celsius >10MW-cm, níveis de TOC <20ppb, níveis bacteriológicos <1UFC/mL e partículas <0,2mm.
8421.39.90	116	Cabines para pesagem e fracionamento de insumos farmacêuticos (ativos e excipientes) nas formas sólidas e líquidas não inflamáveis, para instalação de balança com capacidade de peso de até 60kg, com função principal de gerar barreira de ar por meio da criação de perfil de velocidade de fluxo na área de manipulação com parte do ar filtrado e direcionado para a sala limpa e parte para o insuflamento de ar da cabine, para criação do perfil de velocidade dotadas de grelhas nas portas do equipamento para impedir a saída do material particulado da área de manipulação; cabine com mesa pantográfica para elevação dos pallets até a altura de trabalho e bancadas em inox para a instalação de balanças de pesagem; botoeiras localizadas na

		parte frontal e traseira do equipamento para abertura/fechamento da porta automática, elevação/abaixamento da mesa pantográfica, reset de alarmes e liga/desliga do equipamento; painel elétrico para comando da cabine, composto por uma IHM; e barreira adicional em vidro de proteção móvel, e luvas para a manipulação de materiais de maior toxicidade; projetadas para atendimento a zona 22 para áreas a prova de explosão com manipulação de pós.
8421.39.90	117	Filtros à base de enzima sintética, com catalisadores biológicos desodorizantes, com propriedades antibacterianas, com núcleo de células de 22cm2, apresentados em forma de folhas onduladas de porfirina, próprios para filtrar o ar do sistema de circulação de refrigeradores domésticos.
8421.39.90	118	Filtros de esterilização foto-catalisadora, com agentes antimicrobianos e antimofo, constituídos em poliéster modacrílico e tecido não tecido, resistente a produtos como ácido acético, álcool ou cloro, com performance de 90% ou mais, próprios para filtrar o ar do sistema de circulação de refrigeradores domésticos.
8421.39.90	119	Filtros secadores com função dissecante, em cobre, com absorção de umidade entre 18 e 20%, livres de rebarbas ou deformações nas pontas, dotados de telas anti-vazamento interna, próprios para reter líquidos de retorno de evaporadores em refrigeradores domésticos.
8421.39.90	120	Separadores de nitrogênio por membrana típico com fibras que são agrupadas e encapsuladas em ambas as extremidades em uma resina epóxi, acondicionadas em carcaça de ABS de alto desempenho, alumínio ou aço inoxidável e tampas de alumínio ou aço inoxidável, utilizando ar comprimido entre 5 e 15barg e temperatura de 55 Graus Celsius para alimentação, esse separador promove a permeação seletiva para separar moléculas de nitrogênio com pureza entre 95 a 99,5% do oxigênio, argônio, dióxido de carbono e vapor de água contidos no ar comprimido.
8421.39.90	121	Filtros de exaustão utilizados em turbinas eólicas, feitos a partir de injeção de termoplástico, autoextinguível, UL94VO; dimensões da armação do filtro 320 x 320 x 45,72mm (C x L x A); dimensões do filtro 291 x 291mm; sistema de proteção (EN60529) IP54, sistema de proteção (UL50) NEMA Tipo 12; Eficiência de filtração de 91%, classe de qualidade do material do filtro G4 (DIN EN779); massa máxima de 0,7kg; temperatura de operação -15 a 55 Graus Celsius.
8422.20.00	034	Combinações de máquinas automáticas para lavagem, secagem, empilhamento, desempilhamento e movimentação de bandejas plásticas para pães, com capacidade máxima de processar até 2.700bandejas/h, com controladores lógicos programáveis (CLP), Interface Homem Máquina (IHM), compostas de: lavadora e secadora em aço inox dotada de sistema de aquecimento de água por gás GLP, enxague com dosagem de detergente e limpeza automáticos, filtros rotativos para filtragem de água recirculada, spray de água doce, seção de secagem por ar quente em alta velocidade com conjunto de bicos de sopradores; empilhadores automáticos de bandejas plásticas com empilhamento de cima

		para baixo com posicionador automático de pilha para carrinhos tipo "dolly"; empilhadores e desempilhadores de alta velocidade para empilhamento aos pares de bandejas; esteiras transportadoras providas de dispositivos para orientação/reposicionamento da bandeja nas esteiras; transportadores e desviadores de linha para movimentação de bandejas plásticas.
8422.20.00	035	Lavadoras externas rotativas, projetadas especificamente para descontaminação de superfícies externas de frascos envasados, com velocidade máxima de 9.000unidades/h, dotadas de: circuito de lavagem, alimentação de frascos, com esteira de entrada, estrela de transferência; carrossel principal de lavagem e secagem dos frascos; sistema de transportes com estrela de transferência e esteira de saída com bandeja para coletar os frascos, com peças em aço inoxidável, borracha de silicone ou materiais equivalentes, paredes internas laváveis; portas de vidro hermeticamente fechadas, com luvas instaladas nas portas para acesso dos operadores a parte interna da máquina, atendendo aos requisitos da norma 21 CFR part 11 do FDA (Food and Drug Administration), PLC e IHM com sistema de senhas multinível.
8422.30.10	109	Máquinas automáticas, rotativas, para aplicação de rótulos com cola quente, por meio de agregados de rotulagem, em garrafas ou frascos de plástico, controladas por sistema lógico programável (CLP), com interface de operação por meio de painel "touchscreen" colorido, com sistema de segurança de acesso, com sistema de orientação de garrafas por servomotor, sem alimentação automática de rótulos, sem sistema de inspeção de aplicação dos rótulos, com diâmetro de carrossel de 960mm e capacidade máxima de até 5.280frascos/h.
8422.30.29	835	Máquinas envasadoras rotativas automáticas, para envase de produtos líquidos e pastosos em embalagens flexíveis pré-formadas, com largura igual ou maior a 95mm e menor ou igual a 240mm e comprimento igual ou maior a 110mm e menor ou igual a 350mm, com 10 estações duplas para envase de duas embalagens ao mesmo tempo, sendo a primeira para carregamento das embalagens na envasadora, a segunda para impressão data de fabricação, a terceira abertura das embalagens, a quarta para sopro das embalagens, a quinta envase primário, a sexta envase secundário, a sétima rejeito de embalagem, a oitava selagem por ultrassom, a nona selagem térmica, a décima resfriamento e saída, com capacidade de produção maior ou igual a 40ciclos/min.
8422.30.29	836	Máquinas envasadoras verticais para sachês de quatro soldas, com velocidade de envasamento de até 300sachês/min, dotadas de: módulo de envase para produtos em pó sensíveis à temperatura; 6 sistemas de dosagem dotadas de roscas auxiliares, roscas de dosagem, válvula rotativa de alimentação, funis resfriados, sensor de controle de nível e sistema de aspiração de pó; sistema de alimentação com bobina única; sistema de codificação de dados variáveis por Tinta "Ink Jet" com controle por tela tátil; sistema de visão de controle dos dados variáveis impressos dotados de 3 câmeras; sistema de rejeição de

		materiais incorretos; sistema de pré-corte para facilitação do destaque ou corte completo dos sachês; sistema de "pick and place" de recolhimento com contagem intermitente; sistema de controle automático de peso estatístico programável, com balança estática e impressora e sistema automático de feedbacks para calibração do sistema de dosagem e sistema gerenciador/controlador por computador industrial com tela sensível ao toque.
8422.30.29	837	Máquinas automáticas para sopro, extrusão, enchimento e selagem de frascos plásticos através da tecnologia "blow-fill-seal", dispondo de molde de 20 cavidades e ferramental para frascos com volume de 10 e 20ml e fechamento tipo "twist-off", com capacidade de produção aproximada de 6.000peças/h, dependendo do tipo recipiente.
8422.30.29	838	Máquinas empacotadoras automáticas, verticais, para acondicionamento de substâncias do gênero alimentício em pacotes flexíveis dos tipos "doy, cornerseal, fullcornerseal" e outros (5 ou menos soldas), aptas para execução das funções de formação, enchimento e selagem do pacote, com capacidade máxima de produção igual ou inferior a 200pacotes/min, concebidas para operar com embalagens de largura máxima igual ou inferior a 250mm, dotadas de sistema a vácuo de avanço do filme formador da embalagem; painel touchscreen de interface homem-máquina (HMI); com ou sem sistema de dosagem automático; capazes de serem integradas em linhas produção.
8422.30.29	839	Combinações de máquinas automáticas para formar, encher e fechar embalagens plásticas verticais, com até 8 servomotores, mordente rotativo duplo, com área dos mordentes iluminada por "leds", com faca aquecida para a separação de pacotes, velocidade máxima de operação de 200 ou 250pacotes/min, para embalagens com largura mínima ou igual a 70mm e largura máxima ou igual a 250 ou 330mm e altura mínima ou igual a 75mm e altura máxima igual a 533 ou 711mm, com ajuste automático do filme através da leitura da fotocélula, com controlador lógico programável (CLP) com interface homem máquina (IHM) em português "touchscreen" colorido de 15,3 polegadas e "software" dedicado, com balança de múltiplos cabeçotes para dosagem dos produtos nas embalagens provenientes da empacotadora.
8422.30.29	840	Máquinas automáticas para formar, encher e fechar embalagens plásticas verticais, com até 8 servomotores, mordente rotativo (plano, único ou duplo), com área dos mordentes iluminada por LEDs, com ou sem faca aquecida para a separação de pacotes, velocidade máxima de operação de 125pacotes/min, para embalagens com largura mínima igual a 70mm e largura máxima igual a 250 ou 330mm e altura mínima igual a 50 ou 75mm e altura máxima igual a 380 ou 533 ou 711mm, com ajuste automático do filme através da leitura da fotocélula, com controlador lógico programável (CLP) com interface homem máquina (IHM) em português "touchscreen" colorido de 15,3 polegadas e "software" dedicado.
8422.30.29	841	Máquinas automáticas para aplicação de rótulos "sleeve"

		termoencolhível (tipo mangas) em latas de TFS, com capacidade de até 3.000 latas/h, operando com potência de 8kW e pressão de 6bar, dotadas de túnel retrátil a vapor e rotuladora, controladas por sistema lógico programável (CLP), com interface de operação por meio de painel "touchscreen" colorido.
8422.40.90	921	Combinações de máquinas, automáticas e contínuas, para emblistar, encartuchar, pesar, encaixotar produtos farmacêuticos (caixas de embarque contendo cartuchos com blisters que contém comprimidos farmacêuticos), com seus respectivos controladores lógicos programáveis (CLPs), sistemas de controle automatizados, compostas de: máquina emblistadeira de movimento contínuo horizontal, capaz de trabalhar com alumínio, aclar, PVC e PVDC, com capacidade de produção máxima de 600blisters/min, encartuchadora horizontal, com capacidade de produção máxima de 400cartuchos/min, para cartuchos com dimensões máximas de 160 x 70 x 75mm (comprimento x altura x largura), com estação de abertura e posicionamento de cartuchos pré-colados, estação de alimentação dos blisters nos cartuchos, dobramento e inserção de bulas automática, estação de fechamento dos cartuchos, sistema de aplicação de cola a quente para selagem de abas, estação de descarte de cartuchos fora de especificação (falta de bula, falta de blister), máquina encaixotadora tipo "Case Packer", com capacidade de produção máxima de 8caixas/min, para caixas com dimensões máximas de 500 x 350 x 350mm, estação de abertura de caixas, estação de empilhamento e alimentação dos cartuchos nas caixas, estação de fechamento das caixas, com capacidade de empilhamento máximo de 60ciclos/min, munida de impressora de relatórios de produção; transportadores em geral e guardas de segurança.
8422.40.90	922	Máquinas automáticas dosadoras e embaladoras de manteiga em pacotes em forma de paralelepípedos de 50 a 500g com precisão de 0,5g para quantidades menor que 250g e velocidade de 100pacotes/min, dotadas de sistema de alimentação de embalagens, unidade de dosagem servo motorizada, unidade de calibração e descarga, esteira de saída de produto embalado, CLP - Controlador Lógico Programável e IHM - Interface Homem Máquina com tela sensível ao toque.
8422.40.90	923	Máquinas automáticas para agrupar em lotes e carregar em caixas pacotes de manteiga em formato de paralelepípedos com velocidade de processamento de até 150pacotes/min e de produção de até 10caixas/min de dimensão mínima de 248 x 100 x 58mm e máxima de 438 x 311 x 244mm, dotadas "buffer" de produtos para até 30min de funcionamento e de CLP - Controlador Lógico Programável.
8422.40.90	924	Máquinas semiautomáticas com sistemas de embalagem com câmaras rotativas a vácuo e solda curva, para selar embalagens com produtos alimentícios "prontos para comer" com comprimento de até 508mm, largura de até 305mm e altura de 265mm, com velocidade variável de até 35ciclos/min, construída em aço inoxidável/higienizável e liga de alumínio resistente à corrosão sendo seu componentes desenhados para simplificar a sanitização e limpeza, com controle digital com capacidade para

		identificação de defeitos, sistema de lubrificação centralizada e painel de comando com interface homem-máquina (IHM) tipo "touchscreen", com sistema de vácuo com dupla válvula combinada, dotada de elevador de suporte de produtos, duplo arame de solda, sistema de descarga suave, esteira de saída e agrupamento das embalagens acabadas, voltagem de 3~460VAC/60Hz e pressão de ar de 7 bar.
8422.40.90	925	Paletizadores automáticos, próprios para paletizar carreteis de fios e cabos elétricos com metragens variadas, dependendo da seções dos materiais a serem acondicionados na bobinadeira e das dimensões dos carreteis em processo, peso máximo do palete, entre 1.000 e 1.100kg , número de camadas entre duas e três, dependendo das dimensões dos carreteis, com acumulador de paletes vazios, inserção horizontal automática de chapas de papelão para separação das camadas de carreteis e interface homem máquina.
8422.40.90	926	Máquinas para prensar, dobrar e enrolar colchões em até 3 seções sendo eles de molas, espuma, espuma visco elástica e látex, contém uma esteira de alimentação com capacidade de centralizar o colchão e posicionar em diferentes direções, detectando automaticamente o peso e tamanho do colchão, possui dois suportes para 2 filmes plásticos, alimentados por uma bobina as quais fazem a vedação cruzada através de 2 barras de solda laterais, com controle eletrônico para calcular em tempo real a temperatura de vedação e resfriamento prensa com capacidade máxima de 60t podendo trabalhar em colchões de tamanho máximo 220 x 220cm e capacidade de ajustar a velocidade da prensa devido a sua bomba dupla capacidade produtiva dele dobrado e prensado de cerca de 1 colchão a cada 25 - 30s e somente enrolado cerca de 1 colchão a cada 20s. contém um sistema hidráulico capaz de ajustar o diâmetro do colchão enrolado com diâmetro mínimo de 30cm e diâmetro máximo de 60cm, controlado por um sistema computadorizado "touchscreen" capaz de enrolar 3colchões/min.
8422.40.90	927	Unidades funcionais para empacotar produtos de forma automática, com aproximadamente 7,5m de largura, 22,53m de comprimento, compostas de: transportador com indução de 90 graus, aproximadamente 12m de comprimento de esteira com cobertura, canal de alimentação de suprimentos, "scanner" tridimensional, leitor de código de barras, decisão automática do tamanho da embalagem, alternador de dimensões de papel, corte de papel automatizado, montagem da caixa mecanicamente, 3 estações de dobragem, 3 estações de cola quente, 2 dispositivos de fechamento de embalagens, impressora para etiquetas, etiquetadora automática, controlada por "software" de linha de produção, operando com a velocidade mecânica máxima de 1.000caixas/h, montando caixa com 3 dimensões sendo: 150 x 240 x 35mm, 600 x 800 x 215mm e/ou 600 x 490 x 370mm.
8422.40.90	928	Formadoras para fármacos automáticas para formar, encher e selar cartelas termo formáveis em plástico/alumínio e/ou alumínio/alumínio com produtos farmacêuticos, com capacidade máxima de 640blisters/min, sendo capazes de produzir cartelas

		com dimensões úteis de 162 x 206mm com profundidade de 12, com capacidade máxima de formação de 100ciclos/min e capacidade máxima de corte de 200ciclos/min, dotadas de um ou mais carrinhos para bobinas com diâmetro máximo de 700mm, funil de alimentação de produtos farmacêuticos com capacidade nominal de 100L e alimentador dedicado com capacidade de 60 ciclos de alimentação/min, regulagem automática de borda do filme de cobertura, sensor de quantidade mínima de material em bobina, mesa de emenda e corte de bobina e detecção automática de emenda da bobina inferior e superior, codificação e carimbo das cartelas, controle de marca de impressão do filme de cobertura, perfuração desativada automaticamente em caso de emenda de folha, pré-aquecimento do filme de cobertura, capaz cortar em sentidos opostos com transferência por roda de sucção, controle e inspeção por câmera CCD com iluminação superior e inferior de LED para detecção e rejeição de cartelas defeituosas e vazias, monitoramento e programação de manutenções preventivas e preditivas através da análise do ciclo de serviço dos componentes, interface homem-máquina (IHM) com tela tipo "touchscreen", controlador lógico programável (CLP) e acesso remoto para manutenção do CLP e software do IHM.
8423.30.19	011	Máquinas dosadoras de ingredientes para indústria de ração animal, com 8 a 12 gavetas hidráulicas para dosagem de ingredientes com densidade e fluidez diferentes, com abertura das lâminas em V ou retangular, componentes internos de contatos com os ingredientes em aço inoxidável 304, intervalo da faixa de pesagem do lote de 20 a 200kg, motor hidráulico com potência de 1,2kW, duas válvulas borboletas para impedir a influência do ar, com painel de controle elétrico integrado, com ou sem sistema de dosagem de precisão PID.
8424.20.00	010	Pistolas de diluição e pulverizadora e de engate rápido com capacidade de operar até 40PSI, utilizando água à temperatura ambiente e viscosidade de 1Cp, com taxa de diluição mínima de 12:1 e máxima de 128:1, compatíveis com produtos químicos alcalino clorados e ácidos.
8424.89.90	382	Sistemas de aplicação de antiaderente por pulverização (spray), com controle eletrônico de aplicação, com 2 bicos aplicadores em inox, com 2 reservatórios com capacidade de até 2L cada com possibilidade de alterar frequência e tempo de aplicação, para utilização em máquinas coladeiras de bordo, esquadrabordos e centros de usinagem.
8424.89.90	383	Estações centrais híbridas de espuma para limpeza na indústria de alimentos e bebidas, automática com capacidade de limpeza para até três produtos diferentes (alcalino, ácido ou peróxido), com bomba controlada por frequência, com ou sem PLC com capacidade de controlar 9 ou 10 válvulas externas com ou sem unidades secundárias, com um injetor de vazão de 300L/min, saída manual opcional é desenvolvida com tecnologia corona, com faixa de fluxo operacional podendo variar entre 0 a 240L/min, com IHM de configuração e monitoramento.
8424.89.90	384	Robôs industriais para pintura de porta, moveis e acrílico, contendo 1 ou mais pistola(s) automática(s) "airless e ou airmix"

		para aplicação de tintas e kit de aplicação spray (mangueira e bomba), com capacidade para operar ma ou mais cores em sistema independente(s) e/ou verniz, constituídos de um ou mais braços mecânicos com 03 ou mais eixos de movimentação, com área de trabalho com largura de 1.300mm ou superior, com servo motores controlados por CNC, com sistema de "tele-assitência" remota, com sistema de segurança perimetral, com estrutura de sustentação (incluindo trilhos e colunas para movimento e suporte), e com painel "touchscreen" e memorização de arquivos.
8425.39.10	026	Puxadores hidráulicos rebocáveis sobre 2 rodas, para lançamento de 1 cabo com diâmetro máximo de 24mm, em redes de transmissão de energia elétrica, tração máxima de 180kN à velocidade de 2,2km/h, velocidade máxima de lançamento de 5km/h à tração de 80kN, com roda-guia de diâmetro de 600mm, massa 6.000kg, motor diesel de 209kW refrigerado a água, transmissão hidráulica com circuito fechado para variação contínua de velocidade em ambos os sentidos de rotação, sistema de pré-ajuste de tração, freio hidráulico negativo auto atuante, dinamômetro hidráulico com ponto de ajuste e controle automático da tração máxima, sistema de resfriamento do óleo hidráulico, instrumentos de controle para o sistema hidráulico e o motor diesel, eixo rígido para reboque à velocidade máxima de 30km/h com freio de estacionamento mecânico, enrolador automático de carretel incorporado com auto carregamento e enrolamento de nível automático, estabilizador de lâmina frontal com atuação mecânica, ponto de ligação à terra.
8426.41.90	124	Manipuladores hidráulicos para a movimentação de materiais, autopropulsados, sobre pneus maciços ou inflados, com 2 eixos e tração em todas as rodas de peso operacional igual ou superior 49.000kg, mas igual ou inferior a 69.000kg; equipados com painel elétrico central, joystick; motor diesel com potência igual ou superior 304HP mas igual ou inferior a 368 HP; sistema hidráulico com bombas hidráulicas e sensor de carga (load sensing); 2 motores de giro, com ou sem lâmina frontal; Cabine com elevação hidráulica ou fixa com porta de abertura deslizante e vidro frontal blindado, câmeras traseira e lateral com monitor no interior da cabine; implemento frontal de trabalho articulado (lança e braço) com alcance igual ou superior a 16,9m, podendo conter ferramentas de trabalho tais como garras hidráulicas, florestal, reciclagem e tesoura hidráulica.
8426.49.90	081	Manipuladores hidráulicos autopropulsados sobre esteiras para movimentação de materiais, montados sobre estrutura tubular de aço com altura igual ou superior a 9.000mm, mas igual ou inferior a 11.000mm, de peso operacional igual ou superior a 165t, mas igual ou inferior a 195t, dotados de painel elétrico central, joystick, conexões de 12V/24V; sistema hidráulico com bombas hidráulicas com reserva de energia; motor elétrico com potência igual ou superior a 240kW, mas igual ou inferior a 265kW; implemento frontal de trabalho articulado (lança e braço) com alcance máximo de 26.714mm (ao nível do solo), podendo conter ferramentas hidráulicas de trabalho, tais como, garras florestais, garras de demolição, tesoura hidráulica.

8428.33.00	075	Esteiras de saída com transportador anel em formato "O", de ação continua, para linha de produção de alimentos, com comprimento aproximado de até 1.600mm, com guias de aço inox 307 e puxadores de plástico, com sensores de nível mínimo e máximo, motores e redutores incorporados, sistema de lubrificação de óleo, com correia transportadora e sistema de alimentação de colheres plásticas para alimentador centrifugo modelo CF-40 com dispositivo controlador para diferentes tipos de colheres, com centrifuga e aplicador de colher com a função de separação, transporte e aplicação de colheres em diferentes formatos e volumes de 8 até 42mL, com capacidade de aplicação em até 144latas/min em linha continua.
8428.39.90	250	Equipamentos para transporte de material em pó e/ou granulado, através de transportadores tubulares mecânicos em aço inox, com discos internos de arraste tracionados por cabo ou corrente que se movimentam na vertical, diagonal e horizontal, com polias para auxiliar na mudança de direção, sistema de tubos fechados com diâmetro igual ou superior a 50mm, com capacidade de transporte igual ou superior a 50kg/h, contendo ponto de preparação e dosagem do produto transportado, controlados por inversor de frequência e supervisório desenvolvido especificadamente.
8428.90.90	626	Transportadores-classificadores de pedidos e/ou produtos diversos, compondo uma única máquina, computadorizada e automatizada, dotada de separação mecânica/computadorizada com aproximadamente 56m de comprimento e 10m de largura, do tipo bandeja, nas dimensões de 500 x 800mm, que suporta até 15kg, com estações de introdução/alimentação manual e automática de pedidos e/ou produtos, contendo um total de 4 induções manuais e 1 automática, composto também de 75 saídas duplas (do tipo Flipper) e 3 saídas normais, com capacidade operacional de até 6.316bandejas/h, na velocidade de aproximadamente 1m/s, impulsionado mecanicamente via motores, controlado por controlador lógico programável (CLP), com classificação de produtos com dimensões máximas de até 780 x 480 x 420mm (comprimento x largura x altura), direcionados para as bandejas com impulsor para separação dos artigos, equipados com dispositivos de escaneamento para leitura automática de código de barras, através de sistema câmera "scanner", contendo direcionador de saídas via "flipper", com comunicação visual após a conclusão do pedido e/ou produto programado.
8428.90.90	627	Combinações de máquinas robotizadas para movimentação de mercadorias no interior de fábricas, compostas de: equipamentos AGVs (Automated Guided Vehicles) com capacidade para rebocar, indexar e elevar carrinhos com tração de até 6.000kg e capacidade de elevação de até 1.000kg, dotados de mecanismo de pino para indexação automática, com sistema de comunicação "wi-fi" ou radiofrequência e conectividade à CLPs, robôs, softwares e aplicativos de gestão da produção, com trajetória guiada em qualquer direção, usando sensores laser e ultrassônicos para detecção de obstáculos e segurança de pessoas, por meio de fita magnética ou tecnologia

		"mapping/Slam"; carregador em linha de 16 a 25A; carregador de bateria com conector de 16 a 50A; "Tags" de controle RFID; quadros elétricos de potência de transmissão 10mW; quadros de controle de tráfego local com CLP de comunicação por radiofrequência ou "wi-fi", com ou sem tela IHM; macaco de arraste; controle 24VDC/4A; "smartphone" com aplicativo para configuração de "tags"; guias magnéticas de seção 5 x 5mm ou fita magnética com 50mm de largura; e carro de carga e intercâmbio de baterias de 90 a 130Ah, com ou sem rodas.
8428.90.90	628	Equipamentos eletromecânicos para distribuição de até 2.154t/h de matérias-primas (metálicos, coque e fundentes) no interior do alto-forno, "bell less top", constituído de caixa de engrenagens com diâmetro nominal do flange de 3.310mm para movimento rotacional contínuo e de inclinação da calha de carregamento de carga metálica, coque e fundentes no topo do alto-forno, temperatura máxima de operação de 600 Graus Celsius, monitoramento por sensores de posição, sensores de indicação do movimento rotacional, sensores de inclinação da calha, termopares; sondas tipo radar e mecânica para análise de nível da carga; sondas curtas para análise de gás e temperatura de carga; monitoramento 3D da carga e medição bidimensional de temperatura das matérias primas no interior do alto-forno.
8428.90.90	629	Equipamentos automáticos para estocagem, transporte, medição e dosagem de farinha, para uso em panificação industrial, dotados de: 2 silos em tecido trevira com propriedades antiestática, estrutura de perfilados eletrogalvanizada com conexões de encaixe para a montagem e desmontagem rápida, com volume médio de 58.100 Litros cada, com pesagem dinâmica em tempo real ,com válvulas automáticas de segurança de extra pressão instalada no teto filtrante do silo com cárter de proteção em aço pintado (pressão máxima de 350mm+/-), tubulação e conexões de carga pneumática com diâmetro de 100mm em aço inox, engate rápido para o caminhão granel, pré-filtro, 4 sondas eletrônicas de controle de nível com alimentação de 24V, 2 centrocones de 700mm, 2 cones vibratórios em aço inox, com diâmetro de 1.200mm cada, 2 dosadores alveolares contínuos em alumínio, 1 regulador de velocidade a variação de frequência, 2 sistemas de pesagem completos, com vazão de 60.000kg cada; 1 transportador pneumático por aspiração com compressor centrífugo com motor elétrico trifásico, com turbopeneira instalada no transporte pneumático com diâmetro de 100mm; 2 filtros dinâmicos autolimpantes para tremonha de pulmão com mangas filtrantes, engate rápido, superfície de 6,12m² e porosidade de 4 mícron, alimentada por ar comprimido de 2 a 4bar, filtrada e seca, alimentação elétrica 24V; 2 tremonhas-pulmão para produtos em pó, com corpo modular e cone inferior em aço inox AISI 304 polido; 6 células de carga construídas em aço inox, tipo herméticas, de alta precisão de 500kg cada, 2 sistemas fluidificantes da tremonha com sequenciador eletrônico, 2 vibradores elétricos trifásicos, 2 válvulas borboletas com comando pneumático, compressor tipo lóbulos balanceados, desinfestador dos ovos de larvas centrifugo para limpeza da farinha, sistema de esvaziamento dos big bags com talha,

		sistema de esvaziamento de sacos para cereais dotado de cone vibratório e vibrador e controlador lógico programável para gerenciamento dinâmico de todo o sistema, de valor unitário (CIF) não superior a R$1.282.88.
8428.90.90	630	Pisos rolantes planos para carga e descarga de mercadorias embaladas ou em paletes, movimentados e tracionados por correntes transportadoras, operando em ação descontínua, com movimentos para frente e para trás, sob controle automatizado de um CLP (comando lógico programável) auxiliado por sensores de proximidade e por fotocélulas, permitindo a montagem estacionária em docas de carga e descarga e a montagem veicular em semirreboques, com 30t de capacidade de carga movimentada à velocidade de 1,5 a 6m/min, fornecidos com motor redutor de 5,5kW de potência (400VAC a 50/60Hz), sistema de fornecimento de energia elétrica 24V DC, conversor de frequência, conversor de alta potência, caixa de controle com CLP.
8428.90.90	631	Braços manipuladores pneumáticos Megapartner, com braços bi-articulados e angulados, construção em coluna, com capacidade de até 1.200kg, completo de dispositivo de pega por garras, o equipamento trabalha com ar seco, filtrado e não lubrificado a uma pressão mínima de 9bar constante.
8428.90.90	632	Equipamentos para troca de cilindros da cadeira de laminação com capacidade de carga total de 4 cilindros e até 80.000lbs, compostas de: carro extrator acionado por motor com velocidade de 260mm/s, dotados de redutor, pinhão, embreagem, berços de deslocamento, velocidade de movimentação lateral de 200mm/s; cilindros hidráulicos; base de arraste; barra empurradora; estruturas metálicas.
8428.90.90	633	Máquinas de carregamento de sucatas de alumínio para fornos de fusão com capacidade de carga de 5t, com possibilidade de giro em 180 graus; painel de operação e comando por controle lógico programável (CLP).
8428.90.90	634	Equipamentos automáticos para armazenagem, controle do estoque e dispensação de produtos, dotados de braços mecânicos automatizados e software inteligente, controlados por PLC´s, com capacidade de armazenagem de até 74.500 produtos e movimentação de até 1.350produtos/h.
8429.40.00	054	Rolos compactadores de solo com chassis articulados e controlados remotamente, dotados de rolos frontais e traseiros bipartidos do tipo "pé de carneiro", peso operacional entre 1.600 a 1.800kg, força centrifuga entre 32 a 72kN e frequência de vibração 42Hz, com motor diesel de 3 cilindros, 24,3HP e partida elétrica, velocidade máxima de operação 24m/min e de transporte 48m/min.
8429.52.19	060	Escavadeiras autopropulsadas sobre esteiras, equipadas com motor diesel de 6 cilindros e 18,1L, com potência líquida ISO9249 entre 524 e 532HP (391 - 397kW), a 2.000rpm, atendendo aos padrões de emissões Tier 3 do EPA dos EUA, velocidade de giro de 6.2rpm, peso operacional entre 86.000 a 93.000kg, força de escavação do braço entre 235 a 357kN e força de escavação da

		caçamba entre 363 a 471kN.
8429.59.00	053	Retroescavadeiras compactas com tração integral nas 4 rodas, cabine aberta ROPS/FOPS com isolamento acústico, ângulo de ataque de 52 graus, ângulo de interferência/rampa de 132 graus, ângulo de saída de 23 graus; composta de: 1 unidade carregadeira frontal com altura de descarga 2,10m, altura da carga 2,51m, ângulo de descarga 50 graus, força de desagregação 2.350kgf, capacidade de levantamento hidráulico máxima SAE de 2.400kgf, caçamba multiuso (6 em1) podendo: carregar, cavar, empurrar, gradear, levantar e recolher, volume máx. da caçamba 0,28m3, carga máx. da caçamba 610kg, comprimento de deslocamento 3,41m; 1 unidade escavadeira traseira com alcance 2,55 metros de profundidade, deslocamento com alcance lateral de 3,83m, força de desagregação da caçamba 2.201kgf, braço com força de 1.488kgf; 1 sistema hidráulico servo-controlado por meio de joystick para ferramentas auxiliares como: rompedor hidráulico/bidirecional, bombas e cortadores a disco, perfuratriz, garra para paralelepípedos; 1 motor a diesel de 36,3kW (49hp), potência bruta a 2.800rpm, torque a 1.800rpm, arrefecimento a água, certificação de emissões EC Stage IIIA/USA EPA Tier 3; transmissão hidrostática servo-assistida/ independente para direita e esquerda, controlados por meio de servo-controles, velocidades de deslocamento de 0 a 11km/h à frente e ré, frenagem com controle da transmissão hidrostática, freios multidiscos para estacionamento elétrico; 2 estabilizadores laterais com autonivelamento.
8430.10.00	043	Unidades de cravação de estacas tubulares e/ou do tipo prancha de diâmetro igual ou superior a 800mm, sem vibrações, através da força de pressão ao solo e/ou da força de rotação, com força de pressão máxima igual ou superior a 1.500kN, força de extração máxima igual ou superior a 1.600kN, operadas por sistema de controle remoto, e dotadas de um gerador de energia e de um sistema de lubrificação à base de água.
8430.49.90	011	Tuneladoras de tubo cravado balanceada a lama, controladas remotamente pelo PLC, diâmetro da tubulação de construção entre 415 e 1.440mm, cabeçote de corte com motor hidráulico para acionamento, alcance de torque do disco de corte entre 7,5 - 195KN.m; possui três cilindros hidráulicos para corrigir a direção, força de impulso de cada cilindro entre 100 e 800Kn, ângulo de correção de ±3Graus, sistema hidráulico de impulsão com dois cilindros hidráulicos para empurrar, curso do cilindro hidráulico de impulsão entre 760×2 e 1.200×2mm e tensão de trabalho AC 380/60Hz.
8431.43.90	050	Corpos externos utilizados na ferramenta de limpeza da fase 30/36 para limpeza de cavidades, seu comprimento é de aproximadamente 62,70 Polegadas com pressão máxima de até 1.000psi e vazão máxima de 15bpm.
8431.43.90	051	Buchas de proteção recuperáveis para perfuração em avanço, é um componente utilizado durante as operações de perfuração para proteger o suspensor do revestimento de 9 - 5/8 Polegadas com capacidade de torque nas chavetas de 52.379Nm e peso aproximado de 613kg.

8431.43.90	052	Corpos inferiores da ferramenta de instalação do selo de travamento rígido com classe de temperatura entre 0 Graus Fahrenheit (-18 Graus Celsius) a 250 Graus Fahrenheit (121 Graus Celsius) e pressão de trabalho de 34,4MPa.
8431.43.90	053	Camisas internas da ferramenta de perfuração avante com área de fluxo otimizada sendo utilizada para instalação da primeira fase e perfuração da segunda fase de poços submarinos de petróleo com capacidade máxima de 340.000kg e peso aproximado de 3.232kg.
8431.43.90	054	Capas inferiores da ferramenta de viagem única de 16 polegadas de diâmetro externo de 467mm e interno 76,2mm com comprimento de 1.957mm.
8431.43.90	055	Anéis de apoio da bucha adaptadora da mesa rotativa com capacidade de carga de 590.000kg, peso aproximado de 1.556kg e comprimento de 546mm.
8431.43.90	056	Camisas externas da ferramenta de instalação do selo de travamento rígido com classe de temperatura entre 0 Graus Fahrenheit (-18 Graus Celsius) a 250 Graus Fahrenheit (121 Graus Celsius), com diâmetro externo de 948,06mm e pressão de trabalho de 34.4MPa.
8431.43.90	057	Corpos externos da ferramenta de viagem única de 16 Polegadas com diâmetro externo de 467mm, peso aproximado de 1.111kg e comprimento de 1.957mm.
8431.43.90	058	Luvas externas da ferramenta de viagem única com máxima capacidade de torção de 26.796N-m, peso aproximado de 853kg e comprimento de 1.856mm.
8431.43.90	059	Corpos externos da ferramenta de viagem única de 18 polegadas com comprimento de 1.957mm, peso aproximado de 1.460kg e diâmetro interno de 76mm.
8431.43.90	060	Mandris das ferramentas de perfuração avante com área de fluxo otimizada, utilizadas para instalação da primeira fase e perfuração da segunda fase de poços submarinos de petróleo com diâmetro interno de 88,9mm, diâmetro externo de 824,62mm e capacidade máxima de 340.000kg.
8431.43.90	061	Corpos da ferramenta de instalação do 30/36 Polegadas, alojador de baixa pressão com diâmetro interno de 88,1mm e diâmetro externo de 824,62mm com peso aproximado de 1.574,8mm.
8431.43.90	062	Corpos da ferramenta de teste de BOP (Blowout Preventer) com capacidade de compressão até 2.000kg, classe de temperatura entre 35 Graus Fahrenheit (-18 Graus Celsius) a 250 Graus Fahrenheit (121 Graus Celsius) e diâmetro externo de 474,35mm.
8431.43.90	063	Corpos modificados da ferramenta do alojador de alta pressão 18-3/4 polegadas com peso aproximado de 987kg, diâmetro externo 472,06mm e comprimento de 1.651mm.
8431.43.90	064	Capas inferiores da ferramenta de perfuração avante, utilizadas para instalação da primeira fase e perfuração da segunda fase de poços submarinos de petróleo com diâmetro externo 824,62mm, peso aproximado de 3.232kg, capacidade máxima de 340.000kg.

8431.43.90	065	Ferramentas de instalação e remoção do Tubing Hanger de 7 & 10K, para diâmetro externo de 18 3/4 polegadas do recipiente protetor do "collet finger" com peso aproximado de 34 lbs(16kg).
8431.43.90	066	Ferramentas para funcionamento ou recuperação de EVDT de 7k/10k, para diâmetro externo de 18 3/4 polegadas (47,625cm) com acionamento mecânico, tendo pressão máxima de trabalho de 10.000psi.
8431.43.90	067	Ferramentas para instalação/remoção para montagem de chassi da Capa de XT EVDT com buchas de revestimento contendo Stab de Produção LRP para Hub de 27 polegadas e peso aproximado de 1894 lbs/860kg.
8431.43.90	068	Ferramentas de Manuseio de ação manual para tubing hanger concêntrico de 18 3/4 polegadas com carga segura de trabalho de até 2.500kg (5511 lbs, peso aproximado de 55kg(121lb), sendo certificado para DNV 2.22 e marcado pela CE.
8431.43.90	069	Ferramentas horizontais de instalação e remoção do "choque" submarino "technipfmc" para montagem do inserto do "choque" com faixa de temperatura de -75 Graus Fahrenheit (-59 Graus Celsius) a 250 Graus Fahrenheit (121 Graus Celsius) e opera em profundidade de até 3.000m contendo peso aproximado de 1.216lbs (552kg).
8431.43.90	070	Ferramentas da unidade de trava, para instalação e retirada do SCM com carga de trabalho segura de 4.900kg, peso bruto máximo de 5000kg e faixa de temperatura é de 0 Graus Fahrenheit (-18 Graus Celsius) a 131 Graus Fahrenheit (55 Graus Celsius).
8431.43.90	071	Ferramentas utilizadas para testes de pressão com conector H4 e modelo Torus IV para qualificação de equipamentos com pressão de trabalho até 22.500psi com capacidade de carga até 85t e peso aproximado de 7.650kg.
8431.43.90	072	Camisas estabilizadoras superiores e inferiores, não magnéticas, com diâmetro máximo externo de 173/8 polegadas, para máquinas de perfuração de poços de petróleo e gás, utilizadas para direcionamento das brocas, com a finalidade de distribuir as tensões e forças da coluna na perfuração, de modo a alterar a tendência de ganho de inclinação e direção do poço, além de aumentar a rigidez da coluna, evitando ou suavizando as vibrações.
8432.80.00	033	Equipamentos revolvedores de leiras de compostos orgânicos (compostagem) ou mineral, para uso agrícola ou industrial, autopropulsado com motor a diesel maior ou igual a 375HP, mas igual ou inferior a 630HP, grupo hidráulico integrado ao equipamento, dotados de: cabine de operação climatizada por ar-condicionado com filtragem de ar, plataforma para acesso a área da cabine e do grupo gerador com guarda-corpo, rotor de revolvimento acionado hidraulicamente com tubo de diâmetro maior ou igual a 700mm e menor ou igual a 1.016mm equipados com aletas substituíveis e com rebatedores laterais helicoidais, túnel de revolvimento de formato trapezoidal com largura maior ou igual a 5,57m e menor ou igual a 6,60m e altura mínima para

		o solo de 2,4m, sistema de propulsão hidráulico dotados de 4 rodas motrizes com tração independente ou esteiras metálicas, com velocidade de avanço ajustável controlada pelo operador ou com auxílio de piloto automático, movimentação independente esquerda / direita, sistema de regulagem de altura do chassis do equipamento com capacidade de elevação em 50cm independente frontal / traseiro e sistema de operação computadorizado.
8433.90.90	030	Mantas de borracha vulcanizada com 914,4mm de largura por 6.969mm de comprimento.
8433.90.90	031	Rodas de plástico UHMW, com revestimento de borracha moldada, com diâmetro de 368,3 por 279,4mm de largura
8433.90.90	032	Rodas de plástico UHMW, com revestimento de borracha moldada e encalque de cubo de aço ASTM a36, com diâmetro de 711,2 por 241,3mm de largura.
8433.90.90	033	Eixos da roda em aço 4340 (dureza 32-35hrc) com diâmetro de 75 por 694mm de comprimento (com tempera por indução dureza 50-55hrc nas extremidades).
8433.90.90	034	Eixos da roda em aço 4340 (dureza 32-35hrc) com diâmetro de 75 por 762mm de comprimento (com tempera por indução dureza 50-55hrc nas extremidades).
8433.90.90	035	Pinos pivô de aço resistente a atrito com diâmetro de 75 por 209mm de comprimento.
8433.90.90	036	Pinos pivô de aço resistente a atrito com diâmetro de 76 por 248mm de comprimento.
8433.90.90	037	Eixos principais forjado de aço 4140 temperado (dureza 30-35hrc) com diâmetro de 569 por 421mm de comprimento.
8434.20.90	029	Filadeiras contínuas em aço inoxidável para filar coalhada fresca e comercial a vapor, com capacidade de produção variável entre 3.000 a 6.000 kg/h realizando funções de pré-aquecimento, cozimento e filagem, transporte da massa filada, adição ou não de sal a seco, adição ou não de ingredientes lácteos, dotadas de: superfícies em contato com o produto tratado mecânico e eletroquímico antiaderentes (dispensando revestimentos PTFE), conjunto de roscas duplas contrarrotativas aquecidas por sistema indireto de calor, jaquetas aquecidas por sistema indireto de calor, componentes para injeção de vapor para aquecimento, cozimento e filagem da coalhada, sensores para controle de temperatura, contendo ou não componentes para medição de pH do queijo, sistema de limpeza (CIP), controladas por PLC acondicionado em painel de controle com tela sensível ao toque e centro de controle de motor, formado ou não por corpo único.
8434.20.90	030	Máquinas de moldagem e resfriamento automáticos para queijos de pasta filata com capacidade entre 3.000 a 6.350kg/h com superfície em aço inox tratado antiaderente, seção de alimentação com funil, extrusora com 2 roscas sem fim revestidas com material de dupla camada de material antiaderente, jaqueta para aquecimento, carrossel rotativo composto por blocos com estrutura de suporte, cilindros e controles de indexação, cilindro individual para cada cavidade do carrossel, sensores para ajuste

		do peso dos queijos; estrutura com gancho para transferência de blocos que compõem o carrossel; blocos que compõem o carrossel com altura máxima de 880mm para o queijo; tanque de água fria com bomba e controle de nível; tanque de água quente com bomba, válvula de vapor e borrifador, controle de temperatura e controle de nível; conjunto de tubulação, bombas e sensores para troca de temperatura indireta entre o líquido quente ou frio e as peças de queijo; cilindro de ejeção; gabinete de controle com painel sensível ao toque (touchscreen) e interface para o operador; sistemas de controle em painel em aço inoxidável; pardas de motor e acionamentos com inversor de frequência; seções de limpeza CIP (Clean in Place) incluindo gabinete de lavagem, dispositivos de pulverização e estação de inundação das cavidades; com ou sem plataforma de acesso; com ou sem carrossel rotativo adicional composto por blocos para formação de queijos de diferente formato e tamanho.
8435.10.00	015	Prensas de banda para separação contínua de líquidos a partir de diferentes misturas sólido-liquidas, com capacidade máxima de 40t/h.
8435.10.00	016	Máquinas para espremer e extrair suco de frutas cítricas com capacidade de processamento de até 13frutas/min com tecnologia antibacteriana de íons de prata, alimentador com capacidade para 6 frutas com sensor de presença que detecta a ausência de frutas e para automaticamente o modulo extrator, sistema triplo de segurança e detecção de bloqueio do motor, sistema operacional com modo automático continuo, recipiente de sucos integrado com capacidade para 750ml, modo manual composto por torneira de autoatendimento com acionamento direto que permite a liberação do suco e com sistema anti-gotejamento, display digital que permite verificar a quantidade de frutas espremidas, modo alarme com identificação dos erros operacionais via tela display e kit de extração compacto e de fácil limpeza.
8435.10.00	017	Máquinas para espremer e extrair suco de frutas cítricas com capacidade de processamento de até 27frutas cítricas/min e com eficiência de produzir até 2,5 litros de suco/min com tecnologia antibacteriana de íons de prata, sistema duplo de segurança e detecção de bloqueio do motor, peças compostas por imãs de contato, sistema operacional com acionamento profissional e autoatendimento, torneira anti gotejamento com botão frontal de acionamento automático e com trava para operação em modo continuo, suporte para garrafa, alimentador integrado composto por prato giratório e capacidade de armazenamento de 10kg de frutas, cesto integrado para descarte de cascas, visualização de dados operacionais, contagem de frutos espremidos e sinalização de erros via tela display digital com botões sensíveis ao toque.
8435.10.00	018	Máquinas para espremer e extrair suco de frutas cítricas com capacidade de processamento de até 22 frutas cítricas/min e com eficiência de produzir até 2 litros de suco/min com tecnologia antibacteriana de íons de prata, sistema duplo de segurança e detecção de bloqueio do motor, peças compostas por imãs de contato, sistema operacional com acionamento de autoatendimento e auto funcionamento que permite a operação

		de forma automática com a introdução da fruta no alimentador, torneira anti-gotejamento com botão frontal de acionamento automático e trava para uso de modo continuo, visualização de dados operacionais, contagem de frutos espremidos e sinalização de erros via tela display digital e com botões sensíveis ao toque.
8438.10.00	252	Combinações de máquinas para a fabricação contínua e balanceada de massa alimentícia para pães de hambúrguer, cachorro-quente e pães especiais, com capacidade de produção máxima de 1.568kg/h, com monitoramento eletrônico via controlador lógico programável (CLP), composta de: 1 masseira horizontal em aço inoxidável com caçamba refrigerada, basculamento de 120 Graus, com válvula tipo borboleta para entrada automática de farinha, entrada de ingredientes líquidos e capacidade compreendida entre 136 a 272kg de esponja massa; 1 masseira horizontal em aço inoxidável com caçamba refrigerada, basculamento de 120 Graus, com válvula tipo borboleta para entrada automática de farinha, entrada de ingredientes líquidos e entrada para a alimentação de esponja massa com capacidade compreendida entre 227 a 453kg de massa; 1 elevador/tombador de carros de esponja massa; 1 porcionador automático de massa, acoplado a esteira sanitária inclinada de 80 Graus; conjunto de esteiras sanitárias horizontais para o transporte da massa; e 12 carros de construção especial em aço inoxidável para a fermentação de esponja massa.
8438.10.00	253	Combinações de máquinas automáticas e contínuas para fermentação e cocção de massa de pães de forma com peso máximo de 400g assado, com capacidade máxima igual ou superior a 18.000pães/h, com controlador lógico programável (CLP), composto de: alimentadores transportadores oscilantes para massa dos pães nas formas; câmara de fermentação com capacidade de 2.503 balancins e tempo de permanecia da massa de 100min, com controle de temperatura de 27 a 36 Graus Celsius e umidade relava entre 60 a 85%, com extensão mínima de 26.540 m; com sistema concatenado entre a câmara de fermentação e área de cocção através de correntes laterais interligadas por total de 3.780 balancins (gondolas) em aço inox com capacidade cada de 4 formas triplas para pão; forno de cocção do tipo indireto a convecção dotado de 12 câmaras independentes de combustão, com capacidade de 759 balancins com extensão mínima de 30.500mm; retirada dos pães das formas (depanner) por meio de ventosas à vácuo, transportadores de esteiras de ligações.
8438.10.00	254	Combinações de máquinas automáticas para aplicação de coberturas líquidas e/ou secas e escarificação superficial em massas de pães de hambúrguer sobre assadeiras, com capacidade nominal de aplicação em até 5.600dúzias de pães/h, com controladores lógicos programáveis (CLP), Interface Homem Máquina (IHM), pulverizador de agua, pulverizador de coberturas líquidas (glaze) com sistema de visão integrado, tanque encamisado e limpeza integrada, máquina para escarificar massa de pão por jato de água pressurizada com escarificação e parada de assadeira simultâneas "cross split", máquina para escarificar massa de pão "splitter" por jato de água pressurizada para

		diversos tipos de padrões sem parada de assadeira, polvilhador de farinha, aplicadores de grãos e sementes variadas com reservatório e tremonha a vácuo de abastecimento automático, interligadas por transportadores.
8438.20.90	069	Moinhos de tortas de cacau com estabilização de pó para fabricação de pó de cacau com granulometria de 99,5ìm de finura e capacidade máxima de 4.000kg/h de processamento, dotados de: um moinho classificador; um detector e rejeitador de metal; uma válvula rotativa para alimentação do sistema de transporte pneumático e moagem de tortas de cacau; dois filtros de produto para armazenagem e estabilização do pó da torta de cacau moído; dois ventiladores centrífugos de circulação de ar frio; duas válvulas rotativas na saída dos filtros de produto; um sistema de detecção de faísca para segurança do sistema; dois trocadores de calor com filtros bactericidas para filtragem e resfriamento do ar interligadas a duas unidades reguladoras de água gelada; um painel elétrico para o controle automatizado do processo e operacional.
8438.50.00	366	Conjuntos para utilização exclusiva "upgrade" em máquina de insensibilização de suínos por dióxido de carbono, compostos por: sistema automático pré-divisor de suínos em grupos por tamanhos predeterminados por meio de portões servo assistidos e sensores; e 2 gôndolas não motorizadas, feitas em aço galvanizado, com área de 3,43m², capacidade para até 8 animais de peso total de até 780kg.
8438.50.00	367	Máquinas fatiadoras computadorizadas de alto desempenho para produtos alimentícios tais como bacon e/ou presunto curado, munida de sistema de servomotores e servocontroladores, com velocidade máxima de corte igual ou superior a 1.500rpm, para produtos com comprimento máximo de até 650mm, dotadas de balança de pesagem dinâmica, esteira transportadora de porções, sistema de escaneamento de produtos, sistema de projeção para indicação de correção de porções fora de peso, dispositivo afiador de facas e carro para acomodação das partes que são desmontadas para higienização da máquina.
8438.60.00	022	Equipamentos automáticos para texturização de tubérculos vegetais em até 30.000kg/h de batatas, com campo elétrico pulsado para redução de quebras moleculares e de desperdícios e elevação de crocância com gerador de pulso elétrico de até 30kV, corrente de saída operacional de até 3.000A e frequência operacional de até 500pulsos elétricos/s.
8438.80.90	108	Máquinas industriais para ralar alimentos de alta produtividade, possuindo um sistema de raspagem com rotações internas distintas, operando com 2 velocidades entre 380 e 750rpm, com capacidade de produção aproximada de até 2.000kg/h, contendo tambores de diferentes granulometrias de raspagem, palhetas direcionadoras e elementos de ralar fabricados em aço inox, equipada com dispositivo de refrigeração interno, potência do motor de 4 - 7,5kW, tensão: 3 x 380V, frequência: 60Hz, completa, com sistema elétrico, peças e acessórios para seu funcionamento.

8441.10.90	114	Máquinas automáticas para corte de materiais rígidos e flexíveis, tais como papel, papel fotográfico, papel térmico, papel magnético, cartolina, lona, vinil e tecido (tecidos, malhas, materiais têxteis e outros materiais porosos exigem um forro), com opção de esboço de desenho e escrita por meio de caneta, largura de recorte com variações de 21 até 155cm, velocidade recorte mínima de 500mm/s, força máxima de até 2.000g, dotadas de lâmina de corte auto ajustável para profundidade, com opção de sensor óptico ou câmera para identificação de imagem pré-impressa para recorte, com opção de painel colorido "touchscreen", conexão USB com máquina automática de processamento de dados com ou sem compatibilidade "WiFi" e com ou sem controle remoto.
8441.10.90	115	Cortadeiras digitais a laser, para corte de etiquetas autoadesivas fabricadas em papéis ou filmes de polipropileno, de polietileno e outros materiais, pré-impressas ou sem impressão, com velocidade máxima de corte de 1.524mm/s para cortes em linha reta, para trabalhar bobinas com largura máxima de 400mm, com voltagem do laser de 20 até 30W, largura máxima de corte de 381mm, controle de ajuste de velocidade e potência com até 16 configurações, painel LCD de 4 linhas, fonte CO2 laser selada, sistema de alinhamento através de módulo CCD, interface USB, trabalho rolo a rolo com controle por motor de passo, sistema de vácuo para fixação e limpeza de mídia, fonte de energia de 100-240 Volts AC, 50/60Hz, comutação automática, máx. 10A, consumo de energia máximo de 1.000W, com opção de laminador em módulo integrado ou não.
8441.10.90	116	Cortadeiras digitais, para trabalhos rolo a rolo, para corte de etiquetas autoadesivas fabricadas em papéis ou filmes de polipropileno, de polietileno e outros materiais, pré-impressas ou sem impressão, com velocidade máxima de corte de 960mm/s para cortes em linha reta, para trabalhar bobinas com largura máxima de 310mm, com tamanho máximo de rótulo de corte em branco de 300 x 200mm, força máxima descendente de 750g com ajuste de 3 níveis, precisão de repetição menor ou igual a 0,08mm, painel touchscreen com interface de usuário profissional, interface USB, CPU de 64 BIT e 32MB de memória flash, botão de emergência frontal, ruído menor ou igual a 35dB, com temperatura ambiente para operação de 5 - 35 Graus Celsius, com potência de 150W.
8441.10.90	117	Cortadeiras digitais, para trabalhos folha a folha, para corte de etiquetas autoadesivas fabricadas em papéis ou filmes de polipropileno, de polietileno e outros materiais, pré-impressas ou sem impressão, com velocidade máxima de corte de 960mm/s para cortes em linha reta, para trabalhar com mídias com largura entre 210 a 330mm e comprimento entre 279 e 500mm, com velocidade de digitalização entre 5 a 12s, capacidade de mídia para até 120 folhas de 80g/m2 de papel, espessura de mídia entre 80 a 300g/m², precisão de corte de 0,02mm, painel touchscreen com interface de usuário profissional, interface USB ou SD CARD/USB, força máxima de corte 750g com 3 níveis, dispositivo de digitalização através de sensor óptico de luz vermelha ou câmera CCD.

8441.20.00	045	Máquinas totalmente automáticas para confecção sacolas de sacolas de papel alimentadas por rolo, de gramatura entre 80g e 150g/m2, fundo quadrado, com alça plana ou torcida, largura do rolo de papel entre 590 e 1.150mm e diâmetro máximo de 1.200mm; largura do corpo das sacolas entre 200 e 360mm; comprimento do tubo de papel entre 350 e 650mm; tamanho do fundo da sacola entre 80 a 200mm, altura da alça torcida entre 110 e 120mm e da alça plana de 100mm. Contém cubo de formação que possibilita fabricar 5sacolas/volta. Máquinas composta pelas seções de desenrolamento, fabricação de alça torcida, fabricação de alça plana, aplicação da alça, formação do tubo, formação do fundo, coleta de sacolas e seção de controle, com capacidade máxima de produção de 120sacolas/min com alça.
8441.80.00	Ex 116	Máquinas automáticas para corte e vinco, alimentadas por bobina, para processamento de substratos diversos como papel revestido de PE, papel normal, papel corrugado ou material plástico, largura máxima da bobina igual ou superior a 950mm, diâmetro máximo de 1.800mm, capacidade de produção igual ou superior a 150golpes/min, tamanho de corte igual ou superior a 950 x 540mm.
8442.30.90	037	Montadoras de clichês semiautomáticas com posicionamento automático das câmeras nas posições horizontal, vertical e na circunferência da camisa, dotadas de duas câmeras digitais coloridas com ampliação de 100X visualizando marcas de registro, micro pontos e cruzes, tela "touchscreen" de 27 Polegadas, movimentação das câmeras e do mandril cantilever das camisas através de servo motores, precisão de +/- 1 mícron, largura máxima de até 1.300mm (lado esquerdo da montagem da camisa), mínimo de desenvolvimento de 320mm e máximo de até 1.400mm.
8443.39.10	350	Máquinas impressoras digitais de produção, por jato de tinta "inkjet", 4 cores (CMYK), para a impressão em mídias porosas como papelão, papel, envelopes, sacolas e tags, com resolução máxima de impressão de 1.200dpi/cor, velocidade máxima de impressão de 27m/min, largura máxima de impressão de 297mm, utilização de tinta pigmento base água, alimentador de fricção integrado, bandeja de recepção ajustável, esteira de transporte à vácuo, conexão ethernet, driver de impressão compatível com sistemas operacionais para impressão estática, tela "touchscreen" de 10,1 polegadas, ajuste eletrônico de altura da cabeça de impressão, temperatura de operação entre 15 e 30 Graus Celsius.
8443.39.10	356	Máquinas impressoras digitais industriais, operando por jato de tinta, 4 ou mais cores, para a impressão de folhas de papelão corrugado e outros, utilizadas no processo de manufatura de caixas ou displays, com resolução a partir de 600 x 300dpi, velocidade máxima de produção de 562m2/h, largura máxima de folha de 98 polegadas (250cm), com ou sem empilhador de saída, com ou sem secador IR.
8443.39.10	357	Máquinas de impressão por jato de tinta, de uso industrial, com funções cumulativas ou não de marcar, codificar, personalizar,

		endereçar e datar produtos ou embalagens, de formatos, superfícies e materiais variados, como plástico, vidro, metal, papel e cartão, com velocidade máxima de impressão de até 2.700caracteres/s, imprimindo em movimento com velocidade linear máxima do produto de até 508m/min.
8443.91.99	085	Rolos de impressão cobertos de borracha para transferência da tinta para a lata de alumínio, cor verde água (E.P.D.M.), alta resistência a abrasão e temperaturas de até 176,6 Graus Celsius (350 Graus Fahrenheit) e produtos químicos, para máquinas de impressão de latas.
8443.91.99	086	Rolos de impressão coberto de borracha para transferência da tinta para a lata de alumínio, cor preta (N.G.), alta resistência a abrasão e produtos químicos para máquinas de impressão de latas que rodam 2.000latas/min.
8450.90.10	026	Eixos do cesto, flange, tipo tripé, com eixo central igual ou superior a 115mm de comprimento, fabricado em aço 1045, base em alumínio, com braço de fixação igual ou superior a 239mm, para uso exclusivo em máquinas de lavar roupas com capacidade em peso de roupa seca superior a 10kg.
8451.40.29	017	Máquinas para tingir tecidos e tecido de malha, hidráulica, com tecnologia específica para utilização mínima de água e produtos químicos, com capacidade nominal de 320kg, volume nominal de água 1.600L, diâmetro autoclave 1.200mm e comprimento 2.000mm.
8451.80.00	090	Máquinas de impressão e revestimento de acabamentos especiais em tecido plano, com três aplicadores com controle automático da quantidade de pastas ou espumas na superfície do tecido, para aplicações de até 2.000mm de largura, com velocidade operacional de até 50m/min, dotadas de: unidade de impressão por serigrafia rotativa com cilindro de impressão de área de impressão de 640 até 1.018mm de comprimento; unidade de aplicação tipo espatulagem (coating) para aplicação de pastas por meio de faca sobre cilindro ou faca sobre ar; e unidade de aplicação de espuma por meio de um sistema de estrutura de perfil de alumínio acionado eletronicamente.
8454.30.90	084	Máquinas para vazamento vertical de tarugos de alumínio de diâmetros de 5 e 7 polegadas e comprimento máximo de 7.500mm, compostas por: cilindro hidráulico com 400mm de diâmetro, 31t de capacidade de vazamento, 8.000mm de curso total e 7.500mm de comprimento do vazamento; "platen" de apoio da mesa de vazamento e junção desta com cilindro; unidade hidráulica para elevação do cilindro hidráulico, 1 sistema de inclinação das mesas; com sistema de controle de vazamento automático; estrutura para captação de gases do poço de vazamento; sistema para adição de refinador de grão para ajuste das características metalúrgicas do alumínio; sistema de controle do fluxo de água para os moldes de vazamento; filtro com auto limpeza para controle e filtragem de água de resfriamento; sistema de controle de nível de água do poço de vazamento, com bombas verticais para controle da água; controle de nível de metal nas calhas por laser; painel de energia; 1 mesa de 56

		posições para vazamento de tarugos de 5 polegadas com moldes; 1 mesa de 56 posições para vazamento de tarugos de 7 polegadas com moldes; console de operação com interface homem máquina (IHM); e, comando por controlador lógico programável (CLP).
8456.11.90	028	Máquinas para gravação a laser com função de gravação em materiais diversos: PVC, embalagens, plásticos, com voltagem bivolt 110/220V, altura máxima de 2.000mm, barra de escala com configuração ajustável, lista de etapas: Largura e altura das letras de 0,1 a 10mm, distancia móvel de cada passo na direção X e Y offset de 0,1 a 100mm, ângulo de 1, 90 até 180 graus máximo, espaçamento das letras impressão 0,1 a 1mm, parâmetros de impressão ajustável: velocidade de impressão galvanômetro 3.000mm/s, velocidade de marcação 1.000mm/s, frequência 10kHZ, parâmetro óptico ajustável: velocidade da luz vermelha laser 3.000mm/s, gravação em diversos tipos de fonte de letras, compatível com arquivos de diferentes formatos tais como: MDB, Bitmap, QR Code, Code 39, Code 128, com conexão USB e também SD, controladas por software de controle, dotadas de aste de metal para montagem dos componentes com regulagem de altura, tela de visualização e manuseio, CPU e peça com a luz vermelha (laser), de valor unitário (CIF) não superior a R$31.800,00.
8457.10.00	446	Centros de usinagem vertical de dupla coluna tipo portal com travessa fixa, com comando numérico computadorizado (CNC), com 3 eixos controlados simultaneamente, podendo conter 4º eixo interpolado (Eixo-A), capaz de mandrilar, fresar, furar e rosquear metais e não metais com curso de trabalho nos eixos X, Y e Z iguais ou superiores a 762, 460 e 460mm respectivamente, dimensões da mesa iguais ou superiores a 1.000 x 460mm, capacidade máxima de carga sobre a mesa igual ou superior a 700kg, com sistema estabilizador termo ativo da estrutura da máquina-(TAS-C), com sistema estabilizador termo ativo do fuso (Spindle)-(TAS-S), com precisão dimensional da peça menor que 8mm mesmo em ambientes de trabalho com variações de temperatura, fuso (Spindle) tipo motor integral (motor spindle) com velocidade de 12.000 ou 15.000rpm, com velocidade de corte nos eixos X,Y e Z de 32m/min, avanço rápido nos eixos X e Y de 40m/min e Z de 32m/min, com trocador automático de ferramentas (ATC) com capacidade de até 32 ferramentas, com comprimento máximo da ferramenta de 300mm, com tempo de troca de ferramenta (T-T) de 1,2s, com tanque de refrigeração, com ou sem transportador de cavacos, com sistema de gerenciamento de economia de energia (ECO SUITE), com sistema de gestão da usinagem e das atividades realizadas pela máquina (MacMan), com sistema de análise da condição de corte para minimizar vibrações com captura por microfone (Machining Navi).
8457.10.00	447	Centros de usinagem vertical de dupla coluna, tipo portal, com comando numérico computadorizado (CNC), com 4 eixos controlados simultaneamente, capazes de fresar, mandrilar, furar e roscar metais e não metais, com curso de trabalho nos eixos lineares X de 1.020mm, Y de 510mm e Z de 460mm, com

		velocidade máxima de avanço rápido dos eixos X, Y e Z de 52.000mm/min e velocidade máxima de avanço de usinagem de 52.000mm/min, com largura efetiva entre colunas de 1.380mm, tamanho da mesa de 1.200 x 550 mm, com capacidade de carga máxima sobre a mesa de 1.200kg, velocidade (rotação) máxima do "spindle" de 12.000rpm, magazine com capacidade de 60 ferramentas, com diâmetro máximo da ferramenta de 80mm e tempo de troca de ferramentas de 3,7s.
8457.30.10	006	Máquinas de estações múltiplas de usinagem simultânea tipo "transfer", com comando numérico computadorizado (CNC) de alta tecnologia para usinar simultaneamente corpos de compressores de ferro fundido com capabalidade Cpk 1,67 nas tolerâncias de 0,09mm para batimento total das pernas, 0,04mm de perpendicularidade de cilindro x mancal, 0,03mm perpendicularidade topo x cilindro e diâmetros de cilindro e mancal com ±0,01mm, máquina com capacidade de produção de até 514peças/h, com sistema de carga e descarga automático por robô, a máquina possui 18 unidades de usinagem programadas e controladas pelo CNC, dispostas em até três unidades por estação (vertical inferior, superior e radial), sendo: 16 unidades de furação-fresamento de 5,5 e 7,5kW de potência, fuso com rotação variável por inversor de frequência de até 4.000 e 6.000rpm e 2 unidades combinadas de furação e rosqueamento em posição fixa de 5,5kW potência, rotação variável por inversor de frequência de até 4.000rpm, possui mesa horizontal de posicionamento e transferência da peça com 10 estações, com eixo C de duplo motor em sincronismo "Dual Drive", sendo que possui montado em cada posição um dispositivo de fixação, maquina completa de transportador de cavacos, sistema de alta pressão de refrigeração de 20bar e seus acessórios standard.
8459.29.00	007	Máquinas automáticas de conformação (end forming) e furação de tubos metálicos, dotadas de alimentação automática, consola táctil de parametrização e histórico produtivo, unidades de furação simples e duplas, descarga automática para cavaletes de acabamento, com ou sem sistema de marcação de tubo processado, processamento até 60tubos/h, espessura do tubo 2,5 - 4 mm, diâmetro 127mm, comprimento 5.540 - 11.670mm, até 25 unidade de furação, sendo 10 verticais e 15 horizontais.
8459.31.00	079	Madriladoras-fresadoras com comando numérico computadorizado, em estrutura de ferro fundido, utilizadas para fresar, mandrilar e furar, com 5 eixos controlados via CNC, com eixo árvore no diâmetro máximo de 130mm, curso máximo do eixo X de 3.800mm, curso máximo do eixo Y de 2.000mm, curso máximo do eixo Z de 1.500mm e curso do eixo W de 800mm, motor principal de 55kW de potência, rotação de 4.000rpm, torque de 2.250Nm, correção em tempo real da dilatação térmica do eixo árvore via CNC, avanço nos eixos X, Y e Z de 25m min, avanço no eixo W de 25m min, sistema de medição direta em todos os eixos do tipo absoluto, mesa giratória de posicionamento milesimal com 1.800 x 2.200mm, com apoio hidrostático, capacidade de carga de 20t, resolução de posicionamento absoluto no eixo B de 536.870.912 pulsos, "tilting" torque momento pendular da mesa giratória de

		40.000Nm, rotação de giro da mesa eixo B de 4 rpm, cabeçote de fresar angular de 1 eixo posicionamento automático a cada 2,5graus, com 20kW de potência, rotação de 2.400rpm, torque de 1.000Nm, magazine trocador automático para 60 ferramentas com torque de bloqueio de ferramenta de 60Nm, sistema de refrigeração externa e interna via ferramenta controlado por CNC de pressão de 30bar e vazão de 50L/ min, proteções ao redor da máquina interligadas com o sistema de segurança em atendimento à NR12.
8459.59.00	003	Fresadoras ferramenteiras com cabeçote de velocidade variável, com ou sem inversor de frequência, velocidade do eixo-árvore de 65 a 3.200rpm ou superior, motor do cabeçote vertical ferramenteiro de 5HP, motor do cabeçote universal horizontal de 5HP, mesa de 1.370x254mm ou maior, angulação da mesa de 35 Graus, inclinação lateral do cabeçote vertical de 90 Graus, cone do eixo-árvore do cabeçote ferramenteiro vertical IS040, cone do eixo-árvore do cabeçote universal horizontal IS040, leitores digitais nos eixos XYZ, motorização de avanço eletrônico ou engrenado no eixo longitudinal (X), podendo ter motor de avanço eletrônico ou engrenado no eixo transversal (Y) e motor elétrico de subida e descida da mesa.
8459.61.00	057	Centros de fresagem para virabrequim temperado de alta precisão, para pré-acabamento de mancais e moentes com comando numérico computadorizado (CNC), único corpo e base única de concreto, duplo fuso de fresas independentes, dotados de um sistema de fixação de placa dupla, lunetas de apoio, sistema de medição automático por apalpador, com potência de 36kW, torque de 3.550Nm, velocidade do fuso de 300RPM, área de trabalho de 1.200mm de comprimento e 170mm de diâmetro, capaz de garantir posição axial para os mancais e moentes de 0,2mm, posição radial de 0,1mm, circularidade de 0,05mm nos diâmetros, com tolerância nas larguras e diâmetros de mais ou menos 0,05mm, fresamento a seco e transportador de cavaco.
8460.24.00	012	Retíficas automáticas de precisão, controladas por comando numérico computadorizado (CNC), utilizadas para retificar metais com diâmetro máximo de furo retificável de 200mm, profundidade máxima de furo retificável de 190mm, com 4 eixos, sendo 2 eixos lineares, com deslocamento máximo no eixo X de 400 e no eixo Z de 460mm, 1 eixo B0 rotativo com giro angular de -15 graus/+91 graus e eixo W (manual) com percurso de deslocamento de 220mm, dotadas de sistema de exaustão.
8460.29.00	184	Máquinas retificadoras contínuas à seco de blocos refratários em superfície plana com largura de 114 até 600mm; altura de 30 até 350mm; remoção de material por passe de 0,5 até 1,5mm; tolerância dimensional de ± 0,3mm; tolerância padrão de ± 0,5mm e ângulo de giro de 5 graus até 30 graus com sistema de transporte vertical e horizontal revestido e sistema de compensação de tolerâncias variáveis por mola.
8461.50.90	019	Máquinas automáticas para multicortes simultâneos de tubos metálicos com diâmetro entre 12 e 50mm, com sistema de carrosséis para transporte dos tubos até os cabeçotes de corte e posterior descarga em esteiras, possibilitando uma operação

		contínua, com capacidade de produção máxima de 25.200 peças por hora, dotadas de 14 cabeçotes de corte, com corte por serra circular com diâmetro de no máximo 315mm, com sistema alimentador de tubos com capacidade para até 4.000kg, para tubos com comprimento de até 7.000mm, com duas esteiras de controle independentes para retirada dos tubos do interior da máquina, com quadro elétrico, controladas por CLP único, com opção de operar no modo manual, com comando remoto por "joystick", com sistema pneumático, com dispositivos de segurança, construída segundo normativos de segurança cee89/392 ce..
8462.21.00	292	Máquinas dobradeiras elétricas, com comando numérico computadorizado, sistema de fixação e alinhamento da ferramenta automática para punção e matriz, sistema de segurança com ajuste automático da posição de dobra, painel de operação "touch", dispostos de sistema de programação gráfica no comando da máquina em desenhos com definição em 3D e "software" específico instalado no comando da máquina "TecZone Bend", que permite abrir arquivos em 3D e gerar o programa automaticamente, posição da matriz variável, com iluminação frontal e traseira para auxílio no trabalho e posicionamento instrutivo em LED para posicionamento da estação de dobra, sistema de medição de ângulo automático ACB "Wireless", acionamento através de cartão RFID para controle de acesso do painel da máquina, comprimento máximo de dobra de até 1.530mm, força de operação até 50t, disposta com até 9 eixos de ação.
8462.29.00	264	Prensas mecânicas "linkdrive" com capacidade de 8.000kN, para estampagem de chapas metálicas, com controlador lógico programável (CLP), mesa e martelo com dimensões 5.200 x 1.600mm, velocidade ajustável em modo contínuo de 5 a 25golpes/min, transmissão para fornecer 160kJ de energia em modo contínuo a 8golpes/min a 20mm do ponto mínimo inferior, troca de ferramenta semi automática com 2 mesas móveis, sistema automático de fixação de ferramentas por grampo hidráulico móvel, abertura programada para queda de cavaco ao nível do solo em frente, atrás e no centro da prensa, 2 transportadores de cavaco: um abaixo da prensa, e outro inclinado para depósito de cavaco em caçamba ao nível do solo, cabine de enclausuramento para abafar ruídos, de valor unitário (CIF) não superior a R$10.483.658,00.
8462.91.19	094	Prensas hidráulicas para cravação de terminais em mangueiras, com mancal de deslizamento na ferramenta de prensagem isento de lubrificação, força de prensagem entre 200 e 340t, diâmetro máximo de prensagem entre 100 e 165mm, curso entre 41 e 70mm, velocidade de abertura das ferramentas entre 7,9 e 44mm/s, fechamento entre 3 e 30mm/s prensagem entre 1,3 e 2,3mm/s, com ou sem controlador lógico programável (PLC) tipo "touchscreen".
8464.10.00	057	Máquinas próprias para cortes de pavimentos em geral equipadas com discos diamantados de até 50mm, motor a combustão 4 tempos a gasolina de até 13HP, tanque de água incorporado para

		arrefecimento do corte, volante de ajuste da profundidade de corte com amortecedor incorporado, alça de içamento, guia de corte, punho com ajuste de altura e atenuador de vibração, capacidade de corte de até 245mm de profundidade no piso.
8464.20.90	037	Politrizes elétricas próprias para desbaste e polimento de pisos de concreto, pedra natural e outros tipos de pisos, através de segmentos diamantados ou de videa, com padrão de engate "ezchange" ou "redi-lock", para trabalho a seco ou úmido, com área de trabalho de 1.380mm, dotados de assento para o operador, dois sistemas de aspiração de pó de 3kW cada, dois cabeçotes de fresamento, cada cabeçote equipado com motor elétrico de 11kW e sistema planetário de rotação com 4 discos de desbaste de 270mm.
8465.10.00	934	Máquinas-ferramentas para fresar, furar e serrar painéis de madeira ou similares, com controle numérico computadorizado (CNC) e com software de programação, com capacidade de furar, dotado de sistema de troca rápida nas brocas verticais e com sistema de travamento automático dos mandris para controle preciso de profundidade de furação, com múltiplas ferramentas verticais e horizontais independentes para trabalhar no máximo 5 lados da peça com movimentação simultânea da peça em X e os cabeçotes em Y e Z, com comprimento mínimo da peça de 180mm e máximo de 3.050mm e largura mínima de 55mm e máxima de 1.200mm, de valor unitário (CIF) não superior a R$116.150,00.
8465.10.00	935	Máquinas para corte e processamento rápido de madeira, automática, com capacidade para operações adicionais de furação, fresagem e impressão, com capacidade para processar madeira de seção compreendida entre 20 x 40mm e 160 x 450mm, com comprimento de até 8.000mm, com precisão de posicionamento de ±0,5mm e velocidade de alimentação de 120m/min, com unidade de serra com lâmina de serra sem flange, de 5 eixos e giro de 360 graus, com capacidade para cortes de 0 graus a 90 graus (em qualquer ângulo e inclinação) e capaz de se mover debaixo do lado de apoio da peça de trabalho, dotada de: sistema de alimentação automático; transportador; correia transportadora para eliminação de resíduos; mesa retrátil para saídas das peças processadas; porta ferramenta para ferramentas verticais; unidade de furação; unidade de fresagem de; impressora a jato de tinta com 8 cabeças de impressão e resolução de 150 x 300dpi; esteira de transporte para peças pequenas; controlada por CNC, com console para o operador com teclado e monitores.
8465.92.90	030	Plainas desengrossadoras para trabalhar madeira, com largura de corte de 304mm, altura compreendida de 3 a 155mm, potência 1.650W e rotação de 8.500rpm.
8465.99.00	165	Sistemas automáticos de armazenagem, derretimento, abastecimento e aplicação de cola a base de poliuretano (pur), vedado contra oxigênio, sistema de derretimento e abastecimento sob demanda, para uso em máquinas coladeiras de bordas e esquadrabordas, com controle eletrônico e/ou CLP, com sistema cilindro de pressão por pistão e derretimento por

		grelha de aquecimento, aplicação por "slot nozzle" ou por cabeçote de aplicação, amplificador, sensor de nível de cola e prato de proteção, podendo ser dotado de uma ou duas mangueiras térmicas de transferência sendo cada mangueira com comprimento de 3 a 11m, capacidade para embalagens de cola de 2 ou 20kg.
8466.93.20	022	Mesas giratórias de configuração vertical, com servo motor para máquinas ferramenta, giro com repetitibilidade de 2 a 8s, e precisão de 14 a 20s, com freio pneumático ou hidráulico, engrenagens em aço tratado e sem folgas, com sistema de cremalheira e torre rolamentada com zero folga, incremento mínimo de 0,001 graus.
8466.93.20	023	Paletes em ferro fundido G EN-GJS-500, com dimensões de 400 x 500mm ou 500 x 630mm, superfície dos paletes retificada não convexa e planicidade de 0,01mm, superfície de fixação do arrastador do palete com tolerância dimensional de ±0,01mm, planicidade de 0,015mm e paralelismo de 0,02mm, alojamentos dos componentes de fixação do palete (zero point system) (4x) com tolerância dimensional H6 e tolerância de verdadeira posição de 0,008mm, furo central do palete com tolerância dimensional H6, perpendicularidade de 0,01mm, cilindricidade de 0,01mm e tolerância de verdadeira posição de 0,015mm, roscas para fixação do pino central do zero point system (4x) com tolerância dimensional H6 e concentricidade de 0,03mm, em execução com padrão de furação (forma A1) ou ranhura T (forma A2), conforme norma DIN 55.201, utilizado para prender o dispositivo de fixação de peças de trabalho.
8466.93.40	005	Barras rotativas com sistema de atracação tipo "autolock" ou "camlock" para mandrilar sedes de válvulas de gaveta de diâmetros nominais 2-1/16 polegadas ou 5-1/8 polegadas ou 7-1/16 polegadas, com diâmetro de corte ajustável entre um limite mínimo e máximo por meio da expansão ou retração do elemento cortante previamente instalado na face do cabeçote da máquina e um cone macho normalizado ISO #50 ou HSK-100.
8467.99.00	003	Capas de proteção em aço LNE380, fabricadas em processo de estampagem progressiva de duas partes unidas através de solda a ponto para garantir a fixação da cinta na capa e a referência de montagem na ferramenta; com porca soldada na cinta e parafuso pré-fixado; com acabamento superficial através de pintura eletrostática, utilizadas exclusivamente em ferramentas elétricas manuais.
8474.20.90	151	Moinhos pulverizadores de amostras, integrados com sistemas para prensagem de pastilhas com dimensão de 40 ou 51,5mm de diâmetro, automatizados, com controlador lógico programável (CLP) integrado, para utilização em laboratórios para processamento de minérios e de outras matérias minerais, podendo estar acompanhados, ou não, de dispositivo para limpeza, dispositivo de inserção de amostra, dispositivo de dosagem de aglomerante, dispositivo de dosagem em branco, correias transportadoras e/ou carrossel de amostras.
8474.20.90	152	Alimentadores uniformes para processamento de materiais

		minerais sólidos, com saída consistente e precisa para processamento contínuo a jusante, oferecendo redução de tamanho confiável e alimentação consistente de materiais irregulares ou friáveis dotados de alimentadores triplos de doze eixos com três acionamentos por motores elétricos independentes de quatro eixos separados, conjunto de roscas extratoras espirais de encaixe substituíveis, sistema de lubrificação automática e com três opções de descarga (frontal, central ou traseira).
8474.20.90	153	Britadores de duplo rolos dentados para materiais minerais com capacidade de produção aproximada entre 800 e 1.000t/h, com granulometria de alimentação menor ou igual a 500mm e granulometria de saída menor ou igual a 125mm, com força de britagem (esmagamento) menor ou igual 160MPa, com 2 motores de potência do superior a 200kW cada, com rolos com dente de liga de alta resistência a abrasão com dureza HRC 45 ~ 55, com sistema de controle inteligente através de CLP.
8474.39.00	009	Combinações de máquinas automáticas para abastecimento e controle de fluxo de matérias primas utilizadas na fabricação de embalagens de vidro, com ciclo contínuo de produção , compostas de : alimentadores de bandeja vibratória, elevador de canecas com até 500mm de largura e capacidade mínima de 70m3/h, válvulas de controle e distribuição de fluxo de 2 ou mais vias, sensores de níveis, transportadores com capacidade mínima de 70m³/h, alimentadores com rosca dosadora, balanças de precisão de até 400kg, painéis elétricos, CLP's e acessórios, controladas por sistemas informatizados integrados.
8474.80.90	166	Combinações de maquinas para produção de até 20.000m2/dia de revestimento cerâmico com largura útil de até 1.200 por 3.600mm, após corte e queima, e espessura de 3 a 30mm, compostas de: estação de dosagem móvel do pó atomizado sobre tapete com comprimento de 15.208mm e controle automático de espessura, estação hidráulica de prensagem sem utilização de moldes, com compactação realizada entre um tapetes inferior e um superior, com pressão máxima de 400kg/cm2 realizada por bomba de pistão com fluxo variável controlada eletronicamente, e com ajuste automático de planaridade e espessura da placa prensada, dotado de sistema automático de corte da placa prensada, torre de recuperação, moagem a seco e classificação dos resíduo da estação de corte para retro alimentação da estação de dosagem móvel em ciclo fechado.
8474.80.90	167	Combinações de máquinas para sistema microgranulação contínua de massa cerâmica moída a seco, com capacidade de produção igual ou superior a 55t/h, controladas por um controlador lógico programável (PLC), composto de: 3(três) granuladores de operação continua, dotado de alimentador continuo tipo rosca sem fim, câmara misturadora rotativa em formato cilíndrico - sinusoidal e controle automático de lubrificação, 3(três) kits de dosagem de massa e 3(três) "skids" de dosagem de água equipado com reservatório, medidor de vazão eletromagnético e bombas controladas por inversor de frequência e painéis elétricos para gestão dos equipamentos.
8474.90.00	055	Telas peneiras vibratórias, em plástico poliuretano, tipo reta,

		formato malha retangular, comprimento de até 1.016mm, largura de até 762mm, espessuras compreendidas entre 0,15 e 0,18mm, proporção da abertura oblonga compreendidas entre 1:8 e 1:16, tipo fixação encaixe rápido, com ou sem aditivo especial anti-incrustação, comercialmente denominado "panel ure - tapered".
8477.10.11	105	Injetoras de plásticos PP (polipropileno), com capacidade máxima de fechamento de 170t; com servo motor acoplado com diâmetro de rosca de 42 x 45mm; com capacidade cúbica máxima de 442cm³; com capacidade máxima de injeção de 397g; com pressão máxima de 174kPa; com velocidade máxima de rosca de 190rpm; com fechamento de grampo de 1.700kN; com espaço máximo de 470 x 470mm; com molde acoplado para injeção de carneira de máscara de solda de escurecimento automático com fechamento fotossensível, de valor unitário (CIF) não superior a R$198.484,00.
8477.10.11	106	Injetoras de plásticos PP (polipropileno); com capacidade máxima de fechamento de 300t, com servo motor acoplado com diâmetro de rosca de 60 x 65mm; com capacidade cúbica máxima de 1.085cm3; com capacidade máxima de injeção de 976g; com pressão máxima de 170KPa; com velocidade máxima de rosca de 220rpm; com fechamento de grampo de 3.000kN; com espaço máximo de 620 x 620mm; com molde acoplado para injeção máscara de solda de escurecimento automático com fechamento fotossensível, de valor unitário (CIF) não superior a R$246.532,00.
8477.10.19	053	Máquinas de moldar por injeção, de comando numérico, monocolor, para materiais termoplásticos, fechamento hidráulico com 2 placas, travamento com castanhas com acionamento hidráulico, com capacidade de injeção compreendida entre 996 e 10.849g, e força de fechamento compreendida entre 450 e 1.400t, dotadas de interface para robô, 4 machos hidráulicos, 4 válvulas pneumáticas, medidor de consumo de energia, portal frontal automática como opcional e sistema de bombas hidráulicas acionadas por servomotor.
8477.10.21	066	Máquinas injetoras horizontais monocolor para moldar peças plásticas, hidráulicas, com sistema de travamento central com joelheiras duplas travando no centro da placa móvel, precisão de abertura e fechamento do molde de 0,5mm, variação máxima do peso injetado de 0,3%, placa móvel apoiada sobre guias lineares e ausência de buchas entre as colunas, sistema de abertura e fechamento com acionamento por bomba hidráulica acionada por servomotor, unidade de injeção apoiada sobre guias lineares, placas retangulares com maior espaço entre colunas, controlado por computador lógico programável (CLP) de tela colorida com recursos gráficos, memória interna para moldes, comunicação externa (USB), força de travamento igual ou superior a 1.000kN, equipadas com machos hidráulicos, válvulas pneumáticas e interfaces para ligação de periféricos, de valor unitário (CIF) não superior a R$126.720,00.
8477.10.99	090	Máquinas automáticas verticais de moldagem por injeção de material termoplástico tipo EVA, para fabricação de pneus de bicicleta, bicolor com 2 injetores, 8 estações e 2 posições de

		molde por estação, com sistema de servomotor para economia de energia, com força de fechamento de 1863,26kN (190t), capacidade máxima de injeção de 1.290cm3, rosca de diâmetro de 65mm e velocidade máxima de 150rpm, com controlador lógico programável (CLP).
8477.20.10	274	Extrusoras de dupla rosca cônica contra rotantes com capacidade de processar PVC e CPVC entre 11 e 1.273kg/h (entre 25 e 2.800Lbs/h), com ou sem as roscas, sistema de controle de temperatura interno automático, sem manutenção, com rotação variável das roscas compreendida entre 7 e 50rpm, com torque máximo disponível compreendido entre 1.740 e 39.020Nm, com caixas de engrenagens com redução compreendida entre 1:32 e 1:76, que permitem uma carga continua compreendida entre 62 e 409kN, controladas através de controlador lógico programável (CLP) e com acionamento por painel "touchscreen", com conjuntos de plastificação contendo: cilindro nitretado ou revestido em tungstênio para operação com roscas bimetálicas revestidas com molibdênio ou carboneto de tungstênio.
8477.20.90	118	Extrusoras para produção de chapas de plástico rígido multicamadas, dotadas de 2 duplas roscas corrotantes, 2 grupos de dosadores de matéria-prima do tipo gravimétrico, 2 dispositivos de superfiltração com retrolavagem e controle de pressão automática, cabeçote de extrusão plano, sistema para controle automático de espessura da chapa, sistema de desgaseificação de alto vácuo equipadas com 3 bombas cada e sistema de limpeza da calandra, com capacidade máxima de produção compreendida entre 1.500 e 2.500kg/h, com largura útil máxima compreendida entre 1.420 e 2.000mm e espessura da folha compreendida entre 0,12 e 2mm.
8477.40.90	040	Combinações de máquinas para produção de telhas e cumeeiras de PVC+ASA/PVC, tipos colonial e romana, com largura compreendida de 810 a 880 mm e espessura compreendida de 1,6 a 3,5 mm conforme o tipo, com capacidade máxima de produção de 400 a 500kg/h dependendo da formulação, compostas de: 1 distribuidor (feed block), 1 cabeçote plano (flat die) com tratamento interno de cromo duro com espessura de 0,03 a 0,05mm, 1 cortador automático de serra horizontal, 1 calandra para texturização das telhas aquecida a óleo, com velocidade máxima de 5m/min, rolos com diâmetro de 300mm e largura de 1.250mm, incluindo controlador de temperatura de óleo, 1 conformador de telhas com velocidade de operação variável de 0,5 a 5m/min e 2 conformadores pneumáticos de cumeeiras.
8477.80.90	571	Unidades de injeção, utilizadas para realizar a injeção de termoplásticos, com diâmetro do fuso de 25mm, com curso de injeção até 125mm, pressão de injeção até 2.000bar, volume de injeção até 61,4cm3, dotadas de painel de operação e painel elétrico.
8477.80.90	572	Máquinas automáticas para produção de rolos de fitas-adesivas em filme plástico, com largura mínima igual ou superior a 10mm, a partir de bobinas jumbo com largura máxima igual ou inferior a 2.500mm, velocidade máxima de produção igual ou inferior a

		700m/min, sistema de corte, rebobinador, alimentador de tubetes, descarregador dos rolos cortados e painel de comando com PLC "touchscreen".
8477.80.90	573	Máquinas para reciclagem, utilizadas para produção de pellets de (polietileno, polipropileno, poliamida e copolímero de etileno e álcool vinílico), a partir de resíduos de produção diretamente na forma de bobinas, refiles e folhas soltas, com capacidade de granulação de 50 a 100kg/h, dotada de: 1 triturador robusto e resfriado para reduzir e manter a propriedade do material; 1 extrusora para produção da massa de material fundido; 1 esteira de alimentação de 400mm de largura para metais soltos, com detector de metais; 1 alimentador para materiais embobinados com largura de até 3.000mm e espessura máxima de 0,15mm; 1 triturador com alimentador e extrusor incorporados e CLP (Controlador Lógico Programável).
8477.90.00	442	Conjuntos para injetora constituídos de um fuso roscado e um cilindro fabricados em aço temperado, para processamento de um volume de 2 até 300kg de material composto de PVC/h, seccionados entre 1 e 3 zonas com passo de hélice de 42 a 95mm e filetes de 3,5 a 20mm, tratamento de cromo duro nas zonas com rosca, nitretação em toda superfície, dureza entre 56-80HRC, qualidade superficial N8, vedação mecânica, furo passante para refrigeração à óleo, em uma extremidade engrenagens de dentes retos para recebimento da força motriz, rebaixo no dente para guiar montagem e sincronizar movimento, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 8.158,78.
8479.10.90	078	Máquinas para nivelamento, alisamento e acabamento de pisos de concreto, dotadas de um par de cabeçotes com diâmetros entre 900 e 1.600mm e equipados com pás metálicas, discos metálicos e/ou ferramentas para polimento dotadas de diamante sintético aglomerados em resina, para realização do trabalho através de rotação, com assento ajustável para o operador, luzes de trabalho, controle por alavancas ou joysticks, ajuste de rotação, ajuste de angulação das pás e com motor a gasolina ou diesel com potência entre 20 e 75HP.
8479.10.90	079	Máquinas para nivelamento, alisamento e acabamento de pisos de concreto através de rotação com pás metálicas, discos metálicos ou ferramentas para polimento compostas de diamante sintético aglomerados em resina, com diâmetro de trabalho compreendido entre 600 e 1.230mm, rotação variável, ajuste de angulação das pás, com motor a combustão 4 tempos a gasolina com potência compreendida de 3,5 e 13HP, sistema de segurança para interrupção de funcionamento caso o operador perca o controle da máquina.
8479.50.00	440	Plataformas robóticas móveis para aplicação de revestimento de peças de pequenas dimensões, constituídas de: 1 robô industrial, com 6 eixos (graus) de liberdade, alcance máximo de 892mm, capacidade de carga máxima de 5kg, repetibilidade de +- 0,03mm, 1 controlador, 1 aplicador de spray automático duplo HVLP, 1 potenciômetro de pressão agitada e engrenagem reduzida, 1 servo indexador rotativo, 1 sistema de monitoramento e dispositivos de segurança (scanner), controlado

		por CNC e com IHM (Interface homem-máquina).
8479.81.90	453	Combinações de máquinas, inteiramente automáticas, para bobinamento, em carretéis para venda a varejo, de condutores elétricos com secção transversal maior ou igual a 0,5mm e menor ou igual a 20mm; diâmetro do carretel de saída maior ou igual a 152mm e menor ou igual a 800mm; com desbobinador com diâmetro do flange da bobina de alimentação maior ou igual a 400mm e menor ou igual a 2.600mm; puxador tipo cabrestante; compostas de: acumulador vertical e controle de tensão de desbobinamento, aparelho para teste da isolação do condutor; detector de nódulos, bobinadeira automática com um ou dois cabeçotes operacionais; medidor de comprimento para velocidade de até 1.000m/min e precisão de 0,3%, carga e descarga automática dos carretéis, corte automático do condutor, aplicação de filme plástico em torno no carretel, aplicador automático de rótulos nos carretéis; e interface homem máquina.
8479.82.10	251	Combinações de máquinas de dosagem e mistura, para fabricação de compostos poliméricos com faixa de densidade entre 0,9 a 1,6g/cm3 e ampla faixa de tamanho de partículas, construídas em aço inoxidável, com funções complementares de homogeneizar e agitar materiais líquidos, sólidos e semissólidos através de rotação assimétrica de 360 Graus, acionados por motores elétricos, com controlador lógico programável (CLP) e painel de operação com interface homem máquina (IHM), compostas de: 2 sistemas de alimentação de matéria prima com plataforma; 2 funis de alimentação automático e aquecimento de matérias primas sólidas com sistemas de sucção de matéria prima à vácuo; 2 misturadores com recipientes cônicos de mistura, aquecidos por condução através de água até 140 Graus Celsius e com sistema de vácuo, com capacidade até 7.000L; 1 funil de descarga do produto acabado dotado de dispositivo duplo de dosagem e enchimento à vácuo, dispositivo de transferência; dispositivo de aquecimento e abastecimento de matérias-primas líquidas com volume de 200L e injeção de gás inerte; estruturas metálicas e plataformas de acesso com escada e guarda corpo.
8479.82.90	186	Trituradores de resíduos florestais e madeira, de comprimento mínimo de 12.469mm e comprimento máximo de 13.347mm, altura mínima de descarga de 4.386mm e altura máxima de descarga de 5.000mm, peso igual ou superior a 19t, mas igual ou inferior a 25t, montados sobre rodas ou esteiras autopropelidas, controlado por controle remoto; dotados de sistema telemetria para monitoramento remoto; motor diesel com potência igual ou superior a 462HP, mas igual ou inferior a 585HP; rotor de trituração de largura de 1.550mm, diâmetro de 1.100mm, com 2 faixas de rotação de trabalho igual ou superior a 460rpm, mas igual ou inferior a 912rpm, equipado com 32 dentes de trituração, podendo conter martelos com pontas de lâminas.
8479.82.90	187	Trituradores de resíduos florestais, domésticos e industriais de comprimento igual ou superior a 11.372mm, mas igual ou inferior a 14.279mm, montados sobre chassi rígido, sobre eixos rebocáveis ou esteiras autopropulsadas; dotados de rotor único com comprimento de 3.000mm, diâmetro de 1.050mm, rotação

		máxima de 38rpm, dentes parafusados no rotor variando de 22 a 32unidades; caixa de carga com bordas dobráveis para alimentação do eixo de trituração; motor diesel com potência igual ou superior a 330HP, mas igual ou inferior a 583HP; peso igual ou superior a 21t, mas igual ou inferior 28t, equipado com sistema de telemetria.
8479.89.12	156	Dispenser's (dosadores)de injeção automática precisa de aditivo de lavagem ou higienizador para a linha de lavagem final de máquina de lavar louça mecânica por borrifação, com motor CC de velocidade variável entre 3 e 36rpm, desenvolvido para aditivo de lavagem entre 50 e 600ppm e/ou higienizador de hipoclorito de sódio 8,4% entre 50 - 10ppm.
8479.89.12	157	Equipamentos diluidores/dosadores de produto químicos sólidos em capsula ou em pó, utilizado no processo de máquinas de lavar louça, com controle eletrônico através de sensor, com válvula solenoide de 24V, com capacidade de trabalho com agua quente dentro da faixa de temperatura de 48,9 à 65,5 Graus Celsius, com reservatório para produto químico em capsula ou em pó de capacidade de até 2,7kg.
8479.89.12	158	Combinações de máquinas para dispensação automática de cola em "display" de painel de veículo automóvel, com um número de até 512 programas, compostas de: célula de mistura e reposição com parâmetros de dados e monitoramento do processo; misturador de saco duplo com capacidade de até 20 litros com válvula tripla da bomba dosadora, cabeça de mistura e bico; máquina para aplicação de cola, incluindo chassi, unidade hidráulica, cilindro hidráulico, placa de fusão com cilindro de mangas, armário de controle elétrico e pneumático, transmissão pneumático-hidráulica para pressão adesiva de até 20bar, gabinete elétrico e pneumático em um compartimento, 3 zonas de aquecimento com microprocessador com característica PID, auto otimizável, controlador eletrônico de temperatura integrado para 4 zonas de aquecimento com modo de controle PID e auto otimização, malha fechada e proteção contra temperatura alta e baixa para cada zona de aquecimento individual programável em separado, código para bloquear o controlador contra programação não autorizada e tela de toque colorida de 7 polegadas, bomba dosadora de precisão de até 0,5cm3, bomba dosadora de precisão de até 0,1cm3 de saída, ambas com motor de engrenagem 24VCC com sistema de "encoder", cartão de controle para regular a velocidade das bombas e o volume do adesivo, sinal de entrada de 0 a 10VCC para controlar a quantidade das dosagens, misturador estático com válvula de fechamento e aplicação, sensor de pressão com sinal de saída analógica de 0 até 10V, válvula de fechamento para alimentação de cola antes da unidade de mistura; estação de armazenagem de peças com sistema de controle e saída garantindo o tempo de cura da cola; garra e berço para posicionamento de peças; estação para garantir a temperatura de trabalho nos componentes antes da aplicação da cola; robô industrial com "dispenser" acoplado constituído de braço mecânico com movimentos orbitais de 3 graus de liberdade X, Y, e Z, com parâmetro de repetibilidade inferior a 0,10mm, com velocidade máxima até 60m/min, aceleração máxima até

		10m/s2 e capacidade de carga de até 10kg; painel elétrico de comando com controle e unidade de programação; estação de ativação do plasma com cabeçote de plasma instalado no sistema de eixos do robô; estação de limpeza; filtros; cortina de luz; unidade de ar-condicionado; controlado com programador lógico programável (PLC) com interface homem-máquina (IHM).
8479.89.12	159	Máquinas dispensadoras volumétricas automáticas de tintas com 16 tanques de tintas com capacidade para 15 ou 20 litros para dispersão controladas e automáticas por meio de 1 bocal, provido de painel "touchscreen" para controle de operações e 2 blocos de medição motorizados, um em cada lado, para dispersão rápida e precisa de tinta através de pulsos, capacitadas para serem conectadas ao sistema de gestão kurabo - aucolor system para processamento de múltiplas ordens e lotes.
8479.89.99	354	Combinações de máquinas automáticas conectadas, sincronizadas por servo motores contínuos, de alta velocidade para fabricação em tamanhos variados de fraldas descartáveis tipo calça formadas por 3 peças em "H", com capacidade de produção máxima de 500peças/min e velocidade de 280m/min, eficiência superior a 85% e refugos inferiores a 3%, com controlador lógico programável (CLP) compostas de: unidade formadora de polpa com desbobinador de celulose com capacidade para suportar 2 bobinas com diâmetro máximo de 1500mm, correia transportadora e unidade de pressão; módulo inferior de formação multicamadas da cobertura da fralda (backsheet) habilitado para faseamento por leitura de fotocélula e com desbobinador constituído por 2 rodas pneumáticas com eixos expansíveis operados por 2 servomotores independentes; módulo de formação do não tecido interno (topsheet) com 4 eixos pneumáticos expansíveis operados por 4 servomotores independentes; estação de aplicação pós laminação "backsheet/topsheet" com dispositivo de alinhamento automático e correia de acionamento para alimentação de material na unidade de corte e posicionamento; unidade formadora da cintura elástica habilitada para faseamento por leitura de fotocélula e com tecnologia ultrassônica criando tanto efeito de toque suave ao produto como robustas soldas laterais; estação de processamento final.
8479.89.99	355	Máquinas para desparafusar, soltar e apertar porcas de grampos de molas das suspensões de veículos pesados automotores, dotada de multiplicador de torque, sendo torque nominal 400kg/m e torque máximo 420kg/m; cabeçote de torque com deslocamento de 360 graus, possibilitando operações em qualquer ângulo, soltar e apertar porcas, grampos, de cima para baixo ou de baixo para cima, rotação máxima de 16 rpm; motor elétrico de 3cv, voltagem 220/380V, 60hz; redutor de velocidade; eixo de transmissão; duas rodas de ferro fundido; alça; chave elétrica liga/desliga.
8479.89.99	356	Módulos posicionadores com capacidade de manuseio de 500kg, motorizado, com grau de proteção IP67, com distância da flange de 190mm, rotação de saída de até 150 graus, repetibilidade de +/-0,05mm, composto por uma unidade de redução, uma flange

		para suportar o equipamento a ser posicionado, com sistemas que permite o trabalho em conjunto com um robô industrial, temperatura de trabalho de 0 a 45 Graus Celsius, limite de rotação de saída de 150 (graus/segundos), tempo de aceleração 0,6(s), máxima inercia de 250 (kgm2).
8479.89.99	357	Módulos posicionadores com capacidade de manuseio de até 1.250kg, motorizado, com grau de proteção IP67, com distância da flange de 370mm, rotação de saída de até 150 graus, repetibilidade de até +/-0,06mm, composto por uma unidade de redução, uma flange para suportar o equipamento a ser posicionado, com sistemas que permite o trabalho em conjunto com um robô industrial, temperatura de trabalho de 0 a 45 Graus Celsius, limite de rotação de saída de 150 (graus/segundos), tempo de aceleração de até 0,8(s), máxima inercia de 400 (kgm2).
8479.89.99	358	Módulos posicionadores com capacidade de manuseio de até 5.000kg, motorizado, com grau de proteção IP67, com distância da flange de até 900mm, rotação de saída de até 100 graus, repetibilidade de até +/-0,10mm, composto por uma unidade de redução, uma flange para suportar o equipamento a ser posicionado, com sistemas que permite o trabalho em conjunto com um robô industrial, temperatura de trabalho de 0 a 45 Graus Celsius , limite de rotação de saída de até 100 (graus/segundos), tempo de aceleração de até 0,7(s), máxima inercia de até 2.500 (kgm2).
8479.89.99	359	Câmaras de vácuo, de aço carbono, para manutenção da qualidade de colas a base de poliuretano (PUR), com capacidade de armazenamento de até 2 caixas, tensão de controle 24V DC, tensão de operação 1L/N/PE, 230V, desvio de tensão admissível +/- 10%, faixa de frequência 50/60hz, fusível de backup máximo 16A.
8479.89.99	360	Máquinas automáticas de formação de células para acumuladores elétricos industriais do tipo "flooded", por conversão e recirculação de solução eletrolítica, com capacidade nominal de produzir bateladas de 320 a 480 baterias em ciclos de 15 a 20h, com até 80 células conectadas, dotadas de: sistema de recirculação e armazenamento de ácido, dotado de tanques para recirculação e estoque de solução eletrolítica concentrada, com torres de resfriamento, contentor de segurança de contaminação do solo, bombas para recirculação de solução nos 480 acumuladores, com conexão acumulador-máquina, sistema de exaustão gases automático, densímetros de controle do processo de conversão acoplados a tubulação, sensores de temperatura de solução eletrolítica para controle de resfriamento, sensor de pressão, sensor ultrassônico de nível de tanque, sensores de vazamento, medidor e controlador de fluxo de solução eletrolítica, painel com programa de controle para processo de conversão automático, controle do fluxo de eletrólito circulando com inversores de frequência, carregadores e descarregadores IGBT de acumuladores elétricos com capacidade de corrente constante de 500A e tensão de 270V, ajuste automático de densidade do eletrólito com bombas dosadoras, controle de temperatura

		também das baterias piloto com teor ácido sulfúrico no ar de saída menor que 1 mg/m3 e temperatura do ácido das células no final do ciclo de até 30 Graus Celsius com medidores de temperatura embutidos nos adaptadores de encaixe das baterias, CLP, computador IHM com monitor LCD e controle interativo.
8479.89.99	361	Máquinas de montagem de módulos eletrônicos ACU (unidade controladora de airbag), de veículos automotivos, com tempo de ciclo menor ou igual a 20s/peça, com dois estágios internos, controladas por CLP (controlador lógico programável), interface homem-máquina (IHM) sensível ao toque, montadas em duas bancadas denominadas operação 10 e 20, dotadas de 1 sistema de parafusamento automático, 1 sensor de distância, câmeras para leitura de componentes, 1 sistema de alimentação automática, 1 monitoramento ativo de carga eletrostática, 1 ionizador de ar, 1 sistema de indicação de posição e 1 impressora.
8479.89.99	362	Ferramentas de instalação HCR com montagem 24/20 sem unidade latch e dispositivo de orientação com peso aproximado 2.088 lbs (947kg) e variação de temperatura de -4 Graus Fahrenheit (-20 Graus Celsius) a 176 Graus Fahrenheit (80 Graus Celsius).
8479.89.99	363	Câmaras hiperbáricas de simulação das condições de pressão e temperatura do ambiente submarino, com pressão máxima de trabalho até 6.000psi, temperatura de trabalho mínima 2 Graus Celsius / máxima ambiente e espessura de parede de projeto de 127mm (5in).
8479.89.99	364	Obturadores tipo inchável para água ou óleo, com tubo base até 6.625 polegadas de 28 lb/pés VAM TOP, rosca tipo caixa na parte superior e pino na parte inferior, metalurgias em aço inoxidável ou liga de níquel, pressão máxima de trabalho até 5.000psi, temperatura máxima de trabalho até 257 Graus Fahrenheit, para utilização em completação de poços de petróleo.
8479.89.99	365	Obturadores de produção, tipo copo, para revestimento 9 5/8 polegadas de 53,5 lb/pés, metalurgias em aço inoxidável ou liga de níquel, até 3.000psi de diferencial de pressão, padrão de 1/4 de polegada para as linhas de controle, rosca 4 ½ VAM TOP, rosca tipo caixa na parte superior e tipo pino na parte inferior, para utilização em completação de poços de petróleo.
8479.89.99	366	Máquinas de fusão de fibra ótica para emenda, com sistema de alinhamento núcleo a núcleo, com tempo típico de fusão igual ou superior a 7s e tempo típico de aquecimento de tubo igual ou superior a 9s; com protetor de vento automático; com capacidade de até 100 modos de fusão e de até 30 modos de aquecimento; com ou sem clivador de precisão; com display colorido de alta resolução, com tela LCD de 5 polegadas sensível ao toque, com ampliação de visão de até 320 vezes, com entrada USB 2.0 para interface com PC, com bateria para até 300 ciclos de fusão e de aquecimento do forno; com eletrodo para até 5.000 fusões; com capacidade de armazenamento dos últimos 20.000 resultados de fusões; com tecnologia "bluetooth" para conectividade; com ou sem maleta multi-funcional."

8479.89.99	367	Máquinas para aplicação de revestimento rígido, em lentes oftálmicas, por imersão em banho de verniz em câmera de vácuo, para ativação, limpeza, enxágue e secagem de lentes com diâmetro máximo de 80mm e espessura máxima de 20mm, dotada de rack para acomodação máxima de 14 lentes, tempo de ciclo compreendido de 4 a 6min, duas unidades de refrigeração e ciclo de revestimento compreendido de 1.000 a 1.200lentes/turno.
8479.89.99	368	Dispositivos para possibilitar a desconexão e reconexão eletro-hidráulico da completação superior de poços submarinos possuindo passagem para linhas de controle elétrica e hidráulicas, com perfil para conectores de dupla vedação metal-metal, fabricação com metalurgia de aço carbono ou superior, conexões em 3 1/2 polegadas ou superior, limite mínimo de escoamento de 80.000psi, pressão de trabalho mínima de 5.000psi.
8479.89.99	369	Unidades moveis, para transporte de óleo lubrificante, em aço, com sistema hidráulico ou não, suporta capacidade de 50 até 500kg ou no máximo 500L.
8479.89.99	370	Máquinas automáticas de corte de materiais como papel, tecido, EVA, vinil, madeira balsa, acetato, cortiça, couro sintético e feltro com até 3mm de espessura, "scanner" embutido de até 600dpi, área máxima de corte de até 12 x 24 polegadas, com tela LCD sensível ao toque de 3 à 5 polegadas, entre 200 e 1.310 desenhos e entre 5 e 17 fontes embutidas, caneta sensível ao toque e espátula inclusas.
8479.89.99	371	Combinações de máquinas automáticas instaladas modularmente em uma base única para carregamento de equipamentos de usinagem, montagem e conformação compostas de: 1 robô com alcance de 1.450 a 1.850mm, capacidade de carga de 10 a 20kg, estrutura de sustentação mecânica do robô, esteira de lona para entrada e saída dos produtos, sistema de visão para leitura do posicionamento dos produtos para orientação do robô (FlexLoader), painel de interface de operação, dispositivo de segurança, ferramentas para calibração do sistema de visão, dispositivos de controle e sinalização audiovisual, com quadro elétrico com tensão de alimentação trifásica de 380 a 440VAC, por 60Hz.
8479.89.99	376	Unidades de abastecimento para transferência de combustíveis, com visor de nível, com capacidade para até 30L, vazão de 1 a 20L/min, gatilho automático, válvula antiderramamento e acionamento "push-button".
8479.89.99	377	Equipamentos de limpeza por hidrojateamento, sucção à vácuo e tratamento de resíduos, para serem acoplados em caminhão, destinados à retirada de resíduos sólidos sedimentados em redes de drenagem pluvial ou de esgoto, dotados de: 1 tomada de força conectada ao motor do veículo; 1 controle remoto para gerenciamento do maquinário com distanciamento de até 100m do operador da área de eventual perigo; 1 CLP (controle lógico programável) para automação; 1 sistema de vácuo com mangueira de sucção de 5 polegadas de diâmetro e comprimento igual ou superior a 20m; 1 sistema de hidrojato com mangueiras

		para impulsão de água reciclada, sendo: 1 mangueira de 1 polegada de diâmetro e comprimento igual ou superior a 160m, e 1 mangueira de 1/2 polegada de diâmetro e comprimento igual ou superior a 60m; 1 tanque para armazenamento de até 5m3 de resíduos sólidos; 1 sistema de filtragem com dispositivo de limpeza automático das peneiras e centrífugas para desidratação dos sólidos e separação do líquido; 1 reservatório com capacidade de até 5.000L para acúmulo de efluente reciclado utilizável para hidrojato.
8479.90.90	312	Cabeçotes de enfitamento para máquinas isoladoras de bobinas de 6 eixos, equipados com servo motor, sensores de distância ultrassônicos, ajuste programável de ângulo e tensão de enfitamento, capacidade de mudança automática do ângulo de enfitar no final da bobina com partida direta na direção reversa sem operação intermediária, possibilidade de configuração individual para cada freio magnético, mecanismo de troca rápida de rolo, dispositivo automático para detecção de quebra de fita e fim de fita, proteção na abertura do cabeçote para segurança do usuário, dispositivo para calibração de geometria do olho da bobina e 1 conjunto de peças de desgaste, contendo as seguintes dimensões e parâmetros: bobina diagonal isolada de no máximo 80mm, abertura da bobina maior que 300mm, comprimento mínimo da parte reta: 500mm, diâmetro externo máximo das bobinas de fita: 120mm, diâmetro interno das bobinas de fita: 25mm, espaço livre entre o rolo de fita no ângulo 0 Grau: 150mm, largura da fita de 20mm, 25 ou 30mm, tensão da fita: 20 a 60N, ângulo da fita: mais ou menos 20 Graus, velocidade máxima: 300min-1.
8480.71.00	196	Moldes de 72 a 192 cavidades (cold half), confeccionados em aço especial, para injeção de pré-formas de politereftalato de etileno (PET) de 5 a 94g com variação de peso de até mais ou menos 0,60g, passo vertical entre cavidades de 50 a 75mm e passo horizontal entre cavidades de 110 a 240mm, com capacidade de injeção de 72 a 192peças/ciclo, dotados de placa de machos, placa extratora, placa de cavidades e placa de resfriamento e extração das pré-formas e garantia de ciclos entre 8 e 11 milhões sem rebarbas.
8480.71.00	197	Moldes de 96 cavidades fabricados em aço inoxidável RAMAX com postiços também fabricados em aço inoxidável M340 e XDBD com tratamento especial para dureza de 55 ~ 59HRC, postiços totalmente intercambiáveis, para fabricação de hub(canhão) de agulha hipodérmica descartável nos calibres 21, 22, 23, 24 e 26G, peça fabricada em polipropileno por meio de moldagem por injeção em máquinas injetoras de alta pressão, possibilidade de troca dos calibres dentro da máquina injetora, com sistema de extração por placa extratora e buchas cônicas, cunhas e centralizadores para controle da concentricidade da peça a ser injetada, circuitos de refrigeração, tempo de ciclo de 8s +/- 15%, sistema de injeção 100% com canais quentes contendo "manifould" principal e bicos quentes, sem a presença de canal frio, 16 bicos quentes com 6 saídas cada, dois jogos de pinos para troca dos calibres.

8480.71.00	198	Moldes para plásticos, utilizados em máquinas injetoras, com: sistema "lift and turn", que proporciona o avanço, rotação e recuo do macho central, provida de painel elétrico com painel de controle; e sistema "C-Frame" de rotação das cavidades.
8480.71.00	199	Moldes para injeção de borracha (EPDM) operando em temperaturas de 100 a 300 Graus Celsius com 1 ou 2 cavidades para uso em injetoras de alta pressão, próprio para produção de molduras de laterais de porta de veículo automotivo com vidro, confeccionados em aço especial P20, com geometria espacial e sistema de injeção com formas próprias, próprios para unir perfis recortados em EPDM e o vidro que compõem as guarnições traseiras das portas de veículos automotores, operando com 0,2mm de tolerância na projeção da geometria do produto para os perfis e seção de moldagem, dotados de sistema de extração de acionamento pneumático e/ou hidráulico e/ou manual conforme complexidade da moldagem a ser realizada, sistema de posicionamento do vidro a vácuo, dotados de sensores de posicionamento, de presença e de controle dimensional do produto acabado.
8480.71.00	200	Moldes em aço inox, completo, para moldagem por injeção de preformas PET, com 32 cavidades 70 x 175mm, resfriamento duplo nas castanhas, machos com tratamento superficial em titânio, câmara quente com bico valvulado e controle individual por termopar, conjunto de peças de reposição com 1 macho, 1 cavidade, 1 suporte, 1 castanha, 1 inserto do funcho, 1 tubo robô, 1 pino de extração, resistência, bico "nozzle", insulador, termopares e agulhas.
8481.10.00	027	Módulos de restrição de passagem para controle de produção para linhas de produção de gás até 10.000psi de pressão, comprimento de 1.183mm e peso aproximado de 368kg.
8481.20.90	099	Eletroválvulas 5/2 vias duplo solenóide 24V corrente contínua com potência de 4,8W, sem lubrificação, com pressão máxima de operação inferior ou igual a 1,2MPA e vazão máxima inferior ou igual a 1.500L/min e temperatura de operação entre -5 e +60 Graus Celsius e conexão DIN 1/8 polegadas rosca cilíndrica para o acionamento pneumático de cilindros usados no sistema de movimentação de portas para ônibus, de valor unitário (CIF) não superior a R$50,23.
8481.40.00	030	Válvulas de segurança de subsuperfície para controle de fluxo emergencial em poços de petróleo submarinos, atuação por sistema de magnetos e linha de balanceio insensível e isolada da pressão da coluna, tipo "flapper", vedação não elastomérica, fabricadas com metalurgia de aço carbono ou superior, tamanhos nominais de 4 1/2 e 5 1/2 polegadas, pressão de trabalho de 7.500psi ou superior.
8481.40.00	031	Válvulas de segurança de subsuperfície para controle de fluxo emergencial em poços submarinos, tipo "flapper", com abertura por sistema de pistão balanceado, vedação não elastomérica, com perfil para exercício "exercise profile" e sistema de travamento permanente em posição de abertura, fabricadas em aço carbono ou liga superior, conexões de 4 1/2 polegadas ou superior, limite

		de escoamento mínimo de 80.000psi ou superior, pressão de trabalho de até 15.000psi.
8481.40.00	032	Válvulas de segurança de subsuperfície para controle de fluxo emergencial em poços submarinos, tipo "flapper", com abertura por sistema de pistão único e não balanceado, vedação não elastomérica, com perfil para exercício "exercise profile" e sistema de travamento permanente em posição de abertura, fabricadas em aço carbono ou liga superior, conexões de 2 3/8 polegadas ou superior, limite de escoamento mínimo de 80.000psi ou superior, pressão de trabalho de até 20.000psi.
8481.80.29	003	Válvulas dispensadoras de bebidas, que permitem duas diferentes opções de extração: 1) dispensar água pura ou com gás, de forma exclusiva ou misturada com até 3 sabores (flavor shots), 2) dispensar até 3 sabores de refrigerante diferentes; painel de seleção de produtos na parte frontal do conjunto com teclas de toque capacitivo, com um botão exclusivo para água; com opções de enchimento automático (optifill), manual através da alavanca (sanitary lever) ou manual através do botão (push button), com um sistema para mudar de tipo de enchimento através da placa eletrônica e "microswitchs"; capacidade de fluxo de 45 a 90ml/s; umidade relativa operacional de 20 a 100%; temperatura operacional ambiente de 0 a 60 Graus Celsius; alimentação elétrica interna de 24V e 50/60Hz.
8481.80.29	004	Válvulas dispensadoras de bebidas, com regulador de cerâmica; opções de dispensação manual, através de alavanca ou botão capacitivo, ou dispensação eletrônica, através de módulos com botão de porção ou dispensa automática (OptiFill); programação direta nos módulos eletrônicos; com regulador de fluxo de água e xarope e capacidade de fluxo de 45 a 118ml/s; pressão de entrada entre 30 e 120psi; operacional em temperatura ambiente entre 0 e 60 Graus Celsius e umidade relativa entre 20 e 100%; alimentação elétrica interna de 24V e 50/60Hz.
8481.90.90	056	Buchas nominais utilizadas para proteger a parte interna do alojador de alta pressão de 18 3/4 Polegadas durante operações de perfuração com carga de cisalhamento dos pinos de cisalhamento de 11.340kg e cisalhamento da gaxeta 24.950kg.
8481.90.90	057	Conectores montados para Ucon-V com gaxetas de 6 até 11 polegadas para conjunto do conector de teste do KLV-14, peso aproximado de 4.974 lbs (2.257kg) e variação de temperatura de -50 Graus Fahrenheit (-46 Graus Celsius) a 250 Graus Fahrenheit (121 Graus Celsius).
8481.90.90	058	Conectores rápidos múltiplos com conexão e desconexão rápida positiva e orientada de múltiplos conectores hidráulicos com número 13 máximo de conexões, diâmetro externo de 260mm com comprimento de 719mm e peso aproximadamente 57kg.
8481.90.90	059	Pistões atuadores pertencentes ao atuador M3000 de 2 1/16 polegadas para pressão de trabalho da linha 10.000psi com diâmetro da linha de 2 1/16 polegadas e peso aproximado 210kg.
8481.90.90	060	Corpos de suspensor de coluna de produção para poços de 16 3/4 polegadas de diâmetro com linhas de 5 e 2 polegadas para 10ksi

		de pressão.
8483.40.10	309	Caixas de engrenagem para multiplicação de rotação e transmissão de torque, para aplicação em aerogeradores, com dois estágios planetários e um estágio paralelo, com rotação nominal de entrada de 13,4rpm, com relação de multiplicação de velocidade de 1:104, capacidade de óleo entre 380 e 420L, com torque nominal de entrada de 1.572kNm.
8483.90.00	051	Espaçadores de fibra de vidro para acoplamentos flexíveis, com diâmetro externo máximo de 285mm e comprimento de 406mm para acoplamentos com distância entre eixos de 425mm, torque de deslizamento de 20.625Nm +/-15%.
8501.52.10	004	Conjuntos formando corpo único, constituídos de motor elétrico trifásico assíncrono de corrente alternada com eletrofreio monofásico e aquecedor monofásico, caixa de engrenagens e pinhão suspenso, próprios para aplicação em turbinas eólicas; motor elétrico com tensão de 400Vac, frequência 60Hz, torque nominal 41+/-1 Nm, rotação nominal de 1.100 +/- 100rpm, corrente elétrica de 11,3A, dotados de ventilador de refrigeração e aquecedor com tensão de 230Vac e potência de 50W; eletrofreio com tensão de 230Vac, com torque mínimo de 120Nm; redutor de velocidades com relação de transmissão de 1150+/-100; módulo do pinhão de saída: 22mm, ângulo de pressão de contato: 20 Graus, número de dentes: 13, fator de correção de perfil: +0,5, espessura do dente: 165mm, diâmetro externo de 351,8mm; massa máxima do conjunto de 850kg já com graxa.
8501.52.10	005	Conjuntos formando corpo único, constituídos de motor elétrico trifásico assíncrono de corrente alternada com eletrofreio monofásico e aquecedor monofásico, caixa de engrenagens e pinhão suspenso, próprios para aplicação em turbinas eólicas; motor elétrico com tensão de 400 ou 690 Vac, frequência 60 Hz, momento de inércia inferior a 0,02kg.m2 incluindo o eletrofreio, rotação nominal de 1200 rpm, corrente elétrica nominal de 5A @ 690V, potência nominal de 3,6kW dependendo da curva de torque, dotado de ventilador de refrigeração e aquecedor com tensão de 230Vac; eletrofreio com tensão de 230Vac, com torque de frenagem entre 40 e 50N.m; redutor de velocidades de multi estágio planetário com relação de transmissão de 1.150+/-100; módulo do pinhão de saída: 20mm, ângulo de pressão de contato: 20°, número de dentes: 14, fator de correção de perfil: +0,5, espessura do dente: 160mm, diâmetro externo de 338mm; Massa máxima do conjunto de 540kg já com graxa.
8501.52.10	006	Conjuntos motobomba para aplicação em sistemas de lubrificação de redutores de velocidades de turbinas eólicas, dotados de: motor elétrico com potência nominal de 4,2 ou 7,2kW, corrente elétrica nominal de até 8A, tensão elétrica de entrada de 690Vac, frequência de 60Hz e grau de proteção IP55; aquecedor monofásico de tensão 230V, frequência 60Hz e potência de 25W; bomba de engrenagem externa com capacidade de fluxo de fluido à baixas rotações de 54L/min e a altas rotações de 105L/min, pressão máxima de 25bar, pressão mínima de sucção -0,4bar, viscosidade máxima de 20.000cSt, pressão de ajuste para válvula de alívio de 12bar.

8501.64.00	005	Geradores síncronos de corrente alternada, com sistema de resfriamento, potência igual ou superior a 169MVA, tensão de 13,8kV, frequência de 60Hz e rotação de 3.600rpm (2 pólos), para uso em turbo gerador a vapor, com sistema de óleo, excitação estática, sistema de isolamento projetado na classe de resistência F, tipo de construção IM 7215 (IEC 60034-7), com dois mancais de pedestal montados à estrutura da base que suportam o rotor, flange de acoplamento ao lado da turbina, grau de proteção dos geradores fornecido IP54 (IEC60034-5).
8502.20.11	015	Geradores a gás natural com possibilidade de ser monofásico ou trifásico; potência standby com a possibilidade de ser 9kVA / 9kW, 13kVA / 13kW, 16kVA / 16kW, 18kVA / 18kW, 19,5kVA / 19,5kW ou 21kVA / 17kW; ruído com a possibilidade de ser 61, 65, 66 ou 67 dB(A)@ 7m; motor com a possibilidade de ser composto por cilindro único ou 2 cilindros em linha e velocidade de 3.600rpm; arrefecimento a ar; tensão de partida 12V; alimentação elétrica de 240V.
8502.20.11	016	Geradores portáteis a gasolina com a possibilidade de ser monofásico ou trifásico; potência máxima (LTP) com a possibilidade de ser 16,2 ou 12,3kVA; potência contínua (COP) com a possibilidade de ser 12,5 ou 9,6kVA; capacidade do tanque de 24 litros; autonomia 75% de 5h.
8503.00.90	034	Reservatórios de alumínio para fluido de arrefecimento do conversor de turbinas eólicas, com dimensões máximas de 500,89 x 410,21 x 490,84m (C x L x A), capacidade de estancamento sob pressões superiores a 3psi; mangueiras e conexões com capacidade de resistência a pressões superiores a 80psi; possuindo tampa constituída de alumínio 6061-T6 com 14 furos de diâmetro 11,18mm +/-0,07 para fixação no corpo do reservatório; chapas inferiores constituídas de alumínio 5052-H32; contendo soldagem do tipo MIG/MAG ou TIG.
8503.00.90	035	Clarabóias para teto da nacelle de turbinas eólicas, com tamanho nominal de 620 x 620mm, material da armação constituído por alumínio 6063; material da lente constituído por acrílico (PMMA) com transparência superior a 80% de no mínimo 10mm de espessura; material do selante constituído por EPDM; material da mola constituído por aço inoxidável AISI 316; vedadas para proteção contra água; com capacidade para abertura do lado de dentro e de fora; contendo dobradiças com alto atrito para conter quedas repentinas; temperatura de operação de -40 a 65 Graus Celsius.
8504.40.90	097	Inversores fotovoltaicos trifásicos "on-grid", com potência nominal de 75.000W, para inversão de tensão contínua para tensão alternada eletronicamente, entrando em paralelo com a rede elétrica, usados em unidades de geração fotovoltaica para injeção de energia em rede pública; com 9 entradas de ponto de máxima potência (MPPT) e 2 entradas por MPPT, com tensão de partida em corrente contínua mínima de 195VCC e máxima de 1.000VCC, frequência de trabalho de 60Hz, eficiência máxima de no mínimo 98,7%; grau de proteção IP66, com ventilação forçada inteligente, fator de potência ajustável entre 0,8 atrasado e 0,8 adiantado, desenvolvidos para suportar a operação em

		temperatura ambiente dentro da faixa de -25 a +60 Graus Celsius, com recursos de monitoramento em tempo real e atualização remota de parâmetros "RenoUp" através de comunicação via dispositivo Wi-Fi plug II.
8504.40.90	098	Conversores elétricos estáticos de corrente de 2 níveis, DC/AC, modulação bipolar e topologia H-bridge, de potência nominal de 150.000W, e potência máxima em corrente contínua de até 225.000W, tensão de entrada em corrente contínua máxima de 1.500Vdc, grau de proteção IP65, temperatura de operação de -25 até 60 Graus Celsius, corrente máxima de saída 151A.
8504.40.90	099	Inversores "string" trifásicos para aplicação fotovoltaica com "range" de potência entre 50 e 60kW, para a conversão de tensão DC produzida pelos arranjos fotovoltaicos em tensão AC para alimentação das cargas e sincronismo com a rede da concessionária em tensão nominal AC de 380V em frequência de 60Hz, MPPT com eficiência superior a 99,5%; tensão contínua mínima proveniente do arranjo fotovoltaico de no mínimo 200Vdc; distorção harmônica total máxima menor que 3% e eficiência máxima do inversor de no mínimo 98,8%.
8504.40.90	100	Microinversores fotovoltaicos monofásicos "on-grid", com potência nominal de 1.500W, para conversão de tensão CC em tensão CA para alimentação das cargas e sincronismo com a rede da concessionária; eficiência de pico em 96,6%; grau de proteção ip67; desenvolvidos para suportar em temperatura ambiente dentro da faixa de -40 a 65 Graus Celsius.
8504.40.90	101	Conversores elétricos estáticos de corrente de multinível, DC/AC, modulação bipolar, com potência nominal de saída de 4.600kVA, tensão nominal de saída 690Vca 3F/PE, tensão máxima de entrada 1.500Vdc, corrente máxima de entrada Idc 4.750A.
8504.40.90	102	Inversores "string" trifásicos para aplicação fotovoltaica com "range" de potência entre 25 e 40kW, para a conversão de tensão DC produzida pelos arranjos fotovoltaicos em tensão AC para alimentação das cargas e sincronismo com a rede da concessionária em tensão nominal AC de 380V em frequência de 60Hz, MPPT com eficiência superior a 99,5%; tensão contínua mínima proveniente do arranjo fotovoltaico de no mínimo 180Vdc; distorção harmônica total máxima menor que 3% e eficiência máxima do inversor de no mínimo 98,8%.
8504.40.90	110	Conversores elétricos estáticos de corrente de multinível, DC/AC, modulação bipolar, potência nominal máxima de 4.600kVA operando a 25 Graus Celsius de temperatura ambiente e 3.910KW a temperatura de 50 Graus Celsius, com tensão mínima de entrada de 976V, e tensão mínima de start de 1.153V, tensão nominal em corrente alternada 690V, classe de condição ambiental conforme IEC60721-3-4 4K4H.
8504.40.90	111	Inversores fotovoltaicos "ongrid" para conversão de tensão contínua para tensão alternada eletronicamente, entrando em paralelo com a rede elétrica, usado em unidades de geração fotovoltaica para injetar energia em rede pública de 1 , 2, 3, 6 ou 12 MPPT com duplo estágio de conversão DC/DC para DC/AC contendo 1, 2, 4 ou 5 entradas, corrente máxima de entrada de

		10A, 20A/10A, 32A/16A, 38A/19A, 34A/17A, 36A/18A, 50A/25A, 64A/32A, 55A, 50A ou 30A, tensão contínua mínima proveniente do arranjo fotovoltaico entre 120 à 650Vdc, tensão nominal de operação de 580 à 1.110Vdc, potência nominal de 30 à 177kW (tensão de entrada entre 120 à 950Vdc) máxima tensão admitida de 600 até 1.500Vdc, conexão padrão monofásica ou trifásica, com valor nominal de 230 à 800 VAC, funcionamento operacional entre 180VAC à 960VAC, frequência de trabalho de 60Hz, podendo variar de 47 Hz...53Hz / 57 Hz...63Hz , 45 Hz...55Hz / 55 Hz...65Hz, distorção harmônica total máxima menor que 3,5%, fator de potência podendo ser ajustado 0,9 capacitivo até 0,9 indutivo, eficiência máxima do inversor entre 94,8 à 98,9%, equipamento dotado de proteções tais como: anti-ilhamento, sobrecorrente máxima 225A e sobretensão de saída; trabalhando na faixa de temperatura ambiente de -25 até +60 Graus Celsius, com nível de emissão de ruído até 75dBA, com grau de proteção IP65 ou IP66 com resfriamento natural ou ventilação forçada, sistema de montagem com suporte de parede vertical ou horizontal, nível de isolamento sem transformador.
8504.40.90	112	Inversores "string" trifásicos para aplicação fotovoltaica com potência nominal de 20kW, para a conversão de tensão DC produzida pelos arranjos fotovoltaicos em tensão AC para alimentação das cargas e sincronismo com a rede da concessionária em tensão nominal AC de 380V em frequência de 60Hz, MPPT com eficiência superior a 99,5%; tensão contínua mínima proveniente do arranjo fotovoltaico de no mínimo 180Vdc; distorção harmônica total máxima menor que 3% e eficiência máxima do inversor de no mínimo 98,7%, de valor unitário (CIF) não superior a R$6.712,20.
8504.40.90	113	Microinversores monofásicos conectados à rede (on-grid), usados em unidades de geração fotovoltaica, com potência nominal máxima de saída de 500 a 1.300W, com tensão nominal de saída de 127 ou 220VCA; equipados com 2 ou 4MPPT (maximum peak power tracking); tensão nominal máxima de entrada de 60VCC; equipados com módulo de conexão Wi-Fi integrado, para comunicação e monitoramento; eficiência máxima do inversor de 96,5%; gabinete com grau de proteção IP67.
8504.40.90	114	Inversores "string" trifásicos para aplicação fotovoltaica com potência nominal de 75kW, para a conversão de tensão DC produzida pelos arranjos fotovoltaicos em tensão AC para alimentação das cargas e sincronismo com a rede da concessionária em tensão nominal AC de 380V em frequência de 60Hz, MPPT com eficiência superior a 99,5%; tensão contínua mínima proveniente do arranjo fotovoltaico de no mínimo 195Vdc; distorção harmônica total máxima menor que 3% e eficiência máxima do inversor de no mínimo 98,7%.
8504.40.90	108	Inversores monofásico "on-grid" para sistemas de energia fotovoltaica, com potências de 3.000 a 7.500W, topologia sem transformador, com método de resfriamento passivo (sem ventiladores) e temperatura de operação compreendida entre de -25 a +60 Graus Celsius, IHM com LCD para operação, peso entre 5 e 12kg, fornecendo grau de proteção IP65 (com proteção contra

		poeira e jatos de agua) e com ruído de operação menor ou igual a 25db, porta de comunicação RS 485 e sem comunicação WIFI, modelos com "2" rastreadores de máximo ponto de potência (MPPT), Tensão máxima de entrada compreendida entre 500 e 600V em corrente contínua, eficiência entre 97.55% a 98.2%, com tensão mínima de entrada em corrente continua de 120Vdc, com range de saída em corrente alternada de 180 a 276Vac, com tensão nominal de 220 a 240Vac, com operação em 50/60Hz, com fator de potência em 1 com opção para alteração manual, com função de impedimento de exportação a Rede (Built in zero export function), atendendo as normas IEC62109-1/-2, G83/2, AS4777.2:2015, VDE0126-1-1, IEC61727, VDE N4105,NBR-16149/NBR-16150,EN50438.
8504.90.30	020	Membranas metálicas tipo célula, dotadas de câmara de expansão volumétrica formada a partir de chapas de aço inox (inox 304 ou 316L) de pequena espessura (da ordem de 0,3 a 0,5mm) estampadas para a formação de ondas e soldadas para a composição da câmara.
8514.40.00	013	Equipamentos de aquecimento por radiofrequência para tratamento térmico de pães de forma, capacidade de processamento de 12.000pães/h, composto de dois módulos com controle eletro mecânico de ajuste de altura automático para precisão de posicionamento, gerador de alta frequência com capacidade de fornecer até 240kW de ondas de radiofrequência, controlador lógico programável (PLC), painel controlador no modo sensível ao toque, velocidade variável do transportador, trocadores de calor integrados para resfriamento do sistema, 440VCA, 60hz.
8514.40.00	014	Equipamentos de aquecimento por radiofrequência para tratamento térmico de pães de forma, capacidade de processamento de 15.000pães/h, compostos de três módulos, com controle eletro mecânico de ajuste de altura automático para precisão de posicionamento, gerador de alta frequência com capacidade de fornecer até 360kW de ondas de radiofrequência, controlador lógico programável (PLC), painel controlador no modo sensível ao toque, velocidade variável do transportador, trocadores de calor integrados para resfriamento do sistema, 380VCA, 60hz.
8530.80.90	007	Reguladores de correntes constantes refrigerados a ar de 4 a 30kW, com corrente de saída máxima de 6,6 até 20A, com fornecimento de três a cinco níveis de saída de precisão para alimentar circuitos de iluminação das series nas pistas de aeroportos e taxiamento, com operação "solid-state", sem reles, com proteção contra circuito aberto e contra sobrecorrente na saída, com supressores de raio nos terminais e buchas de saída e entrada, com derivação de potência de saída de 10 em 10 até 100%, com alimentação de 50 a 60Hz, monofásica, com acabamento em pintura industrial por pó.
8543.30.90	046	Eletrolisadores com tecnologia de eletrólise do tipo alcalina a partir do consumo de água da rede e energia elétrica, uso e hidróxido de potássio (KOH) como eletrólito para a reação eletroquímica, com capacidade de produção de 50Nm³/h de

		hidrogênio a uma pureza de 99,998% e pressão de 27bar, com alimentação elétrica trifásica de 380V e 60Hz, potência instalada de 590kVA, projetados de acordo com a norma CE (ATEX directive 94/9/EC) ISO 22734-1 2008, montados dentro de contêineres modificados de 40pés e prontos para serem instalados em área externa, com "dry cooler" e "chiller" externos aos contêineres porém que integram o sistema de arrefecimento dos eletrolisadores, equipados com sistema de segurança que conta com sensores de detecção de vazamentos de hidrogênio e KOH e atuações automáticas de ventilação forçada e purga com nitrogênio em caso de emergência, com sistema automatizado de monitoramento e controle que pode ser acessado localmente através de tela IHM ou remotamente através de conexão VPN.
8607.11.10	003	Bogies (truques) para aplicação em veículos ferroviários, constituídos de rodado com distância de 1,353mm+-1, eixo móvel, rodas para transferência da carga do veículo para o trilho e unidade de caixa de eixo montada no gargalo do eixo.
8609.00.00	028	Isotanques de 40 pés para transporte e armazenamento criogênico de gás natural liquefeito (GNL), tanque interior de aço inoxidável, tanque exterior de aço carbono Q345R, isolamento por alto vácuo e isolante, inclui válvulas criogênicas de carga, descarga, de "boil-off" e de segurança, capacidade geométrica de 44,5m3, com pressão máxima de trabalho de 8,3 ar, temperatura de projeto de -196 a 50 Graus Celsius, temperatura de trabalho maior ou igual a -196 Graus Celsius e peso de 11.780kg.
8701.95.90	010	Tratores terminais (veículos-trator) "off-road", próprios para uso em portos, centros de distribuição/logística e indústrias, com chassi de aço soldado em viga caixão reforçada, distância entre eixos entre 3.000 e 3.250mm, equipados ou não com 5ª roda hidráulica com capacidade de elevação entre 32 e 45t, equipados ou não com assento giratório do operador, motor diesel entre 185 e 285kW, com capacidade de arraste entre 100 e 250t, tração 4 x 2 ou 4 x 4, velocidade máxima 40km/h, ar condicionado, acompanhado ou não de pescoço de ganso, suporte de estacionamento ou contrapesos.
9014.80.10	023	Equipamentos para monitoramento e determinação de vazão volumétrica e fração de volume de gás com processamento de arranjos sonares para captar som e interpretar a turbulência do fluxo gerada pelo fluxo de fluido e o som gerado pela tubulação e instrumentação do processo, transmitido através de uma ou mais saídas analógicas de 4 à 20mA, com saída de pulso, saída de alarme, com interface.
9015.80.90	057	Ferramentas circulares fabricadas com liga de Níquel inconel 713 através de seus mecanismos de abertura hidráulica, se aproximam da rocha que está sendo perfurada criando um efeito "seringa" com diâmetro de 1,12m utilizadas na perfuração em poços exploratórios de petróleo com perfil de rigidez e pode haver variações sem cobertura, com coberturas em membrana de Níquel 713, ou cúpula geodésica em alumínio autoportante.
9015.80.90	058	Ferramentas circulares fabricadas com liga de Níquel inconel 713 responsável por abrigar fios e sensores que fornecem a direção e

		velocidade de rotação do motor e mantem a orientação, localização e posicionamento da ferramenta de perfuração com diâmetro de 0,15m com perfil de rigidez e podem haver variações sem cobertura, com coberturas em membrana de Níquel 713, ou cúpula geodésica em alumínio autoportante.
9015.80.90	059	Equipamentos de medição tridimensional sem contato, tipo laser scanner terrestre 3D, portáteis, de alta velocidade e dinamicidade do laser pulsado, com tecnologia de digitalização (WFD), com alcance de 0,5 a 25m, velocidade de escaneio de 420.000pontos/s, precisão angular de 30 Polegadas, precisão tridimensional de 3mm, dotados de sistema de 3 câmeras de 4,8 MPixel e câmera de visão panorâmica de 12MPixel, campo de visão de 135 Graus horizontais por 100 Graus verticais, com LED flash, câmera de infravermelho longo termal panorâmica, sensores de navegação com base em IMU (unidade de medição inercial),Wireless LAN (802.11 b/g/n/ac) integrada, temperatura de operação de -25 a +40 Graus Celsius e proteção ao ingresso de partículas sólidas e líquidas IP54 (IEC 60529), acompanhados de maleta de transporte e fonte de alimentação.
9015.80.90	060	Equipamentos de medição tridimensional sem contato, tipo laser scanner terrestre 3D de imagens portátil, alta velocidade e dinamicidade do laser pulsado, com tecnologia de digitalização (WFD), com alcance de 60m, velocidade de escaneio de 360.000 pontos por segundo, precisão linear de 4mm, precisão angular de 40 Polegadas, precisão tridimensional de 6mm, dotado de sistema de três câmeras de 15MP para imagens esféricas HDR calibradas fotograficamente de 150MPixels , campo de visão de 360 Graus horizontais por 300 Graus verticais, com LED flash, câmera de infravermelho longo termal panorâmica, sensores de navegação com base em IMU (unidade de medição inercial), autonomia de 30 posições, Wireless LAN (802.11 b/g/n) integrada, temperatura de operação de -5 a +40 Graus Celsius e proteção ao ingresso de partículas sólidas e líquidas IP54 (IEC 60529), acompanhados de maleta de transporte e fonte de alimentação.
9015.80.90	061	Equipamentos de medição tridimensional sem contato, tipo laser scanner terrestre 3D de imagens portáteis, alta velocidade e dinamicidade do laser pulsado, aperfeiçoado pela tecnologia de digitalização da forma da onda portadora (WFD), alcance de 130m, velocidade de escaneio de 1.000.000 a 2.000.0000 pontos/s, precisão linear de 1 mm + 10 ppm, precisão angular de 18 Polegadas, precisão tridimensional de 1,9mm a 10m; 2,9mm a 20m e 5,3mm a 40m, dotados de sistema de 3 câmeras de 36 MPixel para imagens esféricas HDR calibradas fotograficamente de 432 MPixels , campo de visão de 360 Graus horizontais por 300 Graus verticais, sensores de navegação com base em IMU (unidade de medição inercial) com ou sem opcional de sistema de navegação inercial, VIS, baseados em sistema de imagens por 5 câmeras, com altímetro, bússola e sistema de GNSS, Wireless LAN (802.11 b/g/n) integrada, temperatura de operação de -5 a +40 Graus Celsius e proteção ao ingresso de partículas sólidas e líquidas IP54 (IEC 60529), acompanhados de maleta de transporte e fonte de alimentação.

9015.80.90	062	Equipamentos de medição tridimensional sem contato, tipo laser scanner terrestre 3D de imagens portáteis, alta velocidade e dinamicidade do laser pulsado, aperfeiçoado pela tecnologia de digitalização da forma da onda portadora (WFD), alcance de 130, 270 a 1.000m, dependendo do modelo, velocidade de escaneio de 1.000.0000pontos/s, precisão linear de 1,2mm + 10ppm, precisão angular de 8 Polegadas, precisão tridimensional de 3mm a 50m e 6mm a 100m, dotado de câmera de 4 MPixel para imagens panorâmicas HDR de 700MPixels , campo de visão de 360 Graus horizontais por 290 Graus verticais, com compensador em 2 eixos com atuação ao vivo e prumo laser, Ethernet Gigabit, WLAN sem fio integrado e dispositivo USB, temperatura de operação de -25 a +55 Graus Celsius e proteção ao ingresso de partículas sólidas e líquidas IP54 (IEC 60529), acompanhados de maleta de transporte e fonte de alimentação.
9015.80.90	063	Ferramentas circulares fabricadas com liga de níquel inconel 713 com sensores que fornecem peso e força de torque na coluna, com diâmetro de 0,29m utilizadas na perfuração em poços exploratórios de petróleo com perfil de rigidez podendo haver variações sem cobertura, com coberturas em membrana de níquel 713, ou cúpula geodésica em alumínio autoportante.
9015.80.90	064	Ferramentas circulares fabricadas com liga de níquel inconel 713 com as partes de pré-teste eletromecânicos, onde um parafuso de rolo e um conjunto de caixa de engrenagens do motor acionam o pistão, com diâmetro de 1,10m, utilizadas na perfuração em poços exploratórios de petróleo, com perfil de rigidez e pode haver variações sem cobertura, com coberturas em membrana de níquel 713, ou cúpula geodésica em alumínio autoportante.
9015.80.90	065	Ferramentas circulares fabricadas com liga de níquel inconel 713 dotadas de uma válvula de equalização da linha de fluxo com diâmetro de 0,56m, utilizadas na perfuração em poços exploratórios de petróleo com perfil de rigidez e pode haver variações sem cobertura, com coberturas em membrana de níquel 713, ou cúpula geodésica em alumínio autoportante.
9015.80.90	066	Ferramentas circulares fabricadas com liga de níquel inconel 713, abriga um conjunto de motor e bomba bidirecional e dois sensores diferenciais de pressão, com diâmetro de 0,77m.
9015.80.90	067	Sensores anemômetros de três pás para turbinas eólicas, dotados de rolamentos do tipo blindado para proteção contra poeira, água ou qualquer resíduo; contém aquecedor com potência de 96W para manter o aquecimento do sensor em temperaturas baixas; capacidade para medir velocidades de vento de 0 a 50m/s e manter-se sem danos em velocidades de até 90m/s; precisão de +/- 0,3m/s +2% do valor medido; resistência mínima de 1.200 W; possui intervalo de sinal de saída de 1 a 101Hz, de modo que 0Hz indique uma falha; constante de distância (recuperação de 63%) de 16m; diâmetro de varredura do rotor de 127mm (5 polegadas); tensão de entrada de 8 a 24Vdc; corrente elétrica de entrada de 40mA (operação) e máxima de 51mA; tensão de entrada para o aquecedor de 24V; temperatura de operação de -40 a 60 Graus Celsius; altura máxima de 237,6mm; diâmetro de corpo 58mm; massa máxima de 1,45 kg.

9015.80.90	068	Ferramentas circulares fabricadas com liga de níquel inconel 713, que fornece direcionamento para a coluna de perfuração em tempo real, com diâmetro de 1,12m, utilizadas na perfuração em poços exploratórios de petróleo, com perfil de rigidez e pode haver variações sem cobertura, com coberturas em membrana de níquel 713, ou cúpula geodésica em alumínio autoportante.
9018.19.80	114	Monitores de sinais vitais, com tela plana "touchscreen" transparente de cristal líquido LCD colorida de 12,1 polegadas (resolução de 1280 x 800pixels e peso aproximado de 6kg, autonomia da bateria de 5h, utilizando 2 baterias) ou 15,6 polegadas (resolução de 1.366 x 768pixels e peso aproximado de 7kg, autonomia da bateria de 4h, utilizando 2 baterias) ou 15,6 polegadas (resolução de 1366 x 768 pixels e peso aproximado de 6,3, autonomia da bateria de 3min, utilizando 1 bateria) ou 19 polegadas (resolução de 1680 x 1050 pixels e peso aproximado de 8,3kg, autonomia da bateria de 3min, utilizando 1 bateria), uso em pacientes adultos, crianças e recém-nascidos, alarmes sonoros e visuais, capacidade de armazenamento de dados de 72h, função entre leitos com possibilidade de visualização de até 20 leitos diferentes interligados via rede, contém multi-conectores e conceito "Smart Cable", Oximetria com tecnologia "BluePro", podendo ter impressora térmica integrada ao monitor, podendo realizar captura de tela, podendo realizar a configuração de 3 telas diferentes, podendo possuir a tecnologia "cap-one", tecnologia iNBP, Tecnologia PWTT/TTOP, Tecnologia synECi18 e Tecnologia esCCO (Débito Cardíaco contínuo estimado), realiza a monitorização dos seguintes parâmetros: frequência cardíaca (FC), frequência de pulso (FP), frequência respiratória por impedância (FR), saturação do oxigênio no sangue (SpO2), dupla oximetria (SpO2-2), análise de ECG de 12 derivações, pressão arterial não invasiva (PANI) e temperatura (corpórea, esofágica e retal), podendo realizar a medição da pressão arterial invasiva (PAI), CO2 ao final da respiração (etCO2), BIS (índice bispectral), TNM (transmissão neuromuscular), EEG (2 e 8 canais), Agentes anestésicos, débito cardíaco contínuo e intermitente (PiCCO, ProAQT, SwanGanz).
9018.19.80	115	Racks de 4 slots de conexão plug-in para expansão de até 4 módulos plug-in em monitor de sinais vitais, constituídos de carcaça plástica, 4 botões de ejeção de módulo, placa principal microprocessada, placa de expansão microprocessada com porta "powerUSB" de alimentação e comunicação e barramento RS485, podendo conter, suporte de montagem.
9018.19.80	116	Módulos de capnografia para monitoramento não invasivo da concentração de dióxido de carbono (CO2) em gases respiratórios exalados de pacientes adultos, pediátricos e neonatos, entubados ou não, por aspiração lateral (sidestream) e espectroscopia de luz infravermelha não dispersiva (NDIR), configurados para fornecer capnogramas (curvas de CO2), parâmetros de CO2 ao final da expiração (EtCO2) e CO2 mínimo inspirado (CO2mi) na faixa de 0 a 150mmHg e frequência respiratória (FR) de 0 a 150respirações/min (rpm) a partir de fluxos de amostragem de 50mL/min; podendo ou não conter linha de amostragem e/ou adaptador de vias.

9018.19.80	117	Sistemas de análise marcha, medindo 70 x 40 x 18mm, pesando 37g, com 4 acelerômetros de 3 eixos de sensibilidade múltipla com faixa dinâmica selecionável entre ±2, ±4, ±8, ±16g e largura de banda de 4 a 1.000Hz, 4 giroscópios de 3 eixos de sensibilidade múltipla com faixa dinâmica selecionável entre ±250, ±500, ±1000, ±2000 (graus/segundo)e frequência de 4 a 8.000Hz, magnetômetro de 3 eixos de sensibilidade múltipla com faixa dinâmica de ±1200 mT e frequência de até 100Hz, receptor GPS com precisão de posição de 2,5m até 5Hz ou de 3m até 10Hz, bateria recarregável por USB com 8h de autonomia, frequência de aquisição de 1.000Hz, módulo "bluetooth" 3.0 classe 1 de alcance de até 60m LOS, funcionamento em tempo real ou armazenamento interno em memória flash sincronizável nativamente com sistema de eletromiografia, acessórios: 1x módulo "bluetooth" ; 1x cabo de extensão 1,8m USB ; 1x cabo do sensor 0,6m USB-micro USB ; 1x chave de licença USB; 1x cinto ergonômico; 1x extensão para cinto; 1x maleta de transporte.
9018.19.80	118	Monitores de sinais vitais, com tela plana "touchscreen" transparente de cristal líquido LCD colorida de 10,4 polegadas com resolução de 800 x 600 pixels e peso aproximado entre 3,3 - 3,5kg, alça de transporte integrada ao monitor, autonomia da bateria de 3 ou 6h, uso em pacientes adultos, crianças e recém-nascidos, alarmes sonoros e visuais, capacidade de armazenamento de dados de 120 horas, Função entre leitos com possibilidade de visualização de até 8 leitos diferentes interligados via rede, contém multi-conectores e conceito Smart Cable, Oximetria com tecnologia BluePro, podendo ter impressora térmica integrada ao monitor, podendo possuir a Tecnologia Cap-ONE, Tecnologia iNBP, Tecnologia PWTT/TTOP e Tecnologia esCCO (Débito Cardíaco contínuo estimado), realiza a monitorização dos seguintes parâmetros: Frequência cardíaca (FC), Frequência de Pulso (FP), Frequência Respiratória por Impedância (FR), Saturação do oxigênio no sangue (SpO2), Pressão arterial não invasiva (PANI) e Temperatura corporal, podendo realizar a medição da Pressão arterial invasiva (PAI) e do CO2 ao final da respiração (etCO2).
9018.19.80	119	Monitores de sinais vitais, com tela plana "touchscreen" transparente de cristal líquido LCD colorida de 10,4 polegadas (resolução de 800 x 600 pixels e peso aproximado de 5,3kg, autonomia da bateria de 3 horas, utilizando 2 baterias) ou 12,1 polegadas (resolução de 800 x 600 pixels e peso aproximado de 7kg, autonomia da bateria de 3h, utilizando 2 baterias) ou 15 polegadas (resolução de 1.024 x 768 pixels e peso aproximado de 9kg, autonomia da bateria de 2 horas, utilizando 2 baterias), uso em pacientes adultos, crianças e recém-nascidos, alarmes sonoros e visuais, capacidade de armazenamento de dados de 72h, Função entre leitos com possibilidade de visualização de até 20 leitos diferentes interligados via rede, contém multi-conectores e conceito Smart Cable, Oximetria com tecnologia BluePro, podendo ter impressora térmica integrada ao monitor, podendo possuir a Tecnologia Cap-ONE, Tecnologia iNBP, Tecnologia PWTT/TTOP e Tecnologia esCCO (Débito Cardíaco contínuo estimado), realiza a monitorização dos seguintes parâmetros: Frequência cardíaca

		(FC), Frequência de Pulso (FP), Frequência Respiratória por Impedância (FR), Saturação do oxigênio no sangue (SpO2), Dupla oximetria (SpO2-2), Análise de ECG de 12 derivações, Pressão arterial não invasiva (PANI) e Temperatura (corpórea, esofágica e retal), podendo realizar a medição da Pressão arterial invasiva (PAI), CO2 ao final da respiração (etCO2), BIS (Índice Bispectral), TNM (Transmissão Neuromuscular), EEG (2 e 8 canais), Agentes Anestésicos, Débito Cardíaco contínuo e Intermitente (PiCCO, ProAQT, SwanGanz).
9018.19.80	120	Módulos de Índice Bispectral (BIS), não invasivos, para monitoração do nível de consciência do paciente, por meio de sinais de eletroencefalograma, tais como: curva EEG e parâmetros de índice bispectral (BIS), eletromiografia (EMG), índice de qualidade do sinal (SQI), taxa de supressão (SR), frequência da borda espectral (SEF), potência total (TP), contagem de surtos (BC) e indicação da impedância dos eletrodos e seu estado de conexão; podendo ou não conter conversor digital de sinais com cabos e/ou sensor BIS.
9018.19.80	121	Monitores de sinais vitais, podendo ser utilizados como monitor de transporte, com tela plana "touchscreen" transparente de cristal líquido LCD colorida de 5,7 polegadas (resolução de 640 x 480 pixels e peso aproximado de 1,57kg, uso em pacientes adultos, crianças e recém-nascidos, alarmes sonoros e visuais, capacidade de armazenamento de dados de 72h, função entre leitos com possibilidade de visualização de até 9 leitos diferentes interligados via rede, contém multi-conectores e conceito "smart cable", oximetria com tecnologia "bluepro", podendo possuir a tecnologia "cap-one", tecnologia INBP, tecnologia pwtt/ttop e tecnologia escco (débito cardíaco contínuo estimado), realiza a monitorização dos seguintes parâmetros: frequência cardíaca (FC), frequência de pulso (FP), frequência respiratória por impedância (FR), saturação do oxigênio no sangue (spo2), dupla oximetria (spo2-2), análise de ecg de 12 derivações, pressão arterial não invasiva (pani) e temperatura (corpórea, esofágica e retal), podendo realizar a medição da pressão arterial invasiva (pai), CO2 ao final da respiração (etco2), bis (índice bispectral), TNM (transmissão neuromuscular), débito cardíaco intermitente (swanganz).
9018.20.90	016	Sistemas a laser de múltiplos uso em estética capazes de emitir comprimentos de onda de luz de 1.064nm & 532nm e energia de pulso máximo de 600mj (1.064nm) , 300mj (532mn), com taxa de repetição única de 1 a 10hz que oferece modos de tratamento com duração de pulso em picossegundos e nanossegundos de precisão para utilização em tratamentos estéticos de remoção de tatuagens e lesões pigmentadas, equipamento constituído de modulo principal, canetas de laser, pedal de acionamento, braço articulado e óculos de proteção.
9018.50.90	141	Refratores digitais para exames de refração controlados por um monitor de visualização com teclado e "touchscreen" com capacidade de medição esférica (SPH), faixa de medição de -29.00 ~ +26.75D (geral); -19.00 ~ +16.75D (cilindro cruzado ou prisma), medição cilíndrica (CYL) faixa de medição de 0D~±8.75D.

9018.50.90	142	Câmeras retinais digitais para exames de retinografia, com capacidade de realização de fotos sem necessidade de midríase, resolução mínima de 18Megapixel, ângulo de fotografia de 45 Graus.
9018.50.90	143	Câmeras retinais digitais para exames de retinografia, angiografia com flouresceína e auto-fluorescência, sem necessidade de midríase, com resolução mínima de 18 MegaPixel e angulo de fotografia de 45 Graus para modo não midriático e 50 Graus para fotos em modo midriático.
9018.50.90	144	Auto tonômetros com função automática com modos de operação, modo 30 - 0 a 40hPa / 33 a 80hPa muda automaticamente (0 a 30mmHg / 25 a 60 mmHg muda automaticamente); modo 60 - 33 a 80hPa (25 a 60mmHg).
9018.90.10	057	Bombas de infusão volumétrica de pequeno porte, equipadas com programa de segurança de doses de 5.000 drogas em 32 áreas de cuidados, para infusão contínua de líquidos parenterais e lipídios, sangue e hemocomponentes por meio de dedos de bombeamento e membrana impermeável que os reveste, com tela TFT LCD colorida, com tamanho (diagonal) de 88,9mm, sistema de alarme visual e sonoro, entrada de energia de 100 a 240VAC, baterias de lítio de 4.800mAh de capacidade com tempo de duração de até 9 horas, faixa de configuração da taxas de fluxo de 0,10 a 100ml/h, precisão de mais ou menos 5% e de 0,10 a 1.200ml/h, precisão de taxa de mais ou menos 7.5%.
9018.90.10	058	Dispositivos eletrônicos com algoritmo próprio para o controle da insulina utilizados, do tempo de aplicações, de valor glicêmico, das taxas de infusão e dose atual administrada em UI ou ml/h e da infusão de nutrição enteral e nutrição parenteral.
9018.90.10	059	Painéis próprios para visualização e controle das funções das bombas de infusão intravenosa do sistema de apoio da terapia de insulina, com tela de cristal líquido (LCD), sensível ao toque (touchscreen), colorida de 5,7 polegadas, com indicadores de alarmes coloridos e com interface exclusiva para o módulo SGC (Space Glucose Control).
9019.20.90	032	Máscaras nasais ou oronasais, indicadas em terapias com aplicação de 1 ou 2 níveis de pressão positiva nas vias aéreas superiores, incluindo elementos de fixação ajustáveis, cotovelo, suporte giratórios e sistema de vedação, com pressão de terapia compreendida de 3 a 40cmH2O.
9022.14.19	034	Aparelhos de raios-X móvel motorizado para aquisição de radiografias, dotados de: gerador de alta frequência de no mínimo 60kHz e potência de 12,5 ou 32kW; menor faixa de tensão do tubo de igual ou menor de 40kV, maior faixa de tensão do tubo igual ou maior de 125kV, faixa do produto corrente-tempo de 0,32 a 320mAs, em 60 passos ou mais; tubo de raios-X com um ou dois focos e velocidade de rotação do ânodo igual ou maior a 3.200rpm, capacidade calorifica do ânodo igual ou maior a 300kHU; deslocamento motorizado, acionamento dos motores por botões no colimador e/ou pela barra de comando; coluna giratória com faixa de rotação de 540 (±270) graus; alcance do braço telescópico igual ou maior a 560mm, rotação do braço telescópico

		de 360 (±180) graus; disparo de raios-X por meio de baterias internas recarregáveis ou pela rede elétrica de 100 a 240Vac (50/60Hz); peso máximo do aparelho menor ou igual a 450kg; podendo conter um ou mais detector(es) de painel(is) plano(s) móvel(is) com ou sem fio; de cintilador de CsI ou GOS, com tamanho de pixel de 140 micrometros ou menor; sistema de imagens com computador interno ou laptop, com memória SSD ou disco rígido de 128GB ou mais, capacidade de armazenamento de 3.500 imagens ou mais, monitor integrado ou não de 12 polegadas ou maior, de valor unitário (CIF) não superior a R$167.620,00.
9022.90.90	046	Painéis detectores digitais planos com sensor de silício amorfo (a-Si) combinado com cintilador de óxissulfito de gadolínio (GOS), para geração de imagens estáticas de 14 Bits e próprios para equipamentos de raios X digitais compactos, alimentados em baixa tensão de 12V, com consumo médio de 20W, área de detecção aproximada de 35 x 43cm2, resolução máxima de 1.918 x 2.365 pontos de imagem (pixel) e tamanho de pixel de 182 x 182 micrometros.
9027.10.00	180	Medidores de amônia (NH3), para banco de teste de motores a diesel, (conforme norma de certificação WHDC), leituras de medidas iguais ou superior a 1Hz de frequência, precisão de 2% MDC dos pontos de ajuste com mistura de gases de calibração, repetibilidade de 1% do valor de leitura do gás em amplitude total.
9027.10.00	181	Sistemas de coleta e análise de emissões de gases de escape de motores alimentados à diesel, gasolina, etanol, CNG ou LPG, por meio de amostragem bruta e/ou diluída, configurados para análise de monóxido de carbono (CO), dióxido de carbono (CO2), hidrocarbonetos (HC), óxidos de nitrogênio (NOx), oxigênio (O2) e metano (CH4); Sistema de diluição por túnel de fluxo total, amostrador de volume constante com gabinete de armazenamento e calibração com orifício de fluxo crítico para emissões gasosas e particulados controlado por automação, sistema de transferência de exaustão, unidade de válvula para as bags; amostrador de particulado em massa com sistema de 4 fases por meio de elemento filtrante e sistema de controle, embutido em caixa com controle de temperatura; sistema de automação e controle com pacote de automação para execução e certificação de ciclos de testes de emissões.
9027.30.19	048	Espectrômetros de infravermelho por transformada de Fourier com interferômetro tipo RockSolid, permanentemente alinhado, com divisor de feixe de substrato de quartzo, insensível a vibração e com alta estabilidade com espelhos tipo canto de cubo revestidos com ouro, para análise de amostras líquidas com controle de temperatura por transmitância em células de fluxo de 1mm de caminho óptico ou frascos de vidro de 8mm de diâmetro externo; análise de amostras sólidas e pastosas por reflectância na esfera de integração em frasco de 97, ou 51, ou 370mm ou placa de petri, em controle de qualidade; com software de controle; banco óptico controlado por microprocessador, controle de velocidade digital, verificação avançada de sistema.

9027.30.20	076	Espectrômetros de infravermelho próximo (NIR) por reflectância em faixas específicas e imagens de câmeras UHD, para leitura e análise quantitativa e qualitativa de frutas, vegetais e outros produtos (tamanho, cor, defeito), dotados de sistema de processamento de dados para analisar até 14produtos/s, com até 500 imagens geradas por produto analisado.
9027.80.99	513	Unidades de análise automática "on-line" para monitoramento e identificação de contaminantes em CO2, montadas em contêiner climatizado, com tecnologia baseada em espectroscopia de absorção óptica com identificação mínima de 21 componentes diferentes através de 2 módulos de espectrômetro, com limites de detecção de 0,004 a 4ppm, com multiplexador de gás com até 8 pontos de entrada, sistema de controle e inspeção da qualidade do gás, unidade de conversão de enxofre com detecção de 0,15ppm, gabinete de análise para medição de componentes do CO2, analisador de O2 com detecção de até 1 ppm, módulo de validação para monitoramento de funções de rotina, válvulas e tubulações, controladores, redutores, controladas por software e painel de controle.
9027.80.99	514	Unidades de monitoramento de cloro livre, dióxido de cloro ou ozônio em água, equipamento integrado à tecnologia 3D, que permite sua conexão via internet, analisa amostra de água a cada 6s, por meio de sensor potenciostático, calculando residual de cloro no sistema e com possibilidade de fazer ajuste por meio de controle PID (Proporcional, Integral e Derivativo) das dosagens de químicos para controle microbiológico, faixas de medição: Cloro livre e Dióxido de cloro 0 a 20mg/L, Ozônio 0 a 10mg/L, com precisão de +/- 2% da faixa completa de compensação.
9027.80.99	515	Equipamentos de monitoramento e controle de parâmetros de água de alimentação de caldeira, como pH, condutividade, temperatura, ORP (Potencial de Óxido Redução) e corrosão, com dispositivo de comunicação por modem ethernet, celular integrados, analisando a cada 6 segundos por meio de sensores óptico-fluorescentes, residual de produto químico e calculando índices microbiológicos e de incrustação, após a leitura dos parâmetros, utiliza água de recirculação para dosagem de produtos químicos líquidos patenteados para controle microbiológico, de incrustação e corrosão no sistema de água.
9027.80.99	516	Equipamentos de monitoramento e controle de parâmetros de água de torre de resfriamento, como pH, condutividade, temperatura, ORP (Potencial de Óxido Redução) e corrosão, com dispositivo de comunicação por modem ethernet, celular integrados, analisando a cada 6s por meio de sensores óptico-fluorescentes, residual de produto químico e calculando índices microbiológicos e de incrustação, após a leitura dos parâmetros, utiliza água de recirculação para dosagem de produtos químicos líquidos patenteados para controle microbiológico, de incrustação e corrosão no sistema de água.
9027.80.99	517	Equipamentos de monitoramento e controle de parâmetros de água de torre de resfriamento, como pH, condutividade, temperatura, ORP (Potencial de Óxido Redução) e corrosão, com dispositivo de comunicação por modem ethernet, celular

		integrados, analisando a cada 6s, por meio de sensores óptico-fluorescentes, residual de produto químico e de incrustação. Após a leitura dos parâmetros, utiliza água de recirculação para dosagem de produtos químicos sólidos ou líquidos para controle microbiológico, de incrustação e corrosão no sistema de água, com bomba dosadora.
9027.80.99	518	Equipamentos para monitoramento e determinação de vazão volumétrica e fração de volume de gás ou quantidade de gás em liquido ou outro meio, incluindo gases que se manifestam na forma de bolha ou espuma, através de sonar passivo, com processamento de arranjos sonares para captar som e interpretar a turbulência do fluxo gerada pelo fluxo de fluido ou gases e o som gerado pela tubulação, e instrumentação do processo, transmitido através de uma ou mais saídas analógicas de 4 à 20mA, com saída de pulso, saída de alarme, com interface, com capacidade de determinação da fração volumétrica de gás (CO2, O2 E OUTROS), utilizado atrelado a sistemas de desaeração para controle de formação de espuma em processos como, por exemplo, de fermentação.
9027.80.99	519	Sistemas de monitoramento da condição de diferentes tipos de óleos e fluidos; espectrômetro de infravermelho médio 950 - 3.850cm-1; conforme ASTM D7889; volumes de amostra de até 100microlitros; análise de fluidos escuros com fuligem em porcentagem; temperatura de operação de 10 a 50 Graus Celsius; faixa analítica para número de acidez total (TAN) 0-6mg KOH/g; número de base total (TBN) 0-70mg KOH/g; nitração 0-50abs/cm; sulfatação 0-75abs/0,1mm; leitura de água dissolvida até 100ppm e leitura de água livre de 0,03-6,5% ou 300 a 65.000ppm; viscosímetro cinemático com faixa de operação de 1-700cSt a 40 Graus Celsius; precisão de +/-3% para a faixa de viscosidade de 1 a 320cSt e precisão de +/-5% para a faixa de 320 a 700cSt; volumes de amostra de 60microlitros; cálculo da viscosidade a 100 Graus Celsius.
9030.10.90	005	Unidades de medição dos níveis de radiação próprios para aplicação em equipamentos de raios X de diagnóstico por imagem, dotadas de display integrado e teclas de controle diretamente conectadas à câmera de medição e com interface serial para conexão a impressora ou display secundário, tensão de funcionamento de 10 a 30Vcc e potência de 3W.
9030.10.90	006	Câmaras de ionização próprias para medição da radiação que atravessa o paciente durante o exame de diagnóstico por imagens, aplicadas como acessório em sistema com tubos de raio X de tensão de 40 a 150kV, com faixa de leitura de taxa de dose de 0,5 a 1.000uGy/s, resolução digital de 0.025uGy, tempo de exposição de 1ms a 10s, tolerância de sensibilidade entre sensores de campo menor que 5%, fator de atenuação menor que 1,04, camada semi redutora menor que 0,75mm Al, faixa de tensão de trabalho de 12 a 16Vcc e com interface de comunicação serial.
9030.39.90	055	Equipamentos elétricos para teste de carregamento e descarregamento de células de baterias individuais com faixa de tensão compreendida entre 1 e 6VDC e corrente de 400A; com

		teste paralelo de temperatura, tensão, corrente e tempo, com dispositivo registrador de dados; com até 3 faixas de comutação de corrente dinâmica automática para até 1mA de precisão.
9031.20.90	208	Bancadas de testes de qualidade e funcional para os módulos para porta veicular, análise de funcionalidade; resistência, fadiga em componentes, alto falantes, travas e maçaneta, levantador de vidros, interruptores do descanso de braço, sistema elétricos, sistema de airbag, após as análises impressão de etiqueta de aprovação, utilizando software próprio para cada modulo da porta, sistema de proteção durante os testes, fonte de alimentação 400V, 60Hz, 25A, 1 fase, 5,5kW, 6bar seco sem óleo, tempo de processo £20 s, com seus acessórios normais para o seu pleno funcionamento.
9031.80.12	035	Rugosímetros para acoplamento em máquinas de medição CNC para medição de superfícies, com movimentos contínuos, rotações angulares de +/- 180 graus, velocidade maior que 30graus/s e precisão de posicionamento de mais ou menos 0,1 grau em todos os eixos, com curso máximo de medição em X=15mm (comprimento) com resolução digital de 0,5 micrômetros, Z= 600 micrômetros (altura), resolução de 5 micrômetros, velocidade de medição entre 0,05 e 0,5mm/s, filtro "cut-off" de 0,08, 0,25, 0,8 e 2,5mm.
9031.80.20	231	Máquinas de medição tridimensional tipo portal fixo motorizada e programável (CNC), com volume de medição x=300mm, Y=200mm, Z=200mm, incerteza de medição de MPE E(2D)=1.9+L/150 mm, cabeçote fixo de medição óptico com câmera de 5 megapixels, resolução de 2.448 x 2.048 pixel, foco automático, com taxa de quadros de 15quadros/s; este cabeçote possui um anel de luzes brancas e azuis que se ajustam de forma programável ou automática, com zoom digital, distância de trabalho de 65mm e profundidade de foco de aproximadamente 100mícrons.
9031.80.99	080	Equipamentos de medição a laser para ajustes (pré-set) e monitoramento de ferramentas de usinagem, aferição feita com ou sem movimento de rotação, velocidade de rotação máxima igual a 200.000rpm, diâmetro mínimo da ferramenta menor ou igual a 1.050 micrometros (variável em função da distância entre transmissor e receptor), laser classe 2 com comprimento de onda entre 630 e 700nm, classe de proteção IP68.
9031.80.99	081	Leitoras traçadoras para medir forma e curvatura de armações de óculos, por meio de apalpadores, com calibração automática e posicionamento automático do apalpador, dotadas de câmera de vídeo de 2 vias sem erros de paralaxe, armazenamento de 1.000 formas através do código de barras, cruz de centragem para todos os tipos de lentes: visão simples, multifocal, progressiva, executiva e meia-distância, com possibilidade de conexão em rede e interface para uma ou mais biseladoras, dotada de tela "touch" de 10 polegadas.
9031.80.99	082	Máquinas de medição de rugosidade e avaliação de contorno 2D, com medição realizada via processo dinâmico de aferição de superfícies retificadas do ângulo do assento do corpo (inclinação

		de 30 graus), com capabilidade estatística de cg/cgk maior ou igual a 1,33 e grr menor ou igual a 10% para as características controladas; range de medição do apalpador igual ou superior a 0,0375mm; tolerância de +-15% para característica de Ra e Rz; com capacidade de combinação de vários níveis de operação separados para diferentes programas de rugosidade e contorno; com opções de mudança rápida entre as medidas de rugosidade e contorno operado por software e mudança dos componentes mecânicos como: unidade de acionamento, a sonda (para rugosidade) mfw-250 e apalpadores de 175 e 350mm (para contorno).
9031.80.99	083	Aparelhos codificadores incrementais (encoder) com rolamentos híbridos para gerador elétrico de turbinas eólicas; tensão de operação e de saída de 9 a 30VDC, consumo de corrente 60mA a uma tensão de 24Vdc (máx. 80mA), corrente de saída de 40mA, comprimento máximo do cabo de 350m à uma frequência de 100kHz, frequência máxima de 200kHz, sinal de saída do tipo HCHTL, diâmetro de 100mm, vibração máxima (IEC60068-2-6) de 200m/s2, choque máximo (IEC60068227) de 1.500m/s2, rotação máxima de 6.000rpm, grau de proteção IP66, resolução de 2.048ppr, temperatura de operação de -40 a 100 Graus Celsius.
9032.89.84	001	Controladores automáticos de velocidade de motores elétricos por variação de frequência para uso exclusivo em bicicletas elétricas, com tensão nominal até 48V e potência nominal de até 500W, grau de proteção impermeável IP65, resiste a temperaturas externas até -20 a 45 Graus Celsius, podendo conter controles sobre motor, bateria, luzes, sensores, acelerador e display de comandos.
9032.89.84	002	Controladores automáticos de velocidade de motores elétricos por variação de frequência para uso exclusivo em bicicletas elétricas, com tensão nominal até 48V e potência nominal de até 1.680W, grau de Proteção Impermeável IP65.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 100, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 28/09/2020 (nº 186, Seção 1, pág. 481)

Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação que menciona, na condição de Ex-Tarifários.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, tendo em vista o disposto nas Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10, 57/10, 35/14 e 25/15 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul e nos Decretos nºs 5.078, de 11 de maio de 2004, e 5.901, de 20 de setembro de 2006, e na Portaria nº 309, de 24 de junho de 2019, do Ministério da Economia, e considerando a deliberação de sua 174ª Reunião, ocorrida de 11 a 14 de setembro de 2020, resolve:

Art. 1º - Ficam incluídos no Anexo I da Resolução nº 15, de 19 de fevereiro de 2020, do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, os Ex-Tarifários incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação listados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º - Fica revogado o Ex-tarifário abaixo do respectivo ato legal indicado:

NCM	Nº Ex	Descrição	Ato Legal
8471.60.59	002	Telas sensíveis ao toque "touchscreen" de 15 a 32 polegadas com tecnologia SAW (surface acoutic wave) para uso conjunto com telas LCD e unidades de processamento digital baseada em microcomputadores.	Resolução nº 15 de 19 de fevereiro de 2020

Art. 3º - Fica incluído o Ex-tarifário abaixo no respectivo ato legal indicado:

NCM	Nº Ex	Descrição	Ato Legal
8471.60.59	004	Telas sensíveis ao toque "touchscreen" de 15 a 32 polegadas com tecnologia SAW (surface acoustic wave) para uso conjunto com telas LCD e unidades de processamento digital baseada em microcomputadores.	Resolução nº 15 de 19 de fevereiro de 2020

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2020.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS - Presidente do Comitê-Executivo de Gestão - Substituto

ANEXO ÚNICO

NCM	Nº Ex	Descrição
8471.49.00	024	Servidores com 2u de altura, 1 interface de rede de 100gbps ou 6 de 10gbps (configuradas em lag/lacp), com capacidade de armazenamento de 354terabytes em 24 discos rígidos de 14terabytes cada mais 9 drives nvme ssd de 2terabytes cada, fonte de alimentação AC ou DC, consumo 400W (sem utilização) e 670W (de acordo com a temperatura do ambiente) peso líquido 35kg dimensão 2u x 43,2cm x 71,1cm.
8471.50.90	011	Unidades de processamento sob a forma de placa de circuito impresso com microprocessador de alto desempenho, podendo ou não conter o conector do slot dos tipos PCIe 3.0 ou NVLink para conexão à placa-mãe, sem saída de vídeo para dispositivos de visualização, concebidas principalmente para uso em servidores de alto desempenho e data centers, comercialmente denominadas "Unidade de Processamento Gráfico (GPU)" ou placa aceleradora.
8471.70.12	007	Unidades de discos rígidos, com um só conjunto cabeça-disco (HDA Head Disk Assembly), com interface SATA, ciclo de operação 24 x 7 (vinte e quatro horas diárias, operando sete dias por semana), utilizando a tecnologia Multi-Tier Caching (MTC) com caching de no

		mínimo 64MB destinadas para armazenamento de dados, destinadas para armazenamento de dados de áudio e/ou vídeo, desenvolvidas para operação em temperatura ambiente dentro da faixa entre 0 e 60 Graus Celsius ou excedendo-a, resistência à choques de no mínimo 65G, com duração de 2ms em operação, durante processo de leitura.
8471.90.90	012	Robôs equipados com sistema de reconhecimento facial e de voz, display de LED, tela LCD, sistema de sensores híbridos (infravermelho+ultrasom) de distância e detecção de obstáculos, placa-integradora de sensores eletromagnéticos, alto falantes de 25w rms, microfone multidirecional, filmadora, impressora portátil e controle remoto.
8472.90.10	003	Máquinas dispensadoras automáticas de papel moeda (cédulas), com a função de recebimento e entrega de cédulas (reciclagem) operando entre 3 e 10 rolos intercambiáveis de armazenamento inteligente, com a função de armazenar as cédulas enroladas em filme poliéster bi orientado, podendo ser desabilitados individualmente sem interrupção da operação da máquina, com capacidade de classificação e validação por meio de diversos parâmetros e mínimo de 16 denominações, velocidade de depósito e saque mínimo de 3 cédulas/s, alimentador com atuadores para centralização de cédulas na entrada ou com capacidade de realimentação continua durante depósitos, dotadas opcionalmente de cassete para coleta das notas em excesso, interface de rede para integração com outros sistemas computacionais e opcionalmente preparada para integração com sistema de alarme, podendo ou não operar com painel de controle integrado ao equipamento, fonte
		de alimentação de 100 - 240V, 50/60Hz, consumo de 720W, de valor unitário (CIF) não superior a R$46.633,58.
8473.30.99	024	Subconjuntos montados próprios para microcomputador portátil com tela sensível ao toque "touchscreen" - "tablet PC", podendo conter, estrutura de fixação da tela, gabinetes, antenas, calços, componentes plásticos e/ou metálicos, visores, alto-falantes, microfones, botões, compartimentos de aberturas, motor de "vibracall", condutores, imãs, conectores, cabos, placa de circuito impresso montado com componentes eletroeletrônicos sem função de processamento central, rede de comunicação, sem fio e acesso à rede de celular, módulos de captura de imagens, sensores, mecanismos, teclas, suportes, guia de conexão do cartão SIM e/ou SDcard, adesivos, etiquetas, contatos de aterramento, parafusos, insertos, fitas, protetores, tela de visualização, dispositivo sensível ao toque "touchscreen".
8473.30.99	025	Subconjuntos tela de cristal líquido, plasma, "amoled" ou outras tecnologias, com a respectiva placa de controle, podendo conter visor frontal e/ou dispositivo sensível ao toque e placa de circuito impresso montada, que implemente quaisquer funções que não a de processamento central (placa-mãe), próprios para mesa computadorizada semi-portátil educacional.
8504.40.40	006	Sistemas para armazenamento, regulação e fornecimento ininterrupto de energia elétrica, para uso geral, dotados de banco de baterias de íons de lítio NCM, com capacidade total de armazenamento de 35kWh, contidos em 13 racks de 19 polegadas, com controlador e conversor

		integrados (retificador), 30kW, 400+-10% VAC, 50-63,5 Hz, controle de temperatura via ventilador duplo com controle automático, de valor unitário (CIF) não superior a R$84.441,24.
8517.62.39	016	Comutadores de rede ethernet, utilizados para gerenciamento de comunicações do tipo ethernet em sistemas de comunicação de turbinas eólicas, com tensão de entrada redundante de 10 - 30Vdc, corrente elétrica de entrada de 200mA em uma tensão de 24V; número do endereço MAC: 4000, tempo de envelhecimento: 300s, latência: 2,1ìs, velocidade de "backplane": 2,6GB/s, método de "switching store&forward"; 8 conectores RJ-45 com portas de cobre; gabinete nas seguintes dimensões: 58,42mm de altura, 142,24mm de largura, 86,36mm de profundidade, massa de 0,72kg, trilho DIN 35mm; 2 indicadores em LED para status de conexão e velocidade; capacidade de operação em temperaturas de -40 a 85 Graus Celsius.
8517.62.59	076	Transceptores do tipo SFP+, utilizados para comunicação de aparelhos da rede de dados, protegidos por invólucro metálico, taxa de transferência de dados de 10Gbps, com cabo de 3m comprimento, raio de curvatura de 25mm.
8517.62.59	077	Transceptores do tipo QSFP+, utilizados para comunicação de aparelhos da rede de dados, protegidos por invólucro metálico, taxa de transferência de dados de 40Gbps, com cabo de 3m comprimento.
8517.62.59	078	Placas adaptadoras "infiniband" ou ethernet PCI "express", contendo suporte de inicialização remota internet "small computer system interface" (iSCSI), com ou sem conectores QSFP28/QSFP+/QSFP, SFP+ ou RJ45, específicas para unidade de processamento de dados denominada Servidor.
8517.62.59	079	Comutadores de rede ethernet de fibra ótica de modo único, utilizados para gerenciamento de comunicações do tipo ethernet em sistemas de comunicação de turbinas eólicas, com tensão de entrada redundante de 10 - 30Vdc, corrente elétrica de entrada de 250mA em uma tensão de 24V; dotados de dreno de aterramento para garantir a imunidade e emissões de ruídos ideais; número do endereço MAC: 4.000, tempo de envelhecimento: 20s, latência: 2,1 micrometros, velocidade de "backplane": 2,6GB/s, método de "switching store&forward"; 6 conectores RJ-45 com portas de cobre e 2 conectores SC com portas duplex; gabinete nas seguintes dimensões: 58,42mm de altura, 142,24mm de largura, 96,52mm de profundidade, massa de 0,72kg, trilho DIN 35mm; 2 indicadores em LED para status de conexão e velocidade; capacidade de operação em temperaturas de -20 a 70 Graus Celsius.
8517.62.59	080	Transmissores ópticos para aplicações de multiplexação densa de divisão de onda(DWDM - Dense Wave Division Multiplexing) em sistemas de transmissão de dados dotipo HFC em comprimentos de onda do grid ITU, com banda passante de 45 a1.218MHz, capacidade para 30 canais analógicos (até 258 MHz) + canais QAM, potência do sinal na saída óptica de 10 +- 0,25dBm, capacidade para controle de ganho automático ou manual do sinal de entrada, atenuador RF interno para ajuste de níveis dependendo da carga de canal aplicada, temperatura de operação de -20 a +65 Graus Celsius e dimensões (comprimento x largura x altura) de 29,2 x 2 x 5,1cm próprias para montagem em chassis 3RU.

8517.69.00	006	Unidades de comunicação de energia ECU, com protocolo de comunicação ZigBee 2.4 GHz, Wi-Fi integrado, Ethernet integrado, grau de proteção IP20, temperatura de operação entre -20 e +65 Graus Celsius, própria para utilização em sistemas de geração de energia fotovoltaica com microinversores.
8528.52.20	014	Monitores de vídeo profissional "broadcast monitor" utilizados para sistemas de edição, produção, transmissão ou cinematografia, com resolução máxima de 4.096 x 2.160 e mínima de 720 linhas nas resoluções de 4 e 2K, interface de entrada de vídeo SDI (HD, 3G, 6G e 12G) e HDMI, com modo de alto alcance dinâmico (HDR - "High Dynamic Range"), eficiência de pixel de 99,99%, aproveitamento de 100% do desempenho da tela de cor P3, capacidade máxima de brilho de 1.000 nits em 100% da tela de no mínimo 30 polegadas e relação de contraste de 1.000.000:1.
8531.20.00	031	Displays tipo LCD - módulo matriz de LEDs e 7 segmentos - microcontrolados, comunicação CAN de 125 a 1.000kbit/s, com indicadores de falhas, tensão de alimentação de 36 até 48Vdc, com Bluetooth e USB de 5V 500mA, programável em linguagem C, grau de proteção IP 65 e conectividade com aplicativo móvel.
8537.10.20	044	Relés de proteção multifunção, aplicados em gabinetes de conversores de turbinas eólicas, com frequência de operação de 60Hz, potência aparente de 36VA, tensão de entrada de 300Vdc a 2mA, tensão de saída de 125Vdc quebrando a 0,3A, contendo massa máxima de 4kg, comprimento de 237,5mm, espessura de 158,2mm, altura de 202,7mm, conexões IP40 frontal, IP10 traseira, IP20 na tampa e capacidade de operação em temperaturas de -40 a 60 Graus Celsius.
8538.90.10	005	Módulos de energia alternativa do eixo de "pitch" (AEPA) para sistema de "pitch" de turbinas eólicas, responsáveis pelo controle dos ângulos de ataque das pás da turbina em relação ao vento; contém as seguintes entradas e saídas para realizar o controle do motor de "pitch": 20 entradas digitais (incluindo 3 reservas), 8 saídas para relés, 8 entradas analógicas, 1 saída discreta, 1 saída analógica de 4-20mA, 1 entrada para o "encoder" incremental, 1 entrada para o "encoder" absoluto, 2 interfaces RS-485, 1 saída para o controle do freio, 1 conector RJ-45 Ethernet; dotados de 1 placa processadora BPPC; intervalo de tensão de entrada analógica: 0 a 140Vdc, intervalo de saída analógica de 4 a 20mA, resistência da saída analógica de 200 a 300?, potência máxima consumida 80W; dimensões: 22,86 x 33,02 x 3,15cm (C x L x A); temperatura de operação -30 a 85 Graus Celsius.
8543.70.99	227	Aparelhos para esterilização de objetos através de raios ultravioleta banda C, comprimento de onda de 270nm e entrada USB 5VDC, 1A.
8543.70.99	Ex 228	Conjuntos de módulos eletrônicos para controle de degradação induzida pelo potencial (PID - Potential Induced Degradation), com módulo Anti-PID para detecção da tensão dos painéis FV de todos os inversores do tipo "string" e a terra e envio de comando de controle via módulo Anti-PID para ajuste de tensão de saída que é a tensão de saída AC entre o neutro virtual e a terra até que a tensão entre os painéis FV e cada inversor controlado pelo "datalogger" seja próxima de 0V e desta forma suprimir os efeitos de PID dos painéis FV, permitindo também o controle e detecção de corrente residual (RCD) a fim de garantir a segurança humana no ambiente de operação, abrigado em gabinete

		IP65.
8543.70.99	229	Dispositivos sem fio de comando à distância, por raios infravermelhos (IR) e tecnologia "bluetooth", com sensor sensível de movimento do tipo indicador (mouse), dotado de processamento de linguagem natural "Neuro-Linguistic Programming" (NLP), e com capacidade de gravação de até 9 aplicativos para acesso rápido, próprios para possibilitar o controle remoto de Smart TV e outros aparelhos.
8543.70.99	230	Amplificadores e conversores de frequência para recepção de sinais de TV via satélite (LNBF), em sistemas DTH, banda KU, podendo conter entre duas até oito saídas, com faixa de frequência de entrada entre 10,70 e 12,75GHz, faixa de frequência de saída entre 950 e 2.150MHz, polarização horizontal e vertical, ganho mínimo de 52dB e máximo de 70dB, figura de ruído inferior ou igual a 1dB, consumo máximo de 100mA por porta de saída.
9001.10.11	001	Fibra ópticas monomodos com baixa sensibilidade a curvatura de acordo com a especificação ITU-T G-657, raio de curvatura de 7,5mm com uma volta de mandril conforme comprimento de onda de 1.550nm com perda máxima do sinal de 0,50dB, raio de curvatura de 10mm com uma volta de mandril conforme comprimento de onda de 1.550nm com perda máxima do sinal de 0,10 dB, raio de curvatura de 15mm com dez voltas de mandril conforme comprimento de onda de 1.550nm com perda máxima do sinal de 0,03dB, de valor unitário (CIF) não superior a R$28,09.
9030.33.19	006	Módulos eletrônicos de monitoramento remoto com comunicação em rádio frequência para controle, detecção e localização de anomalias elétricas em plantas fotovoltaicas, baseado em "microcontrolador" de 32 bits capaz de registrar e controlar os parâmetros medidos na caixa de junção fotovoltaica "stringbox", operando em "real time", executando medição de correntes de "string" em até 32 canais de até 50 ampères e tensão de usina fotovoltaica de até 1.500Vdc, com tecnologia de sensores de efeito HALL de três eixos para medição de corrente com erro máx.. de +/- 0,5%, e medição de tensão com erro máximo de +/- 1%, contendo: uma placa processamento, uma placa de monitoramento de tensão, e de uma a até oito placas de monitoramento de corrente com 4 entradas cada, três tipos de interfaces de comunicação 1x Modbus (TCP/IP) e 2x Modbus RTU (RS-485) e 1x banda ISM (frequência operacional de 900 mhz) sem fio, três tipos de entradas digitais de uso geral,
		um sensor de temperatura analógico interno e duas conexões externas de 3 fios PT100, próprio para ser instalado em caixa de junção fotovoltaica "stringbox", com ou sem display de 2x 20 caracteres, operando com temperaturas de -40 a +85 Graus Celsius.
9030.89.90	060	Calibradores multifuncionais automatizados para calibração de equipamentos elétrico com geração e medição de tensão até 300.00V, corrente até 110mA, resistência até 10.000kW, frequência até 500kHz, com emissão de documentação conforme requisitos ISO.
9032.89.82	022	Placa controladora de temperatura eletrônica, destinada a refrigeradores de uso doméstico, com controle realizado por microcontroladores com lógicas proprietárias capazes de realizar o controle de temperatura do compartimento refrigerado, de forma eficiente do ponto de vista energético, através de três sensores de

		temperatura, e o acionamento de um ventilador, um compressor de velocidade variável com motor tipo BLDC, lógicas de degelo adaptativo que consideram tempo de compressor ligado e aberturas de portas, assim como comunicar-se com uma interface de comando também eletrônica por protocolo de comunicação I2C.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 83, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 28/09/2020 (nº 186, Seção 1, pág. 483)

Retificação

No artigo 2º da Resolução Gecex nº 83, de 03 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 04 de setembro de 2020, Seção 1, Página 23,

onde se lê:

"Art. 2º - Ficam revogadas as seguintes Portarias do Secretário-Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, que tratam das reduções temporárias da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL:

I - 390, de 6 de maio de 2019;

II - 421, de 22 de maio de 2019;

III - 468, de 27 de junho de 2019;

IV - 504, de 19 de julho de 2019; e

V - 512, de 29 de julho de 2019."

Leia-se:

"Art. 2º - Ficam revogadas as seguintes Portarias do Secretário-Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, que tratam das reduções temporárias da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL:

I - 390, de 6 de maio de 2019;

II - 421, de 22 de maio de 2019;

III - 504, de 19 de julho de 2019; e

IV - 512, de 29 de julho de 2019."

RESOLUÇÃO GECEX Nº 86, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 28/09/2020 (nº 186, Seção 1, pág. 483)

Retificação

Os artigos 1º e 2º da Resolução nº 86, de 9 de setembro de 2020, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, publicada no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2020, Seção 1, Página 13, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Ficam alteradas para dois por cento, por um período de trezentos e sessenta e cinco dias, conforme quotas e início de vigência discriminados na tabela abaixo, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação das mercadorias classificadas nos seguintes códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM:

"

NCM	Descrição	Quota	Início da vigência
5501.30.00	Acrílicos ou modacrílicos	6.240 toneladas	No dia em que esta Resolução entrar em vigor
7506.20.00	De Ligas de Níquel		
	Ex 001 - Chapas de liga níquel-cromo-molibdênio com largura igual ou superior a 200 mm, mas não superior a 1.300 mm, espessura igual ou superior a 2 mm, mas não superior a 10 mm, próprias para a fabricação de tubos a serem usados como revestimento interno de outros tubos de ferro ou aço usados em oleodutos ou gasodutos.	2.500 toneladas	No dia em que esta Resolução entrar em vigor

Art. 2º - Ficam alteradas para zero por cento, por um período de trezentos e sessenta e cinco dias, conforme quotas e início de vigência discriminados na tabela abaixo, as alíquotas *ad valorem* do Imposto de Importação das mercadorias classificadas nos seguintes códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM:

NCM	Descrição	Quota	Início da vigência
3804.00.20	Lignossulfonatos	72.000 toneladas	No dia em que esta Resolução entrar em vigor
9018.90.92	Aparelhos para medida da pressão arterial		

	Ex 001 - Braçadeiras, dos tipos para serem aplicados em braços ou pulsos, próprias para serem utilizadas em aparelhos para medida da pressão arterial	2.500.000 unidades	A partir de 18/09/2020
3002.20.21	Contra a gripe		
	Ex 001 - Vacinas influenza trivalentes	20.000.000 de doses	A partir de 26/11/2020
3002.20.23	Contra a hepatite B	30.000.000 de doses	A partir de 16/10/2020
3002.20.27	Outras tríplices		
	Ex 001 - Vacina contra a Difteria, o Tétano e a Pertussis (acelular) - dTpa, apresentada em doses ou acondicionada para venda a retalho	10.000.000 de doses	A partir de 01/12/2020
3002.20.29	Outras		
	Ex 001 - Vacina contra o Papilomavirus Humano 6, 11, 16, 18, (recombinante), apresentada em doses ou acondicionada para venda a retalho	18.000.000 de doses	A partir de 01/12/2020
	Ex 002 - Vacina contra a Hepatite A, apresentada em doses ou acondicionada para venda a retalho	10.000.000 de doses	A partir de 24/10/2020
	Ex 004 - Contra raiva (inativada)	4.000.000 de doses	A partir de 16/10/2020
	Ex 005 - Vacina adsorvida contra a difteria, tétano, pertussis, hepatite B e Haemophilus influenzae B	20.000.000 de doses	A partir de 01/04/2021

INSTRUÇÃO NORMATIVA COAF N° 005, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 01.10.2020)

Divulga os procedimentos a serem observados para o cadastramento e a atualização do cadastro, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, daqueles que se sujeitam à sua supervisão, na forma dos arts. 10, IV, e 14, § 1°, da Lei n° 9.613, de 3 de março de 1998.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF, O PRESIDENTE DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 9° do Estatuto aprovado pelo Decreto n° 9.663, de 1° de janeiro de 2019, mantido em vigor, na forma do art. 9° da Lei n° 13.901, de 11 de novembro de 2019, no que compatível com a Lei n° 13.974, de 7 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

SEÇÃO I
DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA

Art. 1° A presente Instrução Normativa tem por objetivo estabelecer os procedimentos a serem observados para o cadastramento e a atualização do cadastro, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, dos que se sujeitam à sua supervisão, na forma dos arts. 10, IV, e 14, § 1°, da Lei n° 9.613, de 3 de março de 1998, entre as pessoas referidas no art. 9° da mesma Lei para as quais não exista fiscalizador ou regulador próprio.

SEÇÃO II
DO CADASTRAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO

Art. 2° Os supervisionados referidos no art. 1° devem cadastrar-se no COAF por meio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras - Siscoaf, disponibilizado pela página do órgão na rede mundial de computadores, pelo endereço www.siscoaf.fazenda.gov.br ou suas eventuais atualizações, mediante utilização de certificado digital válido, emitido em conformidade com a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, de que trata a Medida Provisória n° 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, combinada com o art. 2° da Emenda Constitucional n° 32, de 11 de setembro de 2001.

§ 1° O cadastramento a que se refere o caput consiste no fornecimento de dados relacionados ao supervisionado a ser cadastrado, conforme o especificado no Anexo a esta Instrução Normativa, inclusive quanto a pelo menos um de seus administradores, salvo na hipótese de que o supervisionado a ser cadastrado se caracterize como pessoa física, sem prejuízo da ampla responsabilização prevista no art. 12 da Lei n° 9.613, de 1998.

§ 2° Além da indicação de administrador(es) referida no § 1°, também pode(m) ser designada(s), no cadastramento de que trata o caput, pessoa(s) autorizada(s) a operar o Siscoaf em nome e por conta da cadastrada e de seu(s) administrador(es), sem prejuízo da ampla responsabilização prevista no art. 12 da Lei n° 9.613, de 1998.

Art. 3° Os supervisionados referidos no art. 1° devem manter atualizado o cadastro de que trata esta Seção II, registrando quaisquer alterações em seus dados por meio do Siscoaf.

SEÇÃO III
DOS PRAZOS PARA CADASTRAMENTO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO

Art. 4° Os supervisionados referidos no art. 1° dispõem dos prazos de até:

I - 90 (noventa) dias para providenciar tempestivamente o cadastramento de que trata a Seção II, a contar da data:

a) da obtenção, quando for o caso, do correspondente número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) do início de atividade em razão da qual o cumprimento dos deveres que lhes sejam atribuídos pelos arts. 10 e 11 da Lei n° 9.613, de 1998, submeta-se à supervisão do COAF na forma do § 1° do art. 14 da mesma Lei; ou

c) do início da vigência ou da produção de efeitos de ato normativo ou administrativo em razão do qual o cumprimento dos deveres referidos na alínea "b" por aquele a ser cadastrado passe a estar sujeito à supervisão do COAF na forma do § 1° do art. 14 da Lei n° 9.613, de 1998; e

II - 30 (trinta) dias para providenciar tempestivamente a atualização do cadastro de que trata o art. 3°, a contar da data da ocorrência de cada alteração em seus dados a ser registrada para efeito de atualização.

§ 1° Os supervisionados que já se encontrem cadastrados no COAF na data da entrada em vigor desta Instrução Normativa dispõem, a contar dessa data, do mesmo prazo estabelecido no inciso I, para, tempestivamente, promover complementação e eventuais ajustes pertinentes nos dados do seu cadastro, para efeito de adaptação ao que esta Instrução Normativa tenha inovado em relação à disciplina normativa anteriormente delineada na Carta-Circular n° 1, de 1° de dezembro de 2014, do COAF.

§ 2° Sem prejuízo da necessária observância dos prazos definidos neste artigo para assegurar a inaplicabilidade de qualquer sanção correlata, os deveres nele disciplinados, assim como na Seção II, seguem devendo ser cumpridos, mesmo após os referidos prazos, inclusive para efeito de cessar a permanência da infração por seu descumprimento, conforme o disposto no art. 1° da Lei n° 9.873, de 23 de novembro de 1999.

SEÇÃO IV
DA BAIXA DO CADASTRO

Art. 5° Os supervisionados referidos no art. 1° devem solicitar a baixa do cadastro de que trata a Seção II quando:

I - encerrarem as suas atividades; ou

II - deixarem de se caracterizar como sujeitos à supervisão, pelo COAF, do cumprimento dos deveres que lhes sejam atribuídos pelos arts. 10 e 11 da Lei n° 9.613, de 1998, na forma do § 1° do art. 14 da mesma Lei.

§ 1° A solicitação de baixa cadastral de que trata o caput deve ser encaminhada ao COAF no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data:

I - do cancelamento, quando for o caso, da inscrição da pessoa cadastrada no CNPJ; ou

II - da cessação da(s) atividade(s) que justificavam a manutenção do cadastro a ser baixado.

§ 2° No tocante à forma da solicitação de baixa cadastral de que trata o caput, deve-se observar, no que couber, o disposto na Seção II em relação ao cadastramento.

SEÇÃO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6° Os supervisionados referidos no art. 1° e seus administradores sujeitam-se às sanções previstas no art. 12 da Lei n° 9.613, de 1998, em caso de descumprimento dos deveres estabelecidos no art. 10, inciso IV, da mesma Lei, combinado com o disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 7° O COAF, a bem do adequado gerenciamento dos cadastros mantidos no órgão, pode sujeitar a efetivação, a confirmação ou o deferimento de cadastramento, atualização de cadastro ou solicitação de baixa cadastral, de que tratam as Seções II e IV, a quaisquer condições resolutivas ou suspensivas que entenda pertinentes, a seu critério de conveniência e oportunidade, inclusive o acolhimento de fundamentação que requisite do interessado a respeito, a efetivação de providência que lhe indique como necessária ou a apresentação de documentação comprobatória correspondente.

Art. 8° As disposições desta Instrução Normativa sobre deveres atribuídos às pessoas referidas no art. 1° não afastam nem restringem as possibilidades de o COAF gerenciar, alimentar, conferir, atualizar ou

sanear quaisquer cadastros ou conjuntos de cadastros mantidos no órgão, mesmo unilateralmente e sem necessidade de aviso prévio, quando cabível no exercício de quaisquer competências, inclusive de ofício, bem como de direitos ou faculdades que lhe assistam na forma do ordenamento jurídico.

Art. 9° Fica revogada, com a entrada em vigor desta Instrução Normativa, a Carta-Circular n° 1, de 1° de dezembro de 2014, do COAF.

Art. 10. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 4 de janeiro de 2021.

RICARDO LIÁO

ANEXO

Dados das pessoas submetidas à supervisão do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF necessários para o cadastramento de que trata esta Instrução Normativa:

I - no caso de pessoa física:

a) de identificação:

1. número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

2. nome completo;

b) de contato:

1. endereço comercial completo, inclusive Código de Endereçamento Postal - CEP;

2. número de telefone;

3. endereço de correspondência eletrônica;

c) sobre os negócios:

1. atual atividade econômica que determina o cadastramento;

2. data de início da atividade indicada no item 1;

3. número aproximado de clientes atendidos no ano-calendário anterior;

4. receita bruta do ano-calendário anterior, resultante do exercício da atividade econômica indicada;

II - no caso de pessoa jurídica:

a) de identificação:

1. número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

2. razão social;

3. nome de fantasia;

4. endereço comercial completo da sede, inclusive CEP;

b) de contato do(s) administrador(es):

1. número de inscrição no CPF;

2. nome completo;

3. endereço completo, inclusive CEP;

4. número de telefone;

5. endereço de correspondência eletrônica;

c) de contato da(s) pessoa(s) designada(s) para operacionalizar o Sistema de Controle de Atividades Financeiras - Siscoaf:

1. tipo de vínculo;

2. número de inscrição no CPF;

3. nome completo;

4. endereço completo, inclusive CEP;

5. número de telefone; e

6. endereço de correspondência eletrônica;

d) sobre os negócios:

1. atual atividade econômica que determina o cadastramento;

2. data de início da atividade indicada no item 1;

3. número de filiais em 31 de dezembro do ano anterior;

4. distribuição geográfica das filiais em 31 de dezembro do ano anterior;

5. número de empregados, colaboradores e assemelhados em 31 de dezembro do ano anterior;

6. número aproximado de clientes atendidos no ano-calendário anterior;

7. receita bruta do ano-calendário anterior resultante do exercício da atividade econômica indicada.

Referência: Processo n° 08224.000371/2019-97

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CORAT N° 027, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020
(Disponibilizado na página da Receita Federal, em "Agenda Tributária")
Divulga a Agenda Tributária do mês de outubro de 2020.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, no exercício da atribuição prevista no inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nas Instruções Normativas RFB n°s 1.930, de 1° de abril de 2020, 1.971, de 12 de agosto de 2020, Portarias ME n°s 139, de 3 de abril de 2020, 201, de 11 de maio de 2020, 245, de 15 de junho de 2020, Resoluções CGSN n° 154, de 3 de abril de 2020, e 155, de 15 de maio de 2020,

DECLARA:

Art. 1° O pagamento de tributo e a apresentação de declarações, demonstrativos ou documentos exigidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) devem ser efetuados, no mês de outubro de 2020, nas datas previstas na Agenda Tributária constante do Anexo Único deste Ato Declaratório Executivo, sem prejuízo do disposto na legislação específica de cada tributo.

§ 1° Em caso de feriado estadual ou municipal, a data prevista na Agenda Tributária para o cumprimento da obrigação deverá ser antecipada ou prorrogada de acordo com a legislação específica de cada tributo.

§ 2° O pagamento a que se refere o caput deverá ser efetuado por meio de:

I - Guia da Previdência Social (GPS), se tiver por objeto contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, contribuições instituídas a título de substituição ou contribuições devidas a outras entidades ou fundos; ou

II - Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), se tiver por objeto outros tributos administrados pela RFB.

§ 3° A Agenda Tributária será disponibilizada na página da RFB na Internet, no endereço eletrônico http://receita.economia.gov.br.

Art. 2° As Entidades financeiras e equiparadas a que se refere a Agenda Tributária, obrigadas ao pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), são as pessoas jurídicas enumeradas pelo § 1° do art. 22 da Lei n° 8.212, de 1991.

Art. 3° Em caso de extinção, incorporação, fusão ou cisão de pessoa jurídica em situação ativa no ano do evento, as pessoas jurídicas extintas, incorporadoras, incorporadas, fusionadas ou cindidas deverão apresentar a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Mensal (DCTF Mensal) até o 15° (décimo quinto) dia útil do 2° (segundo) mês subsequente ao do evento.

Parágrafo único. A obrigatoriedade de apresentação da DCTF Mensal, na forma prevista no caput, não se aplica à pessoa jurídica incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

Art. 4° Verificada a hipótese prevista no art. 3°, as pessoas jurídicas extintas, incorporadoras, incorporadas, fusionadas ou cindidas deverão apresentar o Demonstrativo de Crédito Presumido do IPI (DCP) até o último dia útil:

I - do mês de março, para eventos ocorridos no mês de janeiro; ou

II - do mês subsequente ao do evento, se este ocorrer no período de 1° de fevereiro a 31 de dezembro.

Art. 5° Em caso de extinção da pessoa jurídica em decorrência de liquidação, incorporação, fusão ou cisão total, deverá ser apresentada Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) em nome da pessoa jurídica extinta, relativa ao ano-calendário em que o evento ocorrer, até o último dia útil:

I - do mês de março, se o evento ocorrer no mês de janeiro; ou

II - do mês subsequente ao do evento, se este ocorrer no período de 1° de fevereiro a 31 de dezembro.

Art. 6° DIRF de fonte pagadora pessoa física deverá ser apresentada:

I - em caso de saída definitiva do País, até a data de saída em caráter permanente, ou em até 30 (trinta) dias contados da data em que a pessoa física declarante completar 12 (doze) meses consecutivos de ausência, em caso de saída do País em caráter temporário; e

II - no caso de encerramento de espólio, até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento, exceto se este ocorrer no mês de janeiro de 2020, hipótese em que a DIRF 2020 poderá ser apresentada até o último dia útil do mês de março de 2020.

Art. 7° A Declaração Final de Espólio deve ser apresentada:

I - até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da decisão judicial sobre a partilha dos bens inventariados, desde que esta tenha transitado em julgado até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente ou, se o trânsito em julgado se der a partir de 1° de março, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao do trânsito em julgado; ou

II - até o último dia do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da lavratura da escritura pública de inventário e partilha.

Art. 8° A Declaração de Saída Definitiva do País, relativa ao período em que o declarante tenha permanecido na condição de residente no Brasil, deverá ser apresentada:

I - no ano-calendário da saída, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da saída definitiva; ou

II - no ano-calendário em que a condição de não-residente se confirmar, até o último dia útil do mês de abril do ano-calendário subsequente ao da confirmação.

§ 1° Deverão ser apresentadas no prazo previsto no inciso I do caput as declarações referentes a anos-calendário anteriores que ainda não tenham sido entregues, se obrigatórias.

§ 2° A pessoa física residente no Brasil que se retirar do território nacional deverá apresentar, além da declaração a que se refere o caput, a Comunicação de Saída Definitiva do País:

I - a partir da data da saída até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente, se esta ocorreu em caráter permanente; ou

II - a partir da data em que a condição de não-residente se confirmar até o último dia do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente, se a saída ocorreu em caráter temporário.

Art. 9° Em caso de extinção, fusão, incorporação ou cisão total de pessoa jurídica sujeita à obrigação de apresentar a Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias (DIMOB), nos termos do art. 1° da Instrução Normativa RFB n° 1.115, de 28 de dezembro de 2010, a declaração de Situação Especial deve ser apresentada até o último dia útil do mês subsequente à ocorrência do evento.

Art. 10. Em caso de recolhimento de contribuições previdenciárias para o qual tenha sido informado o código de recolhimento 1708, 2801, 2810, 2909 ou 2917, referente a contribuições incidentes sobre valores pagos em reclamatória trabalhista, deve-se considerar como mês de apuração o mês da prestação do serviço pelo reclamante, e como vencimento, o determinado pela legislação vigente na data de ocorrência do fato gerador, incluídos os acréscimos legais referentes ao período compreendido entre a data de vencimento e a data de recolhimento.

§ 1° Verificada a hipótese prevista no caput, caso não tenha sido reconhecido vínculo empregatício entre o reclamante e o reclamado nem conste da sentença ou do acordo homologado a indicação do período em que os serviços foram prestados, será considerado como competência o mês em que a sentença foi proferida ou que o acordo foi homologado, ou o mês de pagamento dos créditos reclamados, se este anteceder àquele.

§ 2° Em caso de pagamento parcelado dos créditos trabalhistas, as contribuições incidentes sobre cada parcela devem ser recolhidas até o dia 20 do mês seguinte ao do recebimento do crédito, ou no dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário no dia 20.

§ 3° Se a sentença condenatória ou o acordo homologado não prever prazo para pagamento dos créditos trabalhistas nem se referir ao período em que os serviços foram prestados pelo reclamante, o recolhimento das contribuições devidas deve ser efetuado até o dia 20 do mês seguinte ao da liquidação da sentença ou da homologação do acordo, ou no dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário no dia 20.

Art. 11. Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação da pessoa jurídica, a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) de que trata o art. 72 da Resolução CGSN n° 140, de 22 de maio de 2018, deverá ser apresentada até o último dia do mês subsequente ao do evento, exceto se este ocorrer no 1° (primeiro) quadrimestre do ano-calendário, hipótese em que a apresentação deve ser efetuada até o último dia do mês de junho.

Parágrafo único. Em caso de exclusão da Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, a Declaração a que se refere o caput, referente ao ano-calendário em que a exclusão se verificou, deve ser apresentada até o último dia do mês de março do ano-calendário subsequente.

Art. 12. Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação de pessoa jurídica sujeita à obrigação de apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) de que trata a Instrução Normativa RFB n° 1.774, de 22 de dezembro de 2017, a apresentação deve ser efetuada pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

§ 1° A obrigatoriedade de entrega da ECD, na forma prevista no caput, não se aplica à incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

§ 2° Se o evento a que se refere o caput se verificar durante os meses de janeiro a abril do ano em que a entrega da ECD para situações normais for efetuada, o prazo previsto no caput será até o último dia útil do mês de maio do referido ano.

Art. 13. Em caso de extinção ou encerramento de CNPJ de empresário individual, a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) relativa à situação especial deverá ser entregue até:

I - o último dia do mês de junho, quando o evento ocorrer no 1° (primeiro) quadrimestre do ano-calendário; ou

II - o último dia do mês subsequente ao do evento, nos demais casos.

Art. 14. A EFD-Contribuições deve ser transmitida mensalmente ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o 10° (décimo) dia útil do 2° (segundo) mês subsequente ao mês a que a escrituração se refere, inclusive nos casos de extinção, incorporação, fusão e cisão total ou parcial.

Art. 15. A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) será transmitida anualmente ao Sped até o último dia útil do mês de julho do ano seguinte ao ano-calendário a que ela se refere.

§ 1° Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação de pessoa jurídica, a apresentação da ECF deve ser efetuada pelas pessoas jurídicas extintas, cindidas, fusionadas, incorporadas e incorporadoras até o último dia útil do 3° (terceiro) mês subsequente ao do evento.

§ 2° A obrigatoriedade de entrega da ECF, na forma prevista no § 1°, não se aplica à incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estejam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

§ 3° Em caso de extinção, cisão total ou parcial, fusão ou incorporação ocorrida durante os meses de janeiro a abril do ano-calendário, o prazo a que se refere o § 1° será até o último dia útil do mês de julho do referido ano.

Art. 16. A DCTFWeb Diária, utilizada para prestação de informações relativas a receita de espetáculos desportivos realizados por associação desportiva que mantém clube de futebol profissional, deve ser transmitida pela entidade promotora até o 2° (segundo) dia útil após a realização do evento desportivo.

Art. 17. Em função dos impactos da pandemia da COVID-19, as datas de vencimento dos tributos apurados no âmbito do Simples Nacional, de que tratam os incisos I a VI do caput do art. 13 e as alíneas "a", "b" e "c" do inciso V do § 3° do art. 18-A, ambos da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, ficam prorrogadas da seguinte forma:

I - o Período de Apuração março de 2020, com vencimento original em 20 de abril de 2020, vencerá em 20 de outubro de 2020;

II - o Período de Apuração abril de 2020, com vencimento original em 20 de maio de 2020, vencerá em 20 de novembro de 2020; e

III - o Período de Apuração maio de 2020, com vencimento original em 22 de junho de 2020, vencerá em 21 de dezembro de 2020;

Art. 18. O pagamento das contribuições previdenciárias de que tratam os arts. 22, 22-A e 25 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, o art. 25 da Lei n° 8.870, de 15 de abril de 1994, e os arts. 7° e 8° da Lei n° 12.546, de 14 de dezembro de 2011, devidas pelas empresas a que se referem o inciso I do caput e o parágrafo único do art. 15 da Lei n° 8.212, de 1991, e a contribuição de que trata o art. 24 da Lei n° 8.212, de 1991, devida pelo empregador doméstico, relativas às competências março, abril, e maio de 2020, fica prorrogado para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020, nos termos do art. 1° da Portaria ME n° 139, de 3 de abril de 2020, com a redação dada pela Portaria ME n° 150, de 7 de abril de 2020, e do art. 1° da Portaria ME n° 245, de 15 de junho de 2020.

Art. 19. O pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de que tratam o art. 18 da Medida Provisória n° 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, o art. 10 da Lei n° 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o art. 11 da Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003, relativas às competências março, abril e maio de 2020, fica prorrogado para os meses de agosto, outubro e novembro de 2020, nos termos do art. 2° da Portaria ME n° 139, de 3 de abril de 2020, com a redação dada pela Portaria ME n° 150, de 7 de abril de 2020, e do art. 2° da Portaria ME n° 245, de 15 de junho de 2020.

Art. 20. Os vencimentos das parcelas dos programas de parcelamento administrados pela RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em decorrência da pandemia da doença causada pelo coronavírus 2019 (COVID-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ficam prorrogados até o último dia útil do mês:

I - de agosto de 2020, para as parcelas com vencimento em maio de 2020;

II - de outubro de 2020, para as parcelas com vencimento em junho de 2020; e

III - de dezembro de 2020, para as parcelas com vencimento em julho de 2020.

Art. 21. As datas de vencimento das parcelas mensais relativas aos parcelamentos administrados pela RFB e pela PGFN, dos tributos apurados no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) e do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (Simei), ficam prorrogadas até o último dia útil do mês:

I - de agosto de 2020, para as parcelas com vencimento em maio de 2020;

II - de outubro de 2020, para as parcelas com vencimento em junho de 2020; e

III - de dezembro de 2020, para as parcelas com vencimento em julho de 2020.

Art. 22. Fica prorrogado, em caráter excepcional, o prazo para transmissão da e-Financeira previsto no inciso II do art. 10 da Instrução Normativa RFB n° 1.571, de 02 de julho de 2015, referente ao primeiro semestre do ano de 2020, para até o último dia útil do mês de outubro de 2020.

Art. 23. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação na Internet.

Assinatura digital
MARCOS HUBNER FLORES

ANEXO ÚNICO

ATO COTEPE/PMPF N° 029, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 30.09.2020)

Altera o Ato COTEPE/PMPF 28/20, que divulga o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O DIRETOR DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5° do Regimento do CONFAZ,

CONSIDERANDO o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais recebida por meio de mensagem eletrônica do dia 29.09.2020, registrada no processo SEI n° 12004.100772/2020-41, fica alterado o Ato COTEPE/PMPF 28/20, de 24 de setembro de 2020, no item 11, referente à unidade federada supracitada:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL												
IT	U	GAC	GAP	DIES	ÓLE	GLP	GLP	QA	AEH	GNV	G	ÓLEO

EM	F			EL S10	O DIES EL	(P13)		V	C		NI	COMBUSTÍ VEL	
		(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R $/ m ³)	(R$/ litro)	(R$ / Kg)
11	M G	*4,63 93	*6,51 50	*3,73 72	*3,66 15	*5,54 85	*6,74 21	4,58 34	*2,98 75	**2,9 378	-	-	-

Notas Explicativas:

a) * valores alterados de PMPF; e

b) ** valores alterados de PMPF que apresentam redução

RENATA LARISSA SILVESTRE
Substituta

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL N° 129, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 30.09.2020)

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução n° 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória n° 973, de 27 de maio de 2020 , que "Altera a Lei n° 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 24 de setembro de 2020.

Congresso Nacional, em 29 de setembro de 2020

SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

PORTARIA PGFN N° 21.561, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 01.10.2020)

Estabelece as condições para transação excepcional de débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritos em dívida ativa da União.

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 14 da Lei n° 13.988, de 14 de abril de 2020, o art. 10, I, do Decreto-Lei n° 147, de 3 de fevereiro de 1967, e o art. 82, incisos XIII e XVIII, do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda n° 36, de 24 de janeiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1° Esta Portaria disciplina os procedimentos, os requisitos e as condições necessárias à realização da transação excepcional de débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritos em dívida ativa da União.

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS DA TRANSAÇÃO EXCEPCIONAL NA COBRANÇA DE DÉBITOS ORIGINÁRIOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL E DE DÍVIDAS CONTRAÍDAS NO ÂMBITO DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA E DO ACORDO DE EMPRÉSTIMO 4.147-BR, INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Art. 2° São objetivos da transação excepcional de débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR:

I - viabilizar a superação da situação transitória de crise econômico-financeira dos produtores rurais e agricultores familiares, potencialmente provocada pelos efeitos do coronavírus (COVID-19) em sua capacidade de geração de resultados e na perspectiva de recebimento dos débitos inscritos em dívida ativa da União;

II - permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego e da renda dos trabalhadores e produtores rurais;

III - assegurar que a cobrança dos créditos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR seja realizada de forma a ajustar a expectativa de recebimento à capacidade de geração de resultados dos produtores rurais e agricultores familiares.

CAPÍTULO II
DA MENSURAÇÃO DO GRAU DE RECUPERABILIDADE DAS DÍVIDAS ORIGINÁRIAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL E DE DÍVIDAS CONTRAÍDAS NO ÂMBITO DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA E DO ACORDO DE EMPRÉSTIMO 4.147-BR, INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Art. 3° Para os fins do disposto nesta Portaria, o grau de recuperabilidade dos débitos originários de operações de crédito rural e das dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritos em dívida ativa da União, será mensurado a partir da verificação da situação econômica e da capacidade de pagamento dos produtores rurais e agricultores familiares inscritos.

§ 1° A situação econômica dos produtores rurais e agricultores familiares inscritos em dívida ativa da União decorre da verificação das informações cadastrais, patrimoniais ou econômico-fiscais prestadas pelos devedores ou por terceiros à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou aos demais órgãos da Administração Pública.

§ 2° A capacidade de pagamento decorre da situação econômica e será calculada de forma a estimar se o produtor rural ou agricultor familiar possui condições de efetuar o pagamento integral dos débitos inscritos em dívida ativa da União, no prazo de 5 (cinco) anos, sem descontos, considerando o impacto da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) na capacidade de geração de resultados da pessoa jurídica ou no comprometimento da renda das pessoas físicas.

§ 3° Considera-se impacto na capacidade de geração de resultados da pessoa jurídica a redução, em qualquer percentual, da soma da receita bruta mensal de 2020, com início no mês de março e fim no mês imediatamente anterior ao mês de adesão, em relação à soma da receita bruta mensal do mesmo período de 2019, apurada na forma do art. 12 do Decreto-Lei n° 1.598, de 26 de dezembro de 1977.

§ 4° Considera-se impacto no comprometimento da renda das pessoas físicas a redução, em qualquer percentual, da soma do rendimento bruto mensal de 2020, com início no mês de março e fim no mês imediatamente anterior ao mês de adesão, em relação à soma do rendimento bruto mensal do mesmo período de 2019.

§ 5° Considera-se rendimento bruto da pessoa física qualquer rendimento, tributável ou não, recebido de pessoa jurídica, de pessoa física, de representações diplomáticas ou de organismos internacionais localizados no Brasil, com ou sem vínculo empregatício, sujeito à Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (DIRPF), a exemplo do resultado da atividade rural (apurado na forma da Lei n° 8.023, de 12 de abril de 1990), de salários e ordenados (inclusive férias), proventos de aposentadoria, de reserva ou de reforma, pensões, gratificações, participações no lucro, verbas de representação, benefícios recebidos de entidades de previdência complementar, pro labore ou qualquer outra remuneração recebida por titulares/sócios de pessoa jurídica, rendimento de alugueis, rendimentos de profissões (inclusive de representante comercial autônomo), honorários de autônomos, emolumentos e custas de serventuários da Justiça, rendimentos isentos ou sujeitos à tributação exclusiva definitiva.

Art. 4° Para mensuração da capacidade de pagamento dos produtores rurais e agricultores familiares, poderão ser consideradas, sem prejuízo das informações prestadas no momento da adesão e durante a vigência do acordo, as seguintes fontes de informação:

I - para os devedores pessoa jurídica, quando for o caso:

a) receita bruta e demais informações declaradas na Escrituração Contábil Fiscal (ECF);

b) receita bruta e demais informações declaradas na Escrituração Fiscal Digital da contribuição para o PIS/PASEP, COFINS e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (EFD-Contribuições);

c) informações declaradas na Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf);

d) valores registrados em Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) de entrada e de saída;

e) informações declaradas ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial);

f) informações declaradas no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS) e na Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS);

g) massa salarial declarada nas Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP);

h) débitos declarados nas Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF);

i) valores de rendimentos pagos ao devedor e declarados por terceiros em Declarações de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF);

j) receita corrente líquida informada à Secretaria do Tesouro Nacional por Estados, Municípios e pelo Distrito Federal.

II - para os devedores pessoa física:

a) valores dos rendimentos declarados na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (DIRPF);

b) valores de bens e direitos declarados na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (DIRPF);

c) valores de rendimentos pagos ao devedor e declarados por terceiros em Declarações de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF).

§ 1° Tratando-se de Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (DIRPF) apresentada em conjunto, serão consideradas, para aferição da capacidade de pagamento do devedor pessoal física, as informações do titular e dos dependentes incluídos na declaração.

§ 2° Havendo mais de uma pessoa física ou jurídica responsável pelo mesmo débito ou conjunto de débitos inscritos, a capacidade de pagamento do grupo poderá ser calculada mediante soma da capacidade de pagamento individual do devedor principal e de seus corresponsáveis.

Art. 5° Observada a capacidade de pagamento dos produtores rurais e agricultores familiares inscritos e para os fins da transação excepcional prevista nesta Portaria, os débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritos em dívida ativa da União, serão classificados em ordem decrescente de recuperabilidade, sendo:

I - créditos tipo A: créditos com alta perspectiva de recuperação;

II - créditos tipo B: créditos com média perspectiva de recuperação;

III - créditos tipo C: créditos considerados de difícil recuperação;

IV - créditos tipo D: créditos considerados irrecuperáveis.

§ 1° Independentemente da capacidade de pagamento dos produtores rurais e agricultores familiares inscritos, são considerados irrecuperáveis os débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR:

I - inscritos há mais de 15 (quinze) anos e sem anotação atual de garantia ou suspensão de exigibilidade;

II - de titularidade de devedores falidos e em recuperação judicial.

§ 2° As situações descritas no inciso II do caput deste artigo devem constar, respectivamente, nas bases do CNPJ perante a Secretaria-Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia até a data da proposta de transação, cabendo ao devedor as medidas necessárias à efetivação dos registros.

Art. 6° Para os fins da transação excepcional prevista nesta portaria, o impacto da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) na capacidade de geração de resultados da pessoa jurídica ou no comprometimento da renda das pessoas físicas será representado como fator redutor na capacidade de pagamento de que trata o § 2° do art. 3°, em percentual equivalente à redução de que tratam os §§ 3° e 4° do mesmo dispositivo.

Art. 7° Quando a capacidade de pagamento do contribuinte não for suficiente para liquidação integral de todo o passivo fiscal inscrito em dívida ativa da União, os prazos e os descontos ofertados serão graduados de acordo com a possibilidade de adimplemento dos débitos, observados os limites previstos na legislação de regência da transação.

Art. 8° O contribuinte poderá apresentar pedido de revisão da capacidade de pagamento calculada pela PGFN, nos termos disciplinados no Capítulo VII, da Portaria PGFN n° 9.917, de 14 de abril de 2020.

§ 1° O pedido de revisão da capacidade de pagamento deverá ser acompanhado das seguintes informações e documentos:

I - valor da capacidade de pagamento estimada pelo próprio contribuinte, acompanhada da metodologia de cálculo e dos documentos comprobatórios, inclusive e se for o caso, laudo técnico firmado por

profissional habilitado, bem como da demonstração do fluxo de caixa (método direto) dos 2 (dois) últimos exercícios;

II - relação detalhada do bens e direitos de propriedade do contribuinte, no país ou no exterior, com a respectiva localização e destinação, sendo:

a) no caso de bens imóveis, com cópia da certidão de inteiro teor da matrícula atualizada ou outro instrumento que determine a propriedade, cópia do último carnê do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), em se tratando de imóvel urbano, ou cópia da última declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), em se tratando de imóvel rural;

b) no caso de veículos, com cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) atualizado, bem como cópia do último carnê do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);

c) no caso dos demais bens ou direitos, com cópia do documento comprobatório de propriedade e do respectivo valor de avaliação.

III - relação nominal completa dos credores, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação da natureza, da classificação e do valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos;

IV - extratos atualizados das contas bancárias e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, com os respectivos saldos na data da impugnação;

V - descrição das operações realizadas com as instituições descritas no inciso anterior, inclusive operações de crédito com ou sem garantias pessoais, reais ou fidejussórias, contratos de alienação ou cessão fiduciária em garantia, inclusive cessão fiduciária de direitos creditórios ou de recebíveis.

§ 2° No caso do inciso II, o contribuinte pessoa jurídica deverá informar se o bem é utilizado na atividade operacional da empresa.

CAPÍTULO III
DAS MODALIDADES DE TRANSAÇÃO NA COBRANÇA DE DÉBITOS ORIGINÁRIOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL E DE DÍVIDAS CONTRAÍDAS NO ÂMBITO DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA E DO ACORDO DE EMPRÉSTIMO 4.147-BR, INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Art. 9° São passíveis de transação excepcional os débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritos em dívida ativa da União, administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, mesmo em fase de execução ajuizada ou objeto de parcelamento anterior rescindido, com exigibilidade suspensa ou não.

Parágrafo único. A transação de que trata esta Portaria envolverá:

I - possibilidade de parcelamento, com ou sem alongamento em relação ao prazo ordinário de 60 (sessenta) meses previsto na Lei n° 10.522, de 19 de julho de 2002, observados os prazos máximos previstos na lei de regência da transação;

II - oferecimento de descontos aos créditos considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observados os limites máximos previstos na lei de regência da transação.

Art. 10. São modalidades de transação excepcional na cobrança da dívida ativa da União:

I - para os empresários individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, cujos débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR são considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação:

a) pagamento, a título de entrada, de 4% do valor consolidado dos créditos transacionados e o restante pago com redução de até 100% (cem por cento) do valor dos juros, das multas e dos encargos-legais, observado o limite de até 70% (setenta por cento) sobre o valor total de cada crédito objeto da negociação, em 11 (onze) parcelas anuais e sucessivas, sendo cada parcela determinada pelo maior valor entre 1% (um por cento) da soma da receita bruta dos 12 (doze) meses anteriores, apuradas na forma do art. 12 do Decreto-Lei n° 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e o valor correspondente à divisão do valor consolidado pela quantidade de prestações anuais;

b) pagamento, a título de entrada, de 2% do valor consolidado dos créditos transacionados, em 2 (duas) parcelas semestrais, e o restante pago com redução de até 100% (cem por cento) do valor dos juros, das multas e dos encargos-legais, observado o limite de até 70% (setenta por cento) sobre o valor total de cada crédito objeto da negociação, em 22 (vinte e duas) parcelas semestrais e sucessivas, sendo cada parcela determinada pelo maior valor entre 1% (um por cento) da soma da receita bruta dos 6 (seis) meses anteriores, apuradas na forma do art. 12 do Decreto-Lei n° 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e o valor correspondente à divisão do valor consolidado pela quantidade de prestações semestrais;

c) pagamento, a título de entrada, de 0,334% (trezentos e trinta e quatro centésimos por cento), durante 12 (doze) meses, e o restante pago com redução de até 100% (cem por cento) do valor dos juros, das multas e dos encargos-legais, observado o limite de até 70% (setenta por cento) sobre o valor total de cada crédito objeto da negociação, em até 133 (cento e trinta e três) parcelas mensais e sucessivas, sendo cada parcela determinada pelo maior valor entre 1% (um por cento) da receita bruta do mês imediatamente anterior, apurada na forma do art. 12 do Decreto-Lei n° 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e o valor correspondente à divisão do valor consolidado pela quantidade de prestações mensais.

II - para as demais pessoas jurídicas cujos débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR são considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação:

a) pagamento, a título de entrada, de 4% do valor consolidado dos créditos transacionados e o restante pago com redução de até 100% (cem por cento) do valor dos juros, das multas e dos encargos-legais, observado o limite de até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total de cada crédito objeto da negociação, em 6 (seis) parcelas anuais e sucessivas, sendo cada parcela determinada pelo maior valor entre 1% (um por cento) da receita bruta dos 12 (doze) meses anteriores, apuradas na forma do art. 12 do Decreto-Lei n° 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e o valor correspondente à divisão do valor consolidado pela quantidade de prestações anuais;

b) pagamento, a título de entrada, de 2% do valor consolidado dos créditos transacionados, em 2 (duas) parcelas semestrais, e o restante pago com redução de até 100% (cem por cento) do valor dos juros, das multas e dos encargos-legais, observado o limite de até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total de cada crédito objeto da negociação, em 12 (doze) parcelas semestrais e sucessivas, sendo cada parcela determinada pelo maior valor entre 1% (um por cento) da receita bruta dos 6 (seis) meses anteriores, apuradas na forma do art. 12 do Decreto-Lei n° 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e o valor correspondente à divisão do valor consolidado pela quantidade de prestações semestrais;

c) pagamento, a título de entrada, de 0,334% (trezentos e trinta e quatro centésimos por cento), durante 12 (doze) meses, e o restante pago com redução de até 100% (cem por cento) do valor dos juros, das multas e dos encargos-legais, observado o limite de até 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total de cada crédito objeto da negociação, em até 72 (setenta e duas) parcelas mensais e sucessivas, sendo cada parcela determinada pelo maior valor entre 1% (um por cento) da receita bruta do mês

imediatamente anterior, apurada na forma do art. 12 do Decreto-Lei n° 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e o valor correspondente à divisão do valor consolidado pela quantidade de prestações mensais.

III - para as pessoas físicas cujos débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR são considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação:

a) pagamento, a título de entrada, de 4% do valor consolidado dos créditos transacionados e o restante pago com redução de até 100% (cem por cento) do valor dos juros, das multas e dos encargos-legais, observado o limite de até 70% (setenta por cento) sobre o valor total de cada crédito objeto da negociação, em 11 (onze) parcelas anuais e sucessivas, sendo cada parcela determinada pelo maior valor entre 5% (cinco por cento) da receita bruta dos 12 (doze) meses anteriores, apuradas na forma do art. 12 do Decreto-Lei n° 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e o valor correspondente à divisão do valor consolidado pela quantidade de prestações anuais;

b) pagamento, a título de entrada, de 2% do valor consolidado dos créditos transacionados, em 2 (duas) parcelas semestrais, e o restante pago com redução de até 100% (cem por cento) do valor dos juros, das multas e dos encargos-legais, observado o limite de até 70% (setenta por cento) sobre o valor total de cada crédito objeto da negociação, em 22 (vinte e duas) parcelas semestrais e sucessivas, sendo cada parcela determinada pelo maior valor entre 5% (cinco por cento) da receita bruta dos 6 (seis) meses anteriores, apurada na forma do art. 12 do Decreto-Lei n° 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e o valor correspondente à divisão do valor consolidado pela quantidade de prestações semestrais;

c) pagamento, a título de entrada, de 0,334% (trezentos e trinta e quatro centésimos por cento), durante 12 (doze) meses, e o restante pago com redução de até 100% (cem por cento) do valor dos juros, das multas e dos encargos-legais, observado o limite de até 70% (setenta por cento) sobre o valor total de cada crédito objeto da negociação, em até 133 (cento e trinta e três) parcelas mensais e sucessivas, sendo cada parcela determinada pelo maior valor entre 5% (cinco por cento) da receita bruta do mês imediatamente anterior, apurada na forma do art. 12 do Decreto-Lei n° 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e o valor correspondente à divisão do valor consolidado pela quantidade de prestações mensais.

§ 1° O valor das parcelas previstas nos no caput não será inferior a:

I - R$ 100,00 (cem reais), na hipótese de contribuinte pessoa natural, empresário individual, microempresas, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

II - R$ 500,00 (quinhentos reais), nos demais casos.

§ 2° Os valores correspondentes à entrada das modalidades de transação previstas nos incisos I a III do caput serão calculados sobre o valor total da dívida incluída na negociação, sem descontos.

§ 3° Os descontos ofertados nas modalidades de transação previstas nos incisos I a III do caput serão definidos a partir da capacidade de pagamento do optante e do prazo de negociação escolhido, observados os limites legais, e incidirão sobre o valor consolidado individual de cada inscrição em dívida ativa na data da adesão.

CAPÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO PARA ADESÃO E CONSOLIDAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO

Seção I
Do Procedimento para Adesão à Proposta de Transação Excepcional

Art. 11. A transação excepcional na cobrança de débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritos em dívida ativa da União, será realizada exclusivamente por adesão à proposta da

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, através do acesso ao portal REGULARIZE disponível na rede mundial de computadores (www.regularize.pgfn.gov.br), mediante prévia prestação de informações pelo interessado.

Art. 12. O contribuinte deverá prestar as informações necessárias e aderir à proposta de transação excepcional formulada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no período compreendido entre 1° de outubro e 29 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. No ato de adesão, o contribuinte terá conhecimento de todas as inscrições passíveis de transação e deverá indicar aquelas que deseja incluir no acordo.

Art. 13. Tratando-se de inscrições parceladas, a adesão fica condicionada à desistência do parcelamento em curso.

Art. 14. A adesão relativa a débitos objeto de discussão judicial fica sujeita à apresentação, pelo devedor, de cópia do requerimento de desistência das ações, impugnações ou recursos relativos aos créditos transacionados, com pedido de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Parágrafo único. A cópia do requerimento de que trata o caput, protocolado perante o juízo, deverá ser apresentada exclusivamente pelo portal REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de adesão, sob pena de cancelamento da negociação.

Art. 15. Finalizada a indicação das inscrições que o contribuinte deseja incluir no acordo, a primeira parcela mensal da entrada deverá ser paga até o último dia útil do mês em que realizada a adesão.

§ 1° Não havendo o pagamento da primeira parcela da entrada, nos termos do caput, a adesão será indeferida, facultado ao contribuinte fazer nova adesão enquanto não encerrado o prazo de que trata o art. 12 desta Portaria.

§ 2° O valor de cada parcela da entrada e das parcelas subsequentes será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da adesão até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Art. 16. O contribuinte deverá recolher mensalmente as demais parcelas da entrada, calculadas nos termos do art. 15, até a realização do pagamento correspondente à sua última parcela, passando a realizar o pagamento das parcelas subsequentes, corrigidas na forma do § 2°, do art. 15, nos demais termos e condições pactuados.

Parágrafo único. O pagamento das parcelas deverá ser efetuado exclusivamente mediante DARF emitido pelo sistema de parcelamento da PGFN, através de acesso ao portal REGULARIZE, sendo considerado sem efeito, para qualquer fim, eventual pagamento realizado de forma diversa da prevista nesta Portaria.

Seção II
Do Procedimento para Prestação das Informações Necessárias à Consolidação da Negociação Proposta pela PGFN

Art. 17. No período compreendido entre 1° de outubro e 29 de dezembro de 2020, o optante deverá prestar as informações necessárias à consolidação da proposta de transação por adesão formulada pela PGFN, exclusivamente pelo portal REGULARIZE.

§ 1° A formalização da transação excepcional na cobrança de débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritos em dívida ativa da União, fica condicionada ao pagamento de todas as parcelas da entrada e, cumulativamente, à prestação das seguintes informações:

I - no caso de devedor pessoa jurídica:

a) endereço completo;

b) nome, CPF e endereço completo dos atuais sócios, diretores, gerentes e administradores;

c) receita bruta mensal (janeiro a dezembro) relativa aos exercícios de 2019 e 2020, sendo, neste último caso, até o mês imediatamente anterior ao mês de prestação das informações necessárias à formulação pela PGFN da proposta de transação por adesão;

d) quantidade de empregados (com vínculo formal) na data de prestação das informações necessárias à formulação pela PGFN da proposta de transação por adesão e nos meses imediatamente anteriores, a partir de janeiro de 2020;

e) quantidade de admissões e desligamentos mensais no exercício de 2020;

f) quantidade de contratos de trabalhos suspensos no exercício de 2020, com fundamento no art. 8° da Medida Provisória n° 936, de 1° de abril de 2020;

g) valor total dos bens, direitos e obrigações da pessoa jurídica existentes no mês anterior à adesão.

II - no caso de devedor pessoa física:

a) endereço completo;

b) número do PIS/PASEP/NIT/NIS;

c) nome empresarial e CNPJ do(s) empregador(es) atual(ais);

d) nome empresarial e CNPJ do(s) último(s) empregador(es), caso a rescisão do contrato de trabalho tenha ocorrido no exercício de 2020

e) nome e CPF dos dependentes declarados na última Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (DIRPF);

f) rendimento bruto mensal nos exercícios de 2019 e 2020, sendo, neste último caso, até o mês imediatamente anterior ao mês de adesão;

g) valor total dos bens e direitos declarados na última Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (DIRPF);

h) valor total das dívidas e ônus reais declarados na última Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (DIRPF).

§ 2° Para os fins do disposto na alínea g do inciso I do § 1° deste artigo, considera-se:

I - bens: bens móveis, imóveis, tangíveis ou intangíveis de propriedade do contribuinte, em seu poder ou em poder de terceiros, que possuem valor econômico e que podem ser convertidos em dinheiro, utilizados ou não na realização do objetivo principal da pessoa jurídica;

II - direitos: são os recursos que a pessoa jurídica tem a receber de terceiros e que gerarão benefícios econômicos presentes ou futuros;

III - obrigações: são as dívidas que devem ser pagas a terceiros.

§ 3° O não pagamento da integralidade dos valores das parcelas relativas à entrada de que trata o art. 10 desta Portaria acarretará o cancelamento da transação.

§ 4° Durante a vigência do acordo, o devedor se obriga a prestar e atualizar mensalmente e/ou sempre que solicitado pela PGFN as informações referidas neste artigo, relacionadas aos eventos ocorridos após a formalização da transação.

Art. 18. A formalização da transação excepcional na cobrança de débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritos em dívida ativa da União, fica igualmente condicionada à assunção dos seguintes compromissos pelo devedor:

I - declarar que não utiliza pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;

II - declarar que não alienou ou onerou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;

III - declarar que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não omitiu ou simulou informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;

IV - declarar que as informações prestadas nos termos do art. 17 desta Portaria são verdadeiras e que não simulou ou omitiu informações em relação aos impactos sofridos pela pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19);

V - manter regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

VI - regularizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que vierem a ser inscritos em dívida ativa ou que se tornarem exigíveis após a formalização do acordo de transação.

Art. 19. No ato de conclusão da adesão e após a prestação das informações de que trata o art. 17, o devedor terá conhecimento de sua capacidade de pagamento estimada pela PGFN e do grau de recuperabilidade de seus débitos, bem como das modalidades de propostas para adesão disponíveis para transação excepcional, com indicação dos prazos e/ou descontos ofertados.

§ 1° O sujeito passivo deverá efetuar a conclusão da adesão mediante aceitação a uma das modalidades de transação por adesão propostas.

§ 2° Não concluído o procedimento no prazo e forma previstos no art. 17 desta portaria, o pedido de adesão à proposta de transação será considerado sem efeito.

CAPÍTULO V
DA RESCISÃO DA TRANSAÇÃO E DA IMPUGNAÇÃO À RESCISÃO

Art. 20. Implica rescisão da transação:

I - o descumprimento das condições, das cláusulas, das obrigações previstas nesta portaria ou dos compromissos assumidos nos termos do art. 17;

II - o não pagamento de três parcelas consecutivas ou alternadas do saldo devedor negociado nos termos da proposta de transação aceita;

III - a constatação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente a sua celebração;

IV - a decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica transigente;

V - a inobservância de quaisquer disposições previstas na Lei de regência da transação.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o inciso IV, é facultado ao devedor aderir à modalidade de transação proposta pela PGFN, desde que disponível, ou apresentar nova proposta de transação individual.

Art. 21. O devedor será notificado sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da transação.

§ 1° A notificação será realizada exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço eletrônico cadastrado na plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

§ 2° O devedor terá conhecimento das razões determinantes da rescisão e poderá regularizar o vício ou apresentar impugnação, ambos no prazo de 30 (trinta) dias, preservada em todos os seus termos a transação durante esse período.

Art. 22. A impugnação deverá ser apresentada exclusivamente pela plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e observará o disposto nos arts. 50 e seguintes da Portaria PGFN n° 9.917, de 14 de abril de 2020.

Art. 23. A rescisão da transação:

I - implicará o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores pagos;

II - autorizará a retomada do curso da cobrança dos créditos, com execução das garantias prestadas e prática dos demais atos executórios do crédito, judiciais ou extrajudiciais.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. A adesão à transação excepcional proposta pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional implica manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas administrativamente ou nas ações de execução fiscal ou em qualquer outra ação judicial.

Parágrafo único. Em caso de bens penhorados ou oferecidos em garantia de execução fiscal, é facultado ao sujeito passivo requerer a alienação por iniciativa particular, nos termos do art. 880 da Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para fins de amortização ou liquidação de saldo devedor transacionado.

Art. 25. Os optantes pela modalidade de transação extraordinária de que tratam as Portarias PGFN n° 7.820, de 18 de março de 2020, e n° 9.924, de 14 de abril de 2020, poderão, até 29 de dezembro de

2020, efetuar a desistência da modalidade vigente e efetuar o requerimento para adesão às modalidades de transação excepcional de que trata esta Portaria, observados os requisitos e condições exigidos.

Art. 26. Os contribuintes com parcelamentos em atraso e cujos procedimentos de exclusão foram suspensos em razão do art. 3° da Portaria PGFN n° 7.821, de 18 de março de 2020, poderão renegociar os débitos parcelados mediante desistência dos parcelamentos em curso e adesão à transação de que trata esta Portaria ou, conforme o caso, a Portaria PGFN n° 9.924, de 14 de abril de 2020, observado o disposto no art. 5°, § 1°, da Lei n° 13.988, de 14 de abril de 2020 e os requisitos exigidos nesta Portaria.

Art. 27. Havendo comprovação de que o contribuinte prestou informações inverídicas, simulou ou omitiu informações em relação aos impactos sofridos pela pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19), com o objetivo de se beneficiar indevidamente das condições diferenciadas de pagamento previstas nesta Portaria, deverá o Procurador da Fazenda Nacional encaminhar Representação para Fins Penais (RFP) ao representante do Ministério Público Federal do foro do domicílio do devedor, para apuração dos crimes tipificados na Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990 e no art. 299 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Art. 28. Os débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação que forem inscritos em dívida ativa da União dentro do prazo previsto no art. 12 desta Portaria poderão ser transacionados com redução de até 100% (cem por cento) do valor dos juros, das multas e dos encargos-legais, observados os termos desta Portaria e os limites máximos previstos na Lei n° 13.988, de 14 de abril de 2020 e, quando for o caso, os limites da respectiva modalidade.

Art. 29. À transação excepcional de débitos originários de operações de crédito rural e de dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritos em dívida ativa da União, aplicam-se as vedações previstas nos arts. 14, 16 e 17 da Portaria PGFN n° 9.917, de 14 de abril de 2020, e, no que couber, os demais dispositivos da referida Portaria de regulamentação.

Art. 30. A transação excepcional prevista nesta Portaria não exclui a possibilidade de adesão às demais modalidades de transação previstas na Portaria PGFN n° 9.917, de 14 de abril de 2020.

Art. 31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SORIANO DE ALENCAR

PORTARIA PGFN N° 21.562, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 01.10.2020)

Institui o Programa de Retomada Fiscal no âmbito da cobrança da dívida ativa da União.

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 14 da Lei n° 13.988, de 14 de abril de 2020, o art. 10, I, do Decreto-Lei n° 147, de 3 de fevereiro de 1967, e o art. 82, incisos XIII e XVIII, do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda n° 36, de 24 de janeiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1° Esta Portaria institui o Programa de Retomada Fiscal no âmbito da cobrança da dívida ativa da União, consistente no conjunto de medidas com o objetivo de estimular a conformidade fiscal relativa aos débitos inscritos em dívida ativa da União, permitindo a retomada da atividade produtiva após os efeitos da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19).

Art. 2° O Programa de Retomada Fiscal poderá envolver:

I - a concessão de regularidade fiscal, com a expedição de certidão negativa de débitos (CND) ou positiva com efeito de negativa (CP-EN);

II - a suspensão do registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) relativo aos débitos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

III - a suspensão da apresentação a protesto de Certidões de Dívida Ativa;

IV - a autorização para sustação do protesto de Certidão de Dívida Ativa já efetivado;

V - a suspensão das execuções fiscais e dos respectivos pedidos de bloqueio judicial de contas bancárias e de execução provisória de garantias, inclusive dos leilões já designados;

VI - a suspensão dos procedimentos de reconhecimento de responsabilidade previstos na Portaria PGFN n° 948, de 15 de setembro de 2017;

VII - a suspensão dos demais atos de cobrança administrativa ou judicial.

Art. 3° São modalidades do Programa de Recuperação Fiscal:

I - para as pessoas físicas:

a) as modalidades de transação extraordinária previstas na Portaria PGFN n° 9.924, de 14 de abril de 2020;

b) as modalidades de transação excepcional previstas na Portaria PGFN n° 14.402, de 16 de junho de 2020;

c) as modalidades de transação dos débitos de titularidade de pequenos produtores rurais e agricultores familiares, originários de operações de crédito rural e das dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, previstas na Portaria PGFN n° 21561, de 30 de setembro de 2020;

d) as modalidades de transação de débitos do contencioso tributário de pequeno valor, considerado aquele cujo valor consolidado da inscrição em dívida ativa seja igual ou inferior a 60 (sessenta) salários-mínimos, previstas no Edital PGFN n° 16, de 2020;

e) a possibilidade de celebração de transação individual, nos termos previstos na Portaria PGFN n° 9.917, de 14 de abril de 2020;

f) a possibilidade de celebração de Negócio Jurídico Processual para equacionamento de débitos inscritos, nos termos da Portaria PGFN n° 742, de 21 de dezembro de 2018.

II - para as pessoas jurídicas:

a) as modalidades de transação extraordinária para empresários individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, instituições de ensino, Santas Casas de Misericórdia, bem como para sociedades cooperativas, organizações religiosas e demais organizações da sociedade civil de que trata a Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, previstas na Portaria PGFN n° 9.924, de 14 de abril de 2020;

b) as modalidades de transação extraordinária para as demais pessoas jurídicas previstas na Portaria PGFN n° 9.924, de 14 de abril de 2020;

c) as modalidades de transação excepcional para empresários individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, instituições de ensino, Santas Casas de Misericórdia, bem como para sociedades cooperativas, organizações religiosas e demais organizações da sociedade civil de que trata a Lei n° 13.019, de 31 de julho de 2014, previstas na Portaria PGFN n° 14.402, de 16 de junho de 2020;

d) as modalidades de transação excepcional para as demais pessoas jurídicas previstas na Portaria PGFN n° 14.402, de 16 de junho de 2020;

e) as modalidades de transação excepcional para os débitos do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) previstas na Portaria PGFN n° 18.731, de 06 de agosto de 2020;

f) as modalidades de transação dos débitos originários de operações de crédito rural e das dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, previstas na Portaria PGFN n° 21561, de 30 de setembro de 2020;

g) as modalidades de transação para débitos do contencioso tributário de pequeno valor, considerado aquele cujo valor consolidado da inscrição em dívida ativa seja igual ou inferior a 60 (sessenta) salários-mínimos, previstas no Edital PGFN n° 16 de 2020;

h) a possibilidade de celebração de transação individual, nos termos previstos na Portaria PGFN n° 9.917, de 14 de abril de 2020;

i) a possibilidade de celebração de Negócio Jurídico Processual para equacionamento de débitos inscritos, nos termos da Portaria PGFN n° 742, de 21 de dezembro de 2018.

Art. 4° Sem prejuízo da possibilidade de celebração de Negócio Jurídico Processual que verse sobre a aceitação, avaliação, substituição e liberação de garantias, nos termos da Portaria PGFN n° 742, de 21 de dezembro de 2018, a adesão às modalidades de negociação previstas no Programa de Recuperação Fiscal implica manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas administrativamente ou nas ações de execução fiscal ou em qualquer outra ação judicial.

Art. 5° Estão inseridos no Programa de Recuperação Fiscal os contribuintes que já formalizaram acordos nas modalidades de transação atualmente em vigor.

Art. 6° A PGFN poderá celebrar acordos e parcerias com entidades públicas e privadas para divulgação do Programa de Retomada Fiscal e das modalidades de negociação existentes.

Art. 7° O prazo para adesão às modalidades de transação previstas no Edital PGFN n° 16 de 2020, na Portaria PGFN n° 9.924, de 14 de abril de 2020, na Portaria PGFN n° 14.402, de 16 de junho de 2020, na Portaria PGFN n° 18.731, de 06 de agosto de 2020 e na Portaria PGFN n° 21561, de 30 de setembro de 2020, fica aberto até o dia 29 de dezembro de 2020.

Art. 8° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SORIANO DE ALENCAR

COMUNICADO BCB N° 36.180, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 18.09.2020)

Divulga a meta para a Taxa Selic, a partir de 17 de setembro de 2020.

Em reunião realizada nesta data, de acordo com o Regulamento anexo à Circular n° 3.868, de 19 de dezembro de 2017, o Comitê de Política Monetária (Copom) definiu que a meta para a Taxa Selic será de 2% (dois por cento) ao ano, a partir de 17 de setembro de 2020.

O Copom emitiu a seguinte nota informativa ao público:

"Em sua 233ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, por unanimidade, manter a taxa Selic em 2,00% a.a.

A atualização do cenário básico do Copom pode ser descrita com as seguintes observações:

.No cenário externo, a retomada da atividade nas principais economias, ainda que desigual entre setores, em conjunção com a moderação na volatilidade dos ativos financeiros, tem resultado em um ambiente relativamente mais favorável para economias emergentes. Contudo, há bastante incerteza sobre a evolução desse cenário, frente a uma possível redução dos estímulos governamentais e à própria evolução da pandemia da Covid-19;

.Em relação à atividade econômica brasileira, indicadores recentes sugerem uma recuperação parcial, similar à que ocorre em outras economias. Os setores mais diretamente afetados pelo distanciamento social permanecem deprimidos, apesar da recomposição da renda gerada pelos programas de governo. .Prospectivamente, a incerteza sobre o ritmo de crescimento da economia permanece acima da usual, sobretudo para o período a partir do final deste ano, concomitantemente ao esperado arrefecimento dos efeitos dos auxílios emergenciais;

.O Comitê avalia que a inflação deve se elevar no curto prazo. Contribuem para esse movimento a alta temporária nos preços dos alimentos e a normalização parcial do preço de alguns serviços em um contexto de recuperação dos índices de mobilidade e do nível de atividade;

.As diversas medidas de inflação subjacente permanecem abaixo dos níveis compatíveis com o cumprimento da meta para a inflação no horizonte relevante para a política monetária;

.As expectativas de inflação para 2020, 2021 e 2022 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 1,9%, 3,0% e 3,5%, respectivamente;

.No cenário híbrido, com trajetória para a taxa de juros extraída da pesquisa Focus e taxa de câmbio constante a R$5,30/US$*, as projeções de inflação do Copom situam-se em torno de 2,1% para 2020, 2,9% para 2021 e 3,3% para 2022. Esse cenário supõe trajetória de juros que encerra 2020 em 2,00% a.a. e se eleva até 2,50% a.a. em 2021 e 4,50% a.a. em 2022; e

.No cenário com taxa de juros constante a 2,00% a.a. e taxa de câmbio constante a R$5,30/US$*, as projeções de inflação situam-se em torno de 2,1% para 2020, 3,0% para 2021 e 3,8% para 2022.

O Comitê ressalta que, em seu cenário básico para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções.

Por um lado, o nível de ociosidade pode produzir trajetória de inflação abaixo do esperado, notadamente quando essa ociosidade está concentrada no setor de serviços. Esse risco se intensifica caso uma reversão mais lenta dos efeitos da pandemia prolongue o ambiente de elevada incerteza e de aumento da poupança precaucional.

Por outro lado, políticas fiscais de resposta à pandemia que piorem a trajetória fiscal do país de forma prolongada, ou frustrações em relação à continuidade das reformas, podem elevar os prêmios de risco. Adicionalmente, os diversos programas de estímulo creditício e de recomposição de renda, implementados no combate à pandemia, podem fazer com que a redução da demanda agregada seja menor do que a estimada, adicionando uma assimetria ao balanço de riscos. Esse conjunto de fatores implica, potencialmente, uma trajetória para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária.

O Copom avalia que perseverar no processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para permitir a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta, ainda, que questionamentos sobre a continuidade das reformas e alterações de caráter permanente no processo de ajuste das contas públicas podem elevar a taxa de juros estrutural da economia.

Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, manter a taxa básica de juros em 2,00% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e um balanço de riscos de variância maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2021 e, em grau menor, o de 2022.

O Copom entende que a conjuntura econômica continua a prescrever estímulo monetário extraordinariamente elevado, mas reconhece que, devido a questões prudenciais e de estabilidade financeira, o espaço remanescente para utilização da política monetária, se houver, deve ser pequeno. Consequentemente, eventuais ajustes futuros no atual grau de estímulo ocorreriam com gradualismo adicional e dependerão da percepção sobre a trajetória fiscal, assim como de novas informações que alterem a atual avaliação do Copom sobre a inflação prospectiva.

De forma a prover o estímulo monetário considerado adequado para o cumprimento da meta para a inflação, mas mantendo a cautela necessária por razões prudenciais, o Copom considera apropriado utilizar uma "prescrição futura" (isto é, um "forward guidance") como um instrumento de política monetária adicional. Nesse sentido, e apesar de uma assimetria em seu balanço de riscos, o Copom não pretende reduzir o grau de estímulo monetário, a menos que as expectativas de inflação, assim como as projeções de inflação de seu cenário básico, estejam suficientemente próximas da meta de inflação para o horizonte relevante de política monetária, que atualmente inclui o ano-calendário de 2021 e, em grau menor, o de 2022. Essa intenção é condicional à manutenção do atual regime fiscal e à ancoragem das expectativas de inflação de longo prazo.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Roberto Oliveira Campos Neto (presidente), Bruno Serra Fernandes, Carolina de Assis Barros, Fabio Kanczuk, Fernanda Feitosa Nechio, João Manoel Pinho de Mello, Mauricio Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso e Paulo Sérgio Neves de Souza."

Conforme estabelece o Comunicado n° 33.761, de 24 de junho de 2019, o Copom voltará a se reunir, ordinariamente, em 27 de outubro de 2020, para as apresentações técnicas e, no dia seguinte, para deliberar sobre as diretrizes de política monetária.

BRUNO SERRA FERNANDES
Diretor de Política Monetária

COMUNICADO BCB N° 36.227, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOU de 01.10.2020)

Divulga a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o quarto trimestre de 2020.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, em cumprimento ao disposto no art. 6° da Resolução n° 4.645, de 16 de março de 2018, divulga que a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), de que trata o art. 2° da Lei n°

9.365, de 16 de dezembro de 1996, a vigorar no período de 1° de outubro a 31 de dezembro de 2020, é fixada em 4,55% (quatro inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento ao ano).

ANDRE DE OLIVEIRA AMANTE
Chefe

2.03 SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 3, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 56)

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

COFINS-IMPORTAÇÃO. COMISSÃO PAGA A AGENTE OU REPRESENTANTE COMERCIAL NO EXTERIOR. NÃO INCIDÊNCIA.

Os pagamentos de comissões realizados por exportadores brasileiros a agente/representante comercial residente ou domiciliado no exterior pela prestação de serviços de captação e intermediação de negócios lá efetuados não estão sujeitos à incidência da Cofins-Importação, por não haver na hipótese serviço prestado no Brasil ou cujo resultado aqui se verifique.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, de 2004, art. 1º, § 1º.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP-IMPORTAÇÃO. COMISSÃO PAGA A AGENTE OU REPRESENTANTE COMERCIAL NO EXTERIOR. NÃO INCIDÊNCIA.

Os pagamentos de comissões realizados por exportadores brasileiros a agente/representante comercial residente ou domiciliado no exterior pela prestação de serviços de captação e intermediação de negócios lá efetuados não estão sujeitos à incidência da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, por não haver na hipótese serviço prestado no Brasil ou cujo resultado aqui se verifique.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, de 2004, art.1º, § 1º.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

2.04 SOLUÇÃO CONSULTA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 100, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 212)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

DESPESAS COMUNS ENTRE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA. LIVRO-CAIXA. DEDUTIBILIDADE.

As despesas comuns entre médico, que aufira rendimentos de trabalho não assalariado, e pessoa jurídica, com pluralidade de sócios, que atuem no mesmo endereço podem ser rateadas e

escrituradas no livro-caixa da pessoa física, para fins de dedução, desde que sejam despesas de custeio pagas, necessárias à percepção da receita e à manutenção da fonte produtora do médico, e que os critérios de rateio utilizados sejam razoáveis e objetivos, previamente ajustados entre as partes, devendo ser mantida a documentação comprobatória do efetivo dispêndio do médico para apresentar em eventual fiscalização.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.134, de 1990, art. 6º, inciso III e § 2º; Decreto nº 9.580, de 2018 - Regulamento do Imposto de Renda, arts. 68 e 69; Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 2014, art. 104.

CONSULTA SOBRE DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA.

É ineficaz a consulta na parte em que não preencher os requisitos para sua apresentação.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, arts. 46 e 52, inciso I; Decreto nº 7.574, de 2011, arts. 88 e 94, inciso I; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, arts. 2º, inciso I, e 18, inciso I.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 101, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 212)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO REAL. DÉBITOS CONSOLIDADOS EM PARCELAMENTO. PERT. JUROS DE MORA. DESPESA FINANCEIRA. CARACTERIZAÇÃO. DEDUTIBILIDADE.

Na apuração do Lucro Real, os juros à taxa Selic sobre o saldo devedor e os juros à taxa Selic incidentes sobre cada prestação a que se refere o art. 8º, § 3º da Lei nº 13.496, de 2017, são considerados despesas financeiras e, regra geral, dedutíveis. Todavia, tais juros somente são dedutíveis quando incidentes sobre despesas dedutíveis, sendo, por conseguinte, indedutíveis quando incidentes sobre o próprio imposto, assim como quando incidentes sobre as multas de ofício a que se refere o art. 41, § 5º da Lei nº 8.981, de 1995.

Dispositivos Legais: Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, art. 17, *caput* e § 1º; Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, art. 41, *caput* e § 5º; Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 61, *caput* e § 3º; Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, art. 8º, § 3º.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

BASE DE CÁLCULO. DÉBITOS CONSOLIDADOS EM PARCELAMENTO. PERT. JUROS DE MORA. DESPESA FINANCEIRA. CARACTERIZAÇÃO. DEDUTIBILIDADE.

Na apuração da base de cálculo da CSLL, os juros à taxa Selic sobre o saldo devedor e os juros à taxa Selic incidentes sobre cada prestação a que se refere o art. 8º, § 3º - da Lei nº 13.496, de 2017, são considerados despesas financeiras e, regra geral, dedutíveis. Todavia, tais juros somente são dedutíveis quando incidentes sobre despesas dedutíveis, sendo, por conseguinte, indedutíveis quando incidentes sobre a própria contribuição, assim como quando incidentes sobre as multas de ofício a que se refere o art. 41, § 5º da Lei nº 8.981, de 1995.

Dispositivos Legais: Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, art. 17, *caput* e § 1º; Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, art. 41, *caput* e § 5º, art. 57; Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 61, *caput* e § 3º; Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, art. 8º, § 3º.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 102, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 214)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

DEDUTIBILIDADE DE DESPESAS. PLANO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA.

As despesas com planos de assistência jurídica, disponibilizados indistintamente a empregados e dirigentes, não atendem aos requisitos para dedução como despesa operacional, na apuração da base de cálculo do IRPJ.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 74, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, V; Decreto nº 9.580, de 2018, art. 258, 259, 289, 311, §§ 1º, 2º e 3º, e 372, §§ 1º e 2º; IN RFB nº 1.700, de 2017, arts. 68, 69 e 134.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 103, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 213)

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

SERVIÇOS PARTICULARES DE VIGILÂNCIA. OUTRAS ATIVIDADES. REGIME DE APURAÇÃO.

As pessoas jurídicas que exercem serviços particulares de vigilância, referidas na Lei nº 7.102, de 1983, mesmo quando exerçam outras atividades, estão incluídas no regime de apuração cumulativa da Cofins.

Dispositivos Legais: Lei nº 7.102, de 1983; Lei nº 10.833, de 2003, arts. 1º e 10, I; Lei nº 11.901, de 2009; Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2019, arts. 6º, 118, 119, X, e 150.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

SERVIÇOS PARTICULARES DE VIGILÂNCIA. OUTRAS ATIVIDADES. REGIME DE APURAÇÃO.

As pessoas jurídicas que exercem serviços particulares de vigilância, referidas na Lei nº 7.102, de 1983, mesmo quando exerçam outras atividades, estão incluídas no regime de apuração cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep.

Dispositivos Legais: Lei nº 7.102, de 1983; Lei nº 10.637, de 2002, arts. 1º e 8º, I; Lei nº 11.901, de 2009; Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2019, arts. 6º, 118, 119, X, e 150.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 104, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 213)

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO. MAE. CCEE. GERADORAS. BASE DE CÁLCULO. MERCADO DE CURTO PRAZO. MECANISMO DE REALOCALÇAO DE ENERGIA (MRE). DEMAIS RECEITAS.

O regime especial de tributação da Contribuição para o PIS/Pasep de que trata o art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, é aplicável, mediante opção por pessoa jurídica integrante da CCEE, sucessora do MAE;

A opção pelo referido regime especial implica, para o agente integrante da CCEE que exerceu a opção, a partir do mês subsequente, aplicação das regras a ele inerentes em relação a todas as suas operações no Mercado de Curto Prazo, abrangendo todas as suas compras e todas as suas vendas de energia elétrica nesse segmento;

Apenas as receitas auferidas pela pessoa jurídica no âmbito do Mercado de Curto Prazo da CCEE é que podem ser submetidas ao regime de apuração cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, considerando-se o estabelecido no art. 47, § 6º, inc. I, da Lei nº 10.637, de 2002;

Às demais receitas, inclusive aquelas auferidas no âmbito do ACR e do ACL, aplicam-se as normas gerais previstas na legislação de regência da Contribuição para o PIS/Pasep, do que decorre, como regra, o regime de apuração não cumulativa;

É vedada, na apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep no âmbito do regime especial de que trata o art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, a dedução de valores decorrentes de resultado negativo das operações realizadas no mercado de curto prazo;

É vedada a apuração, pela pessoa jurídica optante pelo regime especial do art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, no regime de incidência não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, de créditos relacionados à aquisição de energia elétrica no âmbito do Mercado de Curto Prazo;

A exclusão da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, do valor da receita auferida com a venda compulsória de energia elétrica por meio do MRE, nos termos do § 5º do art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 661 da IN RFB nº 1.911, de 2019, só é permitida à geradora optante no âmbito do regime especial, cuja característica é a incidência cumulativa das contribuições; e

É vedada a apuração, pela pessoa jurídica optante pelo regime especial do art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, no regime de incidência não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, de créditos relacionados à aquisição de energia elétrica no âmbito do MRE, independentemente do regime de apuração das contribuições a que se submete a pessoa jurídica vendedora.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 270, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

Dispositivos Legais: inciso II do § 2º do art. 3º e art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002; § 4º do art. 5º da Lei nº 10.848, de 2004; arts. 1º e 56 do Decreto nº 5.163, de 2004; art. 2º do Decreto nº 5.177, de 2003; e arts. 658 a 661 da IN RFB nº 1.911, de 2019.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO. MAE. CCEE. GERADORAS. BASE DE CÁLCULO. MERCADO DE CURTO PRAZO. MECANISMO DE REALOCALÇAO DE ENERGIA (MRE). DEMAIS RECEITAS.

O regime especial de tributação da Cofins de que trata o art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, é aplicável, mediante opção por pessoa jurídica integrante da CCEE, sucessora do MAE;

A opção pelo referido regime especial implica, para o agente integrante da CCEE que exerceu a opção, a partir do mês subsequente, aplicação das regras a ele inerentes em relação a todas as suas operações no Mercado de Curto Prazo, abrangendo todas as suas compras e todas as suas vendas de energia elétrica nesse segmento;

Apenas as receitas auferidas pela pessoa jurídica no âmbito do Mercado de Curto Prazo da CCEE é que podem ser submetidas ao regime de apuração cumulativa da Cofins, considerando-se o estabelecido no art. 47, § 6º, inc. I, da Lei nº 10.637, de 2002, e no inciso X do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003;

Às demais receitas, inclusive aquelas auferidas no âmbito do ACR e do ACL, aplicam-se as normas gerais previstas na legislação de regência da Cofins, do que decorre, como regra, o regime de apuração não cumulativa;

É vedada, na apuração da base de cálculo da Cofins no âmbito do regime especial de que trata o art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, a dedução de valores decorrentes de resultado negativo das operações realizadas no mercado de curto prazo;

É vedada a apuração, pela pessoa jurídica optante pelo regime especial do art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, no regime de incidência não cumulativa da Cofins, de créditos relacionados à aquisição de energia elétrica no âmbito do Mercado de Curto Prazo;

A exclusão da base de cálculo da Cofins, do valor da receita auferida com a venda compulsória de energia elétrica por meio do MRE, nos termos do § 5º do art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 661 da IN RFB nº 1.911, de 2019, só é permitida à geradora optante no âmbito do regime especial, cuja característica é a incidência cumulativa das contribuições; e

É vedada a apuração, pela pessoa jurídica optante pelo regime especial do art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002, no regime de incidência não cumulativa da Cofins, de créditos relacionados à aquisição de energia elétrica no âmbito do MRE, independentemente do regime de apuração das contribuições a que se submete a pessoa jurídica vendedora.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 270, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019

Dispositivos Legais: art. 47 da Lei nº 10.637, de 2002; § 4º do art. 5º da Lei nº 10.848, de 2004; inciso II do § 2º do art. 3º e inciso X do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003; arts. 1º e 56 do Decreto nº 5.163, de 2004; art. 2º do Decreto nº 5.177, de 2003; e arts. 658 a 661 da IN RFB nº 1.911, de 2019.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 105, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 213)

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins- IMPORTAÇÃO

Na importação por conta e ordem de terceiros de bens destinados à revenda, a importadora por conta e ordem equipara-se a estabelecimento industrial quanto ao fato gerador relativo aos produtos que dele saírem e, por conseguinte, deve recolher o IPI interno.

Existe ainda para a importadora por conta e ordem de terceiros a possibilidade de recuperar, a título de crédito, o valor relativo ao IPI vinculado à importação.

Este último, portanto, não integra o custo de aquisição da mercadoria, e, por conseguinte, também não integra a base de cálculo de creditamento da Cofins-Importação pelo adquirente (encomendante), sendo, ainda, vedado o aproveitamento dos créditos da referida contribuição pela importadora por conta e ordem.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional), arts. 46, I e II, e 51, I a III; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º; Lei nº 10.865, de 2004, arts. 15, 17 e 18; Decreto nº 7.212, de 2010 (Regulamento do IPI), arts. 9º, I e IX; § 2º; 24, I e III; 35, I e II, 190 e 226, V; Instrução Normativa RFB nº 1.861, de 2018; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 1, de 31 de março de 2017; Parecer PGFN/CRJ/nº 492, de 2011.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA PARCIALMENTE À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 30, DE 29 DE JANEIRO DE 2014, PUBLICADA NO DOU DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 579, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017, PUBLICADA NO DOU DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep-IMPORTAÇÃO

Na importação por conta e ordem de terceiros de bens destinados à revenda, a importadora por conta e ordem equipara-se a estabelecimento industrial quanto ao fato gerador relativo aos produtos que dele saírem e, por conseguinte, deve recolher o IPI interno.

Existe ainda para a importadora por conta e ordem de terceiros a possibilidade de recuperar, a título de crédito, o valor relativo ao IPI vinculado à importação.

Este último, portanto, não integra o custo de aquisição da mercadoria, e, por conseguinte, também não integra a base de cálculo de creditamento da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação pelo adquirente (encomendante), sendo, ainda, vedado o aproveitamento dos créditos da referida contribuição pela importadora por conta e ordem.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA PARCIALMENTE À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 30, DE 29 DE JANEIRO DE 2014, PUBLICADA NO DOU DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 579, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017, PUBLICADA NO DOU DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966 (Código Tributário Nacional), arts. 46, I e II, e 51, I a III; Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º; Lei nº 10.865, de 2004, arts. 15, 17 e 18; Decreto nº 7.212, de

2010 (Regulamento do IPI), arts. 9º, I e IX; § 2º; 24, I e III; 35, I e II, 190 e 226, V; Instrução Normativa RFB nº 1.861, de 2018; Parecer Normativo Cosit/RFB nº 1, de 31 de março de 2017; Parecer PGFN/CRJ/nº 492, de 2011.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 106, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 02/10/2020 (nº 190, Seção 1, pág. 57)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ.

ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS. RECEITA BRUTA. DESCONTOS CONDICIONAIS CONCEDIDOS. REGIME DE CAIXA Os valores dos descontos concedidos condicionalmente, não representando valor efetivamente recebido pela venda de unidades imobiliárias, não integram a receita bruta das pessoas jurídicas que exploram atividades imobiliárias de loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, para fins de apuração do IRPJ com base no lucro presumido.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.981, de 1995, art. 30; Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 4º; IN RFB nº 1.700, de 2017, arts. 26, 35, parágrafo único, 215 e 223.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS. RECEITA BRUTA. DESCONTOS CONDICIONAIS CONCEDIDOS. REGIME DE CAIXA Os valores dos descontos concedidos condicionalmente, já que não representam valor efetivamente recebido pela venda de unidades imobiliárias, não integram a receita bruta das pessoas jurídicas que exploram atividades imobiliárias de loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, para fins de apuração da CSLL com base no lucro presumido.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.981, de 1995, art. 30; Lei nº 9.249, de 1995, art. 20, § 2º; IN RFB nº 1.700, de 2017, arts. 26, 35, parágrafo único, 215, § 1º e 224.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep.

ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS. RECEITA BRUTA. DESCONTOS CONDICIONAIS CONCEDIDOS. REGIME DE CAIXA Os valores dos descontos concedidos condicionalmente, não representando valor efetivamente recebido pela venda de unidades imobiliárias, não integram a receita bruta das pessoas jurídicas que exploram atividades imobiliárias de loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, para fins de apuração da Contribuição para o PIS/Pasep pelo regime cumulativo.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.718, de 1998, arts. 2º e 3º; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12; IN RFB nº 1.911, de 2019, art. 56.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS. RECEITA BRUTA. DESCONTOS CONDICIONAIS CONCEDIDOS. REGIME DE CAIXA Os valores dos descontos concedidos condicionalmente, não representando valor efetivamente recebido pela venda de unidades imobiliárias, não integram a receita bruta das pessoas jurídicas que exploram atividades imobiliárias de loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, construção de prédios destinados à venda, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, para fins de apuração da Cofins pelo regime cumulativo.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.718, de 1998, arts. 2º e 3º; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12; IN RFB nº 1.911, de 2019, art. 56.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 107, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 212)

Assunto: Normas de Administração Tributária

REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA. VENDA DE TERRENO. INAPLICABILIDADE.

A tributação de valores recebidos em decorrência de venda de terreno para outra pessoa jurídica incorporadora não pode ser realizada no âmbito do RET.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.931, de 2004, art. 1º e IN RFB nº 1.435, de 2013, art. 2º, § 1º.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 108, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 214)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE RECEITA BRUTA (CPRB). FABRICAÇÃO E VENDA NO VAREJO. OPÇÃO. POSSIBILIDADE.

A empresa que fabrica e vende, no atacado ou no varejo, produtos que permitem sua opção pelo regime da CPRB, como os do capítulo 63 da Tabela de incidência do IPI, poderá contribuir com base neste regime até 31 de dezembro de 2020, a despeito de a empresa que atua na venda a varejo do mesmo produto, quando fabricado por terceiro, ter sido excluída desse regime de tributação.

O regime da CPRB não é aplicado por estabelecimento, mas para a empresa como um todo, observadas as regras do § 1º do art. 9º da Lei nº 12.546, de 2011, quando a empresa atua em atividades que permitem opção pelo regime da CPRB e também em atividades que não permitem.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.546, de 2011, art. 8º, inciso VIII, alínea "a"; Lei nº 13.670, de 2018, art.12, alíneas "b" e "c".

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 109, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 57)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. PERDÃO DE DÍVIDA. RECUPERAÇÃO DE DESPESA OU CUSTO. ADIÇÃO CONDICIONADA.

Os valores correspondentes a custos e despesas, sejam de variação cambial, sejam de baixa de estoque, recuperados em função de perdão parcial de saldo de dívida devem ser adicionados à base de cálculo do lucro presumido para fins de apuração do IRPJ no montante em que foram recuperados (perdoados), exceto se:

1) o contribuinte não tiver deduzido tais valores em período anterior no qual tenha se submetido à sistemática do lucro real; ou

2) esses valores se refiram a período no qual tenha se submetido ao lucro presumido ou arbitrado.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.430, de 1996, art. 25, I e II, e art. 53; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 215, § 3º, IV.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

LUCRO PRESUMIDO. PERDÃO DE DÍVIDA. RECUPERAÇÃO DE DESPESA/CUSTO. ADIÇÃO CONDICIONADA.

Os valores correspondentes a custos e despesas, sejam de variação cambial, sejam de baixa de estoque, recuperados em função de perdão parcial de saldo de dívida devem ser adicionados à base de cálculo do resultado presumido para fins de apuração da CSLL no montante em que foram recuperados (perdoados), exceto se:

1) o contribuinte não tiver deduzido tais valores em período anterior no qual tenha se submetido à sistemática do lucro real; ou

2) esses valores se refiram a período no qual tenha se submetido ao lucro presumido ou arbitrado.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.430, de 1996, art. 29, I e II, e art. 53; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 215, § 3º, IV.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

REGIME CUMULATIVO. PERDÃO DE DÍVIDA. RECUPERAÇÃO DE DESPESA/ CUSTO.

Em se tratando de pessoa jurídica que industrializa, comercializa, importa e exporta produtos farmacêuticos e produtos de uso animal para uso na indústria farmacêutica, exploração agrícola e pecuária, dentre outros, os valores relativos à recuperação de custos e despesas relacionados a maus resultados de testes de produtos de uso animal devem ser incluídos na base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, em seu regime de apuração cumulativa. A recuperação de variação cambial passiva configura-se em receita financeira vinculada à recuperação dos custos e despesas

dos testes e, portanto, não deve ser incluída na base de cálculo da aludida contribuição em seu regime cumulativo.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 8º; Lei nº 9.718, de 27 de 1998, arts. 2º e 3º; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

REGIME CUMULATIVO. PERDÃO DE DÍVIDA. RECUPERAÇÃO DE DESPESA/ CUSTO.

Em se tratando de pessoa jurídica que industrializa, comercializa, importa e exporta produtos farmacêuticos e produtos de uso animal para uso na indústria farmacêutica, exploração agrícola e pecuária, dentre outros, os valores relativos à recuperação de custos e despesas relacionados a maus resultados de testes de produtos de uso animal devem ser incluídos na base de cálculo da Cofins, em seu regime de apuração cumulativa. A recuperação de variação cambial passiva configura-se em receita financeira vinculada à recuperação dos custos e despesas dos testes e, portanto, não deve ser incluída na base de cálculo da aludida contribuição em seu regime cumulativo.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 10; Lei nº 9.718, de 1998, arts. 2º e 3º; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 110, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 57)

Assunto: Imposto sobre a Importação - II

IMPORTAÇÃO. REGIME DE TRIBUTAÇÃO SIMPLIFICADA. DESTINATÁRIA EMPRESA DE COURIER. POSSIBILIDADE. IMPORTAÇÃO POR CONTA DE ORDEM DE TERCEIROS. IMPORTAÇÃO POR ENCOMENDA.

A empresa de courier habilitada a realizar o despacho aduaneiro de remessa expressa internacional não está impedida de explorar outras operações de comércio exterior como condição para se manter habilitada, conforme depreende-se do inciso I do art. 2º da IN RFB nº 1738, de 2017.

O despacho aduaneiro de importação por conta própria ou para terceiros realizada por empresa de courier deverá ocorrer mediante o registro no Siscomex de Declaração de Importação (DI) ou Declaração Única de Importação (Duimp).

Dispositivos Legais: Decreto-Lei nº 1.804, de 03 de setembro de 1908; arts. 99, 100 e 153, II, do Decreto nº 6.753, de 05 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro); Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017; Instrução Normativa RFB nº 1.861, de 27 de dezembro de 2018; e Portaria MF nº 156, de 24 de junho de 1999.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 111, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 213)

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA E NÃO CUMULATIVA. OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL.

A expressão "obras de construção civil", para fins de aplicação do inciso XX do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, compreende os trabalhos de engenharia que, mediante construção, reforma, recuperação, ampliação, reparação e outros procedimentos similares, transformam o espaço no qual são aplicados.

Os serviços de construção civil submetem-se ao regime de apuração não cumulativa da Cofins, porém, quando aplicadas em obra de construção civil e vinculados ao mesmo contrato de administração, empreitada ou subempreitada dessa última, suas receitas estão abrangidas pelo inciso XX do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, devendo submetê-las, portanto, ao regime de apuração cumulativa.

A vinculação de serviço de construção civil a contrato de administração, empreitada ou subempreitada de obra de construção civil estará comprovada quando nesse contrato estiver estipulado que a pessoa jurídica contratada é responsável pela execução e entrega, por meios próprios ou de terceiros, de tal prestação de serviço.

Serviços de construção civil como os de manutenção sujeitam-se à não cumulatividade das contribuições em tela. Para se submeterem ao regime de apuração cumulativa da Cofins, é necessário que estejam vinculadas a um mesmo contrato de administração, empreitada ou subempreitada de obra de construção civil, sendo incondicional a execução dessa obra.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 05, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 43, DE 27 DE MAIO DE 2020, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 12 DE JUNHO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 10, inc. XX; Ato Declaratório Normativo Cosit nº 30, de 1999; e Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, art. 322, I e X, e Anexo VII.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA E NÃO CUMULATIVA. OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL. MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL.

A expressão "obras de construção civil", para fins de aplicação do inciso XX do art. 10 c/c o inciso V do art. 15 da Lei nº 10.833, de 2003, compreende os trabalhos de engenharia que, mediante construção, reforma, recuperação, ampliação, reparação e outros procedimentos similares, transformam o espaço no qual são aplicados.

Os serviços de construção civil submetem-se ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, porém, quando aplicadas em obra de construção civil e vinculados ao mesmo contrato de administração, empreitada ou subempreitada dessa última, suas receitas estão abrangidas pelo inciso XX do art. 10 c/c o inciso V do art. 15 da Lei nº 10.833, de 2003, devendo submetê-las, portanto, ao regime de apuração cumulativa.

A vinculação de serviço de construção civil a contrato de administração, empreitada ou subempreitada de obra de construção civil estará comprovada quando nesse contrato estiver estipulado que a pessoa jurídica contratada é responsável pela execução e entrega, por meios próprios ou de terceiros, de tal prestação de serviço.

Serviços de construção civil como os de manutenção sujeitam-se à não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep. Para se submeterem ao regime de apuração cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep, é necessário que estejam vinculadas a um mesmo contrato de administração, empreitada ou subempreitada de obra de construção civil, sendo incondicional a execução dessa obra.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 05, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 43, DE 27 DE MAIO DE 2020, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 12 DE JUNHO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 10, inc. XX, e art. 15, inc. V; Ato Declaratório Normativo Cosit nº 30, de 1999; e Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, art. 322, I e X, e Anexo VII.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 112, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 02/10/2020 (nº 190, Seção 1, pág. 57)

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

NÃO CUMULATIVIDADE. ZONA FRANCA DE MANAUS. REVENDA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS. LEI Nº 10.996, DE 2004. ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS. EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO.

Apenas as vendas de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização na Zona Franca de Manaus - ZFM, realizadas por pessoa jurídica estabelecida fora da ZFM e as chamadas vendas internas, em que as pessoas jurídicas vendedora e adquirente sejam sediadas na ZFM, são equiparadas à exportação brasileira para o estrangeiro e fazem jus à desoneração da Cofins;

Inexiste hipótese de extensão para fora da ZFM da redução a zero da alíquota da Cofins incidente nas vendas de mercadoria nacional destinadas a industrialização ou consumo dentro da área de exceção;

A desoneração da Cofins não alcança: i) a venda de mercadoria por empresa sediada na ZFM a outras regiões do país; (ii) operação envolvendo pessoa física (vendedor ou adquirente); (iii) venda de mercadoria que não tenha origem nacional; e (iv) receita decorrente de serviços (e não venda de mercadorias) prestados a empresas sediadas na ZFM;

Na hipótese de aquisição de mercadoria beneficiada com a redução a zero da alíquota da Cofins estabelecida pelo art. 2º da Lei nº 10.996, de 2004, cuja aplicação está condicionada ao consumo ou industrialização na ZFM da mercadoria nacional adquirida de pessoa jurídica estabelecida fora da ZFM, o desvio das mencionadas finalidades implicará responsabilização do causador do desvio pelo pagamento da contribuição e das penalidades cabíveis, nos termos do art.

22 da Lei nº 11.945, de 2009, independentemente do prazo decorrido entre a aquisição da mercadoria e o desvio da destinação;

Não há direito a créditona aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da Cofins, inclusive no caso de isenção, esse último quando revendidos ou utilizados como insumo em produtos ou serviços sujeitos à alíquota 0 (zero), isentos ou não alcançados pelas contribuições. Na aquisição de mercadorias para a revenda inexistirá, portanto, a possibilidade de apropriação de créditos calculados sobre o valor de sua aquisição, qualquer que seja a forma de desoneração da contribuição - não incidência, incidência com alíquota zero, suspensão ou isenção, ocorrida na etapa de comercialização anterior (venda para o adquirente);

As mercadorias adquiridas de pessoas jurídicas estabelecidas fora da ZFM por pessoa jurídica estabelecida dentro da ZFM e que não tenham como destinação o consumo ou industrialização dentro da zona em comento sujeita a pessoa jurídica estabelecida dentro da ZFM, quando da revenda para outras pessoas jurídicas estabelecidas fora da ZFM, ao pagamento da da Cofins na forma da legislação em vigor. Nesse caso, é possível apurar crédito com a aquisição de tais mercadorias no regime da não cumulatividade da referida contribuição, consoante prevê o inciso I do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003; e

A vinculação automática da RFB ao entendimento adotado nas decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, sob o rito da repercussão geral, só se formaliza no tocante à constituição de crédito tributário e às decisões administrativas sobre a matéria julgada após a manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Estando os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional pendentes de julgamento pelo Plenário do STF, o novo entendimento sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo da Cofins firmado pela E. Corte no julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, alcança, de imediato, apenas os contribuintes que tenham ingressado no judiciário com ação de mesmo objeto já transitada em julgado.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA ÀS SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT nº 75, 25 DE JUNHO DE 2020; SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT nº 119, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018; SOLUÇÃO DE CONSULTA INTERNA COSIT nº 5, DE 10 DE ABRIL DE 2015; SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT nº 227, DE 12 DE MAIO DE 2017; E SOLUÇÃO DE CONSULTA INTERNA COSIT Nº 13, DE 18 E OUTUBRO DE 2018.

Dispositivos Legais: Decreto-Lei nº 288, de 1967, art. 4º; Lei nº 10.522, de 2002, arts. 19 e 19-A; Lei nº 10.637, de 2002, art. 5º - A; Lei nº 10.833, de 2003, arts. 2º, 3ºe 6º; Lei nº 10.996, de 2004, art. 2º; Parecer PGFN CRJ nº 1.743, de 2016, aprovado por despacho do Ministro da Fazenda publicado no DOU de 14 de novembro de 2016 e Ato Declaratório PGFN nº 4, de 2017.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep.

NÃO CUMULATIVIDADE. ZONA FRANCA DE MANAUS. REVENDA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS. LEI Nº 10.996, DE 2004. ALÍQUOTA ZERO. CRÉDITOS. EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO.

Apenas as vendas de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização na Zona Franca de Manaus - ZFM, realizadas por pessoa jurídica estabelecida fora da ZFM e as chamadas vendas internas, em que as pessoas jurídicas vendedora e adquirente sejam sediadas na ZFM, são equiparadas à exportação brasileira para o estrangeiro e fazem jus à desoneração da Contribuição para o PIS/Pasep;

Inexiste hipótese de extensão para fora da ZFM da redução a zero da alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep incidente nas vendas de mercadoria nacional destinadas a industrialização ou consumo dentro da área de exceção;

A desoneração da Contribuição para o PIS/Pasep não alcança: i) a venda de mercadoria por empresa sediada na ZFM a outras regiões do país; (ii) operação envolvendo pessoa física (vendedor ou adquirente); (iii) venda de mercadoria que não tenha origem nacional; e (iv) receita decorrente de serviços (e não venda de mercadorias) prestados a empresas sediadas na ZFM;

Na hipótese de aquisição de mercadoria beneficiada com a redução a zero da alíquota da Contribuição para o PIS/Pasep estabelecida pelo art. 2º da Lei nº 10.996, de 2004, cuja aplicação está condicionada ao consumo ou industrialização na ZFM da mercadoria nacional adquirida de pessoa jurídica estabelecida fora da ZFM, o desvio das mencionadas finalidades implicará responsabilização do causador do desvio pelo pagamento da contribuição e das penalidades cabíveis, nos termos do art. 22 da Lei nº 11.945, de 2009, independentemente do prazo decorrido entre a aquisição da mercadoria e o desvio da destinação;

Não há direito a crédito na aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep, inclusive no caso de isenção, esse último quando revendidos ou utilizados como insumo em produtos ou serviços sujeitos à alíquota 0 (zero), isentos ou não alcançados pelas contribuições. Na aquisição de mercadorias para a revenda inexistirá, portanto, a possibilidade de apropriação de créditos calculados sobre o valor de sua aquisição, qualquer que seja a forma de desoneração da contribuição - não incidência, incidência com alíquota zero, suspensão ou isenção, ocorrida na etapa de comercialização anterior (venda para o adquirente);

As mercadorias adquiridas de pessoas jurídicas estabelecidas fora da ZFM por pessoa jurídica estabelecida dentro da ZFM e que não tenham como destinação o consumo ou industrialização dentro da zona em comento sujeita a pessoa jurídica estabelecida dentro da ZFM, quando da revenda para outras pessoas jurídicas estabelecidas fora da ZFM, ao pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep na forma da legislação em vigor.

Nesse caso, é possível apurar crédito com a aquisição de tais mercadorias no regime da não cumulatividade da referida contribuição, consoante prevê o inciso I do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002; e

A vinculação automática da RFB ao entendimento adotado nas decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, sob o rito da repercussão geral, só se formaliza no tocante à constituição de crédito tributário e às decisões administrativas sobre a matéria julgada após a manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Estando os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional pendentes de julgamento pelo Plenário do STF, o novo entendimento sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep firmado pela E. Corte no julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, alcança, de imediato, apenas os contribuintes que tenham ingressado no judiciário com ação de mesmo objeto já transitada em julgado.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA ÀS SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT nº 75, 25 DE JUNHO DE 2020; SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT nº 119, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018; SOLUÇÃO DE CONSULTA INTERNA COSIT nº 5, DE 10 DE ABRIL DE 2015; SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT nº 227, DE 12 DE MAIO DE 2017; E SOLUÇÃO DE CONSULTA INTERNA COSIT Nº 13, DE 18 E OUTUBRO DE 2018.

Dispositivos Legais: Decreto-Lei nº 288, de 1967, art. 4º; Lei nº 10.522, de 2002, arts. 19 e 19-A; Lei nº 10.637, de 2002, arts 2º, 3º, 5º e 5º - A; Lei nº 10.996, de 2004, art.

2º; Parecer PGFN CRJ nº 1.743, de 2016, aprovado por despacho do Ministro da Fazenda publicado no DOU de 14 de novembro de 2016 e Ato Declaratório PGFN nº 4, de 2017.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal CONSULTA TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA PARCIAL.

É ineficaz o questionamento formulado de forma genérica, que não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir ou que denote a busca de assessoria jurídica ou contábil-fiscal pela RFB.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa nº 1.396, de 2013, art. 18, I, XI e XIV.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 113, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 213)

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

BASE DE CÁLCULO. FOLHA DE SALÁRIOS. ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO. PRAZO DE PAGAMENTO.

O pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários (da qual tanto o décimo terceiro salário quanto o seu adiantamento fazem parte) deve ocorrer até o 25º dia do mês subsequente ao da constituição da obrigação de pagar salários, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 18 da MP nº 2.158-35, de 2001.

No caso de adiantamentos ou antecipações de décimo terceiro salário que compõem a folha de salários da pessoa jurídica de que trata o art. 13 da MP nº 2.158-35, de 2001, em determinado mês, entende-se que sofrerá a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep naquele mês, e deverá ser paga ou recolhida até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês subsequente.

Dispositivos Legais: arts. 13 e 18 da MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, inciso I do *caput* e § 2º do art. 22, e § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e arts. 275 a 277 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 114, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 212)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

DESPESAS MÉDICAS. SEGURO-SAÚDE EMPRESARIAL. DEDUTIBILIDADE.

Podem ser deduzidos pelo contribuinte, na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda de Pessoa Física, os valores pagos a empresas domiciliadas no Brasil relativos a sua participação em planos de saúde que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas de natureza médica, odontológica ou hospitalar, em benefício próprio ou de seus dependentes relacionados na Declaração, ainda que se trate de seguro-saúde empresarial,

observado que esses valores devem ser por ele reembolsados à empresa contratante do seguro-saúde e que o reembolso deve ser devidamente comprovado.

Dispositivos Legais: Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/2018), aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de dezembro de 2018, art. 73, § 1º, inciso I.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Não produz efeitos a consulta sobre situação em que a consulente não é o sujeito passivo da obrigação tributária.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, arts. 46 e 52, inciso I; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, arts. 2º e 18, inciso I.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 115, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 56)

Assunto: Simples Nacional

SIMPLES NACIONAL. BEBIDAS FRIAS. RECEITAS. TRIBUTAÇÃO CONCENTRADA.

As receitas decorrentes da comercialização de bebidas frias industrializadas por pessoas jurídicas optantes do Simples Nacional devem ser tributadas na forma do Anexo II da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Tratando-se de industrialização, importação ou comercialização de produtos sujeitos à tributação concentrada, a empresa optante pelo Simples Nacional deve destacar a receita decorrente da venda desses produtos, aplicar a alíquota efetiva calculada a partir da alíquota nominal prevista no Anexo II da Lei Complementar nº 123, de 2006, porém desconsiderando, para fins de recolhimento em documento único de arrecadação (DAS), os percentuais correspondentes à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.

A Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins devem ser calculadas separadamente, com observância do disposto na legislação específica dessas contribuições, conforme disciplina prevista nos arts. 14, 25 e 28 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 388, DE 31 DE AGOSTO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, arts. 14, 25 e 28, incisos I e II, § 2º; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, art. 18, § 4º e inciso II; Resolução CGSN nº 140 de 22 de maio de 2018, art. 25, inciso II, § 6º e inciso I.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 116, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 56)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS. RETENÇÃO. ÓRGÃOS PÚBLICOS. CONSTRUÇÃO CIVIL. SERVIÇOS. INCIDÊNCIA. OBRA. NÃO INCIDÊNCIA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. INAPLICABILIDADE.

À contratação, por órgão público da Administração direta, autarquia, ou fundação de direito público, de obra de construção civil sob regime de empreitada total não se aplicam a responsabilidade solidária do contratante e a retenção previdenciária de que tratam os artigos 31 da Lei nº 8.212, de 1991, e 7º, § 6º da Lei nº 12.546, de 2011.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 65 - COSIT, DE 23 DE JUNHO DE 2020

Dispositivos Legais: Lei nº 8.212, de 1991: arts. 30, VI e 31; IN RFB nº 971, de 2009: arts. 142, I, 149, II, 151, § 2º, IV, 154, I, 157, 322, XXVII e SC nº 65 - Cosit, de 2020.

FERNANDO MOMBELLI Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 117, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 213)

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE. ROYALTIES. DIREITOS AUTORAIS. INSUMOS. IMPOSSIBILIDADE.

O pagamento de despesas de royalties a pessoa jurídica domiciliada no País, em decorrência de contrato de licença de uso de marca e imagem, inclusive a chamada remuneração mínima, não permite a apuração de créditos da Cofins na modalidade aquisição de insumos, conquanto não se trata de aquisição de serviços.

Dispositivos Legais: Lei nº 4.506, de 1964, arts. 22 e 23; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, *caput*, II.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE. ROYALTIES. DIREITOS AUTORAIS. INSUMOS. IMPOSSIBILIDADE.

O pagamento de despesas de royalties a pessoa jurídica domiciliada no País, em decorrência de contrato de licença de uso de marca e imagem, inclusive a chamada remuneração mínima, não permite a apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep na modalidade aquisição de insumos, conquanto não se trata de aquisição de serviços.

Dispositivos Legais: Lei nº 4.506, de 1964, arts. 22 e 23; Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, *caput*, II.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 118, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 213)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

PERDA NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS. CLIENTES DOMICILIADOS NO EXTERIOR. DEDUTIBILIDADE. CONDICIONANTES. NECESSIDADE.

Na determinação do lucro real, as condicionantes previstas no art. 71 da IN RFB nº 1.700, de 2017, que permitem a dedutibilidade das perdas no recebimento de créditos como despesas, nas situações ali previstas, devem ser observadas inclusive em relação àqueles decorrentes de vendas para o exterior.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.430, de 1996, art. 9º; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 71; Decreto nº 9.580, de 2018 (RIR/2018), art. 347.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

PERDA NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS. CLIENTES DOMICILIADOS NO EXTERIOR. DEDUTIBILIDADE. CONDICIONANTES. NECESSIDADE.

Na determinação do resultado ajustado, as condicionantes previstas no art. 71 da IN RFB nº 1.700, de 2017, que permitem a dedutibilidade das perdas no recebimento de créditos como despesas, nas situações ali previstas, devem ser observadas inclusive em relação àqueles decorrentes de vendas para o exterior.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.430, de 1996, arts. 9º e 28; e Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, arts. 3º e 71.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 119, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 57)

Assunto: Simples Nacional

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESA NÃO OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL.

A pessoa jurídica estará impedida de se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na LC nº 123, de 2006, incluindo o regime tributário do Simples Nacional, caso haja a participação, mesmo que indireta, de sócio desta pessoa jurídica no capital de empresa não optante pelo referido regime tributário em percentual acima de 10% e cuja receita bruta global extrapole o limite máximo permitido pelo art. 3º, inciso II da citada LC.

Dispositivos Legais: LC nº 123, de 2006, art. 3º, II e § 4º, IV.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 120, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 57)

Assunto: Imposto sobre a Importação - I.I.

IMPORTAÇÃO POR ENCOMENDA. PESSOA VINCULADA. COMPRADOR.

VENDEDOR. VALOR ADUANEIRO. DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO.

O importador por encomenda, no momento do preenchimento das abas "Fornecedor" e "Valor Aduaneiro" , nos Formulários de Dados Específicos de Adição da Declaração de Importação, deve indicar eventual vinculação entre comprador e vendedor, na relação mercantil. Especificamente, na importação por encomenda, ocorre relação de compra e venda, entre o exportador e o importador por encomenda. Nesse sentido, devese indicar a existência de eventual vínculo, a que se refere a legislação aduaneira, entre o exportador e o importador por encomenda.

Não se deve indicar eventual vinculação entre o exportador e o encomendante predeterminado, nos termos da legislação aduaneira, uma vez que, especificamente, na importação por encomenda, a relação de compra e venda pertinente, para fins de determinação e controle do valor aduaneiro, ocorre entre o exportador e o importador por encomenda.

A vinculação de pessoas, prevista na legislação aduaneira, para efeito de fixação do valor aduaneiro, toma por base os critérios previstos no Acordo de Valoração Aduaneira.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.430, de 1996, arts. 18 a 24-B; Lei nº 11.281, de 2006, arts. 11 e 14; IN SRF nº 327, de 2003, arts. 2º, 3º, 15, 16, 17; IN RFB nº 1312, de 2012, art. 2º; IN RFB nº 1861, de 2018, arts. 4º a 6º.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 121, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 57)

Assunto: Regimes Aduaneiros.

DEPÓSITO ESPECIAL. SAÍDA TEMPORÁRIA DO ESTABELECIMENTO DO BENEFICIÁRIO. PARTES E/OU PEÇAS. IMPOSSIBILIDADE Não há previsão de saída temporária do estabelecimento do beneficiário de partes e/ou peças admitidas no regime aduaneiro de Depósito Especial.

Para proceder-se ao despacho para consumo de mercadoria objeto de Depósito Especial devem ser observados os prazos estabelecidos na legislação disciplinadora do regime.

O descumprimento de norma operacional, ou de requisito ou condição para operar o regime, ensejará a aplicação das sanções administrativas correspondentes.

Dispositivos Legais: Art. 71 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, alterado pelo Decreto-Lei nº 2.472, de 01 de setembro de 1988; art. 111, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional); arts. 480 a 487, do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009 (RA/2009); e Instrução Normativa SRF nº 386, de 14 de janeiro de 2004.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 122, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 58)

Assunto: Imposto sobre a Importação - I.I.

IMPORTAÇÃO COM EX-TARIFÁRIO. CABIMENTO PARA BENS NOVOS E USADOS.

O Ex-tarifário concedido nos termos da Portaria ME nº 309, de 2019, que reduz a alíquota do Imposto de Importação, é aplicável tanto à importação de bens novos quanto de usados, incluídos os ditos remanufaturados ou "refurbished" , incorporados ao ativo imobilizado.

Dispositivos Legais: Lei nº 3.244, de 1957, art. 4º, *caput* e § 1º, "a" , com redação dada pelo Decreto-lei nº 63, de 1966; Resolução Camex nº 90, de 2017, art. 3º; e Resolução Camex nº 309, de 2019, art. 1º.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep -Importação NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. IMPORTAÇÃO DE BENS USADOS.

Pode ser descontado crédito da Contribuição para o PIS/Pasep, no regime de apuração não cumulativa, no caso de importação de máquinas e equipamentos usados, incluídos os ditos remanufaturados ou "refurbished" , incorporados ao ativo imobilizado, calculado com base na depreciação do bem ou no valor correspondente a 1/48 (um quarenta e oito avos) de seu valor de aquisição. A apuração de créditos na forma prevista pelo art. 1º da Lei nº 11.774, de 2008, não é aplicável a bens usados.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, de 2004, art. 15, inciso V e §§ 4º e 7º; Lei nº 11.774, de 2008, art. 1º; e Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2019, arts. 210 e 211.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins - Importação.

NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. IMPORTAÇÃO DE BENS USADOS.

Pode ser descontado crédito da Cofins, no regime de apuração não cumulativa, no caso de importação de máquinas e equipamentos usados, incluídos os ditos remanufaturados ou "refurbished" , incorporados ao ativo imobilizado, calculado com base na depreciação do bem ou no valor correspondente a 1/48 (um quarenta e oito avos) de seu valor de aquisição. A apuração de créditos na forma prevista pelo art. 1º da Lei nº 11.774, de 2008, não é aplicável a bens usados.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.865, de 2004, art. 15, inciso V e §§ 4º e 7º; Lei nº 11.774, de 2008, art. 1º; e Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2019, arts. 210 e 211.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 123, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 58)

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA. ISENÇÃO. INAPLICABILIDADE À CONSULENTE Três condições devem ser atendidas cumulativamente para que a aquisição de veículos para patrulhamento policial, assim como de aparelhos transmissores e receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia, ou de armas e munições, ocorra com isenção do IPI: a) que sejam adquiridos diretamente pelos órgãos de segurança pública da União, dos Estados ou do Distrito Federal; b) que se destinem ao uso privativo dos integrantes desses órgãos; e c) que sejam incorporados ao patrimônio público.

Não sendo a consulente órgão de segurança pública conclui-se que essa não faz jus à isenção prevista no art. 12 da Lei nº 9.493, de 1997.

Dispositivos Legais: art. 144 da Constituição Federal de 1988; art. 111 da Lei nº 5.172, de 1966 - CTN; art. 12 da Lei nº 9.493, de 1997; art. 54, inciso XXVIII, do Decreto nº 7.212, de 2010 - Ripi/2010; e art. 13 da IN SRF nº 112, de 2001.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 124, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 -DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 57)

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

NÃO CUMULATIVIDADE. RECURSOS DO AFRMM. EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO.

A destinação de recursos do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) a uma empresa brasileira de navegação, para utilização nos termos do art. 19, inciso I, da Lei nº 10.893, de 2004, caracteriza-se como espécie de subvenção governamental; tal subvenção, no entanto, não pode ser classificada genericamente como subvenção para investimento, devendo-se verificar em cada situação específica de utilização do recurso se foram observadas todas as condições para que haja o enquadramento nesse tipo especial de subvenção.

Os recursos do AFRMM destinados a uma empresa brasileira de navegação, nas hipóteses em que possam ser classificados como subvenção para investimento, não integrarão a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, no regime de apuração não cumulativa. Caso se enquadrem como subvenção corrente, para custeio ou operação, os valores recebidos devem ser acrescidos à base de cálculo da referida contribuição, em seu regime não cumulativo.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 365, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014, PUBLICADA NO D.O.U. DE 12 DE JANEIRO DE 2015.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973/2014, arts. 30 e 54; Lei nº 10.893/2004, arts. 1º, 3º, 17, 19 e 26; Lei nº 10.637/2002, arts. 1º, § 3º, inciso X, e 8º, inciso II; PN CST nº 112/1978.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

NÃO CUMULATIVIDADE. RECURSOS DO AFRMM. EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO.

A destinação de recursos do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) a uma empresa brasileira de navegação, para utilização nos termos do art. 19, inciso I, da Lei nº 10.893, de 2004, caracteriza-se como espécie de subvenção governamental; tal subvenção, no entanto, não pode ser classificada genericamente como subvenção para investimento, devendo-se verificar em cada situação específica de utilização do recurso se foram observadas todas as condições para que haja o enquadramento nesse tipo especial de subvenção.

Os recursos do AFRMM destinados a uma empresa brasileira de navegação, nas hipóteses em que possam ser classificados como subvenção para investimento, não integrarão a base de cálculo da Cofins, no regime de apuração não cumulativa. Caso se enquadrem como subvenção corrente, para custeio ou operação, os valores recebidos devem ser acrescidos à base de cálculo da referida contribuição, em seu regime não cumulativo.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 365, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014, PUBLICADA NO D.O.U. DE 12 DE JANEIRO DE 2015.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973/2014, arts. 30 e 55; Lei nº 10.893/2004, arts. 1º, 3º, 17, 19 e 26; Lei nº 10.833/2003, arts. 1º, § 3º, inciso IX, e 10, inciso II; PN CST nº 112/1978.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 125, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 58)

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias.

CONTRIBUIÇÃO REVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA DA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL. ADQUIRENTE. SUBROGAÇÃO. ÓRGÃO PÚBLICO. CONCESSÃO DE VALEFEIRA A SERVIDORES. RESPONSABILIDADE.

Na situação em que a Nota Fiscal é expedida contra órgão público responsável pelo pagamento de produto rural entregue a servidores, mediante vale-feira concedido pelo órgão, este caracteriza-se como adquirente da produção rural, cabendo-lhe, na qualidade de subrogado na obrigação do produtor rural pessoa física ou segurado especial, recolher a contribuição previdenciária.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.212, de 1991, art. 30, incisos IV e X, alínea "b"; Decreto 3.048, de 1991, art.216, § 5º; IN RFB nº 971, de 2009, art. 184, inciso I, alínea "b", e inciso V.

PROCESSO DE CONSULTA FISCAL. INEFICÁCIA.

Não produz efeitos a consulta que não preenche os requisitos legais exigidos para sua apresentação, tais com aquela formulada em tese, com referência a fato genérico, ou, ainda, que não identifique o dispositivo da legislação tributária e aduaneira cuja aplicação suscita dúvida, e quando tiver por objetivo a prestação de assessoria jurídica ou contábil-fiscal pela RFB.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 52, inciso I e IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, incisos II e XIV.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 126, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 57)

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep.

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA. RECEITAS DE SERVIÇOS DE CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA .

Submetem-se ao regime de apuração cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep as receitas decorrentes de serviços prestados por clínicas de fisioterapia, ainda que o contribuinte apure IRPJ com base no lucro real.

Cabe ao contribuinte verificar a natureza dos serviços prestados, diante dos critérios técnicos que regulam a atividade prevista na norma tributária.

A obtenção de outras receitas requer a análise do enquadramento nas regras que lhes sejam aplicáveis.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 10, XIII, "a", e 15.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVA. RECEITAS DE SERVIÇOS DE CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA .

Submetem-se ao regime de apuração cumulativa da Cofins as receitas decorrentes de serviços prestados por clínicas de fisioterapia, ainda que o contribuinte apure o IRPJ com base no lucro real.

Cabe ao contribuinte verificar a natureza dos serviços prestados, diante dos critérios técnicos que regulam a atividade prevista na norma tributária.

A obtenção de outras receitas requer a análise do enquadramento nas regras que lhes sejam aplicáveis.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, arts. 10, XIII, "a".

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 127, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 58)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF.

TABELIÃO. REGISTRADOR. INTERINIDADE. RENDIMENTOS. TRIBUTAÇÃO. CARNÊ-LEÃO.

Os rendimentos auferidos pelo tabelião e/ou pelo registrador, mesmo na condição de interino ou de responsável pelo expediente da serventia enquanto esta não for provida, são caracterizados com rendimentos do trabalho não assalariado e estão sujeitos ao pagamento mensal obrigatório do imposto sobre a renda (carnê-leão), obedecidos os critérios de apuração e o limite máximo fixado para a remuneração (90,25% dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal) pelo órgão de controle competente.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA PARCIALMENTE À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 55, DE 19 DE JANEIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 30 DE JANEIRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, art. 3º, § 4º e art. 8º; Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, art. 6º *caput*, §§ 2º e 3º; Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, arts. 3º, 37 a 39 e 41; Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, art. 4º, inciso I e art. 34; Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/2018), arts. 38 *caput* e inciso IV, 68, 69 e 118 inciso I - aprovado pelo Decreto nº 9.580, 22 de novembro de 2018); Instrução Normativa (IN) RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, art. 53 *caput* e inciso III.

DEVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

A devolução de rendimentos percebidos por pessoa física em anos-calendário anteriores não altera os efeitos do fato gerador do imposto sobre a renda ocorrido na época do recebimento dos rendimentos.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), arts. 116, inciso I, 118, incisos I e II; Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/2018), arts. 2º, 78 e 79, aprovado pelo Decreto nº 9.580, 22 de novembro de 2018.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 128, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 02/10/2020 (nº 190, Seção 1, pág. 58)

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep.

ALÍQUOTA ZERO. SEMENTES E MUDAS. INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA.

A alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep de que trata o art. 1º, inciso III, da Lei nº 10.925, de 2004, se aplica à receita bruta de venda no mercado interno de sementes e mudas destinadas à semeadura e plantio, em conformidade com o disposto naLei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003,bem como os produtos de natureza biológica utilizados em sua produção. O referido benefício não se aplica à saída do estabelecimento industrial, na industrialização por conta

e ordem de terceiros, de produtos diferentes dos expressamente indicados no artigo 1º, § 4º, da Lei nº 10.925, de 2004.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.925, de 2004, art. 1º, III, e § 4º; Lei nº 5.172, de 1966, Código Tributário Nacional, art. 111.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

ALÍQUOTA ZERO. SEMENTES E MUDAS. INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA.

A alíquota zero da Cofins de que trata o art. 1º, inciso III, da Lei nº 10.925, de 2004, se aplica à receita bruta de venda no mercado interno de sementes e mudas destinadas à semeadura e plantio, em conformidade com o disposto naLei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003,bem como os produtos de natureza biológica utilizados em sua produção. O referido benefício não se aplica à saída do estabelecimento industrial, na industrialização por conta e ordem de terceiros, de produtos diferentes dos expressamente indicados no artigo 1º, § 4º, da Lei nº 10.925, de 2004.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.925, de 2004, art. 1º, III e § 4º; Lei nº 5.172, de 1966, Código Tributário Nacional, art. 111.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10.014, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 28/09/2020 (nº 186, Seção 1, pág. 496)

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

IMUNIDADE OBJETIVA. LIVROS, JORNAIS E PERIÓDICOS.

A imunidade constitucional conferida aos livros, jornais e periódicos não se aplica ao Imposto sobre a Renda devido pela pessoa física ou jurídica em decorrência da exploração de atividade econômica relacionada a esses bens.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 519, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Constituição Federal, art. 150, VI, "d"; Parecer Normativo CST nº 389, de 31 de maio de 1971; Parecer Normativo CST nº 1.018, de 9 de dezembro de 1971; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, art. 22.

IOLANDA MARIA BINS PERIN – Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.010, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 214)

Assunto: Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF.

A remessa de valores para pagamentos de serviços técnicos e de assistência técnica prestados por pessoas jurídicas situadas na República da Finlândia, independentemente de pertencerem ao mesmo grupo econômico da contratante no País, não sofre retenção do Imposto

sobre a Renda na Fonte, segundo o Acordo Fino-Brasileiro para Evitar a Dupla Tributação e os critérios estabelecidos pela RFB para classificação desses pagamentos.

Solução de Consulta Vinculada à SC Cosit nº 109, de 2 de Agosto de 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 5.172, de 1966, art. 98; Decreto nº 2.465, de 1998, art. 7; Instrução Normativa RFB nº 1.455, de 2014; Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 5, de 2014.

CLÁUDIA LÚCIA PIMENTEL MARTINS SILVA – Coordenadora

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.012, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020 -DOU de 30/09/2020 (nº 188, Seção 1, pág. 214)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ.

Lucro Presumido. Serviços Hospitalares. Percentual de Presunção.

Para fins de aplicação do percentual de presunção de 8% (oito por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo do imposto, consideram-se serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002.

Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

Solução de Consulta Vinculada à Solução de Consulta Cosit nº 36, de 19 de abril de 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, *caput* e §§ 1º, III, "a" e 2º; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52.

Lucro Presumido. Serviços de Saúde. Percentual Presunção Reduzido. Requisitos.

A partir de 1º de janeiro de 2009, para efeito de determinação da base de cálculo do IRPJ devido pela pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido, aplicase o percentual de 8% (oito por cento) sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços hospitalares e da prestação dos serviços de auxílio diagnóstico e terapia listados na "Atribuição 4: Prestação de Atendimento ao Apoio ao Diagnóstico e Terapia" da Resolução RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, desde que a prestadora dos serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária (de direito e de fato) e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Solução de Consulta Vinculada à Solução de Consulta Cosit nº 114, de 26 de março de 2019.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, *caput*, § 1º, III, "a", e § 2º; Lei nº 9.430, de 1996, art. 25, I; Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), art. 966 e 982; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, arts. 30, 31 e 38, II; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 9º; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 33, § 1º, II, "a", §§ 3º e 4º, art. 215, § 2º; Solução de Divergência Cosit nº 11, de 28 de agosto de 2012; Resolução RDC Anvisa nº 50, de 2002.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

Lucro Presumido. Serviços Hospitalares. Percentual de Presunção.

Para fins de aplicação do percentual de presunção de 12% (doze por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo da contribuição, consideram-se serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

Solução de Consulta Vinculada à Solução de Consulta Cosit nº 36, de 19 de abril de 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, *caput* e §§ 1º, III, "a" e 2º, e art. 20; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52.

Resultado Presumido. Serviços de Saúde. Percentual de Presunção Reduzido. Requisitos.

A partir de 1º de janeiro de 2009, para efeito de determinação da base de cálculo da CSLL devida pela pessoa jurídica tributada com base no resultado presumido, aplica-se o percentual de 12% (doze por cento) sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços hospitalares e da prestação dos serviços de auxílio diagnóstico e terapia listados na "Atribuição 4: Prestação de Atendimento ao Apoio ao Diagnóstico e Terapia" da Resolução RDC Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, desde que a prestadora dos serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária (de direito e de fato) e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Solução de Consulta Vinculada à Solução de Consulta Cosit nº 114, de 26 de março de 2019.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, § 1º, III, "a", § 2º, e art. 20, *caput*; Lei nº 9.430, de 1996, art. 29, I; Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), art. 966 e 982; Lei nº 11.727, de 2008, arts. 29 e 41, VI; Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, arts. 30, 31 e 38, II; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 9º; Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017, art. 33, § 1º, II, "a", §§ 3º e 4º, art. 34, § 2º, art. 215, §§ 1º e 2º; Solução de Divergência Cosit nº 11, de 28 de agosto de 2012; Resolução RDC Anvisa nº 50, de 2002.

FABIO CEMBRANEL – Coordenador

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99.013, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU de 01/10/2020 (nº 189, Seção 1, pág. 57)

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ.

LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO.

Para fins de aplicação do percentual de presunção de 8% (oito por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo do imposto, consideram-se serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002.

Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT - Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, *caput* e §§ 1º, III, "a" e 2º; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CSLL LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO.

Para fins de aplicação do percentual de presunção de 12% (doze por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo da contribuição, consideram-se serviços hospitalares aqueles que se vinculam às atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, a prestadora dos serviços hospitalares deve, ainda, estar organizada, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT - Nº 36, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, *caput* e §§ 1º, III, "a" e 2º, e art. 20; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52.

REFORMA A SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 7.040 - SRRF07/DISIT, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018.

FERNANDO MOMBELLI - Coordenador-Geral

3.00 ASSUNTOS ESTADUAIS

3.01 IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

LEI N° 17.289, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOE de 26.09.2020)

Isenta do ICMS as operações de doação aos órgãos da Justiça Eleitoral de produtos e materiais de combate e prevenção a COVID-19 a serem utilizados durante a realização das eleições municipais de 2020

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte

LEI:

Artigo 1° Nos termos do Convênio ICMS 81/20, de 2 de setembro de 2020, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, ficam isentas do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS as operações de doações das seguintes mercadorias realizadas por pessoa jurídica, contribuinte ou não do ICMS, quando destinadas ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE e demais órgãos integrantes da Justiça Eleitoral para a realização das eleições municipais de 2020:

I - máscara de proteção respiratória de uso não profissional descartável, em conformidade com as normas da ABNT PR 1002:2020, ou máscara cirúrgica descartável, em conformidade com as normas da RDC 379, ou outra máscara de proteção respiratória de uso não profissional;

II - álcool etílico em gel 70% INPM, em conformidade com a Nota Técnica 3/2020/SEI/DIRE3/ANVISA e a RDC 350/2020, em frascos de aproximadamente 200 ml;

III - álcool etílico em gel 70% INPM, em conformidade com a Nota Técnica 3/2020/SEI/DIRE3/ANVISA e a RDC 350/2020, em frascos de aproximadamente 500 ml, bem como os produtos e materiais necessários para a fabricação, envase e embalagem do álcool;

IV - álcool extra neutro, classificado no código 2207.10.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM;

V - álcool hidratado, classificado no código 2207.10.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM;

VI - álcool etílico hidratado desinfetante 70% INPM, em frascos de no mínimo 400 ml, bem como os produtos e materiais necessários para a fabricação, envase e embalagem do álcool, incluindo álcool hidratado industrial, espessante e outros;

VII - frasco álcool pet, classificado no código 3923.30.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM;

VIII - frasco álcool líquido, classificado no código 3923.30.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM;

IX - tampafliptop, classificada no código 3923.50.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM;

X - tampa 500ml, classificada no código 3923.50.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM;

XI - propilenoglicol, classificado no código 2905.32.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM;

XII - protetores faciais (face shields ou viseiras plásticas), em conformidade com as normas da RDC 356/2020;

XIII - gatilho para borrifador para álcool etílico hidratado desinfetante 70% INPM;

XIV - caneta esferográfica de tinta de cor azul;

XV - fita adesiva;

XVI - posters impressos em tinta colorida, em tamanho A3, com recomendações sanitárias;

XVII - posters impressos em tinta colorida, em tamanho mínimo de 54cm x 74cm, com recomendações sanitárias.

§ 1° A isenção prevista no "caput" aplica-se também:

1 - ao imposto incidente nas prestações de serviço de transporte das mercadorias objeto da doação;

2 - ao diferencial de alíquota entre a alíquota interestadual e a interna, se couber;

3 - ao produto resultante da sua industrialização.

§ 2° Não se exigirá o estorno do crédito de ICMS relativo às operações beneficiadas com a isenção prevista nesta lei.

§ 3° A entrega da mercadoria objeto da doação prevista no "caput" poderá ser efetuada diretamente a qualquer órgão da Justiça Eleitoral ou ao estabelecimento indicado pelo TSE para fins de sua industrialização, quando for o caso, desde que o local da entrega esteja expressamente indicado no documento fiscal relativo à operação e prestação.

§ 4° Este benefício vigorará até 29 de novembro de 2020.

Artigo 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 9 de setembro de 2020.

Palácio dos Bandeirantes, 25 de setembro de 2020

JOÃO DORIA

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Secretário da Fazenda e Planejamento

ANTONIO CARLOS RIZEQUE MALUFE
Secretário Executivo, respondendo pelo expediente da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 25 de setembro de 2020

PORTARIA CAT N° 085, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020 - (DOE de 02.10.2020)

Dispõe sobre o credenciamento, aquisição, uso e demais procedimentos relativos ao Selo Fiscal de Controle e Procedência, para fins de controle e fiscalização do envase de água mineral, natural ou potável de mesa e adicionada de sais

O COORDENADOR DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 4° da Lei 16.912, de 28-12-2018, e no artigo 2° do Decreto 64.645, de 6 de dezembro de 2019, expede a seguinte

PORTARIA:

CAPÍTULO I
DO SELO FISCAL

Artigo 1° O estabelecimento que realizar o envase de água mineral, natural ou potável de mesa e adicionada de sais destinada à comercialização em território paulista, ainda que localizado em outra unidade da Federação, fica obrigado a utilizar, em todos os vasilhames retornáveis com volume superior a 4 (quatro) litros, o Selo Fiscal de Controle e Procedência, instituído pela Lei 16.912, de 28-12-2018, observado o disposto nesta portaria.

Parágrafo único. As informações, procedimentos e manuais mencionados nesta portaria relativos ao Selo Fiscal de Controle e Procedência serão disponibilizados no portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento no endereço eletrônico https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/selofiscalagua/.

Artigo 2° O Selo Fiscal de Controle e Procedência será afixado sobre o lacre dos vasilhames retornáveis com volume superior a 4 (quatro) litros e deverá observar as especificações previstas no Manual de Especificações do Selo Fiscal de Controle e Procedência.

Artigo 3° As informações relativas à autenticidade, procedência e confecção do Selo Fiscal de Controle e Procedência poderão ser consultadas por meio e forma a serem divulgados no portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Artigo 4° A comercialização, em território paulista, de água mineral, natural ou potável de mesa e adicionada de sais em vasilhame retornável com volume superior a 4 (quatro) litros, sem o correspondente Selo Fiscal de Controle e Procedência ou com o selo danificado, indevidamente aposto, confeccionado de forma imprópria ou contendo informações incorretas sobre sua procedência, poderá ser denunciada, observando-se o meio e a forma a serem divulgados também no portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

CAPÍTULO II
DO CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS AUTORIZADAS A FORNECER O SELO FISCAL DE CONTROLE E PROCEDÊNCIA (GRÁFICAS)

Artigo 5° A gráfica interessada em fornecer o Selo Fiscal de Controle e Procedência de que trata esta portaria deverá estar previamente credenciada para esse fim pela Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Artigo 6° Para obter seu credenciamento, a gráfica deverá apresentar o que segue:

I - sistema, a ser homologado pela Diretoria de Inteligência de Dados - DINTEL, que tenha todas as funcionalidades, características e fluxo implementados em conformidade com os requisitos previstos no Manual de Requisitos do Sistema de Gestão de Selo das Gráficas;

II - atestado de capacidade técnica pelo qual comprove já ter fornecido materiais similares aos Selos Fiscais de Controle e Procedência produzidos em flexografia, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando, sempre que possível, a quantidade desses materiais e os demais dados técnicos, bem como o nome, cargo e assinatura do responsável pela informação;

III - cópia autenticada do contrato social ou ata de constituição, com as eventuais alterações, devidamente registrados na Junta Comercial;

IV - certidões negativas ou de regularidade expedidas pelos fiscos federal, estadual e municipal da localidade onde possui estabelecimento;

V - certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

VI - comprovação que está certificada pela da ABTG (Associação Brasileira de Tecnologia Gráfica) em conformidade com a Norma Brasileira da ABNT NBR 15540:2013, com o Sistema Informatizado de Gestão de qualidade da Norma ISSO 9001:2008 e com a Norma Internacional para Segurança da Informação ISO/IEC 27001:2013;

VII - certificado de registro emitido pela IHMA (International Hologram Manufacturers Association) atestando que a holografia exclusiva da gráfica não é reproduzida por outro estabelecimento gráfico credenciado.

Parágrafo único. Após 90 (noventa) dias da aprovação do leiaute da holografia pela Secretaria da Fazenda e Planejamento será exigida a emissão de um novo certificado de registro emitido pela IHMA especifico para o leiaute aprovado.

Artigo 7° Além dos documentos previstos no artigo 6°, a gráfica deverá apresentar, também, laudo técnico pericial, emitido por perito com reconhecida competência técnica, contendo a descrição técnica do produto que deverá ser disponibilizado pelo fabricante do material, discriminando na íntegra todos os itens exigidos no Manual de Especificações do Selo Fiscal de Controle e Procedência.

Parágrafo único. Deverão ser apresentadas, juntamente com o laudo técnico pericial, 06 (seis) bobinas de amostra sem valor com a expressão “AMOSTRA” escrita em letras maiúsculas, contendo cada bobina, no mínimo, 5.000 (cinco mil) selos fiscais, sendo:

1 - 02 (duas) bobinas para o selo “MINERAL”;

2 - 02 (duas) bobinas para o selo “ADICIONADA”;

3 - 02 (duas) bobinas para o selo “NATURAL/POTÁVEL”.

Artigo 8° A gráfica credenciada deverá manter estoque do Selo Fiscal de Controle e Procedência de que trata esta portaria, personalizado e pronto para uso, em quantidade mínima equivalente a 60 (sessenta) dias de consumo das envasadoras que já tenham adquirido selos com a respectiva gráfica.

Artigo 9° A lista de empresas credenciadas para o fornecimento do Selo Fiscal de Controle e Procedência, para fins de consulta e orientação das envasadoras, será divulgada no portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Artigo 10. A critério da Secretaria da Fazenda e Planejamento, o credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo.

Parágrafo único. O fornecimento de informações à Secretaria da Fazenda e Planejamento no prazo solicitado e de forma correta e precisa é condição indispensável para a manutenção do credenciamento.

CAPÍTULO III
DO CREDENCIAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS ENVASADORES DE ÁGUA MINERAL (ENVASADORAS)

Artigo 11. O estabelecimento envasador de água mineral, natural ou potável de mesa e adicionada de sais em vasilhames retornáveis com volume superior a 4 (quatro) litros, destinada à comercialização em território paulista, deverá estar previamente credenciado na Secretaria da Fazenda e Planejamento deste Estado, ainda que localizado em outra unidade da Federação.

Artigo 12. Para fins do credenciamento de que trata o artigo 11, a envasadora deve estar em situação regular perante o fisco, nos termos do artigo 59, § 1°, item 4, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000.

§ 1° Para efeito do disposto no “caput”, é considerada irregularidade, também, a hipótese de a inscrição estadual no Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp estar na situação inapta, nula ou suspensa.

§ 2° A irregularidade prevista no § 1° será considerada sanada assim que o contribuinte comprovar que a sua inscrição estadual no Cadesp encontra-se na situação cadastral ativa novamente.

§ 3° O fisco poderá proceder, a qualquer tempo, nova verificação da regularidade fiscal do interessado e suspender seu credenciamento até que a irregularidade seja sanada.

Artigo 13. Para solicitar o seu credenciamento, a envasadora deverá efetuar pedido contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação da Unidade Federativa de localização do estabelecimento;

II - número do CNPJ;

III - número e o ano da Licença Sanitária;

IV - número e o ano da Licença Ambiental;

V - discriminação das marcas a serem envasadas;

VI - dados para contato.

§ 1° As empresas de águas minerais, naturais e águas potáveis de mesa fornecerão, adicionalmente, informações referentes ao número e ao ano da portaria de lavra.

§ 2° As empresas de águas adicionadas de sais fornecerão, adicionalmente, informações referentes ao número e ao ano da outorga de recurso hídrico.

§ 3° As empresas de que tratam os §§ 1° e 2° deverão encaminhar os documentos ali referidos, anualmente.

Artigo 14. As envasadoras paulistas deverão atestar no ato de seu credenciamento a validade de todas as suas informações constantes no Cadesp deste Estado.

Artigo 15. As envasadoras domiciliadas em outra unidade da Federação estão facultadas a se inscrever no Cadesp deste Estado e, nessa hipótese, deverão atestar no ato de seu credenciamento a validade de todas as suas informações.

Parágrafo único. As envasadoras domiciliadas fora do Estado de São Paulo que não optarem pela inscrição no Cadesp deste Estado deverão prestar informações adicionais consideradas necessárias para seu credenciamento, além daquelas previstas no artigo 13, segundo critério da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

CAPÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE LOTE DO SELO FISCAL DE CONTROLE E PROCEDÊNCIA

Artigo 16. A solicitação para fins de aquisição dos Selos Fiscais de Controle e Procedência, que serão aplicados nos vasilhames retornáveis de água, nos termos desta portaria, deverá ser realizada pela envasadora por meio e forma a serem divulgados no portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Artigo 17. No momento da solicitação dos Selos Fiscais de Controle e Procedência, a envasadora deverá definir:

I - o produto para o qual solicita a emissão de selos;

II - a quantidade de selos solicitada.

§ 1° Cada lote de selos será vinculado a um único produto com volume, embalagem e marca próprios.

§ 2° Todos os produtos cadastrados deverão ser de marcas previamente autorizadas.

§ 3° O produto cadastrado deverá conter:

1 - o tamanho do recipiente;

2 - o tipo de embalagem;

3 - os códigos EAN-13 (European Article Number) e NCM (Nomenclatura Comum Mercosul);

4 - fotos do recipiente e do rótulo.

§ 4° O cadastramento dos produtos pelas envasadoras, nos termos deste artigo, não implica nenhuma autorização ou validação, pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, quanto ao produto e as respectivas informações cadastradas.

Artigo 18. A efetiva liberação do lote de selos será condicionada ao deferimento, total ou parcial da quantidade solicitada, pela Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Parágrafo único. O deferimento da solicitação pela Secretaria da Fazenda e Planejamento é definitivo e vinculante à emissão do lote pela empresa autorizada a emitir selos, não estando autorizados quaisquer condicionamentos posteriores por parte da gráfica.

CAPÍTULO V
DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS A EVENTOS SOBRE OS SELOS FISCAIS DE CONTROLE E PROCEDÊNCIA

Artigo 19. A gráfica informará, por meio e forma a serem divulgados no portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento, a efetiva entrega de todos os selos por ela produzidos, bem como eventual extravio, até o dia útil subsequente à ocorrência do fato.

Artigo 20. A envasadora informará, por meio e forma a serem divulgados no portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento, a utilização, destruição ou extravio de cada selo do lote entregue pela gráfica, até o dia útil subsequente à ocorrência do fato.

CAPÍTULO VI
DAS PENALIDADES

Artigo 21. O descumprimento do disposto nesta portaria sujeitará o infrator às penalidades previstas no artigo 8° da Lei 16.912, de 28-12-2018, sem prejuízo da cobrança do imposto, quando for o caso.

Artigo 22. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, quanto à obrigatoriedade de que trata o artigo 1°, a partir de 01-12-2020.

Parágrafo único. A água mineral, natural ou potável de mesa e adicionada de sais que tenha sido envasada, em vasilhames retornáveis com volume superior a 4 (quatro) litros, antes de 01-12-2020, sem o selo de que trata esta portaria, poderá ser comercializada no Estado de São Paulo até o dia 31-12-2020.

COMUNICADO DICAR N° 069, DE 2020 - (DOE de 02.10.2020)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-10-2020 para os débitos de ICMS

O DIRETOR DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1° da Lei 10.175, de 30/12/98, o artigo 96, § 1° da lei 6.374/89, com a redação dada pela lei 16.497/17, de 18/07/17, divulga que:

I - a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora anexa a este Comunicado é aplicável de 01-10-2020 a 30-10-2020 aos débitos de ICMS;

II - a Tabela anexa a este Comunicado não se aplica aos débitos de IPVA e de ITCMD.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA - ICMS - ANEXA AO COMUNICADO DICAR-69/20

Fatores para vencimentos anteriores ao dia 22/12/2009

MÊS/ANO DO VENCIMENTO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
JANEIRO	3,7541	3,6223	3,3993	3,2393	3,0759	2,8949	2,6903	2,5378	2,3617	2,2238	2,1030	1,9774
FEVEREIRO	3,7441	3,5985	3,3848	3,2291	3,0634	2,8766	2,6795	2,5256	2,3502	2,2138	2,0930	1,9674
MARÇO	3,7341	3,5652	3,3703	3,2165	3,0497	2,8588	2,6657	2,5103	2,3360	2,2033	2,0830	1,9574
ABRIL	3,7241	3,5417	3,3573	3,2046	3,0349	2,8401	2,6539	2,4962	2,3252	2,1933	2,0730	1,9474
MAIO	3,7141	3,5215	3,3424	3,1912	3,0208	2,8204	2,6416	2,4812	2,3124	2,1830	2,0630	1,9374
JUNHO	3,7041	3,5048	3,3285	3,1785	3,0075	2,8018	2,6293	2,4653	2,3006	2,1730	2,0530	1,9274
JULHO	3,6941	3,4882	3,3154	3,1635	2,9921	2,7810	2,6164	2,4502	2,2889	2,1630	2,0423	1,9174
AGOSTO	3,6841	3,4725	3,3013	3,1475	2,9777	2,7633	2,6035	2,4336	2,2763	2,1530	2,0321	1,9074
SETEMBRO	3,6741	3,4576	3,2891	3,1343	2,9639	2,7465	2,5910	2,4186	2,2657	2,1430	2,0211	1,8974
OUTUBRO	3,6641	3,4438	3,2762	3,1190	2,9474	2,7301	2,5789	2,4045	2,2548	2,1330	2,0093	1,8874

NOVEMBRO	3,6541	3,4299	3,2640	3,1051	2,9320	2,7167	2,5664	2,3907	2,2446	2,1230	1,9991	1,8774
DEZEMBRO	3,6441	3,4139	3,2520	3,0912	2,9146	2,7030	2,5516	2,3760	2,2346	2,1130	1,9879	1,8674

Fatores para vencimentos de 22/12/2009 até 31/10/2017

MÊS /DIA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
dez/09																						1,8574	1,8561	1,8548	feriado	sáb.	dom.	1,8496	1,8483	1,8470	feriado
jan/10	feriado	sáb.	dom.	1,8405	1,8392	1,8379	1,8366	1,8353	sáb.	dom.	1,8323	1,8313	1,8303	1,8293	1,8283	sáb.	dom.	1,8253	1,8243	1,8233	1,8223	1,8213	sáb.	dom.	1,8183	1,8173	1,8163	1,8153	1,8143	sáb.	dom.
fev/10	1,8113	1,8103	1,8093	1,8083	1,8073	sáb.	dom.	1,8043	1,8033	1,8023	1,8013	1,8003	sáb.	dom.	feriado	feriado	1,7953	1,7943	1,7933	sáb.	dom.	1,7903	1,7893	1,7883	1,7873	1,7863	sáb.	dom.			
mar/10	1,7833	1,7823	1,7813	1,7803	1,7793	sáb.	dom.	1,7763	1,7753	1,7743	1,7733	1,7723	sáb.	dom.	1,7693	1,7683	1,7673	1,7663	1,7653	sáb.	dom.	1,7623	1,7613	1,7603	1,7593	1,7583	sáb.	dom.	1,7553	1,7543	1,7533
abr/10	1,7523	feriado	sáb.	dom.	1,7483	1,7473	1,7463	1,7453	1,7443	sáb.	dom.	1,7413	1,7403	1,7393	1,7383	1,7373	sáb.	dom.	1,7343	1,7333	feriado	1,7313	1,7303	sáb.	dom.	1,7273	1,7263	1,7253	1,7243	1,7233	
mai/10	feriado	dom.	1,7203	1,7193	1,7183	1,7173	1,7163	sáb.	dom.	1,7133	1,7123	1,7113	1,7103	1,7093	sáb.	dom.	1,7063	1,7053	1,7043	1,7033	1,7023	sáb.	dom.	1,6993	1,6983	1,6973	1,6963	1,6953	sáb.	dom.	1,6923
jun/10	1,6913	1,6903	feriado	1,6883	sáb.	dom.	1,6853	1,6843	1,6833	1,6823	1,6813	sáb.	dom.	1,6783	1,6773	1,6763	1,6753	1,6743	sáb.	dom.	1,6713	1,6703	1,6693	1,6683	1,6673	sáb.	dom.	1,6643	1,6633	1,6623	
jul/10	1,6613	1,6603	sáb.	dom.	1,6573	1,6563	1,6553	1,6543	feriado	sáb.	dom.	1,6503	1,6493	1,6483	1,6473	1,6463	sáb.	dom.	1,6433	1,6423	1,6413	1,6403	1,6393	sáb.	dom.	1,6363	1,6353	1,6343	1,6333	1,6323	sáb.
ago/10	dom.	1,6293	1,6283	1,6273	1,6263	1,6253	sáb.	dom.	1,6223	1,6213	1,6203	1,6193	1,6183	sáb.	dom.	1,6153	1,6143	1,6133	1,6123	1,6113	sáb.	dom.	1,6083	1,6073	1,6063	1,6053	1,6043	sáb.	dom.	1,6013	1,6003
set/10	1,5993	1,5983	1,5973	sáb.	dom.	1,5943	feriado	1,5923	1,5913	1,5903	sáb.	dom.	1,5873	1,5863	1,5853	1,5843	1,5833	sáb.	dom.	1,5803	1,5793	1,5783	1,5773	1,5763	sáb.	dom.	1,5733	1,5723	1,5713	1,5703	
out/10	1,5693	sáb.	dom.	1,5663	1,5653	1,5643	1,5633	1,5623	sáb.	dom.	1,5593	feriado	1,5573	1,5563	1,5553	sáb.	dom.	1,5523	1,5513	1,5503	1,5493	1,5483	sáb.	dom.	1,5453	1,5443	1,5433	1,5423	1,5413	sáb.	dom.
nov/10	1,5383	feriado	1,5363	1,5353	1,5343	sáb.	dom.	1,5313	1,5303	1,5293	1,5283	1,5273	sáb.	dom.	feriado	1,5233	1,5223	1,5213	1,5203	sáb.	dom.	1,5173	1,5163	1,5153	1,5143	1,5133	sáb.	dom.	1,5103	1,5093	
dez/10	1,5083	1,5073	1,5063	sáb.	dom.	1,5033	1,5023	1,5013	1,5003	1,4993	sáb.	dom.	1,4963	1,4953	1,4943	1,4933	1,4923	sáb.	dom.	1,4893	1,4883	1,4873	1,4863	1,4853	feriado	dom.	1,4823	1,4813	1,4803	1,4793	feriado
jan/11	feriado	dom.	1,4753	1,4743	1,4733	1,4723	1,4713	sáb.	dom.	1,4683	1,4673	1,4663	1,4653	1,4643	sáb.	dom.	1,4613	1,4603	1,4593	1,4583	1,4573	sáb.	dom.	1,4543	1,4533	1,4523	1,4513	1,4503	sáb.	dom.	1,4473
fev/11	1,4463	1,4453	1,4443	1,4433	sáb.	dom.	1,4403	1,4393	1,4383	1,4373	1,4363	sáb.	dom.	1,4333	1,4323	1,4313	1,4303	1,4293	sáb.	dom.	1,4263	1,4253	1,4243	1,4233	1,4223	sáb.	dom.	1,4193			
mar/11	1,4183	1,4173	1,4163	1,4153	sáb.	dom.	feriado	feriado	1,4103	1,4093	1,4083	sáb.	dom.	1,4053	1,4043	1,4033	1,4023	1,4013	sáb.	dom.	1,3983	1,3973	1,3963	1,3953	1,3943	sáb.	dom.	1,3913	1,3903	1,3893	1,3883
abr/11	1,3873	sáb.	dom.	1,3843	1,3833	1,3823	1,3813	1,3803	sáb.	dom.	1,3773	1,3763	1,3753	1,3743	1,3733	sáb.	dom.	1,3703	1,3693	1,3683	feriado	feriado	sáb.	dom.	1,3633	1,3623	1,3613	1,3603	1,3593	sáb.	
mai/11	feriado	1,3561	1,3550	1,3539	1,3528	1,3517	sáb.	dom.	1,3484	1,3473	1,3462	1,3451	1,3440	sáb.	dom.	1,3407	1,3396	1,3385	1,3374	1,3363	sáb.	dom.	1,3330	1,3319	1,3308	1,3297	1,3286	sáb.	dom.	1,3253	1,3242
jun/1	1,3	1,3	1,3	sáb	do	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	sáb	do	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	sáb	do	1,3	1,3	1,3	feri	1,2	sáb	do	1,2	1,2	1,2	1,2	

1	231	220	209	.	m.	176	165	154	143	132	.	m.	099	088	077	066	055	.	m.	022	011	000	ado	978	.	m.	945	934	923	912	
jul/11	1,2901	sáb.	dom.	1,2868	1,2857	1,2846	1,2835	1,2824	feriado	dom.	1,2791	1,2780	1,2769	1,2758	1,2747	sáb.	dom.	1,2714	1,2703	1,2692	1,2681	1,2670	sáb.	dom.	1,2637	1,2626	1,2615	1,2604	1,2593	sáb.	dom.
ago/11	1,2561	1,2551	1,2541	1,2531	1,2521	sáb.	dom.	1,2491	1,2481	1,2471	1,2461	1,2451	sáb.	dom.	1,2421	1,2411	1,2401	1,2391	1,2381	sáb.	dom.	1,2351	1,2341	1,2331	1,2321	1,2311	sáb.	dom.	1,2281	1,2271	1,2261
set/11	1,2251	1,2241	sáb.	dom.	1,2211	1,2201	feriado	1,2181	1,2171	sáb.	dom.	1,2141	1,2131	1,2121	1,2111	1,2101	sáb.	dom.	1,2071	1,2061	1,2051	1,2041	1,2031	sáb.	dom.	1,2001	1,1991	1,1981	1,1971	1,1961	
out/11	sáb.	dom.	1,1931	1,1921	1,1911	1,1901	1,1891	sáb.	dom.	1,1861	1,1851	feriado	1,1831	1,1821	sáb.	dom.	1,1791	1,1781	1,1771	1,1761	1,1751	sáb.	dom.	1,1721	1,1711	1,1701	1,1691	1,1681	sáb.	dom.	1,1651
nov/11	1,1641	feriado	1,1621	1,1611	sáb.	dom.	1,1581	1,1571	1,1561	1,1551	1,1541	sáb.	dom.	1,1511	feriado	1,1491	1,1481	1,1471	sáb.	dom.	1,1441	1,1431	1,1421	1,1411	1,1401	sáb.	dom.	1,1371	1,1361	1,1351	
dez/11	1,1341	1,1331	sáb.	dom.	1,1301	1,1291	1,1281	1,1271	1,1261	sáb.	dom.	1,1231	1,1221	1,1211	1,1201	1,1191	sáb.	dom.	1,1161	1,1151	1,1141	1,1131	1,1121	sáb.	feriado	1,1091	1,1081	1,1071	1,1061	feriado	sáb.
jan/12	feriado	1,1021	1,1011	1,1001	1,0991	1,0981	sáb.	dom.	1,0951	1,0941	1,0931	1,0921	1,0911	sáb.	dom.	1,0881	1,0871	1,0861	1,0851	1,0841	sáb.	dom.	1,0811	1,0801	1,0791	1,0781	1,0771	sáb.	dom.	1,0741	1,0731
fev/12	1,0721	1,0711	1,0701	sáb.	dom.	1,0671	1,0661	1,0651	1,0641	1,0631	sáb.	dom.	1,0601	1,0591	1,0581	1,0571	1,0561	sáb.	dom.	feriado	feriado	1,0511	1,0501	1,0491	sáb.	dom.	1,0461	1,0451	1,0441		
mar/12	1,0432	1,0423	sáb.	dom.	1,0396	1,0387	1,0378	1,0369	1,0360	sáb.	dom.	1,0333	1,0324	1,0315	1,0306	1,0297	sáb.	dom.	1,0270	1,0261	1,0252	1,0243	1,0234	sáb.	dom.	1,0207	1,0198	1,0189	1,0180	1,0171	sáb.
abr/12	dom.	1,0142	1,0132	1,0122	1,0112	feriado	sáb.	dom.	1,0072	1,0062	1,0052	1,0042	1,0032	sáb.	dom.	1,002	0,9992	0,9982	0,9972	0,9962	feriado	dom.	0,9932	0,9922	0,9912	0,9902	0,9892	sáb.	dom.	0,9862	
mai/12	feriado	0,9854	0,9850	0,9846	sáb.	dom.	0,9834	0,9830	0,9826	0,9822	0,9818	sáb.	dom.	0,9806	0,9802	0,9798	0,9794	0,9790	sáb.	dom.	0,9778	0,9774	0,9770	0,9766	0,9762	sáb.	dom.	0,9750	0,9746	0,9742	0,9738
jun/12	0,9735	sáb.	dom.	0,9726	0,9723	0,9720	feriado	0,9714	sáb.	dom.	0,9705	0,9702	0,9699	0,9696	0,9693	sáb.	dom.	0,9684	0,9681	0,9678	0,9675	0,9672	sáb.	dom.	0,9663	0,9660	0,9657	0,9654	0,9651	sáb.	
jul/12	dom.	0,9642	0,9639	0,9636	0,9633	0,9630	sáb.	dom.	feriado	0,9618	0,9615	0,9612	0,9609	sáb.	dom.	0,9600	0,9597	0,9594	0,9591	0,9588	sáb.	dom.	0,9579	0,9576	0,9573	0,9570	0,9567	sáb.	dom.	0,9558	0,9555
ago/12	0,9552	0,9549	0,9546	sáb.	dom.	0,9537	0,9534	0,9531	0,9528	0,9525	sáb.	dom.	0,9516	0,9513	0,9510	0,9507	0,9504	sáb.	dom.	0,9495	0,9492	0,9489	0,9486	0,9483	sáb.	dom.	0,9474	0,9471	0,9468	0,9465	0,9462
set/12	sáb.	dom.	0,9453	0,9450	0,9447	0,9444	feriado	sáb.	dom.	0,9432	0,9429	0,9426	0,9423	0,9420	sáb.	dom.	0,9411	0,9408	0,9405	0,9402	0,9399	sáb.	dom.	0,9390	0,9387	0,9384	0,9381	0,9378	sáb.	dom.	
out/12	0,9369	0,9366	0,9363	0,9360	0,9357	sáb.	dom.	0,9348	0,9345	0,9342	0,9339	feriado	sáb.	dom.	0,9327	0,9324	0,9321	0,9318	0,9315	sáb.	dom.	0,9306	0,9303	0,9300	0,9297	0,9294	sáb.	dom.	0,9285	0,9282	0,9279
nov/12	0,9276	feriado	sáb.	dom.	0,9264	0,9261	0,9258	0,9255	0,9252	sáb.	dom.	0,9243	0,9240	0,9237	feriado	0,9231	sáb.	dom.	0,9222	0,9219	0,9216	0,9213	0,9210	sáb.	dom.	0,9201	0,9198	0,9195	0,9192	0,9189	
dez/12	sáb.	dom.	0,9180	0,9177	0,9174	0,9171	0,9168	sáb.	dom.	0,9159	0,9156	0,9153	0,9150	0,9147	sáb.	dom.	0,9138	0,9135	0,9132	0,9129	0,9126	sáb.	dom.	0,9117	feriado	0,9111	0,9108	0,9105	sáb.	dom.	feriado
jan/13	feriado	0,9090	0,9087	0,9084	sáb.	dom.	0,9075	0,9072	0,9069	0,9066	0,9063	sáb.	dom.	0,9054	0,9051	0,9048	0,9045	0,9042	sáb.	dom.	0,9033	0,9030	0,9027	0,9024	0,9021	sáb.	dom.	0,9012	0,9009	0,9006	0,9003
fev/13	0,9000	sáb.	dom.	0,8991	0,8988	0,8985	0,8982	0,8979	sáb.	dom.	feriado	feriado	0,8964	0,8961	0,8958	sáb.	dom.	0,8949	0,8946	0,8943	0,8940	0,8937	sáb.	dom.	0,8928	0,8925	0,8922	0,8919			
mar/	0,8	sáb	do	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	sáb	do	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	sáb	do	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	sáb	do	0,8	0,8	0,8	0,8	feri	sáb	do

13	916	.	m.	907	904	901	898	895	.	m.	886	883	880	877	874	.	m.	865	862	859	856	853	.	m.	844	841	838	835	ado	.	m.
abr/13	0,823	0,820	0,817	0,814	0,811	sáb.	dom.	0,802	0,799	0,796	0,793	0,790	sáb.	dom.	0,781	0,778	0,775	0,772	0,769	sáb.	feriado	0,760	0,757	0,754	0,751	0,748	sáb.	dom.	0,739	0,736	
mai/13	feriado	0,730	0,727	sáb.	dom.	0,718	0,715	0,712	0,709	0,706	sáb.	dom.	0,697	0,694	0,691	0,688	0,685	sáb.	dom.	0,676	0,673	0,670	0,667	0,664	sáb.	dom.	0,655	0,652	0,649	feriado	0,643
jun/13	sáb.	dom.	0,634	0,631	0,628	0,625	0,622	sáb.	dom.	0,613	0,610	0,607	0,604	0,601	sáb.	dom.	0,592	0,589	0,586	0,583	0,580	sáb.	dom.	0,571	0,568	0,565	0,562	0,559	sáb.	dom.	
jul/13	0,550	0,547	0,544	0,541	0,538	sáb.	dom.	0,529	feriado	0,523	0,520	0,517	sáb.	dom.	0,508	0,505	0,502	0,499	0,496	sáb.	dom.	0,487	0,484	0,481	0,478	0,475	sáb.	dom.	0,466	0,463	0,460
ago/13	0,457	0,454	sáb.	dom.	0,445	0,442	0,439	0,436	0,433	sáb.	dom.	0,424	0,421	0,418	0,415	0,412	sáb.	dom.	0,403	0,400	0,397	0,394	0,391	sáb.	dom.	0,382	0,379	0,376	0,373	0,370	sáb.
set/13	dom.	0,361	0,358	0,355	0,352	0,349	sáb.	dom.	0,340	0,337	0,334	0,331	0,328	sáb.	dom.	0,319	0,316	0,313	0,310	0,307	sáb.	dom.	0,298	0,295	0,292	0,289	0,286	sáb.	dom.	0,277	
out/13	0,274	0,271	0,268	0,265	sáb.	dom.	0,256	0,253	0,250	0,247	0,244	sáb.	dom.	0,235	0,232	0,229	0,226	0,223	sáb.	dom.	0,214	0,211	0,208	0,205	0,202	sáb.	dom.	0,193	0,190	0,187	0,184
nov/13	0,181	feriado	dom.	0,172	0,169	0,166	0,163	0,160	sáb.	dom.	0,151	0,148	0,145	0,142	feriado	sáb.	dom.	0,130	0,127	0,124	0,121	0,118	sáb.	dom.	0,109	0,106	0,103	0,100	0,097	sáb.	
dez/13	dom.	0,088	0,085	0,082	0,079	0,076	sáb.	dom.	0,067	0,064	0,061	0,058	0,055	sáb.	dom.	0,046	0,043	0,040	0,037	0,034	sáb.	dom.	0,025	0,022	feriado	0,016	0,013	sáb.	dom.	0,004	feriado
jan/14	feriado	0,7993	0,7989	sáb.	dom.	0,7977	0,7973	0,7969	0,7965	0,7961	sáb.	dom.	0,7949	0,7945	0,7941	0,7937	0,7933	sáb.	dom.	0,7921	0,7917	0,7913	0,7909	0,7905	sáb.	dom.	0,7893	0,7889	0,7885	0,7881	0,7877
fev/14	sáb.	dom.	0,7865	0,7861	0,7857	0,7853	0,7849	sáb.	dom.	0,7837	0,7833	0,7829	0,7825	0,7821	sáb.	dom.	0,7809	0,7805	0,7801	0,7797	0,7793	sáb.	dom.	0,7781	0,7777	0,7773	0,7769	0,7765			
mar/14	sáb.	dom.	feriado	feriado	0,7745	0,7741	0,7737	sáb.	dom.	0,7725	0,7721	0,7717	0,7713	0,7709	sáb.	dom.	0,7697	0,7693	0,7689	0,7685	0,7681	sáb.	dom.	0,7669	0,7665	0,7661	0,7657	0,7653	sáb.	dom.	0,7641
abr/14	0,7637	0,7633	0,7629	0,7625	sáb.	dom.	0,7613	0,7609	0,7605	0,7601	0,7597	sáb.	dom.	0,7585	0,7581	0,7577	0,7573	feriado	sáb.	dom.	feriado	0,7553	0,7549	0,7545	0,7541	sáb.	dom.	0,7529	0,7525	0,7521	
mai/14	feriado	0,7513	sáb.	dom.	0,7501	0,7497	0,7493	0,7489	0,7485	sáb.	dom.	0,7473	0,7469	0,7465	0,7461	0,7457	sáb.	dom.	0,7445	0,7441	0,7437	0,7433	0,7429	sáb.	dom.	0,7417	0,7413	0,7409	0,7405	0,7401	sáb.
jun/14	dom.	0,7389	0,7385	0,7381	0,7377	0,7373	sáb.	dom.	0,7361	0,7357	0,7353	0,7349	0,7345	sáb.	dom.	0,7333	0,7329	0,7325	feriado	0,7317	sáb.	dom.	0,7305	0,7301	0,7297	0,7293	0,7289	sáb.	dom.	0,7277	
jul/14	0,7273	0,7269	0,7265	0,7261	sáb.	dom.	0,7249	0,7245	feriado	0,7237	0,7233	sáb.	dom.	0,7221	0,7217	0,7213	0,7209	0,7205	sáb.	dom.	0,7193	0,7189	0,7185	0,7181	0,7177	sáb.	dom.	0,7165	0,7161	0,7157	0,7153
ago/14	0,7149	sáb.	dom.	0,7137	0,7133	0,7129	0,7125	0,7121	sáb.	dom.	0,7109	0,7105	0,7101	0,7097	0,7093	sáb.	dom.	0,7081	0,7077	0,7073	0,7069	0,7065	sáb.	dom.	0,7053	0,7049	0,7045	0,7041	0,7037	sáb.	dom.
set/14	0,7025	0,7021	0,7017	0,7013	0,7009	sáb.	feriado	0,6997	0,6993	0,6989	0,6985	0,6981	sáb.	dom.	0,6969	0,6965	0,6961	0,6957	0,6953	sáb.	dom.	0,6941	0,6937	0,6933	0,6929	0,6925	sáb.	dom.	0,6913	0,6909	
out/14	0,6905	0,6901	0,6897	sáb.	dom.	0,6885	0,6881	0,6877	0,6873	0,6869	sáb.	feriado	0,6857	0,6853	0,6849	0,6845	0,6841	sáb.	dom.	0,6829	0,6825	0,6821	0,6817	0,6813	sáb.	dom.	0,6801	0,6797	0,6793	0,6789	0,6785
nov/14	sáb.	feriado	0,6773	0,6769	0,6765	0,6761	0,6757	sáb.	dom.	0,6745	0,6741	0,6737	0,6733	0,6729	feriado	dom.	0,6717	0,6713	0,6709	0,6705	0,6701	sáb.	dom.	0,6689	0,6685	0,6681	0,6677	0,6673	sáb.	dom.	
dez/1	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	sáb	do	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	sáb	do	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	sáb	do	0,6	0,6	0,6	feri	0,6	sáb	do	0,6	0,6	feri

4	661	657	653	649	645	.	m.	633	629	625	621	617	.	m.	605	601	597	593	589	.	m.	577	573	569	ado	561	.	m.	549	545	ado
jan/15	feriado	0,6533	sáb.	dom.	0,6521	0,6517	0,6513	0,6509	0,6505	sáb.	dom.	0,6493	0,6489	0,6485	0,6481	0,6477	sáb.	dom.	0,6465	0,6461	0,6457	0,6453	0,6449	sáb.	dom.	0,6437	0,6433	0,6429	0,6425	0,6421	sáb.
fev/15	dom.	0,6409	0,6405	0,6401	0,6397	0,6393	sáb.	dom.	0,6381	0,6377	0,6373	0,6369	0,6365	sáb.	dom.	feriado	feriado	0,6345	0,6341	0,6337	sáb.	dom.	0,6325	0,6321	0,6317	0,6313	0,6309	sáb.			
mar/15	dom.	0,6297	0,6293	0,6289	0,6285	0,6281	sáb.	dom.	0,6269	0,6265	0,6261	0,6257	0,6253	sáb.	dom.	0,6241	0,6237	0,6233	0,6229	0,6225	sáb.	dom.	0,6213	0,6209	0,6205	0,6201	0,6197	sáb.	dom.	0,6185	0,6181
abr/15	0,6177	0,6173	feriado	sáb.	dom.	0,6157	0,6153	0,6149	0,6145	0,6141	sáb.	dom.	0,6129	0,6125	0,6121	0,6117	0,6113	sáb.	dom.	0,6101	feriado	0,6093	0,6089	0,6085	sáb.	dom.	0,6073	0,6069	0,6065	0,6061	
mai/15	feriado	sáb.	dom.	0,6045	0,6041	0,6037	0,6033	0,6029	sáb.	dom.	0,6017	0,6013	0,6009	0,6005	0,6001	sáb.	dom.	0,5989	0,5985	0,5981	0,5977	0,5973	sáb.	dom.	0,5961	0,5957	0,5953	0,5949	0,5945	sáb.	dom.
jun/15	0,5933	0,5929	0,5925	feriado	0,5917	sáb.	dom.	0,5905	0,5901	0,5897	0,5893	0,5889	sáb.	dom.	0,5877	0,5873	0,5869	0,5865	0,5861	sáb.	dom.	0,5849	0,5845	0,5841	0,5837	0,5833	sáb.	dom.	0,5821	0,5817	
jul/15	0,5812	0,5807	0,5802	sáb.	dom.	0,5787	0,5782	0,5777	feriado	0,5767	sáb.	dom.	0,5752	0,5747	0,5742	0,5737	0,5732	sáb.	dom.	0,5717	0,5712	0,5707	0,5702	0,5697	sáb.	dom.	0,5682	0,5677	0,5672	0,5667	0,5662
ago/15	sáb.	dom.	0,5647	0,5642	0,5637	0,5632	0,5627	sáb.	dom.	0,5612	0,5607	0,5602	0,5597	0,5592	sáb.	dom.	0,5577	0,5572	0,5567	0,5562	0,5557	sáb.	dom.	0,5542	0,5537	0,5532	0,5527	0,5522	sáb.	dom.	0,5507
set/15	0,5502	0,5497	0,5492	0,5487	sáb.	dom.	feriado	0,5467	0,5462	0,5457	0,5452	sáb.	dom.	0,5437	0,5432	0,5427	0,5422	0,5417	sáb.	dom.	0,5402	0,5397	0,5392	0,5387	0,5382	sáb.	dom.	0,5367	0,5362	0,5357	
out/15	0,5352	0,5347	sáb.	dom.	0,5332	0,5327	0,5322	0,5317	0,5312	sáb.	dom.	feriado	0,5292	0,5287	0,5282	0,5277	sáb.	dom.	0,5262	0,5257	0,5252	0,5247	0,5242	sáb.	dom.	0,5227	0,5222	0,5217	0,5212	0,5207	sáb.
nov/15	dom.	feriado	0,5187	0,5182	0,5177	0,5172	sáb.	dom.	0,5157	0,5152	0,5147	0,5142	0,5137	sáb.	feriado	0,5122	0,5117	0,5112	0,5107	0,5102	sáb.	dom.	0,5087	0,5082	0,5077	0,5072	0,5067	sáb.	dom.	0,5052	
dez/15	0,5047	0,5042	0,5037	0,5032	sáb.	dom.	0,5017	0,5012	0,5007	0,5002	0,4997	sáb.	dom.	0,4982	0,4977	0,4972	0,4967	0,4962	sáb.	dom.	0,4947	0,4942	0,4937	0,4932	feriado	sáb.	dom.	0,4912	0,4907	0,4902	feriado
jan/16	feriado	sáb.	dom.	0,4877	0,4872	0,4867	0,4862	0,4857	sáb.	dom.	0,4842	0,4837	0,4832	0,4827	0,4822	sáb.	dom.	0,4807	0,4802	0,4797	0,4792	0,4787	sáb.	dom.	0,4772	0,4767	0,4762	0,4757	0,4752	sáb.	dom.
fev/16	0,4737	0,4732	0,4727	0,4722	0,4717	sáb.	dom.	feriado	feriado	0,4692	0,4687	0,4682	sáb.	dom.	0,4667	0,4662	0,4657	0,4652	0,4647	sáb.	dom.	0,4632	0,4627	0,4622	0,4617	0,4612	sáb.	dom.	0,4597		
mar/16	0,4592	0,4587	0,4582	0,4577	sáb.	dom.	0,4562	0,4557	0,4552	0,4547	0,4542	sáb.	dom.	0,4527	0,4522	0,4517	0,4512	0,4507	sáb.	dom.	0,4492	0,4487	0,4482	0,4477	feriado	sáb.	dom.	0,4457	0,4452	0,4447	0,4442
abr/16	0,4437	sáb.	dom.	0,4422	0,4417	0,4412	0,4407	0,4402	sáb.	dom.	0,4387	0,4382	0,4377	0,4372	0,4367	sáb.	dom.	0,4352	0,4347	0,4342	feriado	0,4332	sáb.	dom.	0,4317	0,4312	0,4307	0,4302	0,4297	sáb.	
mai/16	feriado	0,4282	0,4277	0,4272	0,4267	0,4262	sáb.	dom.	0,4247	0,4242	0,4237	0,4232	0,4227	sáb.	dom.	0,4212	0,4207	0,4202	0,4197	0,4192	sáb.	dom.	0,4177	0,4172	0,4167	feriado	0,4157	sáb.	dom.	0,4142	0,4137
jun/16	0,4132	0,4127	0,4122	sáb.	dom.	0,4107	0,4102	0,4097	0,4092	0,4087	sáb.	dom.	0,4072	0,4067	0,4062	0,4057	0,4052	sáb.	dom.	0,4037	0,4032	0,4027	0,4022	0,4017	sáb.	dom.	0,4002	0,3997	0,3992	0,3987	
jul/16	0,3982	sáb.	dom.	0,3967	0,3962	0,3957	0,3952	0,3947	feriado	dom.	0,3932	0,3927	0,3922	0,3917	0,3912	sáb.	dom.	0,3897	0,3892	0,3887	0,3882	0,3877	sáb.	dom.	0,3862	0,3857	0,3852	0,3847	0,3842	sáb.	dom.
ago/16	0,3827	0,3822	0,3817	0,3812	0,3807	sáb.	dom.	0,3792	0,3787	0,3782	0,3777	0,3772	sáb.	dom.	0,3757	0,3752	0,3747	0,3742	0,3737	sáb.	dom.	0,3722	0,3717	0,3712	0,3707	0,3702	sáb.	dom.	0,3687	0,3682	0,3677
set/1	0,3	0,3	sáb	do	0,3	0,3	feri	0,3	0,3	sáb	do	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	sáb	do	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	sáb	do	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	

6	672	667	.	m.	652	647	ado	637	632	.	m.	617	612	607	602	597	.	m.	582	577	572	567	562	.	m.	547	542	537	532	527	
out/16	sáb.	dom.	0,3512	0,3507	0,3502	0,3497	0,3492	sáb.	dom.	0,3477	0,3472	feriado	0,3462	0,3457	sáb.	dom.	0,3442	0,3437	0,3432	0,3427	0,3422	sáb.	dom.	0,3407	0,3402	0,3397	0,3392	0,3387	sáb.	dom.	0,3372
nov/16	0,3367	feriado	0,3357	0,3352	sáb.	dom.	0,3337	0,3332	0,3327	0,3322	0,3317	sáb.	dom.	0,3302	feriado	0,3292	0,3287	0,3282	sáb.	dom.	0,3267	0,3262	0,3257	0,3252	0,3247	sáb.	dom.	0,3232	0,3227	0,3222	
dez/16	0,3217	0,3212	sáb.	dom.	0,3197	0,3192	0,3187	0,3182	0,3177	sáb.	dom.	0,3162	0,3157	0,3152	0,3147	0,3142	sáb.	dom.	0,3127	0,3122	0,3117	0,3112	0,3107	sáb.	feriado	0,3092	0,3087	0,3082	0,3077	feriado	sáb.
jan/17	dom.	0,3057	0,3052	0,3047	0,3042	0,3037	sáb.	dom.	0,3022	0,3017	0,3012	0,3007	0,3002	sáb.	dom.	0,2987	0,2982	0,2977	0,2972	0,2967	sáb.	dom.	0,2952	0,2947	0,2942	0,2937	0,2932	sáb.	dom.	0,2917	0,2912
fev/17	0,2907	0,2902	0,2897	sáb.	dom.	0,2882	0,2877	0,2872	0,2867	0,2862	sáb.	dom.	0,2847	0,2842	0,2837	0,2832	0,2827	sáb.	dom.	0,2812	0,2807	0,2802	0,2797	0,2792	sáb.	dom.	feriado	feriado			
mar/17	0,2767	0,2762	0,2757	sáb.	dom.	0,2742	0,2737	0,2732	0,2727	0,2722	sáb.	dom.	0,2707	0,2702	0,2697	0,2692	0,2687	sáb.	dom.	0,2672	0,2667	0,2662	0,2657	0,2652	sáb.	dom.	0,2637	0,2632	0,2627	0,2622	0,2617
abr/17	sáb.	dom.	0,2602	0,2597	0,2592	0,2587	0,2582	sáb.	dom.	0,2567	0,2562	0,2557	0,2552	feriado	sáb.	dom.	0,2532	0,2527	0,2522	0,2517	feriado	sáb.	dom.	0,2497	0,2492	0,2487	0,2482	0,2477	sáb.	dom.	
mai/17	feriado	0,2457	0,2452	0,2447	0,2442	sáb.	dom.	0,2427	0,2422	0,2417	0,2412	0,2407	sáb.	dom.	0,2392	0,2387	0,2382	0,2377	0,2372	sáb.	dom.	0,2357	0,2352	0,2347	0,2342	0,2337	sáb.	dom.	0,2322	0,2317	0,2312
jun/17	0,2307	0,2302	sáb.	dom.	0,2287	0,2282	0,2277	0,2272	0,2267	sáb.	dom.	0,2252	0,2247	0,2242	feriado	0,2232	sáb.	dom.	0,2217	0,2212	0,2207	0,2202	0,2197	sáb.	dom.	0,2182	0,2177	0,2172	0,2167	0,2162	
jul/17	sáb.	dom.	0,2147	0,2142	0,2137	0,2132	0,2127	sáb.	feriado	0,2112	0,2107	0,2102	0,2097	0,2092	sáb.	dom.	0,2077	0,2072	0,2067	0,2062	0,2057	sáb.	dom.	0,2042	0,2037	0,2032	0,2027	0,2022	sáb.	dom.	0,2007
ago/17	0,2003	0,1999	0,1995	0,1991	sáb.	dom.	0,1979	0,1975	0,1971	0,1967	0,1963	sáb.	dom.	0,1951	0,1947	0,1943	0,1939	0,1935	sáb.	dom.	0,1923	0,1919	0,1915	0,1911	0,1907	sáb.	dom.	0,1895	0,1891	0,1887	0,1883
set/17	0,1879	sáb.	dom.	0,1867	0,1863	0,1859	feriado	0,1851	sáb.	dom.	0,1839	0,1835	0,1831	0,1827	0,1823	sáb.	dom.	0,1811	0,1807	0,1803	0,1799	0,1795	sáb.	dom.	0,1783	0,1779	0,1775	0,1771	0,1767	sáb.	
out/17	dom.	0,1755	0,1751	0,1747	0,1743	0,1739	sáb.	dom.	0,1727	0,1723	0,1719	feriado	0,1711	sáb.	dom.	0,1699	0,1695	0,1691	0,1687	0,1683	sáb.	dom.	0,1671	0,1667	0,1663	0,1659	0,1655	sáb.	dom.	0,1643	0,1639

Fatores para vencimentos a partir do mês de novembro/2017

ANO / MÊS DO VENCIMENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2017											0,1682	0,1628
2018	0,1570	0,1523	0,1470	0,1418	0,1366	0,1314	0,1260	0,1203	0,1156	0,1102	0,1053	0,1004
2019	0,0950	0,0901	0,0854	0,0802	0,0748	0,0701	0,0644	0,0594	0,0548	0,0500	0,0462	0,0425
2020	0,0387	0,0358	0,0324	0,0296	0,0272	0,0251	0,0232	0,0216	0,0200	0,0100		

OBS.: Para débitos vencidos a partir de 01/01/99, aplicar o coeficiente de juros correspondente ao mês de vencimento do débito. Para débitos vencidos a partir de jan/99 até nov/09 e a partir de nov/17, quando o vencimento do débito ocorrer no último dia útil do mês, aplicar o coeficiente correspondente ao mês do vencimento, deduzindo-se 0,0100.

COMUNICADO DICAR N° 070, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020 - (DOE de 02.10.2020)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-10-2020 para os débitos de Multas Infracionais do ICMS.

O DIRETOR DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1° da Lei 10.175, de 30/12/98, o artigo 96, § 1° da Lei 6.374/89, com a redação dada pela lei 16.497/17, de 18/07/17, divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora, anexa a este Comunicado, aplicáveis de 01-10-2020 a 30-10-2020 aos débitos de Multas Infracionais do ICMS.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA SOBRE A MULTA INFRACIONAL DO ICMS, ANEXA AO COMUNICADO DICAR-70/20

MÊS/ANO DA NOTIFICAÇÃO DO AIIM	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
JANEIRO	0,00000	3,21891	3,05534	2,86866	2,66695	2,51556	2,34002	2,20238	2,08030	1,95774	1,78443	1,41993	1,04141	0,89019	0,77665	0,63005	0,45997	0,27272	0,14223	0,08001	0,02258
FEVEREIRO	0,00000	3,20665	3,03997	2,84888	2,65557	2,50003	2,32660	2,19333	2,07030	1,94774	1,75333	1,38383	1,01662	0,88026	0,76641	0,61681	0,44442	0,26217	0,13770	0,07554	0,02224
MARÇO	0,00000	3,19346	3,02249	2,83001	2,64639	2,48062	2,31552	2,18333	2,06030	1,93774	1,72333	1,35383	0,98662	0,87036	0,75121	0,60061	0,42992	0,24267	0,13118	0,07002	0,01996
ABRIL	0,00000	3,18112	3,01008	2,81004	2,63616	2,47112	2,30224	2,17030	2,05030	1,92774	1,69023	1,32042	0,97038	0,86043	0,73997	0,59037	0,41437	0,23112	0,12666	0,06448	0,01972
MAIO	0,00000	3,16885	2,99775	2,79718	2,61993	2,45553	2,29006	2,16030	2,04030	1,91774	1,66023	1,29112	0,96048	0,85053	0,72777	0,58017	0,39887	0,21662	0,12114	0,06001	0,01951
JUNHO	0,00000	3,15535	2,98221	2,77710	2,60064	2,44402	2,27889	2,15030	2,03023	1,90774	1,63113	1,25771	0,95555	0,84060	0,71753	0,56062	0,38332	0,20007	0,11060	0,05444	0,01932
JULHO	3,29113	3,13775	2,96677	2,75333	2,59535	2,42636	2,26663	2,14030	2,02021	1,89774	1,60003	1,22761	0,94062	0,83067	0,70729	0,55007	0,36777	0,18383	0,11003	0,04994	0,01916
AGOSTO	3,27991	3,12443	2,95539	2,73765	2,58010	2,40886	2,25557	2,13030	2,01011	1,88774	1,57003	1,19761	0,93072	0,82077	0,69709	0,53557	0,35227	0,17663	0,10056	0,04848	0,01900
SETEMBRO	3,26662	3,10990	2,93774	2,72001	2,56089	2,39545	2,24848	2,12030	1,99993	1,87774	1,53993	1,16751	0,92979	0,81884	0,67885	0,52002	0,33772	0,16339	0,10002	0,04000	-
OUTUBRO	3,25340	3,09551	2,92220	2,70067	2,55564	2,38007	2,23446	2,11030	1,98991	1,86774	1,50993	1,13751	0,91889	0,80094	0,66665	0,50052	0,32222	0,15882	0,09953	0,03962	-
NOVEMBRO	3,24020	3,08112	2,90846	2,69330	2,54116	2,36660	2,22246	2,10030	1,97979	1,84557	1,47883	1,10441	0,90096	0,80001	0,65441	0,48997	0,30667	0,15328	0,09004	0,03925	-
DEZEMBRO	3,22693	3,06559	2,88449	2,68003	2,52778	2,35117	2,21838	2,09030	1,96774	1,81223	1,44773	1,07731	0,90003	0,78077	0,64117	0,47442	0,29212	0,14770	0,08550	0,02887	-

INSTRUÇÃO NORMATIVA SAT N° 063, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOE de 01.10.2020)

Altera os valores dos Produtos, do Boletim Informativo - Lista de Preços, que estabelece os valores a serem considerados como base cálculo para efeito de pagamento do ICMS.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso de sua atribuição, conferida através do disposto no art. 2°, da Portaria SEFAZ n° 749, de 06 de julho de 2011.

RESOLVE:

Art. 1° Ficam alterados os subgrupos 22.5 - CERVEJAS, na conformidade do Anexo único desta Instrução.

Art. 2° Estabelece que prevaleça para efeito de pagamento do ICMS, o maior valor entre o constante do respectivo documento fiscal e o preço praticado no mercado varejista, indicado no Anexo Único desta Instrução.

Art. 3° Esta Instrução Normativa entra em vigor em 01 de Outubro de 2020.

HELDER FRANCISCO DOS SANTOS
Superintendente de Administração Tributária

ANEXO ÚNICO À INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 00063, de 28 de Setembro de 2020

BOLETIM INFORMATIVO - LISTA DE PREÇOS
GRUPO E SUBGRUPO

Grupo: BEBIDAS, LÍQUIDOS ALCOÓLICOS E VINAGRES
Subgrupo: CERVEJAS

ITEM	UN	DISCRIMINAÇÃO	VALOR	ÚLT. ALTERAÇÃO	
				I.N.	VIGÊNCIA
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Antarctica Pilsen 300 ml	2,15	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Brahma Chopp 300 ml	1,98	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Conti Pilsen 300 ml	1,62	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Glacial Pilsen 300 ml	1,51	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Itaipava Pilsen 300 ml	1,96	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Schin Pilsen 300 ml	1,84	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Skol Pilsen 300 ml	2,13	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Burguesa 300 ml	1,81	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Outras Marcas até 300 ml	2,47	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Cintra 300 ml	1,40	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Conti Zero Grau 300 ml	1,60	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Conti Malzbier 300 ml	1,71	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Crystal Pilsen 300 ml	1,71	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Devassa 300 ml	1,97	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Proibida 300 ml	1,83	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Samba 300 ml	1,69	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml 1500 Puro Malte 300 ml	2,15	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Antarctica Original 300 ml	2,39	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Bohemia Pilsen 300 ml	2,24	00063/2020	01/10/2020

22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Caracu 300 ml	2,34	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Skol Puro Malte 300 ml	2,13	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Petra Puro Malte 300 ml	1,97	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Antarctica Subzero 300 ml	1,59	00063/2020	01/10/2020
22.5.38	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL ATÉ 300 ml Imperio Pilsen 300 ml	1,85	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml 1500 Puro Malte 600 ml	5,33	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Antarctica Pilsen 600 ml	6,08	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Antarctica SubZero 600 ml	4,93	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Bavaria Pilsen 600 ml	4,38	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Bavaria Premium 600 ml	4,86	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Belco Malzbier 600 ml	3,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Belco Sun Pilsen 600 ml	3,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Bohemia Pilsen 600 ml	6,98	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Brahma Chopp 600 ml	5,42	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Burguesa 600 ml	3,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Brahma Fresh 600 ml	4,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Budweiser 600 ml	6,95	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Cerpa Draft 600 ml	5,78	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Cerpa Tijuca 600 ml	5,78	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Conti Pilsen 600 ml	3,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Conti Zero Grau 600 ml	3,60	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Devassa 600 ml	4,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Glacial Pilsen 600 ml	3,51	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Heineken 600 ml	7,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Itaipava Pilsen 600 ml	4,98	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Kaiser Pilsen 600 ml	4,18	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Antarctica Original 600 ml	7,38	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Proibida 600 ml	4,78	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml No Grau 600 ml	3,69	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Schin Pilsen 600 ml	4,14	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Schin Zero Álcool 600 ml	4,50	00063/2020	01/10/2020

22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Skol Pilsen 600 ml	6,02	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Schin Malzbier 600 ml	4,78	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Outras Marcas de 301 a 600 ml	9,33	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Cintra 600 ml	3,65	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Crystal Malzbier 600 ml	4,55	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Crystal Pilsen 600 ml	3,65	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Eisenbahn Pilsen 600 ml	6,65	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Itaipava Malzbier 600 ml	5,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Itaipava Premium 600 ml	6,40	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Petra Pilsen 600 ml	5,14	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Proibida Puro Malte 600 ml	6,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Samba 600 ml	3,55	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Cerpa Gold 600 ml	5,78	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Brahma Extra Lager/Red Lager/Weiss 600 ml	6,86	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Serramalte 600 ml	8,11	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Lokal Pilsen 600 ml	3,59	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Amstel 600 ml	6,02	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Black Princess Gold 600 ml	5,03	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Baly Summer Pilsen 600 ml	4,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Skol Hops 600 ml	6,02	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Petra Puro Malte 600 ml	4,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Cacildis Amber Lager 600 ml	5,27	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Stella Artois 550 ml	6,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Skol Puro Malte 600 ml	6,02	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Cerpa Nevada 600 ml	2,30	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Imperial Ouro Puro Matte 600 ml	5,33	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Tijuca Puro Malte 600 ml	4,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Brahma Duplo Malte 600 ml	5,42	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Becks 600 ml	6,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Stella Artois 600 ml	6,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Cerpa Extra 600 ml	2,50	00063/2020	01/10/2020

22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Bohemia Pilsen 600 ml versão especial CO NO	6,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Imperio pilsen 600 ml	4,30	00063/2020	01/10/2020
22.5.39	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 301 A 600 ml Imperio lager 600 ml	4,73	00063/2020	01/10/2020
22.5.40	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 601 A 1000 ml Antarctica Pilsen 1000 ml	6,20	00063/2020	01/10/2020
22.5.40	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 601 A 1000 ml Brahma Chopp 1000 ml	5,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.40	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 601 A 1000 ml Conti Pilsen 1000 ml	5,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.40	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 601 A 1000 ml Conti Zero Grau 1000 ml	4,45	00063/2020	01/10/2020
22.5.40	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 601 A 1000 ml Devassa 1000 ml	4,45	00063/2020	01/10/2020
22.5.40	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 601 A 1000 ml Schin Pilsen 1000 ml	5,15	00063/2020	01/10/2020
22.5.40	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 601 A 1000 ml Skol Pilsen 1000 ml	6,20	00063/2020	01/10/2020
22.5.40	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 601 A 1000 ml Outras Marcas de 601 a 1000 ml	7,13	00063/2020	01/10/2020
22.5.40	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 601 A 1000 ml Cintra 1000 ml	4,45	00063/2020	01/10/2020
22.5.40	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 601 A 1000 ml Crystal Pilsen 1000 ml	5,15	00063/2020	01/10/2020
22.5.40	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 601 A 1000 ml Glacial Pilsen 1000 ml	4,58	00063/2020	01/10/2020
22.5.40	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 601 A 1000 ml Itaipava Pilsen 1000 ml	5,45	00063/2020	01/10/2020
22.5.40	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 601 A 1000 ml Proibida 1000 ml	5,45	00063/2020	01/10/2020
22.5.40	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 601 A 1000 ml Samba 1000 ml	4,45	00063/2020	01/10/2020
22.5.40	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 601 A 1000 ml Lokal Pilsen 1000 ml	4,67	00063/2020	01/10/2020
22.5.40	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 601 A 1000 ml Skol Hops 1000 ml	6,20	00063/2020	01/10/2020
22.5.40	UN	CERVEJA EM GARRAFA RETORNÁVEL DE 601 A 1000 ml Skol Puro Malte 1000 ml	6,20	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Antarctica Pilsen 300 ml	2,28	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Coronita Extra 210 ml	3,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Devassa 300 ml	2,20	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Itaipava Pilsen 300 ml	2,20	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Kaiser Pilsen 250 ml	1,91	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Skol Pilsen 300 ml	2,40	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Skol Ultra 275 ml	2,99	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Stella Artois 275 ml	3,64	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Outras Marcas até 300 ml	4,53	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Antarctica Original 300 ml	2,95	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Bavaria Pilsen 250 ml	1,91	00063/2020	01/10/2020

22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Brahma Chopp 300 ml	2,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Burguesa 300 ml	2,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Cintra 300 ml	1,76	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Conti Pilsen 300 ml	2,05	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Conti Zero Grau 300 ml	1,95	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Conti Malzbier 300 ml	2,05	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Crystal Pilsen 300 ml	2,05	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Crystal Pilsen 250 ml	1,85	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Devassa Sunset 275 ml	2,88	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml 1500 Puro Malte 300 ml	2,59	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Estrella Galícia 0,0% 250 ml	3,10	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Glacial Pilsen 300 ml	1,81	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Heineken 250 ml	3,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Itaipava Light 250 ml	2,86	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Itaipava Pilsen 250 ml	2,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Proibida 300 ml	2,20	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Samba 300 ml	2,03	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Schin Pilsen 300 ml	2,02	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Estrella Galícia 200 ml	2,99	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Serramalte 300 ml	3,94	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Skol Pilsen 275 ml	2,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Colorado 300 ml	5,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Coronita Extra 210 ml	3,49	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Skol Puro Malte 275 ml	2,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Wals 300 ml	6,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Petra Puro Malte 300 ml	2,20	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Wals 275 ml	5,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Colorado 275 ml	4,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Imperio Gold 210 ml	2,66	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Imperio Pilsen 275 ml	2,22	00063/2020	01/10/2020
22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Imperio Pilsen 300 ml	2,20	00063/2020	01/10/2020

22.5.41	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL ATÉ 300 ml Imperio Lager 275 ml	2,84	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Brooklyn East India 355 ml	17,42	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Eisenbahn Dunkel 355 ml	6,65	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Eisenbahn Pilsen 355 ml	6,05	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Therezópolis Gold 355 ml	7,13	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Brooklyn Brand - East India Pale Ale 355 ml	18,10	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Brooklyn Brand - Lazer 355 ml	18,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Kirin Ichiban 355 ml	5,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Eisenbahn Weizenbier 355 ml	7,77	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Eisenbahn Pale Ale 355 ml	7,55	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Bohemia Confraria 315 ml	3,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Hoegaarden 330 ml	4,94	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Leffe Royale 330 ml	20,21	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Leffe Vieille Cuvee 330 ml	9,85	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Bohemia Escura 355 ml	7,10	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Bohemia Weiss 355 ml	7,20	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Leffe Radieuse 330 ml	9,52	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Leffe Blonde 330 ml	9,52	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Leffe Brown 330 ml	9,52	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Therezopolis or Blanc 355 ml	7,13	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Elegant Citrus 355 ml	14,17	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Zé O Galego Premium Lager 355 ml	13,31	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Willie The Bitter 355 ml	14,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Jean Le Blanc 355 ml	14,19	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Piná A vivá 355 ml	15,94	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Petra Pilsen 355 ml	3,09	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Antarctica Pilsen 355 ml	3,06	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Bavaria Premium 355 ml	2,67	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Bohemia Pilsen 355 ml	3,49	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Brahma Chopp 355 ml	3,02	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Brahma Extra Lager 355 ml	3,56	00063/2020	01/10/2020

22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Brahma Malzbier 355 ml	3,55	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Brahma Chopp Zero Álcool 355 ml	3,55	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Budweiser 343 ml	3,83	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Caracu 355 ml	3,56	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Cerpa Export 350 ml	4,20	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Cerpa Prime 350 ml	4,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Cerpa Tijuca 350 ml	4,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Corona Extra 355 ml	6,60	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Estrella Galicia 330 ml	3,96	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Heineken 330 ml	3,96	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Heineken 355 ml	4,05	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Proibida Puro Malte 330 ml	3,81	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Itaipava Pilsen 355 ml	3,07	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Itaipava Premium 355 ml	3,95	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Itaipava 0,0% Álcool 355 ml	3,43	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Miller 355 ml	3,95	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Schin Pilsen 355 ml	2,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Schin Zero Álcool 355 ml	2,85	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Skol Beats Extreme 313 ml	3,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Skol Beats Pilsen 330 ml	3,80	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Skol Beats Secret 313 ml	4,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Skol Beats Senses 313 ml	4,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Skol Beats Spirit 313 ml	4,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Skol Pilsen 355 ml	3,52	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Sol Premium 330 ml	3,76	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Xingu Black 355 ml	3,38	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Outras Marcas de 301 a 355 ml	23,24	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Antarctica Malzbier 355 ml	3,95	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Crystal Malzbier 355 ml	3,01	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Crystal Zero Álcool 355 ml	2,74	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Crytal Pilsen 355 ml	2,55	00063/2020	01/10/2020

22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Desperados 330 ml	5,07	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Devassa Loura 355 ml	3,54	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Itaipava Fest 350 ml	3,99	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Itaipava Malzbier 355 ml	3,43	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Petra Premium 355 ml	4,12	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Proibida 355 ml	3,13	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Proibida Puro Malte Forte 330 ml	3,83	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Proibida Puro Malte Leve 330 ml	3,48	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Proibida Puro Malte Rosa Vermelha Mulher 330 ml	4,06	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Schin Malzbier 355 ml	2,93	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Schin Munich 355 ml	3,01	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Xingu Gold 355 ml	3,38	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Xingu Red 355 ml	3,35	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Brahma Extra 355 ml	3,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Brahma Extra Red Lager 355 ml	3,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Brahma Extra Weiss 355 ml	4,05	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Cerpa Draft 355 ml	4,26	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Devassa Negra 355 ml	3,55	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Devassa Ruíva 355 ml	3,62	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml 1906 Reserva Especial 330 ml	3,89	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml 1906 Red Vintage Reserva Especial 330 ml	4,19	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml 1906 Black Coupage 330 ml	5,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Cerpa Gold 355 ml	2,68	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Darguner Pilsener 330 ml	3,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Estrella Galicia German Pilsener 330 ml	4,20	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Itaipava Go Draft 355 ml	3,45	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Black Princess Gold 355 ml	4,84	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Black Princess Escura 355 ml	4,84	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Budweiser 330 ml	3,69	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Brahma Extra Heller 355 ml	3,56	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Petra Puro Malte 355 ml	3,54	00063/2020	01/10/2020

22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Cacildis Amber Lager 355 ml	3,89	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Becks 330 ml	4,40	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Corona Extra 330 ml	5,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Goose Island 355 ml	7,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Kona 355 ml	7,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Imigração Pilsen 355 ml	6,15	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Imigração Hop Lager 355 ml	6,70	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Imigração Citrus Juice Ipa 355 ml	8,55	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Roleta Russa Easy Ipa 355 ml	6,70	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Roleta Russa Apa 355 ml	7,35	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Roleta Russa Ipa 355 ml	7,99	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Roleta Russa New England Ipa 355 ml	9,45	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Roleta Russa Imperial Ipa 355 ml	11,35	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Barbarella Fruitbier Morango 355 ml	8,10	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Barbarella Fruitbier Framboesa 355 ml	8,10	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Stella Artois 330 ml	4,19	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Brahma Extra Dark 355 ml	3,59	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Patagonia 355 ml	7,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Imigração Premium 355 ml	6,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Imigração Export 355 ml	6,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Imigração Weiss 355 ml	6,95	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Barbarella Fruitbier Maracujá 355 ml	8,10	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Barbarella Fruitbier Pomelo 355 ml	8,10	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Barbarella Fruitbier Uva 355 ml	8,10	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Eisenbahn Oktoberfest 355 ml	6,35	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Tijuca Puro Malte 350 ml	3,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Brahma Duplo Malte 330 ml	3,02	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Colorado 355 ml	4,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Wals 355 ml	6,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Heineken 0% 330 ml	3,96	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Cidade Imperio Dunkel 330 ml	4,02	00063/2020	01/10/2020

22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Cidade Imperio Helles 330 ml	4,02	00063/2020	01/10/2020
22.5.42	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 301 ATÉ 355 ml Cidade Imperio Pilsen 330 ml	4,02	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Erdinger Pikantus 500 ml	26,76	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Baden Baden Cristal Pilsen 600 ml	16,55	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Baden Baden Golden 600 ml	17,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Baden Baden Red Ale 600 ml	17,59	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Paulistânia 600 ml	13,91	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Therezópolis Ebenholz 600 ml	12,03	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Karavelle 600 ml	11,08	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Baden Baden Weiss 600 ml	21,99	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Baden Baden Bock 600 ml	19,10	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Therezopolis Rubine 600 ml	13,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Therezopolis Elfenbein 600 ml	13,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Therezopolis Jade 600 ml	13,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Therezopolis Gold 600 ml	13,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Therezopolis or Blanc 600 ml	13,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Sul Americana 600 ml	10,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Sul Americana Black 600 ml	10,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Saint Gallen 600 ml	12,40	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Cerpa Draft 600 ml	5,78	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Cerpa Tijuca 600 ml	5,78	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Heineken 600 ml	6,95	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Imperial Ouro Puro Malte 600 ml	6,99	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Itaipava Premium 600 ml	6,63	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Miller 600 ml	7,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Proibida 600 ml	5,10	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Proibida Puro Malte 600 ml	7,40	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Sol Premium 600 ml	6,78	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Outras Marcas de 356 a 600 ml	30,77	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Antarctica Original 600 ml	7,58	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Burguesa 600 ml	4,36	00063/2020	01/10/2020

22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Conti Pilsen 600 ml	4,36	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Conti Zero Grau 600 ml	4,08	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Proibida Puro Malte Forte 600 ml	7,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Proibida Puro Malte Leve 600 ml	6,20	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Samba 600 ml	3,99	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml 1500 Puro Malte 600 ml	5,35	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Devassa 600 ml	4,82	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Petra Premium Aurum 500 ml	11,42	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Cerpa Gold 600 ml	5,38	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Estrella Galicia 600 ml	6,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml 1906 Reserva Especial 500 ml	5,89	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Brahma Extra Lager/Red Lager/Weiss 600 ml	6,72	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Serramalte 600 ml	7,20	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Budweiser 600 ml	6,72	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Stella Artois 550 ml	6,72	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Darguner Pilsener 500 ml	3,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Darguner Weissbier 500 ml	5,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Estrella Galicia 500 ml	4,40	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Baden Baden 5 Grãos 600 ml	18,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Baden Baden American IPA 600 ml	18,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Baden Baden Chocolate Beer 600 ml	18,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Baden Baden Kaffebier 600 ml	18,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Baden Baden Witbier 600 ml	18,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Eisenbahn Pilsen 600 ml	6,95	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Amstel 600 ml	5,22	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Itaipava Go Draft 600 ml	5,96	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Black Princess Gold 600 ml	8,89	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Black Princess Escura 600 ml	8,89	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Black Princess Weizen 600 ml	8,89	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Black Princess Blonde Ale 600 ml	8,89	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Black Princess Backtotheredlager 600 ml	8,89	00063/2020	01/10/2020

22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Black Princess Hop IPA 600 ml	8,89	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Baly Bier Pilsen 600 ml	5,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Baly Bier Weiss 600 ml	6,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Baly Bier Ipa 600 ml	7,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Baly Bierr Lager 600 ml	5,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Baly Summer Pilsen 600 ml	5,10	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Budweiser 550 ml	6,72	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Colorado 600 ml	11,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Petra Puro Malte 600 ml	4,82	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Cacildis Amber Lager 600 ml	5,30	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Colorado 530 ml	8,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Imigração Pilsen 500 ml	12,60	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Imigração Premium 500 ml	12,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Imigração Export 500 ml	13,30	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Imigração Weiss 500 ml	13,45	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Roleta Russa Apa 500 ml	19,45	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Roleta Russa Ipa 500 ml	20,70	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Roleta Russa Black Ipa 500 ml	21,05	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Roleta Russa New England Ipa 500 ml	21,15	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Roleta Russa Imperial Ipa 500 ml	22,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Black Princess APA 600 ml	8,89	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Black Princess Tião Bock 600 ml	8,89	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Wals 375 ml	16,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Colorado Lager 600 ml	8,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Wals 600 ml	13,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Artis Malte Puro 600 ml	8,89	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Baden Baden Dark Ale Stout 600 ml	17,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Tijuca Puro Malte 600 ml	5,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Imperial Ouro Lager 600 ml	5,86	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Bierbaum Nova Lager Pilsen 600 ml	9,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Bierbaum Export 600 ml	12,50	00063/2020	01/10/2020

22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Bierbaum Bock 600 ml	14,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Bierbaum Dunkel 600 ml	14,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Bierbaum Vienna 600 ml	14,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Bierbaum Weiss Heller 600 ml	14,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Bierbaum Weizenbock 600 ml	15,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Bierbaum American IPA 600 ml	12,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Brahma Duplo Malte 600 ml	5,29	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Becks 600 ml	5,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Stella Artois 600 ml	5,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Bohemia 600 ml	5,29	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Patagonia 600 ml	5,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Lund Pilsen 600 ml	8,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Lund Witbier 600 ml	8,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Lund Weizen 600 ml	8,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Lund Pale Ale 600 ml	8,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Lund Munich Dunkel 600 ml	8,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Lund APA 600 ml	8,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Lund IPA 600 ml	9,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Opa Bier Pilsen Puro Malte 600 ml	10,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Opa Bier Brasileira Pilsen Puro Malte 600 ml	10,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Opa Bier Merecida Pilsen Puro Malte 600 ml	10,35	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Opa Bier Porter Puro Malte 600 ml	11,04	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Opa Bier de Trigo Tipo Weizen 600 ml	11,04	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Opa Bier Pale Ale Puro Malte 600 ml	11,04	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Opa Bier IPA Puro Malte 600 ml	14,73	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Cerpa Extra 600 ml	3,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Imperio pilsen 600 ml	4,30	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Imperio lager 600 ml	4,73	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Cidade Imperio Dunkel 500 ml	6,22	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Cidade Imperio Helles 500ml	6,22	00063/2020	01/10/2020
22.5.43	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 356 A 600 ml Cidade Imperio Pilsen 500 ml	6,22	00063/2020	01/10/2020

22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Estrella Damm 750 ml	52,47	00063/2020	01/10/2020
22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Norteña 960 ml	11,10	00063/2020	01/10/2020
22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Stella Artois Christmas 750 ml	10,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Saint Gallen 750 ml	23,46	00063/2020	01/10/2020
22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Saint Gallen Red Ale 750 ml	23,46	00063/2020	01/10/2020
22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Antarctica Pilsen 1000 ml	6,58	00063/2020	01/10/2020
22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Brahma Chopp 1000 ml	6,63	00063/2020	01/10/2020
22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Conti Pilsen 1000 ml	5,85	00063/2020	01/10/2020
22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Conti Zero Grau 1000 ml	5,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Crystal Pilsen 1000 ml	5,15	00063/2020	01/10/2020
22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Glacial Pilsen 1000 ml	4,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Itaipava Pilsen 1000 ml	4,99	00063/2020	01/10/2020
22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Samba 1000 ml	5,40	00063/2020	01/10/2020
22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Schin Pilsen 1000 ml	5,80	00063/2020	01/10/2020
22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Skol Pilsen 1000 ml	6,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Outras Marcas de 601 a 1000 ml	60,34	00063/2020	01/10/2020
22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Estrella Galicia Edição Comemorativa 750 ml	14,99	00063/2020	01/10/2020
22.5.44	UN	CERVEJA EM GARRAFA DESCARTÁVEL DE 601 A 1000 ml Patagonia 740 ml	14,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Skol Beats Extreme 269 ml	2,74	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Antarctica Pilsen 269 ml	2,23	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Antarctica SubZero Pilsen 269 ml	1,89	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Bavaria Pilsen 269 ml	1,60	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Budweiser 269 ml	2,55	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Brahma Chopp 269 ml	1,97	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Cerpa Tijuca 269 ml	2,57	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Conti Zero Grau 269 ml	1,63	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Crystal Pilsen 269 ml	1,66	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Devassa 269 ml	1,76	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Itaipava Pilsen 269 ml	1,91	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Itaipava Premium 269 ml	2,15	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Miller 269 ml	2,31	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Proibida 269 ml	1,85	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml No Grau 269 ml	1,62	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Skol Beats Pilsen 269 ml	2,69	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Skol Beats Senses 269 ml	2,89	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Skol Beats Spirit 269 ml	2,85	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Skol Pilsen 269 ml	2,23	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Outras Marcas até 269 ml	4,31	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Schin Pilsen 269 ml	1,83	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Burguesa 269 ml	1,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Conti Pilsen 269 ml	1,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Desperados 250 ml	3,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Heineken 250 ml	2,42	00063/2020	01/10/2020

22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Itaipava Fest 269 ml	2,42	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Kaiser Pilsen 269 ml	1,82	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Petra Pilsen 269 ml	1,97	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Proibida Puro Malte 269 ml	2,45	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Proibida Puro Malte Forte 269 ml	2,43	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Proibida Puro Malte Leve 269 ml	2,18	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Proibida Puro Malte Rosa Vermelha Mulher 269 ml	2,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Samba 269 ml	1,56	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml 1500 Puro Malte 269 ml	1,99	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Cerpa Draft 269 ml	1,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Cerpa Gold 269 ml	1,85	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Estrella Galicia 269 ml	1,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Imperial Ouro 269 ml	2,12	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Amstel 269 ml	2,23	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Skol Hops 269 ml	2,23	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Stella Artois 269 ml	2,69	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Petra Puro Malte 269 ml	1,76	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Cacildis Amber Lager 269 ml	1,94	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Bohemia Pilsen 269 ml	2,34	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Brahma Extra Lager 269 ml	2,34	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Skol Puro Malte 269 ml	2,23	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Imperial Ouro Lager 269 ml	2,33	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Brahma Duplo Malte 269 ml	1,97	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Cerpa Nevada 269 ml	1,40	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Imperio Gold 269 ml	1,95	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Imperio pilsen 269 ml	1,77	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Imperio lager 269 ml	1,95	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Cidade Imperio Dunkel 269 ml	2,35	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Cidade Imperio Pilsen 269 ml	2,35	00063/2020	01/10/2020
22.5.45	UN	CERVEJA LATA ATÉ 269 ml Cidade Imperio Helles 269 ml	2,35	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Antarctica Pilsen 350 ml	2,65	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Antarctica SubZero Pilsen 350 ml	2,14	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Bavaria Pilsen 350 ml	1,77	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Bavaria Premium 350 ml	2,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Brahma Fresh 350 ml	2,15	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Brahma Malzbier 350 ml	2,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Caracu 350 ml	3,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Bohemia Pilsen 350 ml	2,83	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Brahma Chopp 350 ml	2,58	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Cerpa Draft 350 ml	2,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Conti Zero Grau 350 ml	1,65	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Crystal Pilsen 350 ml	1,97	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Devassa 350 ml	2,05	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Glacial Pilsen 350 ml	1,73	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Heineken 350 ml	2,91	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Itaipava Pilsen 350 ml	2,23	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Itaipava Premium 350 ml	2,40	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Miller 350 ml	2,80	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Petra Pilsen 350 ml	2,26	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Proibida 350 ml	2,15	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml No Grau 350 ml	1,71	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Skol Beats Pilsen 350 ml	2,83	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Skol Pilsen 350 ml	2,62	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Outras Marcas de 270 a 355 ml	4,65	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Schin Pilsen 350 ml	1,99	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml 1500 Puro Malte 350 ml	2,30	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Bavaria Sem Álcool 350 ml	2,59	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Brahma Extra Lager 350 ml	2,86	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Brahma Zero Álcool 350 ml	2,95	00063/2020	01/10/2020

22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Budweiser 350 ml	2,99	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Burguesa 350 ml	1,89	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Cintra 350 ml	1,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Conti Malzbier 350 ml	1,89	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Conti Pilsen 350 ml	1,89	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Crystal Malzbier 350 ml	2,65	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Crystal Zero Alcool 350 ml	2,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Itaipava Light 350 ml	3,10	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Itaipava Malzbier 350 ml	2,88	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Itaipava Zero Álcool 350 ml	2,83	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Kaiser Pilsen 350 ml	2,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Kaiser Radler 350 ml	2,28	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Petra Premium 350 ml	2,92	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Proibida Puro Malte 355 ml	2,92	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Proibida Puro Malte Forte 350 ml	2,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Proibida Puro Malte Leve 350 ml	2,43	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Samba 350 ml	1,70	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Schin Malzbier 350 ml	2,30	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Schin Munich 350 ml	2,33	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Xingu Black 350 ml	2,30	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Xingu Gold 350 ml	2,34	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Xingu Red 350 ml	2,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Schin Zero Álcool 350 ml	2,43	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Cerpa Gold 350 ml	2,94	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Estrella Galicia 0,0% 330 ml	2,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Estrella Galicia 350 ml	2,63	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Cerpa Prime 310 ml	3,11	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Cerpa Export 310 ml	2,89	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Brahma Extra Lager/Red Lager/Weiss 350 ml	3,02	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Stella Artois 310 ml	4,05	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Lokal Pilsen 350 ml	1,80	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Eisenbahn Pilsen 350 ml	2,91	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Sol Premium 310 ml	2,80	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Amstel 350 ml	2,62	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Cerpa Tijuca 310 ml	2,65	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Cerpa Gold 350 ml	1,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Serramalte 350 ml	3,69	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Skol Hops 350 ml	2,62	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Petra Puro Malte 350 ml	2,05	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Black Princess Gold 350 ml	2,15	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Cacildis Amber Lager 350 ml	2,26	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Becks 350 ml	3,84	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Skol Puro Malte 350 ml	2,62	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Cerpa Nevada 350 ml	1,60	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Brahma Extra Dark 350 ml	3,02	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Antartica Original 350 ml	3,09	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Tijuca Puro Malte 350 ml	2,40	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Cerpa Prime 350 ml	2,40	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Cerpa Exporte 350 ml	2,40	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Brahma Duplo Malte 269 ml	1,97	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Brahma Duplo Malte 350 ml	2,58	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Colorado 350 ml	3,99	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Stella Artois 350 ml	3,09	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Hoegaarden 310 ml	4,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Heineken 0% 350 ml	2,91	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Opa Bier Pilsen Puro Malte 350 ml	2,53	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Opa Bier Brasileira Pilsen Puro Malte 350 ml	2,53	00063/2020	01/10/2020

22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Opa Bier Merecida Puro Malte 350 ml	2,63	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Opa Bier Porter Puro Malte 350 ml	4,20	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Opa Bier de trigo Tipo Weizen Puro Malte 350 ml	4,20	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Opa Bier Pale Ale Puro Malte 350 ml	4,20	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Opa Bier IPA Puro Malte 350 ml	4,99	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Cerpa Extra 350 ml	1,60	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml imperio pilsen 350 ml	2,01	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Imperio lager 350 ml	2,38	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Cidade Imperio Dunkel 350 ml	2,91	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Cidade Imperio Pilsen 350 ml	2,91	00063/2020	01/10/2020
22.5.46	UN	CERVEJA LATA DE 270 A 355 ml Cidade Imperio Helles 350 ml	2,91	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml 8.6 Original 500 ml	18,58	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Antarctica Pilsen 473 ml	3,28	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Bavaria Pilsen 473 ml	2,29	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Brahma Chopp 473 ml	3,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Devassa 473 ml	2,60	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Burguesa 473 ml	2,21	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Glacial Pilsen 473 ml	2,39	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Itaipava Pilsen 473 ml	3,29	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Kaiser Pilsen 473 ml	2,56	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml No Grau 473 ml	2,35	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Schin Pilsen 473 ml	2,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Skol Pilsen 473 ml	3,29	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Outras Marcas de 356 a 550 ml	21,37	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Cintra 473 ml	2,32	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Conti Malzbier 473 ml	2,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Conti Pilsen 473 ml	2,25	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Conti Zero Grau 473 ml	2,02	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Crystal Pilsen 473 ml	2,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Itaipava Pilsen 550 ml	3,38	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Proibida 473 ml	2,75	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Proibida Puro Malte Leve 473 ml	3,01	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Samba 473 ml	2,10	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Darguner Pilsener 500 ml	2,80	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Amstel 473 ml	3,29	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Lokal Pilsen 473 ml	2,29	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Bohemia Pilsen 473 ml	3,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Brahma Extra Lager 473 ml	3,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Skol Hops 473 ml	3,29	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Budweiser 473 ml	3,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Colorado 410 ml	4,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Wals 410 ml	4,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Patagonia 473 ml	4,90	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Skol Puro Malte 473 ml	3,29	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Wals 473 ml	5,50	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Budweiser 410 ml	3,79	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Stella Artois 410 ml	4,19	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Petra Puro Malte 473 ml	2,60	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Imperio Pilsen 473 ml	2,60	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Imperio lager 473 ml	3,15	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Cidade Imperio Dunkel 473 ml	3,40	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Cidade Imperio Pilsen 473 ml	3,40	00063/2020	01/10/2020
22.5.47	UN	CERVEJA LATA DE 356 A 550 ml Cidade Imperio Helles 473 ml	3,40	00063/2020	01/10/2020
22.5.48	UN	CERVEJA LATA A PARTIR DE 551 ML Todas as Marcas a partir de 551 ml	24,15	00063/2020	01/10/2020
22.5.50	UN	CERVEJA EM BARRIL KEG 5 LITROS Heineken Keg 5 Litros	77,00	00063/2020	01/10/2020

22.5.50	UN	CERVEJA EM BARRIL KEG 5 LITROS Outras Marcas Keg 5 Litros	88,55	00063/2020	01/10/2020
22.5.50	UN	CERVEJA EM BARRIL KEG 5 LITROS Itaipava Premium Keg 5 Litros	65,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.51	UN	CERVEJA PET DESCARTÁVEL DE 1250 ml Belco Sun Pilsen Pet 1250 ml	4,35	00063/2020	01/10/2020
22.5.51	UN	CERVEJA PET DESCARTÁVEL DE 1250 ml Outras Marcas Pet 1250 ml	5,00	00063/2020	01/10/2020
22.5.52	UN	CERVEJA PET DESCARTÁVEL DE 2 LITROS Belco Sun Pilsen Pet 2 Litros	7,91	00063/2020	01/10/2020
22.5.52	UN	CERVEJA PET DESCARTÁVEL DE 2 LITROS Outras Marcas Pet 2 Litros	9,10	00063/2020	01/10/2020

3.02 SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

PORTARIA CAT N° 084, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOE de 01.10.2020)

Altera a Portaria CAT 91/19, de 27-12-2019, que divulga os valores atualizados para base de cálculo da substituição de cerveja e chope, conforme pesquisas elaboradas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - Fipe e pela Fundação de Ciência, Tecnologia e Ensino - Fundacte

O COORDENADOR DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, tendo em vista o disposto nos artigos 28, 28-A, 28-B e 28-C da Lei 6.374, de 01-03-1989, na redação dada pela Lei 12.681, de 24-07-2007, e

CONSIDERANDO os dados constantes de pesquisa de preços elaborada na forma regulamentar, expede a seguinte

PORTARIA:

Artigo 1° Passam a vigorar, com os seguintes valores em reais, as mercadorias adiante indicadas do artigo 1° da Portaria CAT 91/19, de 27-12-2019:

I - Das colunas “Kud Mutilator”, “Kud Tangerine” e “Kud Yellow Ledbetter” da tabela 4.33. Outras Marcas (Continuação):

“

Descrição/Tipo de produto	Kud Mutilator	Kud Tangerine	Kud Yellow Ledbetter
Garrafa de vidro não retornável (long neck)			
de 361 a 660 ml	9,99	9,88	6,89

” (NR);

II - Da tabela 4.39. Outras Marcas (Continuação):

“

Descrição/Tipo de produto	Küd Bacon Biscuit Blues	Kud Eminence	Kud Cretin Hop	Kud Kashmir	Kud Skip Jack	Kud Substitute/ Fever
Garrafa de vidro não retornável (long neck)						
de 361 a 660 ml	11,98	11,51	10,25	9,85	10,25	10,51

” (NR).

Artigo 2° Ficam acrescentadas as tabelas 4.44 a 4.50, com os seguintes valores em reais, ao artigo 1° da Portaria CAT 91/19, de 27-12-2019:

"4.44

Descrição/Tipo de produto	Küd Misty Mountain Hop	Kud Molina	Kud God Save The Queen	Kud Pain Killer	Kud Roadhouse Blues e Kud Heart of Gold	Kud Ace of Spades
Garrafa de vidro retornável						
até 360 ml						
de 361 a 660 ml						
de 661 a 1000ml						
Garrafa de vidro não retornável (long neck)						
até 270 ml						
de 271 a 310ml						
de 311 a 360 ml						
de 361 a 660 ml	14,80		7,09	9,33	9,69	9,84
acima de 661 ml		17,30				
Lata						
até 310 ml						
de 311 a 360 ml						
de 361 a 660 ml						

4.45

Descrição/Tipo de produto	Küd Tricks n' Treats	Küd Bitch's Brew	Kud Eclipse e Kud Blackbird	Kud Changes	Küd Ruby Tuesday	Kud Smoke on the Water
Garrafa de vidro retornável						
até 360 ml						
de 361 a 660 ml						
de 661 a 1000ml						
Garrafa de vidro não retornável (long neck)						
até 270 ml						
de 271 a 310ml						
de311 a 360 ml						
de 361 a 660 ml	10,05	14,30	10,31	10,46	10,51	10,61
acima de 661 ml						
Lata						
até 310 ml						
de311 a 360 ml						
de 361 a 660 ml						

4.46

Descrição/Tipo de produto	Küd Fear of The Dark	Kud Run Rabbit	Küd God Save The Queen - Sem Glúten	Kud Indian Summer	Küd Sweet Barleywine	Kud Mr. Brownstone
Garrafa de vidro retornável						
até 360 ml						
de 361 a 660 ml						
de 661 a 1000ml						
Garrafa de vidro não retornável (long neck)						
até 270 ml						
de 271 a 310ml					13,46	

de 311 a 360 ml						
de 361 a 660 ml	10,71	10,78	10,86	11,22		11,73
acima de 661 ml						
Lata						
até 310 ml						
de 311 a 360 ml						
de 361 a 660 ml						

4.47

Descrição/Tipo de produto	Kud Overdose	Küd Crazy Train	Küd Free Bird	Katriny Pilsen Premium	Katriny Puro Malte
Garrafa de vidro retornável					
até 360 ml					
de 361 a 660 ml					
de 661 a 1000ml					
Garrafa de vidro não retornável (long neck)					
até 270 ml					
de 271 a 310ml			13,35		
de 311 a 360 ml					
de 361 a 660 ml	13,36	12,29		4,89	5,12
acima de 661 ml					
Lata					
até 310 ml					
de 311 a 360 ml					
de 361 a 660 ml					

4.48

Descrição/Tipo de produto	R$
Chope Küd God Save the Queen - Preço por Litro	6,38
Chope Küd Yellow Ledbetter	6,99
Chope Küd Pain Killer e Küd Tangerine	8,96
Chope Küd Heart of Gold	9,22
Chope Küd Kashmir e Eclipse	9,36
Chope Küd Multilator	9,40
Chope Küd Substitute/Fever	9,45
Chope Küd Roadhouse Blues	9,50
Chope Küd Ace of Spades	9,61
Chope Küd Ruby Tuesday	9,71
Chope Küd Skip Jack e Küd Tricks n' Treats	9,84
Chope Küd Run Rabbit	9,89
Chope Küd Blackbird e Küd Cretin Hop	9,94
Chope Küd Changes	9,98
Chope Küd Fear of the Dark	10,28
Chope Küd Indian Summer	10,77
Chope Küd Eminence	10,82
Chope Küd Smoke on the Water	10,84
Chope Küd Mr. Brownstone	11,51
Chope Küd Bacon Biscuit Blues	11,59
Chope Küd Crazy Train	11,88
Chope Küd Free Bird	12,76
Chope Küd Overdose	12,83
Chope Küd Sweet Barleywine	12,93

Chope Küd Misty Mountain Hop	13,47
Chope Küd Bitch's Brew	13,90
Chope Küd Molina	16,32

4.49

Descrição/Tipo de produto	Maniacs Craft Lager	Maniacs IPA	Maniacs Belgian WIT	Maniacs Aloha	Maniacs Mad Maniacs IPA	Maniacs Yankee
Garrafa de vidro retornável						
até 360 ml						
de 361 a 660 ml						
de 661 a 1000ml						
Garrafa de vidro não retornável (long neck)						
até 270 ml						
de 271 a 310ml						
de 311 a 360 ml	4,90	6,50	6,50	6,50		
de 361 a 660 ml	8,40	9,90	9,90	9,90		
acima de 661 ml						
Lata						
até 310 ml						
de 311 a 360 ml	4,50	5,66	5,66	5,66	8,90	12,90
de 361 a 660 ml	5,90	6,88	6,88	6,88	12,90	17,50

4.50

Descrição/Tipo de produto	Maniacs Critic Drop	Morada HOP Arabica	Brooklyn Lager	Brooklyn East IPA
Garrafa de vidro retornável				
até 360 ml				
de 361 a 660 ml				
de 661 a 1000ml				
Garrafa de vidro não retornável (long neck)				
até 270 ml				
de 271 a 310ml				
de 311 a 360 ml			9,90	9,90
de 361 a 660 ml				
acima de 661 ml				
Lata				
até 310 ml				
de 311 a 360 ml	11,90		8,90	8,90
de 361 a 660 ml	14,90	12,90		

" (NR).

Artigo 3° Esta portaria entra em vigor em 01-10-2020, exceto em relação aos dispositivos adiante indicados, que produzem efeitos desde 01-07-2020:

I - o artigo 1°;

II - as tabelas 4.44 a 4.48 do artigo 2°.

3.03 OUTROS ASSUNTOS ESTADUAIS

RESOLUÇÃO SFP Nº 80, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - DOE-SP de 29/09/2020 (nº 192, Seção 1, pág. 27)

Altera a *Resolução SFP 26/20, de 23-03-2020*, que dispõe sobre o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (Covid-19)

O Secretário da Fazenda e Planejamento, tendo em vista o disposto no Decreto 64.879, de 20-03-2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do Covid-19 que atinge o Estado de São Paulo, e no Decreto 65.184, de 18-09-2020, resolve:

Art. 1º - Passa a vigorar, com a redação que se segue, o artigo 5º da Resolução SFP 26/20, de 23-03-2020:

"Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 9 de outubro de 2020, podendo ser prorrogada se perdurar a situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do novo coronavírus (Covid19)." (NR).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 20-09-2020.

RESOLUÇÃO SFP N° 081, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOE de 29.09.2020)

Altera a Resolução SFP 29/20, de 7 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas, de caráter temporário e emergencial, no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo - Nota Fiscal Paulista, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)

O SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, tendo em vista o disposto no Decreto 64.879, de 20-03-2020, no Decreto 65.184, de 18-09-2020, no artigo 2° do Decreto 64.864, de 16-03-2020, no parágrafo único do artigo 2° da Resolução SFP 26/20, de 23-03-2020, e na Portaria CAT 34/20, de 25-03-2020,

RESOLVE:

Artigo 1° Passa a vigorar, com a redação que se segue, o artigo 7° da Resolução SFP 29/20, de 07-04-2020:

“Artigo 7° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 9 de outubro de 2020, podendo ser prorrogada se perdurar a situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).” (NR).

Artigo 2° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 20-09-2020.

PORTARIA DETRAN N° 164, DE 19 DE AGOSTO DE 2020 - (DOE de 29.09.2020)

Altera a redação de dispositivo da Portaria DETRAN-SP-188/2018

A DIRETORA VICE-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN-SP;

CONSIDERANDO as competências contidas nos incisos I e X do artigo 22 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

CONSIDERANDO as regras contidas na Resolução CONTRAN 619, de 6 de setembro de 2016, alterada pela Resolução CONTRAN 736, de 05-07-2018, que estabelece e normatiza os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, para dispor sobre o pagamento parcelado de multa de trânsito;

CONSIDERANDO a autorização do DENATRAN concedida ao DETRAN-SP, por meio do Ofício 1276/2018/CGPO/DENATRAN /SEMCidades, para viabilizar o pagamento de multas de trânsito e demais débitos relacionados a veículos, com cartão de crédito ou débito, conforme dispõe o artigo 25-A da Resolução CONTRAN 619, de 6 de setembro de 2016 e alterações,

RESOLVE:

Artigo 1° Alterar a Portaria DETRAN-SP 188/2018, que disciplina, no âmbito do DETRAN-SP, em complementação ao disposto nos atos normativos do CONTRAN e DENATRAN, os procedimentos para credenciamento e operacionalização das empresas Adquirentes, Subadquirentes ou Facilitadoras para viabilizar o pagamento de multas de trânsito e demais débitos relativos a veículos, com cartões de crédito ou débito.

Artigo 2° O inciso I do artigo 12 da Portaria DETRAN-SP 188/2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 12. (...)

I - No ambiente em que ocorre o atendimento ao público do DETRAN-SP;” (NR)

Artigo 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA SUP/DER N° 060, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOE de 29.09.2020)

Dispõe sobre a circulação de veículos de carga na SP 148, nas condições que especifica. (3.3)

O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO de conformidade com os incisos III e VII do artigo 18 do Regulamento Básico do DER, aprovado pelo Decreto 26.673, de 28/01/87, bem como o disposto no artigo 21 da Lei 9.503, de 23-09-1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar o tráfego nas rodovias dotadas de características geométricas não apropriadas à circulação de determinadas configurações de veículos de carga, bem como da capacidade portante da obra de arte existente no km 34+800m e, finalmente, as manifestações dos órgãos técnicos competentes,

RESOLVE:

Artigo 1° Fica proibido o tráfego de veículos de carga com comprimento superior a 14 m (quatorze metros) e PBT - Peso Bruto Total - superior a 25 toneladas na SP 148, no trecho compreendido entre o km 33 + 000m e o km 42 + 600 m, em ambos os sentidos.

Artigo 2° Em razão da restrição ora imposta, a restrição estabelecida no artigo 1° da Portaria SUP/DER-012-20/02/2020, fica alterada na seguinte conformidade:

SP 148

Do km 50+000 m ao km 42+600 m - nos dois sentidos

Todos os dias, das 00h às 24h

Artigo 3° As Divisões Regionais da Grande São Paulo - DR.10 e de Cubatão - DR.5 deverão adotar as providências que se fizerem necessárias, no que concerne a:

a) De imediato implantar a sinalização informativa e de advertência devendo, em prazo compatível, estar implantada a sinalização definitiva, de conformidade com o Manual de Sinalização do DER;

b) Monitorar e padronizar os procedimentos de implantação;

Artigo 4° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. (ref. ao Protocolo DER 1240743/2020)

COMUNICADO DIGES N° 010, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOE de 30.09.2020)

Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.

O DIRETOR DE ATENDIMENTO, GESTÃO E CONFORMIDADE,

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do artigo 4° da Lei 12.685, de 28-08-2007, na alínea "a" do inciso I do artigo 28 da Resolução SF 80, de 04-07-2018 e alínea "b" do item 9.5 do Ofício Circular SUBFIS, Série O&M 01/2019, comunica que:

1. Ficam disponibilizados para consulta no endereço eletrônico https://portal.fazenda.sp.gov.br os números dos bilhetes do sorteio número 143 do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.

2. Com o objetivo de assegurar a integridade do arquivo eletrônico que contém a relação de todos os números dos bilhetes e seus respectivos titulares foram gerados os seguintes códigos "hash":

Sorteio 143.1 (Pessoas Físicas e Condomínios): 0A716C7146360DBA87DE5F8880457CC6

Sorteio 143.2 (Entidades Filantrópicas): 8D2BF433A-9127942DE3D9092A21713EC

3. O código "hash" mencionado no item 2 refere-se à codificação gerada pelo algoritmo público denominado "Message Digest Algorithm 5 - MD5".

COMUNICADO DICAR N° 065, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020 - (DOE de 02.10.2020)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-10-2020 para os débitos de ITCMD e de IPVA.

O DIRETOR DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1° da Lei 10.175, de 30/12/98, divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora anexa a este comunicado.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA - ITCMD e IPVA - APLICÁVEIS ATÉ 30-10-2020, ANEXA AO COMUNICADO DICAR-65/20

MÊS/ANO DO VENCIMENTO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
JANEIRO	2,8644	2,7044	2,5410	2,3600	2,1554	2,0029	1,8268	1,6889	1,5681	1,4425	1,3225	1,2025	1,0818	0,9618	0,8418	0,7218	0,5928	0,4605	0,3400	0,2200	0,1000
FEVEREIRO	2,8499	2,6942	2,5285	2,3417	2,1446	1,9907	1,8153	1,6789	1,5581	1,4325	1,3125	1,1925	1,0718	0,9518	0,8318	0,7118	0,5828	0,4505	0,3300	0,2100	0,0900
MARÇO	2,8354	2,6816	2,5148	2,3239	2,1308	1,9754	1,8011	1,6684	1,5481	1,4225	1,3025	1,1825	1,0618	0,9418	0,8218	0,7014	0,5712	0,4400	0,3200	0,2000	0,0800
ABRIL	2,8224	2,6697	2,5000	2,3052	2,1190	1,9613	1,7903	1,6584	1,5381	1,4125	1,2925	1,1725	1,0518	0,9318	0,8118	0,6914	0,5606	0,4300	0,3100	0,1900	0,0700
MAIO	2,8075	2,6563	2,4859	2,2855	2,1067	1,9463	1,7775	1,6481	1,5281	1,4025	1,2825	1,1625	1,0418	0,9218	0,8018	0,6814	0,5495	0,4200	0,3000	0,1800	0,0600
JUNHO	2,7936	2,6436	2,4726	2,2669	2,0944	1,9304	1,7657	1,6381	1,5181	1,3925	1,2725	1,1525	1,0318	0,9118	0,7918	0,6707	0,5379	0,4100	0,2900	0,1700	0,0500
JULHO	2,7805	2,6286	2,4572	2,2461	2,0815	1,9153	1,7540	1,6281	1,5074	1,3825	1,2625	1,1425	1,0218	0,9018	0,7818	0,6589	0,5268	0,4000	0,2800	0,1600	0,0400
AGOSTO	2,7664	2,6126	2,4428	2,2284	2,0686	1,8987	1,7414	1,6181	1,4972	1,3725	1,2525	1,1318	1,0118	0,8918	0,7718	0,6478	0,5146	0,3900	0,2700	0,1500	0,0300
SETEMBRO	2,7542	2,5994	2,4290	2,2116	2,0561	1,8837	1,7308	1,6081	1,4862	1,3625	1,2425	1,1218	1,0018	0,8818	0,7618	0,6367	0,5035	0,3800	0,2600	0,1400	0,0200
OUTUBRO	2,7413	2,5841	2,4125	2,1952	2,0440	1,8696	1,7199	1,5981	1,4744	1,3525	1,2325	1,1118	0,9918	0,8718	0,7518	0,6256	0,4930	0,3700	0,2500	0,1300	0,0100
NOVEMBRO	2,7291	2,5702	2,3971	2,1818	2,0315	1,8558	1,7097	1,5881	1,4642	1,3425	1,2225	1,1018	0,9818	0,8618	0,7418	0,6150	0,4826	0,3600	0,2400	0,1200	-
DEZEMBRO	2,7171	2,5563	2,3797	2,1681	2,0167	1,8411	1,6997	1,5781	1,4530	1,3325	1,2125	1,0918	0,9718	0,8518	0,7318	0,6034	0,4714	0,3500	0,2300	0,1100	-

OBS.: Para débitos vencidos a partir de 01/01/99, aplicar o coeficiente de juros correspondente ao mês de vencimento do débito. Quando o vencimento do débito ocorrer no último dia útil do mês, aplicar o coeficiente correspondente ao mês do vencimento, deduzindo-se 0,0100.

ESTA TABELA NÃO SE APLICA AO ICMS.

Os valores das taxas de juros, utilizados para a elaboração desta tabela prática, são os abaixo indicados:

MÊS/ANO DO VENCIMENTO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
JANEIRO	0,0146	0,0127	0,0153	0,0197	0,0127	0,0138	0,0143	0,0108	0,0100	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0106	0,0109	0,0100	0,0100	0,0100
FEVEREIRO	0,0145	0,0102	0,0125	0,0183	0,0108	0,0122	0,0115	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MARÇO	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01

	45	26	37	78	38	53	42	05	00	00	00	00	00	00	00	04	16	05	00	00	00
ABRIL	0,01 30	0,01 19	0,01 48	0,01 87	0,01 18	0,01 41	0,01 08	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 06	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00
MAIO	0,01 49	0,01 34	0,01 41	0,01 97	0,01 23	0,01 50	0,01 28	0,01 03	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 11	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00
JUNHO	0,01 39	0,01 27	0,01 33	0,01 86	0,01 23	0,01 59	0,01 18	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 07	0,01 16	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00
JULHO	0,01 31	0,01 50	0,01 54	0,02 08	0,01 29	0,01 51	0,01 17	0,01 00	0,01 07	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 18	0,01 11	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00
AGOSTO	0,01 41	0,01 60	0,01 44	0,01 77	0,01 29	0,01 66	0,01 26	0,01 00	0,01 02	0,01 00	0,01 00	0,01 07	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 11	0,01 22	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00
SETEMBRO	0,01 22	0,01 32	0,01 38	0,01 68	0,01 25	0,01 50	0,01 06	0,01 00	0,01 10	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 11	0,01 11	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00
OUTUBRO	0,01 29	0,01 53	0,01 65	0,01 64	0,01 21	0,01 41	0,01 09	0,01 00	0,01 18	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 11	0,01 05	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00
NOVEMBRO	0,01 22	0,01 39	0,01 54	0,01 34	0,01 25	0,01 38	0,01 02	0,01 00	0,01 02	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 06	0,01 04	0,01 00	0,01 00	0,01 00	-
DEZEMBRO	0,01 20	0,01 39	0,01 74	0,01 37	0,01 48	0,01 47	0,01 00	0,01 00	0,01 12	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 00	0,01 16	0,01 12	0,01 00	0,01 00	0,01 00	-

COMUNICADO DICAR N° 066, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020 - (DOE de 02.10.2020)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-10-2020 para os débitos de Multas Infracionais do IPVA e do ITCMD.

O DIRETOR DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1° da Lei 10.175, de 30/12/98, divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora anexa a este comunicado.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA SOBRE A MULTA INFRACIONAL - ITCMD e IPVA - APLICÁVEIS ATÉ 30-10-2020, ANEXA AO COMUNICADO DICAR-66/20

MÊS/ANO DA LAVRATURA DO AIIM	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
JANEIRO	-	2,68 42	2,51 85	2,33 17	2,13 46	1,98 07	1,80 53	1,66 89	1,54 81	1,42 25	1,30 25	1,18 25	1,06 18	0,94 18	0,82 18	0,70 18	0,57 28	0,44 05	0,32 00	0,20 00	0,08 00
FEVEREIRO	-	2,67 16	2,50 48	2,31 39	2,12 08	1,96 54	1,79 11	1,65 84	1,53 81	1,41 25	1,29 25	1,17 25	1,05 18	0,93 18	0,81 18	0,69 14	0,56 12	0,43 00	0,31 00	0,19 00	0,07 00
MARÇO	-	2,65 97	2,49 00	2,29 52	2,10 90	1,95 13	1,78 03	1,64 84	1,52 81	1,40 25	1,28 25	1,16 25	1,04 18	0,92 18	0,80 18	0,68 14	0,55 06	0,42 00	0,30 00	0,18 00	0,06 00
ABRIL	-	2,64 63	2,47 59	2,27 55	2,09 67	1,93 63	1,76 75	1,63 81	1,51 81	1,39 25	1,27 25	1,15 25	1,03 18	0,91 18	0,79 18	0,67 14	0,53 95	0,41 00	0,29 00	0,17 00	0,05 00
MAIO	-	2,63 36	2,46 26	2,25 69	2,08 44	1,92 04	1,75 57	1,62 81	1,50 81	1,38 25	1,26 25	1,14 25	1,02 18	0,90 18	0,78 18	0,66 07	0,52 79	0,40 00	0,28 00	0,16 00	0,04 00
JUNHO	-	2,61 86	2,44 72	2,23 61	2,07 15	1,90 53	1,74 40	1,61 81	1,49 74	1,37 25	1,25 25	1,13 25	1,01 18	0,89 18	0,77 18	0,64 89	0,51 68	0,39 00	0,27 00	0,15 00	0,03 00
JULHO	2,75 64	2,60 26	2,43 28	2,21 84	2,05 86	1,88 87	1,73 14	1,60 81	1,48 72	1,36 25	1,24 25	1,12 18	1,00 18	0,88 18	0,76 18	0,63 78	0,50 46	0,38 00	0,26 00	0,14 00	0,02 00
AGOSTO	2,74 42	2,58 94	2,41 90	2,20 16	2,04 61	1,87 37	1,72 08	1,59 81	1,47 62	1,35 25	1,23 25	1,11 18	0,99 18	0,87 18	0,75 18	0,62 67	0,49 35	0,37 00	0,25 00	0,13 00	0,01 00
SETEMBRO	2,73 13	2,57 41	2,40 25	2,18 52	2,03 40	1,85 96	1,70 99	1,58 81	1,46 44	1,34 25	1,22 25	1,10 18	0,98 18	0,86 18	0,74 18	0,61 56	0,48 30	0,36 00	0,24 00	0,12 00	-
OUTUBRO	2,71 91	2,56 02	2,38 71	2,17 18	2,02 15	1,84 58	1,69 97	1,57 81	1,45 42	1,33 25	1,21 25	1,09 18	0,97 18	0,85 18	0,73 18	0,60 50	0,47 26	0,35 00	0,23 00	0,11 00	-

NOVEMBRO	2,7071	2,5463	2,3697	2,1581	2,0067	1,8311	1,6897	1,5681	1,4430	1,3225	1,2025	1,0818	0,9618	0,8418	0,7218	0,5934	0,4614	0,3400	0,2200	0,1000	-
DEZEMBRO	2,6944	2,5310	2,3500	2,1454	1,9929	1,8168	1,6789	1,5581	1,4325	1,3125	1,1925	1,0718	0,9518	0,8318	0,7118	0,5828	0,4505	0,3300	0,2100	0,0900	-

OBS.: Para débitos vencidos a partir de 01/01/99, aplicar o coeficiente de juros correspondente ao mês de vencimento do débito. Quando o vencimento do débito ocorrer no último dia útil do mês, aplicar o coeficiente correspondente ao mês do vencimento, deduzindo-se 0,0100.

ESTA TABELA NÃO SE APLICA AO ICMS.

Os valores das taxas de juros, utilizados para a elaboração desta tabela prática, são os abaixo indicados:

MÊS/ANO DA LAVRATURA DO AIIM	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
JANEIRO	-	0,0127	0,0153	0,0197	0,0127	0,0138	0,0143	0,0108	0,0100	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0106	0,0109	0,0100	0,0100	0,0100
FEVEREIRO	-	0,0102	0,0125	0,0183	0,0108	0,0122	0,0115	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MARÇO	-	0,0126	0,0137	0,0178	0,0138	0,0153	0,0142	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0104	0,0116	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100
ABRIL	-	0,0119	0,0148	0,0187	0,0118	0,0141	0,0108	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0106	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MAIO	-	0,0134	0,0141	0,0197	0,0123	0,0150	0,0128	0,0103	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
JUNHO	-	0,0127	0,0133	0,0186	0,0123	0,0159	0,0118	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0107	0,0116	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
JULHO	-	0,0150	0,0154	0,0208	0,0129	0,0151	0,0117	0,0100	0,0107	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0118	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
AGOSTO	-	0,0160	0,0144	0,0177	0,0129	0,0166	0,0126	0,0100	0,0102	0,0100	0,0100	0,0107	0,0100	0,0100	0,0100	0,0111	0,0122	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
SETEMBRO	0,0122	0,0132	0,0138	0,0168	0,0125	0,0150	0,0106	0,0100	0,0110	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0111	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
OUTUBRO	0,0129	0,0153	0,0165	0,0164	0,0121	0,0141	0,0109	0,0100	0,0118	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0111	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
NOVEMBRO	0,0122	0,0139	0,0154	0,0134	0,0125	0,0138	0,0102	0,0100	0,0102	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0106	0,0104	0,0100	0,0100	0,0100	-
DEZEMBRO	0,0120	0,0139	0,0174	0,0137	0,0148	0,0147	0,0100	0,0100	0,0112	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0116	0,0112	0,0100	0,0100	0,0100	-

COMUNICADO DICAR N° 067, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020 - (DOE de 02.10.2020)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-10-2020 para os débitos de Taxas.

O DIRETOR DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 13, inciso II, da Lei 15.266, de 26-12-2013, divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora, aplicável às Taxas, anexa a este comunicado.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA - TAXAS - APLICÁVEIS ATÉ 30-10-2020, ANEXA AO COMUNICADO DICAR-67/20

MÊS/ANO DO VENCIMENTO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
JANEIRO	-	0,7218	0,5928	0,4605	0,3400	0,2200	0,1000
FEVEREIRO	-	0,7118	0,5828	0,4505	0,3300	0,2100	0,0900
MARÇO	0,8218	0,7014	0,5712	0,4400	0,3200	0,2000	0,0800
ABRIL	0,8118	0,6914	0,5606	0,4300	0,3100	0,1900	0,0700
MAIO	0,8018	0,6814	0,5495	0,4200	0,3000	0,1800	0,0600
JUNHO	0,7918	0,6707	0,5379	0,4100	0,2900	0,1700	0,0500
JULHO	0,7818	0,6589	0,5268	0,4000	0,2800	0,1600	0,0400
AGOSTO	0,7718	0,6478	0,5146	0,3900	0,2700	0,1500	0,0300
SETEMBRO	0,7618	0,6367	0,5035	0,3800	0,2600	0,1400	0,0200
OUTUBRO	0,7518	0,6256	0,4930	0,3700	0,2500	0,1300	0,0100
NOVEMBRO	0,7418	0,6150	0,4826	0,3600	0,2400	0,1200	-
DEZEMBRO	0,7318	0,6034	0,4714	0,3500	0,2300	0,1100	-

OBS.: Quando o vencimento do débito ocorrer no último dia útil do mês, aplicar o coeficiente correspondente ao mês do vencimento, deduzindo-se 0,0100.

ESTA TABELA NÃO SE APLICA AO ICMS, IPVA E ITCMD.

Os valores das taxas de juros, utilizados para a elaboração desta tabela prática, são os abaixo indicados:

MÊS/ANO DO VENCIMENTO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
JANEIRO	-	0,0100	0,0106	0,0109	0,0100	0,0100	0,0100
FEVEREIRO	-	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MARÇO	0,0100	0,0104	0,0116	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100
ABRIL	0,0100	0,0100	0,0106	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MAIO	0,0100	0,0100	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
JUNHO	0,0100	0,0107	0,0116	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
JULHO	0,0100	0,0118	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
AGOSTO	0,0100	0,0111	0,0122	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
SETEMBRO	0,0100	0,0111	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
OUTUBRO	0,0100	0,0111	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
NOVEMBRO	0,0100	0,0106	0,0104	0,0100	0,0100	0,0100	-
DEZEMBRO	0,0100	0,0116	0,0112	0,0100	0,0100	0,0100	-

COMUNICADO DICAR N° 068, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020 - (DOE de 02.10.2020)

Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-10-2020 para os débitos de Multas Infracionais de Taxas.

O DIRETOR DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 13, inciso II, da Lei 15.266, de 26-12-2013, divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora, aplicável às Taxas, anexa a este comunicado.

TABELA PRÁTICA PARA CÁLCULO DOS JUROS DE MORA SOBRE A MULTA INFRACIONAL APLICÁVEIS ATÉ 30-10-2020, ANEXA AO COMUNICADO DICAR-68/20

MÊS/ANO DA LAVRATURA DO AIIM	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
JANEIRO	-	0,7018	0,5728	0,4405	0,3200	0,2000	0,0800
FEVEREIRO	-	0,6914	0,5612	0,4300	0,3100	0,1900	0,0700

MARÇO	0,8018	0,6814	0,5506	0,4200	0,3000	0,1800	0,0600
ABRIL	0,7918	0,6714	0,5395	0,4100	0,2900	0,1700	0,0500
MAIO	0,7818	0,6607	0,5279	0,4000	0,2800	0,1600	0,0400
JUNHO	0,7718	0,6489	0,5168	0,3900	0,2700	0,1500	0,0300
JULHO	0,7618	0,6378	0,5046	0,3800	0,2600	0,1400	0,0200
AGOSTO	0,7518	0,6267	0,4935	0,3700	0,2500	0,1300	0,0100
SETEMBRO	0,7418	0,6156	0,4830	0,3600	0,2400	0,1200	-
OUTUBRO	0,7318	0,6050	0,4726	0,3500	0,2300	0,1100	-
NOVEMBRO	0,7218	0,5934	0,4614	0,3400	0,2200	0,1000	-
DEZEMBRO	0,7118	0,5828	0,4505	0,3300	0,2100	0,0900	-

ESTA TABELA NÃO SE APLICA AO ICMS, IPVA E ITCMD.

Os valores das taxas de juros, utilizados para a elaboração desta tabela prática, são os abaixo indicados:

MÊS/ANO DA LAVRATURA DO AIIM	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
JANEIRO	-	0,0100	0,0106	0,0109	0,0100	0,0100	0,0100
FEVEREIRO	-	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MARÇO	-	0,0104	0,0116	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100
ABRIL	-	0,0100	0,0106	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
MAIO	0,0100	0,0100	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
JUNHO	0,0100	0,0107	0,0116	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
JULHO	0,0100	0,0118	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
AGOSTO	0,0100	0,0111	0,0122	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
SETEMBRO	0,0100	0,0111	0,0111	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
OUTUBRO	0,0100	0,0111	0,0105	0,0100	0,0100	0,0100	0,0100
NOVEMBRO	0,0100	0,0106	0,0104	0,0100	0,0100	0,0100	-
DEZEMBRO	0,0100	0,0116	0,0112	0,0100	0,0100	0,0100	-

4.00 ASSUNTOS MUNICIPAIS

4.01 OUTROS ASSUNTOS MUNICIPAIS

LEI N° 17.471, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOM de 01.10.2020)

Estabelece a obrigatoriedade da implantação de logística reversa no Município de São Paulo para recolhimento dos produtos que especifica e dá outras providências.

BRUNO COVAS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 26 de agosto de 2020, decretou e eu promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1° Esta Lei articula-se com a Lei Federal n° 12.305, de 2 de agosto de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Art. 2° São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos seguintes produtos e embalagens comercializados no Município de São Paulo:

I - óleo lubrificante usado e contaminado, e seus resíduos;

II - baterias chumbo-ácido;

III - pilhas e baterias portáteis;

IV - produtos eletroeletrônicos e seus componentes;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, bem como os diodos emissores de luz (LED - light-emitting diode) e assemelhadas;

VI - pneus inservíveis, ainda que fracionados por quaisquer métodos;

VII - embalagens de produtos que após o uso pelo consumidor, independentemente de sua origem, sejam compostas por plástico, metal, vidro, aço, papel, papelão ou embalagens mistas, cartonadas, laminadas ou multicamada, tais como as de:

a) alimentos;

b) bebidas;

c) produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos;

d) produtos de limpeza e afins;

VIII - outros utensílios e bens de consumo, a critério do órgão municipal competente, ou da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB;

IX - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, ou em normas técnicas;

X - embalagem usada de óleo lubrificante;

XI - óleo comestível;

XII - medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso e suas embalagens;

XIII - filtros automotivos.

§ 1° Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, individualmente ou por meio de entidade representativa do setor contemplando conjuntos de empresas, ou por pessoa jurídica sem fins econômicos criada com o objetivo de gerenciar o respectivo sistema, aos quais caberá a interlocução com o Poder Executivo, ficam responsáveis pela implementação e operacionalização da logística reversa no limite da proporção dos produtos que colocarem no mercado do Município de São Paulo, conforme metas progressivas, intermediárias e finais, estabelecidas em acordos setoriais ou termos de compromisso, respeitada, no mínimo, a recuperação:

I - (VETADO)

II - (VETADO)

III - (VETADO)

IV - até dezembro de 2024, de 35% do volume, em massa, das embalagens colocado no mercado no ano de 2023.

Art. 3° Na implementação e operacionalização de sistemas de logística reversa poderão ser adotadas soluções integradas que contemplem desde procedimentos de compra de produtos ou embalagens usadas, sistemas de reciclagem, atuação em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores, bem como postos de entrega voluntária de resíduos reutilizáveis e recicláveis, mediante comprovação por intermédio de Certificados de Reciclagem, de destinação ou similares.

§ 1° Os responsáveis pelos sistemas de logística reversa deverão também promover campanhas educativas e de conscientização pública, bem como dos benefícios da devolução dos produtos e embalagens para reciclagem.

§ 2° Para os fins desta Lei, considera-se como fabricante o comerciante que, de qualquer forma, comercializar produtos de marca(s) própria(s) ou exclusiva(s), independentemente da origem, processamento ou fabricação destes.

Art. 4° Para viabilizar todas as etapas dos sistemas de logística reversa, no âmbito das responsabilidades compartilhadas:

I - os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a XIII do art. 2°;

II - os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos pelos consumidores;

III - os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens usadas reunidas ou devolvidas pelos comerciantes ou distribuidores, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente do SISNAMA e/ou pela AMLURB e, se houver, pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere esta Lei, as ações do poder público deverão ser devidamente remuneradas.

Art. 5° Os sistemas de logística reversa que forem objeto de acordo setorial ou de termos de compromisso firmados em âmbito nacional, regional ou estadual, entre o Poder Público e os fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes deverão ser considerados para fins de atendimento desta Lei, desde que comprovadamente estiverem realizando ações no âmbito municipal, e que atendam às regras e metas previstas na legislação municipal de regência.

Parágrafo único. Os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas, com balanço anual, sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Art. 6° (VETADO)

Art. 7° As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8° Esta Lei entra em vigor após 90 (noventa) dias da data de sua publicação, revogada a Lei n° 13.316, de 1° de fevereiro de 2002.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 30 de setembro de 2020, 467° da fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS,
Prefeito

ORLANDO LINDÓRIO DE FARIA,
Secretário Municipal da Casa Civil

MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ,
Respondendo pelo cargo de Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 30 de setembro de 2020.

LEI N° 17.480, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOM de 01.10.2020)

Dispõe sobre normas para a instalação de câmeras de vigilância em ações de fiscalização e acresce o parágrafo único ao art. 49 da Lei n° 14.141, de 27 de março de 2006.

BRUNO COVAS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 2 de setembro de 2020, decretou e eu promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1° A Prefeitura da Cidade de São Paulo deverá instalar câmeras de vigilância em ações de fiscalização no descarte irregular de lixo, entulhos e demais materiais e objetos inservíveis em pontos de descarte irregular de lixo, entulhos e demais materiais e objetos inservíveis, e dá outras providências.

Parágrafo único. Ficam também incluídos neste artigo os descartes de demais materiais e objetos inservíveis, despejados ou depositados por veículos automotores de qualquer natureza e passíveis de identificação e penalidades estabelecidas.

Art. 2° Esta Lei acresce o parágrafo único ao art. 49 da Lei n° 14.141, de 27 de março de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49. É admitido o uso de meio eletrônico para formação, instrução e decisão de processos administrativos, bem como para publicação de atos e comunicações, geração de documentos públicos e registro das informações e de documentos de processos encerrados, desde que assegurados:

I - níveis de acesso às informações;

II - segurança de dados e registros;

III - sigilo de dados pessoais;

IV - identificação do usuário, seja na consulta, seja na alteração de dados;

V - armazenamento do histórico das transações eletrônicas;

VI - utilização de sistema único para planejar e gerenciar os processos administrativos.

Parágrafo único. Para a apuração de infrações às posturas municipais, os agentes com poderes de fiscalização poderão se valer de meios eletrônicos, tais como câmeras digitais, vídeos, sistemas de

posicionamento geográfico, imagens de satélites, equipamentos computadorizados e outros meios tecnológicos similares que gravem o cometimento do ato infracional." (NR)

Art. 3° O Poder Público Municipal estabelecerá prazo para o armazenamento das imagens destinadas a identificar os infratores.

Art. 4° As imagens destinar-se-ão exclusivamente à identificação dos infratores, não podendo ser divulgadas em conteúdo pejorativo ou que venha a expor vexatoriamente o infrator.

Art. 5° As imagens também poderão ser cedidas aos órgãos de Segurança Pública ou de controle, desde que se constate a prática de ilícito penal.

Art. 6° O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 dias, contados da sua publicação.

Art. 7° As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 30 de setembro de 2020, 467° da fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS,
Prefeito

ORLANDO LINDÓRIO DE FARIA,
Secretário Municipal da Casa Civil

MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ,
Respondendo pelo cargo de Secretária Municipal de Justiça

Publicada na Casa Civil, em 30 de setembro de 2020.

DECRETO N° 59.796, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOM de 29.09.2020)

Regulamenta os procedimentos necessários à aplicação dos recursos a que se refere a Lei Federal n° 14.017, de 29 de junho de 2020 no âmbito do Município de São Paulo.

BRUNO COVAS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1° Este decreto regulamenta a Lei Federal n° 14.017, de 29 de junho de 2020 - Lei Aldir Blanc, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo Federal n° 6, de 20 de março de 2020 e no âmbito do Município de São Paulo, pela Lei n° 17.335, de 27 de março de 2020, regulamentada pelo Decreto n° 59.321, de 1° de abril de 2020.

Parágrafo único. Ficam mantidas as atribuições do Grupo de Trabalho de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc criado pelo Decreto Municipal n° 59.580, de 4 de julho de 2020.

Art. 2° A execução das ações previstas no artigo 1° deste decreto caberá à Secretaria Municipal de Cultura, que deverá adotar procedimentos simplificados para tanto, preferencialmente, com utilização de sistemas informatizados, que permitam fácil e rápido acesso aos beneficiados.

CAPÍTULO I
DO SUBSÍDIO MENSAL

Art. 3° Farão jus ao subsídio mensal previsto no inciso II do artigo 2° da Lei Federal n° 14.017/2020 os espaços artísticos e culturais, geridos por pessoas, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que apresentarem autodeclaração constando que:

I - tiveram ações, atividades e projetos culturais apoiados nos termos da Lei n° 8.313, de 23 de dezembro de 1991, nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data da publicação da Lei n° 14.017/2020, ou possuem inscrição e a respectiva homologação em pelo menos um dos seguintes cadastros:

a) Cadastro Estadual de Cultura de São Paulo;

b) Cadastros no Sistema SP Cultura, instituído pelo Decreto n° 57.484, de 29 de novembro de 2016;

c) Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura;

d) Cadastro Estadual de Pontos e Pontões de Cultura de São Paulo;

e) Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC);

f) Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB).

II - tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social adotadas em razão da pandemia causada pelo COVID -19;

III - residem e exercem atividades culturais no Município de São Paulo;

IV - não constituem espaços culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como a espaços culturais vinculados a fundações, institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S;

V - os respectivos responsáveis pela sua gestão, pessoa física ou jurídica, não receberam de forma cumulativa o mesmo benefício, mesmo sendo responsável pela gestão de mais de um espaço cultural ou que esteja inserido em mais de um dos cadastros mencionados no inciso I deste artigo;

VI - obrigam-se a cumprir a oferta de atividades ou bens em contrapartida, após o reinício de suas atividades, conforme proposta apresentada no ato da inscrição.

§ 1° Enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020, a Secretaria Municipal de Cultura deverá adotar medidas que garantam inclusões e alterações no Sistema de Mapeamento e Cadastro - SP Cultura, por meio de autodeclaração ou de apresentação de documentos, preferencialmente de modo não presencial.

§ 2° A proposta de contrapartida de que trata o inciso VI do “caput” deste artigo deverá prever a oferta de bens ou a realização de atividades, economicamente mensuráveis, destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas localizadas no Município de São Paulo ou de atividades em espaços públicos

de sua comunidade ou em seu próprio espaço, de forma gratuita, em intervalos regulares, durante o período a ser proposto pelo beneficiário, sendo possível, subsidiariamente, a prestação em formato virtual em caso de continuidade da situação de emergência.

§ 3° Em caso de descumprimento das regras estabelecidas para recebimento do subsídio, descumprimento das contrapartidas propostas ou de falsidade ideológica das declarações apresentadas na forma do "caput" deste artigo, a Secretaria Municipal de Cultura deverá adotar as providências para apuração dos fatos, aplicação de penalidades nas esferas cível, administrativa e criminal, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Art. 4° Com base na autodeclaração apresentada nos termos do artigo 3° deste decreto, o subsídio será pago em uma única parcela, no valor correspondente ao período de até 3 (três) meses em que o espaço cultural sofreu a interrupção de suas atividades culturais, calculado no valor mensal de R$ 3.000,00 (três mil reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com os critérios estabelecidos em ato normativo próprio da SMC.

Art. 5° Os valores recebidos a título de subsídio mensal poderão ser utilizados para custear gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário, cujos meses de referência ou do fato gerador correspondam ao período de interrupção das atividades por força das medidas de isolamento social adotadas em razão da pandemia causada pelo COVID -19, podendo incluir as despesas especificadas em ato normativo próprio da SMC.

Art. 6° A Secretaria Municipal de Cultura publicará ato normativo próprio com divulgação de todas as regras para inscrição dos espaços culturais interessados no recebimento do benefício do subsídio mensal, critérios para definição do valor mensal, modelos de formulários e declarações a serem apresentados, possíveis despesas a serem pagas com os recursos recebidos e procedimentos de prestação de contas.

§ 1° Para fins de análise das declarações enviadas e de recursos apresentados conforme artigo 3° deste decreto e das propostas de contrapartidas, a Secretaria Municipal de Cultura poderá constituir Comissão de Monitoramento e Acompanhamento dos Espaços Culturais.

§ 2° Caso os recursos disponíveis sejam insuficientes para contemplar todos aqueles que se inscrevam para recebimento do benefício, poderão ser adotados em edital critérios de seleção pela Comissão de Monitoramento e Acompanhamento dos Espaços Culturais ou, alternativamente, realização de sorteio, conforme o caso.

§ 3° A Comissão de Monitoramento e Acompanhamento dos Espaços Culturais poderá solicitar a complementação ou esclarecimentos das informações fornecidas pelos inscritos, conferindo-lhe o prazo de 3 (três) dias úteis, contados da intimação no Diário Oficial da Cidade, para tanto.

§ 4° O deferimento ou indeferimento das solicitações dos subsídios será divulgado no site da Prefeitura do Município de São Paulo e no Diário Oficial, cabendo a interposição de recurso ao Secretário Municipal de Cultura, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir da data da publicação da decisão.

Art. 7° Todas as solicitações de recebimento do subsídio de que trata o artigo 3° deste decreto serão feitas por meio do Sistema de Mapeamento e Cadastro - SP Cultura, instituído pelo Decreto n° 57.484, de 29 de novembro de 2016 e deverão, previamente, ser objeto de verificação pela Secretaria Municipal de Cultura quanto à elegibilidade de seus beneficiários mediante a consulta à base de dados em âmbito federal disponibilizada pelo Ministério do Turismo da DATAPREV, bem como outras consultas a bases de dados.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, será utilizado o número de cadastrado na plataforma SP Cultura.

Art. 8° O beneficiário do subsídio previsto no art. 2° deste Decreto deverá apresentar prestação de contas referente ao uso dos recursos, em até 120 (cento e vinte) dias, após o recebimento dos mesmos, na forma estabelecida no ato normativo mencionado no artigo 6° deste decreto.

§ 1° A Secretaria Municipal de Cultura assegurará ampla publicidade e transparência à prestação de contas de que trata este artigo.

§ 2° Em caso de rejeição da prestação de contas, a Secretaria Municipal de Cultura deverá adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO II
DOS EDITAIS DE PREMIAÇÃO

Art. 9° Nos termos do inciso III do artigo 2° da Lei Federal n° 14.017, de 2020, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decretado pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020, a Secretaria Municipal de Cultura deverá promover editais públicos que atendam aos princípios da administração, em especial isonomia, imparcialidade e moralidade, para concessão de prêmios, em caráter emergencial, para apoio de agentes, espaços, iniciativas, cursos, produções, atividades de economia criativa e de economia solidária, afetas aos setores artístico e cultural, desde que comprovem residência no Município de São Paulo.

§ 1° Não ficarão impedidos de participar dos editais de premiação de que trata este artigo os espaços e territórios culturais, que atualmente buscam dar continuidade nas suas ações, adequando-se aos protocolos de retomada colocados pelo Plano São Paulo do Governo do Estado e da Prefeitura de São Paulo.

§ 2° As premiações de que trata este artigo deverão contemplar tanto os profissionais do setor artístico, quanto núcleos artísticos, espaços culturais e artísticos, as empresas, instituições e organizações culturais, divididos em categorias diversas, conforme as regras estabelecidas no edital.

Art. 10. Deverá ser dada ampla publicidade aos editais de premiação, garantindo sua publicação no Diário Oficial e em sítio eletrônico oficial, estabelecendo as regras de participação no procedimento, garantido o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para inscrição dos interessados, contados a partir da data da publicação do Edital, e de 3 (três) dias úteis, para interposição de recursos, contados a partir da data da publicação do ato.

Art. 11. Para a inscrição nos editais de que trata o artigo 9° deste Decreto, a Secretaria Municipal de Cultura poderá exigir documentos ou declarações que permitam verificar a elegibilidade para o recebimento das premiações, em relação ao histórico de ações e atividades culturais realizadas na Cidade de São Paulo, em, pelo menos, uma das áreas e linguagens culturais a seguir relacionadas:

I - artes cênicas, incluindo teatro, dança, circo, ópera, musicais, entre outras manifestações;

II - artes visuais, incluindo pintura, escultura, fotografia, artes digitais, instalações, entre outras manifestações;

III - audiovisual, incluindo rádio e televisão de caráter educativo e cultural, sem caráter comercial;

IV - música, em todos os seus gêneros;

V - livro, leitura, escrita, literatura e contação de histórias;

VI - infraestrutura cultural, patrimônio material e imaterial cultural histórico e artístico, arquivos e demais acervos;

VII - manifestações culturais populares, tradicionais, originários, indígenas e quilombolas;

VIII - criações funcionais intensivas em cultura, tais como artesanato, cultura digital, design, moda, gastronomias típicas/regional e feiras culturais;

IX - outras formas de linguagem e de expressão cultural e artística.

Art. 12. Na hipótese de os recursos disponíveis serem insuficientes para contemplar todos os inscritos nos editais de premiação, deverão ser adotados critérios que garantam a isonomia entre os participantes e busquem evitar que os recursos aplicados se concentrem nos mesmos beneficiários, na mesma região geográfica ou em um número restrito de trabalhadores da cultura ou de instituições culturais.

Art. 13. Em caso de descumprimento de cláusulas do edital de premiação de que trata este decreto ou de falsidade, material ou ideológica, dos documentos e declarações apresentados no ato da inscrição, a Secretaria Municipal de Cultura deverá adotar as providências para apuração dos fatos, aplicação de penalidades nas esferas cível, administrativa e criminal, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Para a execução das ações emergenciais de que trata este Decreto, a Secretaria Municipal de Cultura fica autorizada a contratar serviços especializados de desenvolvimento de sistema de informática, bem como de serviços financeiros digitais de pagamentos, dispensado o procedimento licitatório, com fundamento no artigo 24, inciso IV, da Lei n° 8.666/93.

Art. 15. Nos termos do Decreto Municipal n° 59.171, de 10 de janeiro de 2020, artigo 15, parágrafo único, inciso II, fica autorizada a Secretaria Municipal de Cultura a utilizar um único processo de liquidação e pagamento para credores distintos, para a execução das ações emergenciais de que trata este decreto.

Art. 16. Para fins de atendimento ao prazo disposto no § 2° do art. 3° da Lei Federal n° 14.017, de 29 de junho de 2020, o empenho único a ser realizado pela Secretaria Municipal de Cultura em favor da instituição contratada para os serviços financeiros de pagamento deverá ser feito no prazo máximo de 60 dias a contar do recebimento do recurso do Governo Federal pela Administração Municipal.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Cultura deverá encaminhar para a Secretaria Municipal da Fazenda a relação de beneficiários dos programas previstos nos artigos. 3° e 9° deste decreto, cabendo a esta última o tratamento dos dados, a atualização no Sistema de Orçamento e Finanças - SOF e o posterior encaminhamento da mesma relação para a instituição responsável pelos serviços financeiros de pagamento.

Art. 17. Para a concessão do subsídio e das premiações de que tratam os artigos 3° e a art. 9° deste decreto fica dispensada a apresentação de documentos de habilitação fiscal, inclusive prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e ao Cadastro Informativo Municipal - CADIN.

Art. 18. Para os pagamentos decorrentes deste decreto, não se aplica o disposto no Decreto Municipal n° 51.197, de 22 de janeiro de 2010.

Art. 19. O montante dos recursos indicado no Plano de Ação poderá ser remanejado entre as ações dos incisos II e III do artigo 2° da Lei Federal n° 14.017 de 29 de junho de 2020, respeitado limite mínimo de destinação de 20% dos recursos para as ações do inciso III, conforme autoriza o artigo 11, § 6°, do Decreto Federal n° 10.464/20, devendo o remanejamento ser informado no relatório de gestão final a ser enviado ao governo federal.

Art. 20. Os recursos necessários para as medidas de que trata este decreto, ocorrerão à conta de dotação orçamentária própria decorrente do repasse estipulado pela Lei n° 14.017 de 29 de junho de 2020 ou outras dotações do orçamento da Secretaria Municipal de Cultura, suplementadas ou não.

Art. 21. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2020 ou até quando perdurar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do Coronavírus (COVID-19), se este ultrapassar o dia 31 de dezembro de 2020.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 28 de setembro de 2020, 467° da fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS,
Prefeito

HUGO POSSOLO DE SOVERAL NETO,
Secretário Municipal de Cultura

ORLANDO LINDÓRIO DE FARIA,
Secretário Municipal da Casa Civil

MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ,
Respondendo pelo cargo de Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR,
Secretário de Governo Municipal

Publicado na Casa Civil, em 28 de setembro de 2020.

DECRETO N° 59.809, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020 - (DOM de 02.10.2020)

Prorroga até 15 de outubro de 2020 os prazos previstos no inciso VII do "caput" do artigo 12 e no artigo 20 do Decreto n° 59.283, de 16 de março de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19.

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1° Ficam prorrogados até 15 de outubro de 2020, os períodos de suspensão dos prazos previstos no inciso VII do "caput" do artigo 12 e no artigo 20, ambos do Decreto n° 59.283, de 16 de março de 2020.

Parágrafo único. A suspensão de que trata o "caput" deste artigo não se aplica:

I - aos atendimentos presenciais para exames médicos admissionais em candidatos a ingresso no serviço público municipal;

II - às licitações, contratos e parcerias e instrumentos congêneres;

III - aos processos e expedientes administrativos que versem acerca de direito que decairá ou pretensão que prescreverá até o final do corrente exercício, em especial os processos e expedientes disciplinares e fiscais.

Art. 2° Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 1° de outubro de 2020, 467° da fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS,
Prefeito

ORLANDO LINDÓRIO DE FARIA,
Secretário Municipal da Casa Civil

MARINA MAGRO BERINGHS MARTINEZ,
Respondendo pelo cargo de Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR,
Secretário de Governo Municipal

Publicado na Casa Civil, em 1° de outubro de 2020.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SME N° 033, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOM de 26.09.2020)

Dispõe sobre atividades expressas no art. 1° do Decreto n° 59.774, de 2020, para atendimento nas unidades educacionais da rede direta, parceira e particular.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO:

- o Decreto n° 59.283, de 2020, que declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus;

- o Decreto n° 59.473, de 2020, que estabelece, nos termos do Decreto Estadual n° 64.994, de 2020, normas para o funcionamento de estabelecimentos de comércio e de serviços localizados na Cidade de São Paulo, dispondo sobre o procedimento, condições e diretrizes para a gradual retomada de atividades, em conformidade com as diretrizes do Governo Estadual; prorroga o prazo previsto no artigo 1° do Decreto Municipal n° 59.298, de 2020, que dispõe sobre o combate à pandemia de Coronavírus.

- o Decreto n° 59.774, de 2020, que regulamenta as atividades de educação durante a pandemia do coronavírus na Cidade de São Paulo;

- na conformidade do Protocolo contido na Portaria Pref. n° 605, de 2020;

- na conformidade do Protocolo contido na Portaria Pref. n° 747, de 2020;

RESOLVE:

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° As atividades expressas no art. 1° do Decreto n° 59.774, de 2020, deverão atender os procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 2° A partir de 07/10/2020, as atividades extracurriculares, voluntárias e facultativas, poderão ser ofertadas enquanto o atendimento formal/autorizado estiver suspenso.

Art. 3° Os protocolos sanitários deverão ser praticados a fim de assegurar a saúde dos profissionais e dos estudantes.

Art. 4° A limitação máxima permitida é de 20% dos estudantes por turno.

UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL

Art. 5° Aos estudantes da Rede Pública Municipal poderão ser ofertadas, preferencialmente, as seguintes atividades extracurriculares:

a) atividades culturais;

b) cursos de idiomas;

c) atividades esportivas, exceto aquelas que demandem contato físico e organização coletiva;

d) atividades de reforço escolar, preferencialmente de Língua Portuguesa e de Matemática.

e) acolhimento;

f) musicalização;

g) contos literários;

h) oficina de culinária;

i) teatro de fantoches;

j) exploração tátil/visual;

h) atividades recreativas;

l) atividades culturais.

Parágrafo único. Poderão acontecer atividades/projetos já aprovados no início do ano letivo ou que venham a ser escolhidos pela comunidade educativa.

Art. 6° As Unidades Educacionais decidirão a pertinência em oferecer as atividades extracurriculares, no contraturno da aula regular do estudante e desde que assegurada:

a) as condições para o cumprimento dos protocolos de saúde necessários para a presença de estudantes e demais profissionais;

b) a utilização de Equipamento de Proteção Individual - EPIs aos estudantes e profissionais;

c) a quantidade de docentes e de apoio em número suficiente para o atendimento aos estudantes;

d) a limitação de 20% dos estudantes por turno;

e) a permanência dos estudantes nas dependências das Unidades Educacionais fica limitada a no máximo por 02 (duas) horas diárias e 02 (dois) dias da semana.

f) as indicações presentes no Protocolo de retorno às aulas presenciais produzido em conjunto com os educadores da Rede.

Parágrafo único. Mediante a oferta de atividades extracurriculares, os integrantes da Equipe Gestora, exceto aqueles afastados nos termos do Decreto n° 59.755, de 2020 (teletrabalho), cumprirão Jornada de Trabalho regular e presencial distribuída por todos os dias da semana.

Art. 7° O retorno às atividades previstas nesta Instrução Normativa será objeto de deliberação do Conselho de Escola e poderá ter início 07/10/2020 ou em 19/10/2020.

Parágrafo único. O retorno dos professores para a realização exclusiva das atividades extracurriculares se dará no dia 05/10/2020 ou 15/10/2020 para fins de organização das atividades.

Art. 8° Caberá aos Presidentes dos Conselhos mencionados no art. 6° desta Instrução Normativa, convocar reunião extraordinária a ser amplamente divulgada à comunidade educativa para decidir sobre a oferta de atividades extracurriculares.

Parágrafo único. A cópia da Ata lavrada por ocasião da reunião mencionada no caput deste artigo deverá ser enviada para homologação do Diretor Regional de Educação, contendo o número aproximado de estudantes participantes por turno e as atividades extracurriculares que serão disponibilizadas aos estudantes.

Art. 9° Caberá à Diretoria Regional de Educação informar a Secretaria Municipal de Educação - SME/COGED, as Unidades Educacionais que retomarão as atividades extracurriculares.

Art. 10. Para fins do disposto nos artigos 7° ao 9° deverá ser observado o seguinte cronograma:

I - para o retorno das atividades em 07/10/20:

a) decisão do Conselho e encaminhamento de Ata para homologação do Diretor Regional de Educação até 30/09/20;

b) encaminhamento de informações a SME/COGED até 01/10/20.

II - para o retorno das atividades em 19/10/20:

a) decisão do Conselho e encaminhamento de Ata para homologação do Diretor Regional de Educação até 08/10/20;

b) encaminhamento de informações a SME/COGED até 09/10/20.

Art. 11. As Equipes Gestoras, Docentes e de Apoio das Unidades Educacionais cujos Conselhos optarem pela oferta de atividades extracurriculares deverão:

a) planejar as atividades que serão ofertadas aos estudantes;

b) divulgar e esclarecer às famílias como ocorrerá o atendimento aos estudantes;

c) receber as inscrições dos estudantes interessados em participar das atividades;

d) organizar os grupos de estudantes observando o limite máximo de 02 (duas) horas diárias e 02 (dois) dias da semana.

e) cientificar a comunidade educacional das ações que serão desenvolvidas para fins do cumprimento dos protocolos de saúde;

f) apresentar calendário contemplando a situação da UE.

g) registrar a frequências dos estudantes nas diferentes atividades.

Art. 12. A Diretoria Regional de Educação incumbir-se-á, por meio do Supervisor Escolar de acompanhar e orientar o planejamento e desenvolvimento das atividades extracurriculares nas Unidades Educacionais zelando pelo cumprimento dos protocolos de saúde.

Art. 13. Mediante as informações prestadas pelas DREs no que concerne às Unidades Educacionais que ofertarão atividades extracurriculares, deverá ser providenciado por meio da:

I - SME/CODAE a distribuição da alimentação necessária em conformidade com o número de estudantes/turno.

II - SME/ COSERV o suporte das empresas de limpeza terceirizada.

Art. 14. As aulas das atividades previstas na presente Instrução Normativa serão atribuídas a título de JEX

Art. 15. O transporte escolar será devido aos estudantes que participam do Programa TEG.

Art. 16. Nas Unidades Educacionais da Rede Parceira, as Organizações Sociais/ Instituições que mantém Termo de Colaboração com a SME deverão por meio do seu Conselho Gestor decidir se irão ofertar atividades extracurriculares aos estudantes atendidos.

Art. 17. As Organizações que optarem pela oferta de atividades extracurriculares deverão promover consulta aos pais e responsáveis a fim de definir o número de estudantes que serão atendidos.

Art. 18. Caberá a Organização promover a inscrição dos estudantes que serão atendidos, elaborar e dar ciência aos responsáveis do planejamento e calendário das atividades que serão desenvolvidas contendo:

a) número de estudantes matriculados e atendidos por turno;

b) a carga horária diária e o horário de atendimento;

c) as atividades que serão ofertadas aos estudantes.

Art. 19. As Organizações/ Instituições deverão atender ao cronograma disposto no Artigo 10.

Art. 20. A permanência dos estudantes nas dependências dos CEIs fica limitada a no máximo por 02 (duas) horas diárias e 02 (dois) dias da semana.

Art. 21. Para a oferta de atividades culturais e esportivas nos espaços coordenados pelo CEU - Gestão, por meio do trabalho dos analistas de Informação, Cultura e Desporto - Educação Física e Biblioteca, deverão ser observadas as condições mencionadas no artigo 6° desta Instrução Normativa.

§ 1° Não serão realizadas atividades nos teatros, SPcine e nas piscinas dos CEUs.

§ 2° Não haverá realização de atividades coletivas como, por exemplo, jogos de futebol, basquete, vôlei, handebol;

Parágrafo único. As atividades deverão ocorrer em áreas externas, respeitando o distanciamento mínimo entre pessoas, conforme os protocolos da Secretaria Municipal de Educação - SME e Vigilância Sanitária.

Art. 22. Poderão participar das atividades mencionadas no artigo anterior somente os estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. Será possibilitada a realização de atividades de recuperação das aprendizagens preferencialmente de Língua Portuguesa e de Matemática.

UNIDADES EDUCACIONAIS DE EDUCAÇÃO PRIVADAS/ PARTICULARES

Art. 23. As Unidades de Educação Privadas/Particulares que optarem pela oferta de atividades extracurriculares, deverão elaborar planejamento das ações contendo:

a) número de estudantes matriculados e atendidos por turno;

b) a carga horária diária e o horário de atendimento;

c) as atividades que serão ofertadas aos estudantes;

§ 1° O mantenedor deverá, por meio de Ofício, encaminhar para conhecimento do Diretor Regional de Educação, o planejamento das ações mencionadas no caput deste artigo.

§ 2° O cumprimento dos protocolos sanitários constantes nas Portarias PREF n° 605, de 2020 e n° 747, de 2020, bem como a distribuição dos EPIs, serão de responsabilidade do mantenedor.

§ 3° As escolas poderão atender os estudantes até o limite de 20% por turno.

Parágrafo único. Considera-se para o indicado no § 3° a quantidade de estudantes matriculados antes do início da pandemia.

Art. 24. Os Estabelecimentos de Educação Básica Privados disciplinarão as atividades indicadas no Decreto 5774/2020, conforme as características próprias do seu Projeto Pedagógico e conforme as condições de suas instalações físicas bem como da disponibilidade de seu pessoal docente e administrativo.

Parágrafo único. O detalhamento dessas atividades deve ser comunicado aos estudantes e seus responsáveis que optarão voluntariamente pela participação nas atividades propostas.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. As Equipes Gestora, Docente e de Apoio deverão cumprir os protocolos de retorno considerando o documento produzido pela Secretaria Municipal de Educação - SME, bem como as formações ofertadas.

Art. 26. Nenhuma atividade formal a ser regulada pela SME, poderá ser retomada antes do dia 03/11/2020.

Art. 27. Os casos excepcionais ou omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 28. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO
QUADRO DE RETORNO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS / ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

DRE	UNIDADE	ATIVIDADE	SERIE / ANO	ALUNOS PERÍODO MANHÃ	ALUNOS PERÍODO TARDE	MATRICULADOS	ATENDIDOS	MATRICULADOS	ATENDIDOS

PORTARIA SF N° 189, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOM de 30.09.2020)

Prorroga os prazos previstos nos artigos 1° e 4° do Decreto n° 59.326, de 29 de junho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e pelo regulamento,

CONSIDERANDO a continuidade das medidas de afastamento social e restrição ao funcionamento de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, bem como da restrição ao atendimento presencial nas repartições da administração pública municipal, necessárias ao contínuo enfrentamento dos efeitos da pandemia de COVID-19 no Município de São Paulo; e

CONSIDERANDO a delegação de competência prevista no artigo 5° do Decreto n° 59.603, de 14 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1° Ficam prorrogados até 31 de outubro de 2020 os prazos previstos nos artigos 1° e 4° do Decreto n° 59.326, de 2 de abril de 2020, respectivamente:

I - o prazo de prorrogação do prazo de validade das Certidões Conjuntas Negativas de Débitos (tributos mobiliários e imobiliários) e das Certidões Conjuntas Positivas com Efeitos de Negativa (tributos mobiliários e imobiliários) emitidas pela Secretaria Municipal da Fazenda, válidas por ocasião da entrada em vigor do Decreto n° 59.283, de 16 de março de 2020; e

II - o prazo de suspensão da inclusão de pendências no Cadastro Informativo Municipal - CADIN.

Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA SF/SUREM N° 057, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - (DOM de 30.09.2020)

Dispõe sobre o sorteio de prêmios para tomador de serviço identificado na NFS-e

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 3°-A da Lei n° 14.097/2005, e no artigo 8°, I, "a", da Instrução Normativa SF/SUREM n° 09, de 01 de agosto de 2011,

RESOLVE:

Art. 1° Para o sorteio número 110 do Programa Nota Fiscal Paulistana, foram gerados 1.799.049 bilhetes eletrônicos, os quais podem ser consultados no endereço eletrônico http://notadomilhao.prefeitura.sp.gov.br.

Parágrafo único. Com o objetivo de assegurar a integridade do arquivo eletrônico que contém a relação de todos os números dos bilhetes e seus respectivos titulares, foi gerado o "hash" 911e6270afb3dbd8fd0ede054827a508.

Art. 2° O código "hash" mencionado no artigo 1° refere-se à codificação gerada pelo algoritmo público denominado "Message Digest Algorithm 5 - MD5".

Art. 3° Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

5.00 ASSUNTOS DIVERSOS

5.01 CEDFC--ARTIGOS / COMENTÁRIOS

Receita Federal revoga 95 Portarias.

A Portaria RFB nº 4.446/2020 revogou 95 Portarias, publicadas no período de 1995 a 2019, as quais já não produziam mais efeitos legais.

De acordo com a RFB, "a medida faz parte do Projeto Consolidação, que busca adequar o estoque regulatório do órgão através da redução, revisão e consolidação de normas".

Segundo a RFB, "o Projeto Consolidação da Receita Federal inscreve-se em uma iniciativa maior projetada pelo Governo Federal, que determinou que os órgãos do Poder Executivo efetuassem a revisão de suas normas através do Decreto 10.139/2019, que entrou em vigor no início de fevereiro. A meta da Receita Federal é encerrar a consolidação de suas normas até junho de 2021, simplificando a legislação tributária, trazendo assim mais segurança jurídica para os cidadãos, que terão um sistema de regramento mais simples, bem como assegurar a redução de litígios com o saneamento das normas. A medida também irá contribuir para a melhoria do ambiente de negócios e da produtividade no Brasil."

Portaria RFB nº 4.446/2020

Segunda edição do Exame de Suficiência acontecerá em novembro deste ano.

Por Lorena Molter
Comunicação CFC/Apex

A segunda edição de 2020 do Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) está marcada para o dia 8 de novembro deste ano (domingo), das 9h30 às 14h, seguindo o horário oficial de Brasília. A informação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (21). A aprovação nessa avaliação é um dos requisitos para a obtenção de registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

De acordo com o edital, a prova será composta por questões objetivas e acontecerá na modalidade on-line. A escolha por esse formato atende às orientações nacionais e internacionais de saúde e busca proteger os candidatos do contágio da doença.

As inscrições devem ser efetuadas no período entre 14h do dia 22 de setembro de 2020 e 16h do dia 22 de outubro de 2020, somente pelo site da Consulplan (www.consulplan.net) ou pelo site do CFC (www.cfc.org.br). Os interessados devem observar o horário oficial de Brasília.

A taxa de inscrição será de R$ 50,00, devendo ser recolhida em guia própria, em favor do CFC. Já a solicitação de isenção de taxa deverá ser solicitada pelo examinando, no ato da inscrição e por meio do sistema, das 14h do dia 22 de setembro de 2020 às 14h do dia 24 de setembro de 2020, também seguindo o horário oficial de Brasília.

Para ler edital publicado no DOU, clique aqui.

A reprodução deste material é permitida desde que a fonte seja citada.

Semana do Contador: O registro como o primeiro passo da carreira.

Por Amanda Oliveira
Comunicação CFC

A próxima terça-feira (22) marca no calendário um fato histórico. Há 75 anos, no dia 22 de setembro de 1945, o então presidente Getúlio Vargas assinava o Decreto-Lei n.º 7.988, que criava no Brasil o primeiro curso de ensino superior em Ciências Contábeis. Desde então, a data é celebrada como o Dia do Contador.

A formação de nível superior gerou muitos avanços na prática contábil. Com o mesmo objetivo, outra condição, além da formação técnica, começou a ser exigida para o exercício profissional. Criado a partir da lei n.º 12.249/2010, o Exame de Suficiência é um pré-requisito para obtenção do registro de contador.

Não à toa, no dia 27 de março de 2011, mais de 16 mil inscritos trocaram a manhã de um domingo para dar um grande passo na carreira. Em sua primeira edição, o exame foi aplicado em 116 cidades ao redor do país. Clayton Domingues era um dos participantes. “Havia muita expectativa. Era um misto de novidade e desafio”, descreveu.

Na época, ele conquistou o primeiro lugar. Hoje, o auditor no Ministério Público do Estado do Paraná conta que o exame é uma oportunidade de enxergar as competências técnicas esperadas do profissional da contabilidade. ”Com ele, nivelamos o ensino ministrado nas universidades do país, bem como criamos uma cultura de aprendizado constante na comunidade universitária".

Segundo a legislação, o Exame de Suficiência deve ser realizado por estudantes no último ano da graduação ou por quem já concluiu. A proposta é verificar se os candidatos têm as competências necessárias para a atuação na área. Dados do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) revelam que, entre 2011 e 2020, mais de 600 mil pessoas foram submetidas às provas.

O presidente do CFC, Zulmir Breda, destacou a importância do exame para a classe contábil. “Do ponto de vista do mercado, ele assegura um profissional mais bem preparado para cumprir seu mandato de interesse público. Do ponto de vista da área acadêmica, estimula o aperfeiçoamento do ensino e, do ponto de vista da classe, promove uma melhor visão perante a sociedade”, refletiu.

Modalidade virtual

Neste ano, o certame teve sua primeira edição virtual devido à pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus. Durante uma live realizada antes da prova, que aconteceu no dia 16 de agosto, a vice-presidente do CFC, Lucélia Lecheta, explicou o motivo da adaptação.

“Ainda no mês de março, ao avaliarmos que não conseguiríamos aplicar o Exame de forma presencial, foi feita a suspensão do certame para aguardar novas orientações da Organização Mundial de Saúde, dos órgãos de saúde aqui do país, bem como alguma situação que tornasse possível a realização do exame. Infelizmente, as coisas não andaram conforme gostaríamos e, desde logo, começamos a pensar em outro plano”, afirmou.

Segundo dados da Consulplan, empresa licitada para a execução do exame, cerca de 40 mil examinandos realizaram a prova virtual. Deles, 38,19% foram aprovados. Os números foram divulgados no Diário Oficial da União do dia 17 de setembro.

“Desde que o Exame foi estabelecido, por meio da Lei n.º 12.249/2010, nós, profissionais da contabilidade, entendemos o quão importante ele é para a valorização da nossa profissão e, por isso, o Conselho Federal sempre teve muito zelo e muito cuidado com a realização do exame em todas as edições que foram feitas presencialmente até hoje”, reforçou Lecheta.

No total, mais de 300 mil profissionais estão devidamente regulamentados e podendo exercer a profissão.

Exame de Suficiência 2.2020

O edital da segunda edição do Exame de Suficiência de 2020 já está disponível para consulta. As inscrições poderão ser feitas no período de 22 de setembro a 22 de outubro, e deverão ser efetuadas no site da Consulplan e no do CFC. A isenção da taxa de inscrição, que será de R$50,00, poderá ser solicitada até o dia 24 de setembro.

A segunda edição deste ano também será realizada na forma on-line, no dia 8 de novembro, das 9h30 às 14h. Para mais informações, clique aqui.

A reprodução deste material é permitida desde que a fonte seja citada.

Semana do Contador: CFC trabalha pelo desenvolvimento das Ciências Contábeis no País.

Por Lorena Molter
Comunicação CFC/Apex

A essencialidade do contador ficou ainda mais evidente durante a pandemia do novo coronavírus. Clientes de diferentes ramos, de pequenas, médias e grandes empresas buscaram o assessoramento desses profissionais para manterem seus negócios funcionando em um momento em que a economia, no mundo inteiro, sofria impactos.

Adaptação e atualização são palavras presentes na profissão contábil, que precisa, constantemente, adequar-se às mudanças do mercado. Nesse sentido, o primeiro passo para atender bem à sociedade é ter uma formação sólida e conectada com as necessidades do dia a dia dos negócios.

Alinhado com esse pensamento, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) idealiza o Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis (ENCPCCC). O trabalho acontece em parceria com a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), responsável pela realização e pela organização do evento, e com o apoio do Sistema Contábil Brasileiro (Sistema CFC/CRCs). Em sua 12ª edição, a iniciativa abordará, este ano, o tema "A evolução do pensamento contábil superando adversidades". A atividade é gratuita e acontece nos dias 29 e 30 de setembro, das 15h às 18h, por meio da ferramenta Zoom.

O vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC, contador Aécio Dantas, fala sobre a finalidade do encontro. “O objetivo é promover uma aproximação com as instituições de ensino superior e despertar nelas, nos professores e nos coordenadores de curso um novo olhar para a contabilidade digital, para todo esse processo que estamos vivendo de transformação digital e para um profissional que precisa ser muito mais atento às questões que envolvem outros conhecimentos, não só os da área da contabilidade, mas também de gestão e, sobretudo, aqueles da área de tecnologia da informação”, afirma.

Dantas ressalta que o CFC busca, constantemente, manter o diálogo e a troca de conhecimentos com as instituições de ensino superior. Segundo o contador, é importante transmitir aos educadores as temáticas voltadas para o dia a dia da profissão, o que contribui para uma formação mais completa dos estudantes. “Temos conhecimento pleno das demandas que a sociedade exige do profissional da contabilidade e precisamos passar isso para as instituições de ensino superior para que elas possam, na medida do possível, ir também ajustando as suas estruturas curriculares dentro de uma perspectiva de um profissional preparado para atuar no mercado atual”, esclarece.

O XII Encontro Nacional de Coordenadores e Professores do Curso de Ciências Contábeis refletirá o momento atual e abordará temáticas como a educação a distância, as mudanças durante a pandemia, a metodologia e os desafios globais. O evento reunirá representantes de organizações da área da Contabilidade, do Brasil e do exterior, e de instituições de ensino, bem como professores de universidades de diferentes partes do país. Entre os assuntos que serão trabalhados estão a transformação digital no ensino superior, o impacto do ensino a distância no pós-pandemia, os desafios globais das metodologias de avaliação do ensino no período de pandemia de Covid-19, as metodologias ativas de ensino-aprendizagem para professores e profissionais da contabilidade e o Exame de Suficiência digital do CFC.

As inscrições ainda estão abertas. Para acessar, clique aqui.

Aproximação do CFC com o Ministério da Educação

Ao longo dos últimos anos, o Conselho também tem trabalhado uma aproximação com o Ministério da Educação (MEC). A intenção do CFC é promover discussões sobre as estruturas curriculares dos cursos de Ciências Contábeis. “Entendemos que a boa formação do profissional da contabilidade é fundamental para que possamos ter, cada vez mais, uma profissão mais organizada e mais reconhecida”, ressalta Aécio Dantas.

Atualmente, o CFC tem uma comissão instituída que avalia os processos de autorizações de novos cursos de Ciências Contábeis. As instituições de ensino superior encaminham os documentos para o

MEC e o Conselho participa da avaliação dos pedidos. Contudo, hoje, essa comissão tem uma função meramente opinativa. “O nosso objetivo é poder atuar, de forma mais efetiva, nas discussões e nas autorizações dos novos cursos de Ciências Contábeis”, destaca o vice-presidente.

A reprodução deste material é permitida desde que a fonte seja citada.

Dicas para uso de certificação digital na entrega da EFD-ICMS/IPI.

Fonte: Contabilidade na TV
Link: https://www.contabilidadenatv.com.br/2020/09/dicas-para-uso-de-certificacao-digital-na-entrega-da-efd-icms-ipi/

Através do Sped (Sistema Público de Escrituração Digital) muitos projetos como a EFD-ICMS/IPI, ECD, ECF, EFD-Contribuições, eSocial e EFD-Reinf puderam ser postos em prática e mudaram o dia a dia das empresas.

Mesmo após tantos anos convivendo com a EFD-ICMS/IPI ainda surgem dúvidas, até porque ela não é uma declaração estática, ela sofre alterações e atualizações constantes. Por isso existe no Portal do SPED diversos canais que o contribuinte pode usar para se comunicar com a Sefaz do seu estado ou com o grupo geral que cuida desta obrigação acessória.

O contribuinte que precisa se comunicar com a equipe que cuida da EFD-ICMS/IPI pode fazê-lo pelo endereço faleconosco-sped-icms-ipi@rfb.gov.br .

O contribuinte que quiser ver como entrar em contato com a Sefaz do seu estado sobre assuntos pertinentes ao ICMS, pode encontrar o endereço dentro do portal do Sped em EFD-ICMS/IPI – Downloads – Contatos na SEFAZ.

O contribuinte deve sempre entregar a sua declaração por CNPJ e IE, e deve fazer uso de certificação digital para efetuar a entrega. Foi estabelecido também que a pessoa jurídica que possui estabelecimentos filiais poderá usar o e-CNPJ da matriz para entregar as declarações das filiais. O mesmo vale para o e-CPF do representante legal da matriz.

A escrituração deve ser assinada com certificado digital A1 ou A3, onde o e-CNPJ tenha a mesma base (8 dígitos) do estabelecimento caso seja usado e-CNPJ. Já se estivermos falando de um caso de sucessão, então a EFD-ICMS/IPI poderá ser assinada com o certificado digital da sucessora. Lembrando que isso só é possível se o CNPJ da sucedida estiver extinto no cadastro CNPJ da RFB pelos motivos de: incorporação, fusão ou cisão total. O período de apuração deve ser anterior a data da sucessão.

A pessoa jurídica ou pessoa física com procuração eletrônica cadastrada no site da RFB também poderá fazer a assinatura. Essa funcionalidade também vale para o inventariante com procuração eletrônica.

O cadastramento de uma procuração eletrônica pode ser feito via e-CAC (com certificado digital), através do menu Senhas e procurações> Cadastro, Consulta e Cancelamento> Procuração para e-CAC. Dentro desse menu há a opção “Cadastrar procuração”, você deve indicar os dados do procurador e dados de vigência da procuração. Após isso, selecione a opção “Assinatura de Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS IPI”. Com isso você só precisa selecionar a opção “Cadastrar Procuração” ao final da página e pronto.

A empresa outorgante que não tem acesso ao e-CAC, pode fazer um formulário para atendimento presencial. O outorgante precisa acessar a página da Receita Federal em Serviços > Lista Completa (todos os serviços). A opção “Senhas e procurações” permitirá a você selecionar a opção Procuração e-CAC Presencial >Acesso direto ou com senha específica. O outorgante deve preencher o cadastro da procuração e selecionar a opção “Assinatura de Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI”. A opção “Cadastrar Procuração” precisa ser selecionada. Após essa etapa resta imprimir o formulário de cadastro e apresentá-lo na Receita Federal. Para validação desta procuração devem ser apresentados também os documentos de identificação do outorgante e outorgado.

A empresa que precisar fazer uma procuração em nome da filial para terceiros por meio do e-CAC pode fazê-lo indo na opção “alterar perfil de acesso” dentro do e-CAC. A opção “CNPJ matriz atuando como CNPJ filial” deve ser selecionada e clicar em alterar. O formulário que aparecerá deverá ser preenchido, e então selecione “Assinatura de Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI”. A opção fica dentro do quadro “Destinados tanto a Pessoa Física como a Pessoa Jurídica”. A última parte é clicar em “Cadastrar Procuração”.

O contribuinte que não possui, mas quer ter o seu próprio certificado digital deve procurar uma autoridade certificadora.

As empresas devem sempre instalar o seu certificado na máquina local, pois, o PVA (Programa de Validação e Assinatura) não procura certificados instalados fora da máquina local.

[ARF-FBO-PR] Não haverá débito automático das parcelas prorrogadas dos parcelamentos previdenciários.

Para conhecimento, repasso informação recebida há pouco:

Não haverá débito automático das parcelas prorrogadas dos parcelamentos previdenciários

Para as prestações de parcelamento com data de vencimento em maio, junho e julho, que foram prorrogadas para agosto, outubro e dezembro não acontecerá o débito automático no banco.

As GPS correspondentes às parcelas com vencimento prorrogado deverão ser emitidas e pagas pelo contribuinte.
Att.
Oneide –ARF-FBO

IR: Contribuinte sem conta pode agendar restituição pela internet

Os contribuintes que não informaram a conta bancária ou informaram a conta errada na declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) poderão agendar a restituição pela internet.

O Banco centralizador do processamento das restituições da Receita Federal, o Banco do Brasil (BB) permitiu que não correntistas resolvam a situação no portal da instituição financeira.

Quem não tem conta no BB poderá fazer o agendamento no portal bb.com.br/irpf, na opção “Consulte sua restituição de Imposto de Renda”. Ao inserir os dados bancários corretos, o crédito para o

contribuinte será feito no dia útil seguinte na conta de qualquer instituição financeira em nome do declarante.

Até então, o não correntista do BB tinha de ir à agência bancária ou ligar para a central de relacionamento do banco, nos números 4004-0001 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800-729-0001 (demais localidades), para agendar o crédito da restituição. Os clientes do BB podiam agendar o crédito por meio do autoatendimento digital do banco.

DICAR – Diretoria de Cobrança, Arrecadação e Recuperação de Dívidas.

Senhores contribuintes, boa tarde.
Inicia-se hoje o deferimento automático de pedidos de parcelamento de ITCMD referentes a doações ou inventários extrajudiciais, com valores de até 200 mil UFESPs. Não será necessário nenhum tipo de protocolo, nem mesmo eletrônico.

Os débitos poderão ser parcelados em até 12 vezes, observando o valor mínimo de 30 UFESPs por parcela.
Para tanto, o contribuinte deverá acessar sistema pelo link https://www3.fazenda.sp.gov.br/CFPARC/Account?auth=0 , utilizando a senha do Programa Nota Fiscal Paulista.

No sistema, o contribuinte poderá realizar a simulação do parcelamento, informando os débitos que queira parcelar e o número de parcelas desejado e caso esteja de acordo com os valores, basta clicar em "confirmação do parcelamento".

Tratando-se de débitos referentes a doações ou inventários extrajudiciais com valor até R$ 5.522.000,00 o parcelamento será deferido automaticamente e o contribuinte poderá, de forma imediata, imprimir o DARE referente a primeira parcela.

As parcelas seguintes também poderão ser impressas no mesmo sistema, dentro do mês a que se refere, e caso o contribuinte queira quitar o parcelamento antecipadamente, basta gerar uma DARE com os valores restantes.

Os parcelamentos referentes a débitos de ITCMD referentes a declarações de Arrolamento, Inventário (judicial) ou Doação Judicial de qualquer valor, ou ainda, os débitos referentes a declarações de Transmissão por Escritura Pública ou Doação Extrajudicial com valores acima de 200 mil UFESPs deverão ser objeto de protocolo, observada a legislação pertinente.

Lembramos, ainda, que o artigo 25 da Lei 10.705/00 impõe a quitação do parcelamento para lavratura, registro ou averbação de atos ou termos por Tabeliães, Escrivães ou Oficiais de Registro de Imóveis.

DICAR - Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Recuperação da Dívida

RECEBE LIGAÇÕES QUE NÃO COMPLETAM? PODE SER UMA CHAMADA FANTASMA - SAIBA COMO EVITÁ-LAS.

O que descobrimos
Na pandemia, aumentou em 75% o número de reclamações de consumidores que, apesar de terem feito o bloqueio no "Não Me Ligue", receberam chamadas com ofertas telefônicas de produtos e serviços

Outras ligações são as "chamadas fantasmas": você corre para atender o telefone e a linha cai.

Nesse caso, um sistema disca automaticamente para vários contatos ao mesmo tempo, mas só poucas ligações são completadas

Você também recebe centenas de ligações de números desconhecidos que não completam?

Num dia só, a decoradora Cecilia Almeida recebeu mais de 20 ligações de números diferentes. Mas ao atender, a linha caía. "Bloqueei pelo celular os números, mas as ligações se repetiam, de outros números. Era insuportável".

Isso acontece por dois motivos, principalmente.

O primeiro, segundo Cassiano Maschio, diretor comercial e de marketing da Inbenta, é que as empresas de telemarketing usam uma espécie de disparador-carrossel de ligações.

Ele é adotado como forma de garantir que os profissionais de telemarketing tenham pouco tempo ocioso e a jornada de trabalho renda mais. "O problema é que o disparador faz milhares de ligações simultâneas e a empresa tem, no máximo, centenas de atendentes", explica ele. Ou seja, são feitas várias ligações ao mesmo tempo, mas não há atendente para todas elas.

Então, quando o dono da linha atende, por alguns segundos há um silêncio e, em seguida, a chamada cai.

Se o consumidor der sorte (ou azar), a chamada depois desses segundos é direciona a um dos atendentes. Como o sistema é rotativo (carrossel), as chamadas são feitas de novo, de novo, e de novo.

"Do ponto de vista comercial", acho esse tipo de estratégia um tiro no pé", diz Maschio. "Muitas vezes a pessoa copia o número que ligou para ela, dá uma busca na internet e descobre que foi empresa X ou Z. E fica irritadíssima com a marca."

Validação de número

As chamadas fantasmas também são feitas para validar um número de telefone. "Esse mesmo robô liga para vários números aleatórios, inventados. Quando a pessoa do outro lado da linha atende, o robô entende que o número existe e que pertence a alguém. E a linha cai.

Assim vai se formando uma lista de números de consumidores", explica Maschio. Segundo Capez, do Procon, a reclamação aqui também é cabível.

Denuncie chamadas incômodas

Essa prática, ao que parece, se intensificou na pandemia, conforme o Procon-SP. A autarquia tem um serviço chamado “Não Me Ligue”, o cadastro que protege a privacidade de quem não deseja ser incomodado com ofertas telefônicas de produtos e serviços.

Desde que foi lançado, em 2009, o Procon-SP teve 2,6 milhões de linhas telefônicas inscritas no “Não Me Ligue”. Só de janeiro a julho deste ano, foram feitas mais de 400 mil bloqueios.

Pelo serviço, os consumidores do Estado de São Paulo que se sentem desrespeitados com as chamadas podem registrar os números para bloqueio no site do Procon-SP.

Trinta dias depois do registro, as empresas, inclusive de outros Estados, não poderão mais fazer ligações. “A empresa tem esses 30 dias para ter conhecimento do cadastro e, após esse período, se fizer qualquer ligação de telemarketing, será multada”, afirma Fernando Capez, secretário de defesa do consumidor.

O problema é que está havendo reincidência.

De janeiro a julho deste ano, o Procon recebeu 31.600 reclamações de consumidores que apesar de terem feito o bloqueio, receberam chamadas de empresas. Uma quantidade 75% maior que as 18 mil queixas feitas no mesmo período do ano passado.

Mesmo quando a chamada não completa?

Nesse caso, segundo Capez, o consumidor também pode fazer o bloqueio.

“É importante fazer o bloqueio no Procon, e não só por meio da função do aparelho celular.

No caso de reincidência, anotar o horário e dia da chamada, se ela acontecer depois dos 30 dias de carência”, diz o secretário. “Cabe à empresa provar que ela não fez a ligação. Se não provar, ela será multada.

Se muitos consumidores fizerem essa nova reclamação, serão muitas multas, que são proporcionais ao faturamento da empresa, e assim o sistema de disparos de ligação será inviabilizado financeiramente”, afirma.

Números reciclados

Outra situação em que também cabe reclamação é a reciclagem de linhas.

As operadoras de telefonia reutilizam números de linhas e chips cancelados. Ou seja: quando alguém compra um chip novo, aquele número já pode ter pertencido a outra pessoa. A prática é permitida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A chateação começa, porém, quando o novo usuário da linha começa a receber mensagens de texto sobre cartões que ele nuca teve ou de dívidas de outra pessoa.

Outro problema da reciclagem de números são as configurações de aplicativos de mensagem, como o WhatsApp. Quando o novo dono da linha telefônica se inscreve no app, o programa pode recuperar automaticamente uma série de mensagens e grupos do o antigo proprietário da linha.

Nesse caso, vale reclamar no Procon também.

Em sua lista de respostas a questões frequentes (FAQ), o Wahatsapp diz que "para evitar e minimizar confusões com números reciclados, monitoramos a inatividade nas contas". "Se uma conta não for utilizada por 45 dias – e então passa a ser ativada por um novo usuário ou reativada em um aparelho diferente – vemos isso como um sinal de que o número foi reciclado. Neste momento, removemos a informação antiga da conta associada a este número, como a foto e o recado"

https://6minutos.uol.com.br/economia/recebe-ligacoes-que-nao-completam-pode-ser-uma-chamada-fantasma-saiba-como-funciona-evita-las/

Rendimento bruto para fins de doação eleitoral inclui valores não-tributáveis.

Lei define que doação de pessoa física pode alcançar 10% dos rendimentos brutos registrados no ano anterior ao da eleição

O conceito de rendimento bruto da pessoa física para fins de doação eleitoral compreende toda e qualquer renda obtida no ano anterior ao da eleição, tributável ou não, desde que constitua produto do capital e do trabalho e que resulte em real disponibilidade econômica, devidamente informada na declaração de Imposto de Renda.

Com esse entendimento, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral definiu o alcance do termo que serve de base para o cálculo do valor máximo que uma pessoa pode doar a candidato a cargo público.

A limite é estabelecido pelo parágrafo 1º do artigo 23 da Lei das Eleições (Lei 9.504/1997): 10% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição.

Para o Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, a base de cálculo seria o valor tributável. Por isso, aplicou multa a um empresário que declarou rendimentos tributáveis de R$ 129,4 mil em 2009, mas doou R$ 30 mil para candidato nas eleições de 2010.

O candidato recorreu por defender que a base de cálculo deveria incorporar os lucros por ele recebidos e distribuídos por uma empresa da qual é sócio.

O julgamento foi retomado nesta quinta-feira (1º/10) com voto-vista do ministro Luís Felipe Salomão, que abriu divergência e foi seguido pelo restante dos ministros do TSE. Ficou vencido o relator, ministro Og Fernandes, que, quando ainda era integrante da corte, deu voto no sentido de desprover o recurso do doador.

Com o resultado, o processo deve voltar ao TRE-MS para que se solucione questão dos valores recebidos a títulos de lucro, definindo se exclui ou reduz multa aplicada.

https://www.conjur.com.br/img/b/luis-felipe-salomao-2020.jpeg

Ministro Salomão explicou que ideia da norma é compatibilizar direito da doação com a capacidade financeira do doador

Questão de simetria

O ministro Salomão divergiu porque entendeu que o conceito de receita bruta da pessoa física deveria guardar simetria com o conceito de faturamento bruto de empresas doadoras — quando isso ainda era possível —, conforme definido pela jurisprudência da corte. E esse conceito era amplo para abranger qualquer resultado econômico resultado de ingresso de recurso.

"E não poderia ser diferente, pois a finalidade da norma não é impor restrições tributárias às pessoas físicas que contribuem para campanhas eleitorais, mas, a partir de um teto percentual, compatibilizar o exercício desse direito com a capacidade do contribuinte", explicou o ministro.

Ao acompanhar a divergência, o ministro Luiz Edson Fachin afirmou que caberiam outros exemplos do que poderia ser incorporado ao rendimento bruto da pessoa física, tais como rendimentos de aplicação em caderneta de poupança, que não são tributáveis.

O ministro Tarcísio Vieira de Carvalho destacou também a importância da definição em um cenário de escassez de recursos após a alteração legislativa que proibiu a doação por pessoas jurídicas.

"O custeio das candidaturas tem sido dificultado.

Parece muito bem-vinda essa tese na interpretação de alargar um pouco mais possibilidade de doação por pessoas físicas, calibrando esse mecanismo de compensação que parece vital para que tenha pulso a democracia brasileira", disse.

0000173-65.2012.6.12.0000

Revista Consultor Jurídico

Congresso pretende regular o teletrabalho.

Tramitam hoje pelo menos seis projetos de lei e um outro deve ser apresentado até o fim do ano

Em meio à pandemia de covid-19 e o aumento significativo do teletrabalho (ou home office), começou uma corrida no Congresso Nacional para a regulamentação do tema. Tramitam pelo menos seis projetos de lei e ainda foi formado um grupo técnico para a apresentação de um novo texto até meados de dezembro.

O número de pessoas em casa é grande. Levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra 8,4 milhões em home office – cerca de 10% dos 81,4 milhões de ocupados no país.

Apesar de estar previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), desde 2017, por meio do artigo 75 da reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 2017), ainda há dúvidas sobre a aplicação do teletrabalho.

"A regulamentação, sem dúvida ganhou urgência com a pandemia", diz o advogado trabalhista Fernando Abdala, do Abdala Advogados. Ele lembra que muitas empresas acabaram por adotar o teletrabalho e devem mantê-lo. "Mas ainda acham que não existe segurança jurídica sobre o tema."

A previsão na reforma trabalhista, de acordo com o advogado, seria insuficiente. "Deixa muitos aspectos para serem negociados em norma coletiva. As empresas não estão seguras", afirma.

O advogado Edgar Tavares Dias, sócio do Queiroz e Lautenschläger Advogados, também acredita que o teletrabalho tem que ser melhor regulamentado. Entre os temas que aponta como sensíveis seria o uso do home office parcial (somente alguns dias da semana), que começará a ser mais utilizado pelas empresas.

Ele ainda afirma que uma nova norma deveria ser mais enfática com relação ao local de prestação de serviços em home office. É importante, acrescenta, para decidir sobre a convenção coletiva que deve vigorar no contrato de trabalho, equiparação de salário e até juízo competente.

Para tentar elaborar uma regulamentação mais aprofundada, o professor de pós-graduação da FMU Ricardo Calcini formou um grupo de trabalho, a pedido do deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP). Foram convidadas cerca de 70 pessoas, entre advogados, professores de direito, juízes, integrantes do Ministério Público Federal e fiscais do trabalho. A primeira reunião está marcada para acontecer hoje, às 16h, de forma on-line.

A ideia, segundo o professor Ricardo Calcini, é fazer uma análise mais técnica, “sem interesses políticos ou de um ou outro setor”. Por isso, acrescenta, o grupo é formado pelos mais diferentes perfis para dar mais legitimidade ao projeto e tentar fazer um texto em que não predomine nenhum interesse particular.

Na primeira reunião, Calcini afirma que vai propor a formação de pequenos grupos para debater temas específicos, como jornada de trabalho, ergonomia e segurança do trabalho, condições de remuneração e requisitos mínimos que devem ser respeitados na negociação coletiva. Ainda haverá uma equipe para tratar de regulamentar melhor as audiências virtuais na Justiça e o teletrabalho para o servidor público.

Cada grupo deverá ter uma reunião semanal e apresentará uma espécie de anteprojeto sobre cada tema, que será votado em meados de novembro pela composição completa. “Como o grupo é grande, não vamos conseguir unanimidade, mas a escolha de perfis diferentes foi proposital para dar mais legitimidade”, diz Calcini. Depois de aprovado, acrescenta, o projeto será encaminhado ao deputado Rodrigo Agostinho.

Por enquanto, há no Congresso Nacional pelo menos seis projetos de lei em tramitação. O de nº 2251, do deputado Cleber Verde (Republicanos-MA), apresentado na Câmara no dia 28 de abril, apenas diz que “a empresa é responsável pelo acidente de trabalho e por toda infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto”.

Outro projeto em andamento é o do deputado Baleia Rossi (MDB-SP). O texto, de nº 3077, foi apresentado no dia 2 de junho e só autoriza a implantação do sistema de home office no serviço público.

Ainda existe o Projeto de Lei nº 3915, do deputado Bosco Costa (PL-SE), apresentado em 23 de julho. A proposta obriga o empregador a fornecer e manter os equipamentos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho em regime de teletrabalho, ressalvado o disposto em acordo coletivo, bem como a reembolsar o empregado pelas despesas de energia elétrica, telefonia e internet. Torna os empregados em regime de teletrabalho sujeitos às normas relativas à jornada de trabalho dos trabalhadores em geral.

No Senado, existe projeto semelhante, de nº 3.512, proposto pelo senador Fabiano Contarato (Rede-ES), apresentado em junho. Também tramita proposta da senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), de nº

nº 4006, apresentada no mesmo mês, que determina que os recursos economizados com o teletrabalho, nos três poderes, sejam destinados ao combate à covid-19.

Há ainda o Projeto de Lei nº 561, de autoria da Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, também apresentado neste ano, que concede prioridade para a prestação de serviços em regime de teletrabalho para empregados que tenham filhos com idade igual ou inferior a três anos.

Fonte: Valor Econômico, por Adriana Aguiar

Ação sobre enquadramento sindical deve incluir sindicato que recebeu contribuição.

Empresa quer evitar prejuízos com ajuizamento de nova ação.

01/10/20 – A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho deferiu pedido da filial da Elevadores Atlas Schindler S.A. no Ceará para que o sindicato que recebeu contribuições sindicais dos seus empregados seja incluído na reclamação em que outro sindicato questiona o enquadramento sindical. Segundo a Turma, a medida é admissível para resguardar o ente sindical do prejuízo decorrente do alegado recolhimento da contribuição a outro sindicato.

Enquadramento sindical
Na ação, o Sindicato dos Trabalhadores em Montagens Industriais em Geral do Estado do Ceará (Sintramonti/CE) pedia que fosse declarado representante dos empregados da Schindler, para fins de negociação e de recolhimento das taxas assistenciais ou da contribuição sindical.

A empresa, na audiência, pediu que fosse incluído da ação o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Siderúrgicas, Mecânicas, de Materiais Elétricos e Eletrônicos, de Informática e de Empresas de Montagem do Estado do Ceará (Sindimetal), que, a seu ver, representava seus empregados, uma vez que sua atividade preponderante é a metalurgia e para o qual recolhia regularmente a contribuição sindical. A preocupação da Schindler era a possibilidade de o Sindimetal, caso prejudicado pela decisão, reclamar judicialmente os prejuízos decorrentes.

O juízo de primeiro grau e o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT-CE) indeferiram o pedido. Segundo o TRT, o fato de a empregadora ter recolhido indevidamente a contribuição sindical a sindicato que não a representava não obriga o magistrado a acolher o pedido de inclusão dessa entidade no processo (denunciação da lide), pois o Sindimetal não teria responsabilidade pelo eventual recolhimento indevido feito pela empresa.

Defesa da representatividade
Para o relator do recurso de revista da Schindler, ministro Breno Medeiros, não há impedimento ao deferimento da inclusão do Sindimetal para defender a sua representatividade. Ele explicou que o instituto da denunciação da lide é admissível para resguardar o denunciante (o sindicato chamado a participar do processo) do prejuízo advindo do alegado recolhimento da contribuição sindical a outro sindicato que não o autor.

Ao deferir a pretensão da Schindler, a Turma determinou o retorno dos autos à Vara do Trabalho de origem, a fim de que promova a citação do Sindimetal. A decisão foi unânime.

(RRAg-289-06.2016.5.07.0016)

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho

Governo decide prorrogar acordos de suspensão e redução salarial.

Esta é a terceira prorrogação dos acordos, que foram permitidos pela MP 936 no início da pandemia. Mais de 11 milhões de brasileiros estão trabalhando nesse regime especial, segundo o governo. Secretário afirma que modelo não deve ir além de 2020

O Ministério da Economia decidiu prorrogar novamente os acordos de suspensão do contrato de trabalho e redução salarial, permitidos na pandemia de covid-19 pela Medida Provisória (MP) 936.

A decisão vai permitir que esses acordos sejam estendidos por mais dois meses e foi anunciada nesta quarta-feira (30/09) pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

"O programa foi extraordinariamente bem sucedido. Tanto que estamos prorrogando por mais dois meses", anunciou Guedes, na apresentação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Ele explicou que mais de 11 milhões de trabalhadores fizeram acordos de suspensão ou redução salarial e a maior parte desses acordos foram renovados depois que o governo decidiu prorrogar os prazos iniciais da MP 936. Por isso, já são 18 milhões de contratos no âmbito da MP 936.

"Preservamos quase 11 milhões de empregos. É um terço dos empregos de carteira assinada do Brasil", destacou o ministro, dizendo que, além de efetivo, o programa tem sido barato para o estado.

Até agora, o governo liberou R$ 25,5 bilhões para o BEm, que prevê o pagamento de uma compensação salarial para os trabalhadores que tiveram a renda reduzida.

Boa parte desse acordos, contudo, iria expirar neste mês. Por isso, o governo vai permitir que empregados e empregadores prorroguem por mais dois meses os acordos, mediante a assinatura de mais um aditivo contratual.

Com isso, o prazo total dos acordos, que já havia sido prorrogado em outras duas ocasiões, poderá chegar a até oito meses.

"A empresa reduz o salário e o governo suplementa o salário para garantir que os empregos sejam preservados. Passado o prazo inicial, nós estendemos.

Então, a empresa pode de novo manter o empregado por mais alguns meses que nós suplementamos o salário. São 11 milhões de empregos salvos, com 18 milhões de contratos, por isso renovamos", concluiu Guedes.

O secretário especial de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia, Bruno Bianco, acrescentou que essa decisão foi tomada porque, apesar de o governo dizer que a retomada econômica já começou e ter apresentado dados positivos no Caged, alguns setores ainda sentem o impacto da pandemia de covid-19 e precisam de auxílio para manter os funcionários.

"Existem setores que, em que pese a retomada, ainda estão precisando. [...] Ainda que os setores estejam melhorando, ainda que estejamos em retomada, se há demanda, não há porque não fazer a prorrogação, traz renda para o trabalhador, preserva o emprego", afirmou.

Bianco destacou, por sua vez, que os acordos "não devem extrapolar o ano de 2020" e disse que os trâmites burocráticos que vão permitir a prorrogação anunciada por Guedes ainda estão em andamento.

"A decisão tomada no âmbito da Economia vai ser estudada e passará pelo crivo de outros estudos", avisou, sem dar prazo para a publicação do decreto que deve confirmar essa prorrogação.

"Obviamente faremos toda a conversa interna para que isso se viabilize. Há sim uma possibilidade grande de prorrogar é uma vontade do ministro", emendou.

https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/09/4879018-guedes-decide-prorrogar-acordos-de-suspensao-e-reducao-salarial.html

O planejamento sucessório e a economia tributária.

Encontra-se em curso o Projeto de Resolução do Senado Federal nº 57/2019, que, se aprovado, importará no aumento da alíquota máxima do imposto de transmissão causa mortis e doação, de 8% (fruto da Resolução 9, de 5 de maio de 1992, do Senado Federal) para 16%. A partir disso, os Estados, a quem cabe legislar sobre o tributo em questão, poderão majorá-lo, desde que respeitado o limite fixado.

Atualmente, a maior parte dos Estados prevê a alíquota máxima de 8%, fazendo-o, entretanto, em regime de progressividade. A guisa de exemplo, no Rio de Janeiro, o imposto, a depender do patrimônio objeto de doação ou de inventário, variará entre 4% e 8% sobre o patrimônio objeto de doação ou de inventário, com previsões de imunidade, não-incidência, isenção ou suspensão (Lei n. 7.174/15).

De outro giro, no Estado de São Paulo, em que a alíquota única é de 4% sobre a mesma base de cálculo – também com hipóteses de não-incidência e de isenção (Lei nº 10.705/00) -, está em curso o Projeto de Lei nº 250/20, que, a exemplo do que ocorre no Rio de Janeiro, alcançará, a depender do patrimônio, 8%, em regime de progressividade. Outro ponto importante em tal Projeto de Lei é a previsão de tributação dos planos de de previdência complementar, tais como Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) ou Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), o que os tornará pouco atraentes para fins de planejamento sucessório, o que, aliás, já vem ocorrendo, uma vez que várias são as decisões judiciais de inclusão dos respectivos saldos nos inventários.

Considerada a circunstância de, em planejamentos sucessórios, ser bastante comum a prática de doação do patrimônio – com reserva, ou não, do respectivo usufruto a favor do doador, o que permite a respectiva sobrevivência assim como obedecer à previsão do Direito Brasileiro que proíbe a doação da totalidade do patrimônio -, visando a não permanecer sob o risco de aumento do tributo que sobre o negócio incide, o ideal é fazê-lo desde já.

A doação é uma maneira de evitar os impactos econômicos – e, muitas vezes, os litígios – decorrentes de um inventário – seja judicial ou extrajudicial, o que, fora a tributação – na alíquota vigente no momento da morte -, engloba custas processuais ou emolumentos e honorários advocatícios – saliente-se que, em algumas oportunidades, a contratação de uma previdência complementar tem por objetivo permitir que a pessoa a que se quer beneficiar, possa fazer frente a tais despesas. Se se considerar que, tal como dito, há várias decisões judiciais de inclusão, como patrimônio a ser inventariado, dos saldos existentes em tais previdências, que poderão, inclusive, ser bloqueados, mais importante ainda para a tomada de providências visando a se evitar tal situação.

Se a doação houver sido levada a efeito com reserva de usufruto para o doador, bastará o respectivo cancelamento, que consiste em ato cujo custo é baixo, para que, na pessoa do nu-proprietário/donatário se consolide a plena propriedade.

Outro ponto que favorece a doação é o consistente em o doador poder prever que o patrimônio retorne ao seu patrimônio, caso a(s) pessoa(s) que tenha(m) sido beneficiada(s) com a doação, morrer antes dele, o que se denomina cláusula de reversão, o que permite que não se transforme em herança do falecido. Nem se alegue que a doação, com reserva de usufruto, do patrimônio deixará o doador sem poderes para, se necessário, praticar atos de alienação ou gravá-lo de ônus reais, pois o ordenamento jurídico traz o instrumento da procuração irrevogável, que, todavia, não o libera de prestar contas e destinar parte (1/3) do produto obtido para o usufrutuário.

Assim, é importante que as pessoas que têm o desejo de planejar a sua sucessão o façam agora, pois há o risco de o tributo incidente sobre atos de doação sofrer sensível aumento.

Cláudia Stein – advogada especializada em Direito de Família e das Sucessões, sócia do escritório “Stein, Pinheiro e Campos, mestre e doutora em Direito Civil pela Universidade de São Paulo; professora de Direito Civil no curso de Pós-Graduação da Escola Paulista de Direito-EPD e na Escola Brasileira de Direito – Ebradi

PIX, open banking e concorrência no setor financeiro.

Por: Luisa Marcelino Bono e Flávia Chiquito dos Santos (*)

Integrado com a agenda do Banco Central para implementação do open banking no Brasil, o novo serviço promete revolucionar o mercado financeiro e de pagamentos.

Previsto para começar a operar com o público geral, no dia 16 de novembro deste ano, o PIX é um serviço de pagamentos que utiliza uma tecnologia de plataforma aberta desenvolvida pelo Banco Central para permitir a realização de transações financeiras instantaneamente, 24 horas por dia, todos os dias da semana, com custos muito reduzidos.

Integrado com a agenda do Banco Central para implementação do open banking no Brasil, o novo serviço promete revolucionar o mercado financeiro e de pagamentos.

Atualmente, para realizar transferências via DOC ou TED é necessário informar banco, agência, conta, CPF e nome completo de quem receberá o dinheiro, além de pagar taxas que ultrapassam 10 reais por transferência, nos casos de clientes que não possuem pacotes bancários vantajosos com transferências gratuitas, devido, provavelmente, ao montante irrisório de suas movimentações bancárias.

Com o PIX, será preciso informar apenas um dado cadastral, fornecido por quem irá receber, e as taxas para os usuários serão próximas a zero.

Qualquer pessoa que possuir conta corrente, poupança ou meios de pagamento oferecidos por bancos, fintechs ou qualquer outra empresa que se credenciar junto ao Banco Central poderá utilizar a plataforma aberta.

Serão obrigadas a participar do PIX as instituições financeiras e de pagamentos com mais de 500 mil contas - mas, surpreendentemente, dos 980 pedidos de cadastro de instituições recebidos até agora pelo Banco Central, apenas 34 instituições se enquadram nos critérios de adesão obrigatória ao PIX, sendo todas as demais inscrições voluntárias.

As instituições que já submeteram ao PIX seus dados para cadastro são dos mais diversos perfis, estando na lista divulgada pelo Banco Central desde os maiores bancos brasileiros, tradicionais e com amplo poder de mercado, até fintechs, algumas ainda não tão populares e outras já bastante consolidadas (como a NuPagamentos, o C6 Bank e o PayPal).

Merece destaque o alto número de credenciamentos de instituições atreladas a gigantes do setor de varejo: o Alipay, do chinês Alibaba Group; o Ame Digital, para pagamento e cashback nas Lojas Americanas; o Banqi, da Via Varejo; e o Magalu Pagamentos, do Magazine Luiza.

Há muitos aspectos positivos na entrada desses grandes grupos no segmento de mercado financeiro, principalmente, considerando o incremento à concorrência face às instituições bancárias já consolidadas no setor e os potenciais benefícios que essas novas instituições podem trazer ao consumidor, notadamente em termos de fomento à inovação.

Por outro lado, acredita-se que os players que terão os maiores desafios em termos competitivos são as pequenas fintechs, pois questiona-se até que ponto estas poderão competir em igualdade de condições com as instituições já consolidadas no setor e com aquelas que, embora sejam entrantes no mercado, estão vinculadas a grandes grupos econômicos de diferentes setores da economia, conforme instituições listadas anteriormente.

Para tanto, o papel das autoridades concorrenciais - o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) - será essencial em termos de monitoramento do setor, reprimindo eventuais práticas abusivas e exclusionárias de concorrentes e garantindo, assim, um ambiente concorrencial saudável.

O CADE já vem mantendo um acompanhamento atento do mercado de meios de pagamento. Recentemente, instaurou investigação envolvendo a parceria entre a Cielo e o Facebook.

Além disso, no período de 1995 a 2019, a autarquia julgou 108 atos de concentração direta ou indiretamente relacionados ao mercado de instrumentos de pagamento e iniciou 14 investigações envolvendo, principalmente, acordos de exclusividade, recusa em contratar, tratamento discriminatório, venda casada e cartel, práticas estas que envolviam os 23 principais participantes da indústria de pagamento - emissores, credenciadores e bandeiras.

Otimistas, muitos especialistas do setor financeiro acreditam que o PIX deve democratizar o acesso aos serviços financeiros, diminuindo a desbancarização da população brasileira, favorecendo as instituições menores e mais novas no mercado e criando uma maior oportunidade de entrada no setor, sabidamente marcado pelo poder econômico concentrado em poucos agentes e pela alta verticalização.

Com isso, espera-se um ambiente com maior potencial de inclusão financeira, mais agentes ofertantes e menores custos para os usuários (tanto para pessoas físicas quanto para comerciantes, que pagam altos valores de aluguel e taxas para a contratação de POS, as "maquininhas" de cartão).

O principal objetivo da iniciativa do Banco Central com o PIX e com a implementação do open banking é aumentar a eficiência e a competitividade no mercado financeiro e de pagamentos no país, além de fomentar o processo de transformação digital do mercado brasileiro. Tanto o open banking quanto o PIX integram um só mecanismo, sendo tecnologias interconectadas, que conferem interoperabilidade e instantaneidade ao sistema bancário como um todo.

Combinar a inovação trazida pelo open banking, que tende a aumentar a competição, com novas formas seguras de compartilhamento de dados entre concorrentes é o grande desafio das autoridades regulatórias envolvidas com esse mercado.

Assim, o Banco Central, a recém-criada Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ente que deveria começar a atuar a partir da vigência da nova Lei Geral de Proteção de Dados, mas que ainda não está em funcionamento) e o CADE devem estar em constante interação e cooperação, com vistas a evitar condutas anticompetitivas, infrações ao sigilo bancário e às novas regras de proteção de dados pessoais.

_____

*Flávia Chiquito dos Santos é head da área de Direito Concorrencial e Antitruste do escritório Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados.

*Luisa Marcelino Bono é advogada na área de Direito Concorrencial e Antitruste no escritório Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados.

Governo informa que antecipação do auxílio-doença continuará em vigor
Portaria estabelece procedimento sem limitação de distância para antecipação do auxílio-doença.

Governo informa que antecipação do auxílio-doença continuará em vigor.

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estabeleceram que a antecipação do auxílio por incapacidade temporária, antigo auxílio-doença, continuará em vigor para todas as localidades do país.

De acordo com a Portaria Conjunta 62, que altera a Portaria Conjunta 47, o segurado, no momento do requerimento, poderá fazer a opção pelo agendamento da perícia médica para a concessão do auxílio por incapacidade temporária, em uma das unidades de atendimento da Perícia Médica Federal, cujo serviço de agendamento esteja disponível, ou optar pela antecipação.

Assim, segundo o Ministério da Economia, fica estabelecido que todos os segurados poderão requerer a antecipação do auxílio por incapacidade temporária, e não somente aqueles que residam a mais de 70 quilômetros de uma agência com serviço de perícia médica.

O governo diz que essa alteração tem por objetivo melhor atender os segurados durante o período de retorno gradual e seguro do atendimento presencial.

Perícia Médica
É importante lembrar que o valor atualmente estabelecido para antecipação do auxílio-doença é de R$ 1.045.

No caso do segurado que optar pela antecipação, posteriormente, ele será notificado pelo INSS para agendamento da perícia médica destinada à concessão definitiva do benefício e pagamento da diferença devida, caso tenha direito a um valor maior do que os R$ 1.045.

Para requerer a antecipação do auxílio-doença o segurado deve enviar, pelo Meu INSS, o atestado médico e a declaração de responsabilidade pelos documentos apresentados.

Após isso, o atestado passará por análise de conformidade pela perícia médica para concessão da antecipação, caso cumpridos seus requisitos.

https://www.contabeis.com.br/noticias/44684/governo-informa-que-antecipacao-do-auxilio-doenca-continuara-em-vigor/?utm_source=pushnews&utm_medium=pushnotification

Últimas novidades - Empregador Web/ RAIS.

A Jení Carla compartilhou hoje algumas novidades sobre o Empregador Web, que eu irei resumir abaixo: Na verdade a novidade principal é sobre a anistia, pois os demais itens ainda não temos soluções.

▫ 1- ANISTIA:
O período de anistia foi prorrogado, e agora o combinado é: Quando for encerrar a anistia, eles vão divulgar com a antecedência de 1 semana (assim não precisamos ficar perguntando toda semana se a anistia foi prorrogada ou não). Então aproveitem esse tempo para cancelar/reduzir/cadastrar/alterar - pois os prazos oficiais não estão sendo cobrados.

▫ 2- PENDENTES AINDA:
- Parcelas devolvidas e Emitidas (Aguardar o reenvio das parcelas pro banco - não tem o que fazer no momento - somente aguardar) Não foi erro do empregador .

- Ajuste do Faturamento, Recurso p acordo cessado, Recurso p intermitente - São casos que tbm devem continuar aguardando.

▫ 3 - Muitas pessoas não entendem o motivo de aparecer notificações com:

-BENEFÍCIO SUSPENSO: Esse caso aparece quando não encontram o vínculo na Base do CNIS enviado até dia 02/04/2020 (seja no esocial ou na sefip)! Se não enviou até essa data, NÃO vai receber o BEM! E nem adianta entrar com Recurso

Caso tenha enviado direitinho até esse prazo, deverá cadastrar Recurso anexando comprovante que foi enviado até essa data, para liberação das parcelas.

-VÍNCULO NÃO ENCONTRADO: Antes de abrir Recurso para comprovar que existe o vinculo, verifica se o acordo está no cnpj correto (exemplo- matriz cadastra na matriz e filial cadastra na filial), confira data de admissão, CPF..

Se realmente estiver tudo ok, ai deverá abrir o Recurso. Mas veja antes, pois a grande maioria o problema esta no identificador (cnpj,cei), cpf ou data de admissão.

▫ 4- Análise dos Recursos:

Não foi passado nenhuma data limite p análise dos recursos.

Porém estão sendo analisados sim, muitas pessoas já receberam as respostas... Quem abriu, deve continuar aguardando.

Nota: Verifique se o seu caso é motivo de recurso mesmo, pois vejo muita gente abrindo recurso indevidamente.

▫ 5- RAIS:

Alguns casos que estão somando na remuneração mensal o valor do 13° salário

é porque estão com código de incidência errado no eSocial:

Muitos estão com o código 11 e o correto é o código 12 na rubrica do Décimo.

11 - Base de Cálculo do FGTS;

12 - Base de Cálculo do FGTS 13° salário;

Ajustem!

▫ 6- Sobre o Parcelamento FGTS não vou colocar nada por enquanto, pois estou aguardando os problemas se resolverem na prática (pois estou vendo que muitos erros ainda continuam sem solução)! Logo faço um artigo só sobre o FGTS..

Eu queria fazer um artigo com as soluções de todas as pendências que ainda temos no Empregador Web e o Parcelamento Fgts (mas infelizmente não tenho as respostas ainda)...

Jéssica Fávaro

eSocial 2020: Confira as principais mudanças no cronograma.

O Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) foi criado para facilitar e garantir o cumprimento das obrigações por parte das empresas.

No entanto, o sistema sofreu alterações em 2020 que, se não forem observadas, podem afetar a sua empresa. Veja quais foram as principais mudanças e seus motivos.

eSocial 2020
As principais mudanças no eSocial em 2020 estão relacionadas a simplificação da plataforma e divisão de categorias. As propostas vieram a partir das mudanças estabelecidas pela Medida Provisória (MP) da Lei da Liberdade Econômica.

Em busca de facilitar os processos exigidos pela plataforma, a lei apresenta propostas relacionadas a diminuição na quantidade de informações, ingresso de micro e pequenas empresas e simplificação da plataforma.

Para diminuir a quantidade de informações que são exigidas, foi estabelecido um novo limite de eventos a serem solicitados.

Até então, era necessário inserir 900 dados na plataforma, o que exigia muito trabalho por parte das empresas. Agora, somente 500 informações serão exigidas e existem menos campos na interface a serem preenchidos. Dessa forma, as informações exigidas diminuíram cerca de 40% a 50%.

Com as alterações, é possível utilizar somente o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como identificação única do colaborador na plataforma.

Micro e pequenas empresas
Outra mudança, refere-se às micro e pequenas empresas. Na plataforma antiga, as pequenas empresas não eram obrigadas a aderir ao sistema.

Entretanto, desde janeiro de 2020, as micro e pequenas empresas passaram a ser inseridas diretamente no sistema. E, para que o sistema estivesse adequado para essas empresas, foi criado uma plataforma específico para essas companhias.
Com isso, agora existe uma plataforma para as empresas médias e grandes, e outra destinada às micro e pequenas empresas.

Ademais, os empregadores do Simples Nacional, incluindo o Microempreendedor Individual (MEI) , também são obrigados a utilizar a plataforma e inserir seus dados.

Para facilitar a navegação, ocorreu a simplificação da plataforma. As medidas implementadas esse ano envolveram a construção de uma nova plataforma.

Quando a notícia de que o eSocial iria ser repaginado foi divulgada, muitas pessoas pensaram que a plataforma seria extinta completamente. Todavia, o que aconteceu de fato, foi a divisão do sistema. Agora, existe um sistema para a Receita Federal e outro para o Trabalho e Previdência.

Essa decisão veio da intenção de simplificar e facilitar a navegação na plataforma, pois agora temos uma separação mais específica das obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias.

Cronograma atualizado
Com o objetivo de lidar com a crise causada pelo coronavírus, algumas MPs e portarias foram criadas, alterando as leis trabalhistas.

Uma dessas mudanças inclui a Portaria Conjunta nº 55, publicada em 3 de setembro de 2020. Ela suspende temporariamente o cronograma de implantações, divulgado em dezembro de 2019.

Em vista disso, o texto anuncia em seu Art 2º que um novo cronograma deve ser publicado com uma antecedência de 6 meses para seguir com as novas implantações.

Por enquanto, fica estabelecido que as empresas que já começaram o processo devem continuar normalmente.

A portaria inclui apenas os empregadores do Grupo 3 ou grupos, que iniciariam algumas fases a partir de setembro deste ano. Veja como ficou:

Grupo 1	Eventos de SST (S-2210, S-2220 e S-2240): 08/09/2020*
Grupo 2	Eventos de SST (S-2210, S-2220 e S-2240): 08/01/2021
Grupo 3	Eventos Periódicos (S-1200 a S-1299)* CNPJ básico com final 0, 1, 2 ou 3: 08/09/2020; CNPJ básico com final 4, 5, 6 ou 7: 08/10/2020; CNPJ básico com final 8, 9 e pessoas físicas: 09/11/2020; Eventos de SST (S-2210, S-2220 e S-2240): 08/07/2021.
Grupo 4	Eventos de tabela (S-1000 a S-1070): 08/09/2020*; Eventos não periódicos (S-2190 a S-2420): 09/11/2020; Evento de tabela (S-1010): 08/03/2021; Eventos periódicos (S-1200 a S-1299): 10/05/2021; Eventos de SST (S-2210, S-2220 e S-2240): 10/01/2022.
Grupo 5	Eventos de SST (S-2210, S-2220 e S-2240): 08/07/2022.
Grupo 6	Eventos de SST (S-2210, S-2220 e S-2240): 09/01/2023.

Por isso, se atente aos prazos e refaça o planejamento da sua empresa.
Fonte: PontoTel

Entenda como funciona a LGPD na relação de emprego.

Por: Rafael Augusto Bispo (*)
No Brasil, o dispositivo legal foi inspirado no regulamento europeu.

A LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) determina regras e critérios sobre coleta, armazenamento e tratamento de dados pessoais.

O dispositivo legal 13.709/18 entrou em vigor no último dia 18 de setembro, trazendo normas para disciplinar a maneira dos dados pessoais dos indivíduos, inclusive de estrangeiros que estejam no Brasil.

No Brasil, o dispositivo legal foi inspirado no regulamento europeu. Em solo nacional, a coleta dos dados de estrangeiros deve ser tratada dentro do território nacional. Eles podem ser armazenados por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, englobando conjuntos de operações realizadas em mecanismos digitais ou manuais, desde que seja consentido pela pessoa física, proprietária dos dados pessoais.

Na referida lei, foi elaborada uma categoria denominada de dado sensível.

São aqueles que se referem às informações sobre opiniões políticas, origem racial ou ética, convicções religiosas, saúde, vida sexual ou orientação sexual da pessoa, convicções filosóficas, entre outras.

Esses dados tem um alto nível de proteção, para impossibilitar qualquer forma de discriminação e preconceito com qualquer cidadão, aplicado somente a pessoas físicas. Diante disso, a LGPD não tem aplicabilidade para empresas, pessoas jurídicas.

O propósito do dispositivo legal de 2018 é de criar hábitos e costumes de respeito à privacidade de dados de todos os seres humanos. Nenhuma pessoa quer ter a sua vida pessoal exibida a terceiros, principalmente quando esses terceiros são empresas.

Relação de emprego

A LGPD tem aplicabilidade nas relações de emprego. Por força do contrato de trabalho, nos termos dos artigos 2° e 3° da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), o empregado concede informações particulares ao empregador, o que torna o controlador. Dessa forma, cabe ao empregador tomar decisões necessárias a respeito do tratamento a ser conduzido específico em cada caso.

Uma sequência de dados abrangidos pela LGPD envolve o contrato de trabalho. São informações que vão desde as antecedem a celebração do contrato, descritas no currículo, até dados fornecidos no momento da celebração do contrato de trabalho. Nome dos filhos, tipo sanguíneo, filiação a sindicato, endereço, idade, situação conjugal, entre outras, são algumas delas. Tais informações podem ter reflexos em decisões pela empresa e, por fim, ao término do contrato de trabalho.

Toda vez que o empregador transmite qualquer informação de um empregado, que promova a identificação a um terceiro, existirá uma transmissão de dados pessoais nos termos da LGPD. Cadastros de convênios médicos e vales refeição são exemplos necessário de análise das conformidades com as normas de privacidade e proteção de dados pessoais.

Efetivamente, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais permite que o empregador (controlador) distribua os dados com os denominados operadores, em virtude do tratamento de dados. Todavia, há responsabilidade solidária entre o controlador e operador no tratamento dos dados, desta forma, o empregador (controlador) deve garantir que o operador esteja em concordância com a LGPD.

Até mesmo antes da fundação da LGPD, o empregador a todo momento deteve responsabilidade jurídica em relação aos dados fornecidos pelo empregado.

A empresa sujeita-se a uma eventual reparação por dano moral ou material, conforme artigos 113, 186 e 927 do Código Civil. Todavia, com o advento da lei 13.709/18, o empregador, na condição de controlador, deve ser atentar aos eventuais vazamentos de dados do candidato ou dos seus empregados.

Importante mencionar que o descumprimento dos preceitos da lei 13.709/18 ocasiona penalidades ao empregador. Algumas delas são advertências, multa simples de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, limitada, no total de R$ 50 milhões por infração, consoante artigo 52 da LGPD.

É interessante que o empregador adote e exerça boas práticas e regras internas de compliance e procedimentos para tratamentos dos dados pessoais dos empregados. Essas informações devem ser processadas quando estritamente necessários e com o consentimento do empregado.

Prática

Em meu ponto de vista, é fundamental uma adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no setor de recursos humanos das empresas.

Mostrar para todos os empregados como os hábitos efetivamente existem dentro da organização e como há consideração aos dados pessoais. Dessa forma, há mais chances de os trabalhadores envolverem-se nas rotinas e compreenderem a importância de bons costumes e padrões.

Os contratos de terceirização de mão de obra deverão ser elaborados com vasta atenção, restringidas as responsabilidades de cada uma das partes. Não necessariamente para prevenir riscos trabalhistas, mas para melhor gerenciamento quanto à proteção de dados de todas as partes, dentro daquilo que possa ser autorizado pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

A LGPD aponta expressamente que a responsabilidade na proteção e tratamento de dados pessoais será solidária. Razão pela qual a prestadora e tomadora de serviços necessitarão atuar simultaneamente em questão à proteção de dados pessoais sensíveis dos assalariados.

Sendo assim, com um bom programa de compliance, com base nas normas contidas na LGPD, o empregador evitará altas penalidades, respeitando a intimidade, a liberdade e privacidade digital de todos os candidatos e colaboradores.

É necessário, antes de tudo, ser estabelecido parâmetros claros para a aferição da legitimidade do tratamento de dados pessoais, sob pena de ser fundamentalmente feriada a dignidade do empregado.

*Rafael Augusto Bispo é especialista do escritório Aparecido Inácio e Pereira Advogados Associados. Bacharel em Direito pela Universidade de Mogi das Cruzes.

INSS oferece serviço expresso para entrega de documentação.

Segurado pode entregar a cópia dos documentos em uma urna.

Com o retorno do atendimento presencial nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), os segurados que desejarem evitar aglomerações e filas dispõem de um serviço alternativo para a entrega da documentação para concluir a análise do seu pedido, denominado Exigência Expressa.

O serviço está disponível desde julho, e foi adotado em razão do atendimento remoto desde março, devido ao decreto de situação de emergência provocada pela pandemia do novo coronavírus (covid-19).https://agenciabrasil.ebc.com.br/ebc.png?id=1388952&o=nodehttps://agenciabrasil.ebc.com.br/ebc.gif?id=1388952&o=node

Por meio do serviço, o segurado pode entregar a cópia dos documentos em uma urna na entrada da agência do INSS mais próxima de sua residência.

Para utilizar o serviço, entretanto, é necessário fazer um agendamento prévio, por meio do telefone 135, no aplicativo ou site do Meu INSS.

Os papéis depositados na urna são escaneados e inseridos no sistema, para que os servidores do INSS possam dar continuidade ao processo. O andamento do processo pode ser acompanhado pelo Meu INSS ou telefone 135.

Para proteger a saúde das pessoas, a entrega da documentação ocorre sem qualquer contato físico e sem acesso ao interior das agências. O segurado também não recebe protocolo ou recibo de entrega dos documentos.

Exigência Expressa
A Exigência Expressa é uma modalidade complementar oferecida pelo INSS para quem precisa cumprir exigências. As exigências são emitidas quando a pessoa solicita um benefício ou serviço, mas, durante a análise, é verificada a necessidade de apresentação de documentação adicional para a conclusão do processo.

Poderão ser entregues pelo Exigência Expressa cópias dos documentos solicitados pelo INSS para reconhecimento inicial de direito, manutenção ou revisão, tais como entrega de documentos por convocação, cumprimento de exigência entre outros.

Para verificar quais documentos podem estar pendentes, basta acessar o Meu INSS e clicar em "Agendamentos/Solicitações". Após localizar o processo em exigência, basta clicar nele e, em seguida, no ícone da lupa, no canto superior direito, para detalhar o requerimento.

O INSS também notifica pelo Meu INSS, por SMS ou por ligações do 135, os segurados que fizeram algum requerimento e que precisam cumprir alguma exigência. O envio de documentação pelo site ou aplicativo Meu INSS também continua valendo.

Não será aceita documentação para cumprimento de exigência de requerimento auxílio-doença com documento médico.

O serviço também não se aplica aos pedidos de antecipação de R$ 1.045 do auxílio-doença.

Nesse caso, os documentos só podem ser anexados pelo Meu INSS.

Como funciona
Ao agendar o serviço pelo Meu INSS ou pelo 135 é preciso ter em mãos o número do protocolo do benefício em análise e nome e CPF da pessoa que efetivamente depositará o envelope na urna. No agendamento o segurado também fica sabendo quais os documentos pendentes.

Após o agendamento, na entrega da documentação, o usuário deverá preencher e assinar o formulário de “Autodeclaração de Autenticidade e Veracidade das Informações”. A declaração deve ser colocada em um envelope lacrado juntamente com a cópia do seu RG e as cópias simples dos documentos apontados na exigência.

O envelope deverá ser identificado pelo lado de fora com os seguintes dados: nome completo; CPF; endereço completo; telefone (mesmo que para recado); e-mail, se tiver; e número do protocolo do agendamento da Exigência Expressa. Cabe lembrar que os documentos pendentes podem ser anexados pelo Meu INSS.

A urna fica disponível, não importa a localidade, de segunda a sexta-feira, das 7h às 13h. De acordo com o órgão, hoje são 1.325 postos que oferecem o serviço, nas cinco regiões do país.

Veja aqui a lista das agências que já contam com o serviço e seus endereços.

Não são aceitos os originais e as cópias não precisam ser autenticadas em cartório. É imprescindível, porém, que estejam legíveis e sem rasuras. A autenticação só é obrigatória quando a exigência ao segurado é que apresente procuração para fins de recebimento de benefício.

https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/inss-oferece-servico-expresso-para-entrega-de-documentacao

RFB-Resumo de procedimentos e alterações a partir de 01/10/2020.

Recebemos o material abaixo que ora repassamos para conhecimento e sua atenção.

Os anexos ficaram um pouco bagunçados em relação ao texto (no cliente de e-mail da RFB, os arquivo ficam inseridos no fluxo do texto).

Principal observação: a grande maioria dos serviços está sendo direcionada para a internet.

O atendimento presencial está cada dia mais desfalcado e não se tem notícias de que venha a mudar esse quadro.

Serviços disponíveis no atendimento presencial (com agendamento)

Das 08:00 às 12:00 a partir de 01/10/2020

Serviços conclusivos no atendimento:

CPF - disponível presencialmente.

CONSULTA PENDÊNCIAS - apenas impressão do relatório sem resolução de problemas no conta-corrente. Serviço exclusivo para PF e MEI (MEI deverá ser orientado a agendar no CPF do titular, já que não haverá senhas para PJ).

ENTREGA DE DOCS MALHA FISCAL - disponível presencialmente apenas para intimações e impugnação da notificação de lançamento. Antecipação da Malha: apenas por DDA no e-cac.

FORNECIMENTO DO RECIBO IRPF - disponível presencialmente.

CÓPIA DE DECLARAÇÕES E DEMONSTRATIVOS

para PF: disponível presencialmente.

para PJ: apenas declarações não disponíveis no eCac.

CÓPIA DE PROCESSO

para PF: disponível presencialmente.

para PJ: apenas para não obrigados ao uso do e-cac.

FORNECIMENTO DE SENHA PREVIDENCIÁRIA - disponível presencialmente.

EMISSÃO DE DARF E GPS - tanto para PF, como para PJ: apenas quando não disponível na internet.

PARCELAMENTOS - apenas os não disponíveis na internet.

Serviços via SICAR PGFN apenas:

1. cópia de processo não disponível no ecac.
2. exclusão do cadin.
3. correção da lista de devedores.

Obs: Os demais serviços são via sistema REGULARIZE no site da PGFN.

Serviços para encaminhamento à EATRE (Equipe de Atendimento em Retaguarda):

CNPJ - apenas protocolo

CADASTRO IMÓVEL RURAL - apenas protocolo

CND ITR - apenas protocolo

CND OBRA - apenas protocolo

CND COMUM - apenas protocolo

RETGPS e REDARF - apenas protocolo

PROCURAÇÕES - apenas protocolo

Obs: Para todos esses serviços vale a regra de que a PJ do lucro real, presumido ou arbitrado deve fazer obrigatoriamente pelo e-cac.

As demais PJ e as PF podem fazer opcionalmente pelo e-cac ou presencialmente COM AGENDAMENTO (inclusive entrega de procurações).

Não haverá recepção de nenhum documento no balcão.

Cada agendamento é válido apenas para o protocolo do serviço relacionado àquele contribuinte, não podendo haver cumulações de solicitações de contribuintes diversos na mesma senha.

Serviços para encaminhamento à DIRAC - Divisão de Arrecadação e Cobrança - Contencioso Administrativo:

PROCESSO / PROTOCOLO

para PF: atendimento normal

para PJ: apenas para não obrigados ao e-cac e com uso do READ gerado no SVA

CEI / CNO - Cancelamento e Alteração - para PF e PJ atendimento normal (dossiê gerado com checklist)

Demais demandas e canais:

RFB - http://receita.economia.gov.br/contato

ORIENTAÇÕES Aduana, Cadastro, DAU (Dívida Ativa da União), Fazendária, ITR, Parcelamento, PER/DCOMP, Previdenciário, Obras, Simples Nacional, e-Social - preferencialmente pelo fale conosco disponível no site da RFB, mas também no chat (exceto aduana, DAU e Simples Nacional).

REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS - exclusivo via chat no e-CAC.

CONSULTA PENDÊNCIAS PJ - exclusivo pela consulta direta ao relatório no e-CAC.

INTIMAÇÕES/DESPACHO DECISÓRIO PER/DCOMP - chat no e-CAC.

IRPF - consulta restituição/concordância ou discordância de notificação de compensação/alteração de dados bancários - preferencialmente direto no e-CAC, mas também pelo chat.

Regularização/Alteração de CPF - Conveniados:

CORREIOS

CAIXA

BANCO DO BRASIL

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL, desde que conveniado (com mais alterações conclusivas possíveis que os demais conveniados)

INTERNET (site da RFB)

Outras informações:

MALHA FISCAL IRPF: Deve ser aberto um DDA por exercício e anexados todos os documentos comprobatórios por pendência apresentada no extrato de processamento da DIRPF (deve-se ter especial atenção com os documentos solicitados no extrato a fim de se fazer a juntada de toda a documentação comprobatória requerida e evitar o lançamento da notificação de lançamento por falta de comprovação).

Regras para protocolo de processos:

a) Processo existente: Direto no e-CAC, salvo indisponibilidade do sistema devidamente comprovada.
b) Novo processo

b.1) Despacho Decisório PER/DCOMP: Solicitar a conversão do processo virtual em digital exclusivamente pelo chat no e-CAC.

b.2) Auto de Infração ou Notificação de Lançamento sem processo constituído: Apresentar o auto/notificação para cadastramento do processo (os documentos recursais serão juntados pelo próprio contribuinte via e-cac após a conversão). Pode-se utilizar o chat para cadastramento.

b.3) demais demandas: Protocolo dos arquivos digitais com o uso do SVA/READ. Seguir todos os procedimentos constantes na orientação e no anexo 1. Obs: Os arquivos precisam estar obrigatoriamente nomeados e organizados na forma do ANEXO 1.

Documentos de um mesmo tipo precisam ser concatenados em arquivo único. Ex: Se há 2 documentos comprobatórios, estes devem ser fundidos num arquivo único com o nome Doc_Comprobatorios.pdf.

Apenas PF e as PJ não obrigadas ao processo digital podem fazer o protocolo em papel.

Nos casos em que há apenas a conversão ou cadastramento do processo, a data de protocolo será a data da juntada dos documentos efetuada pelo contribuinte e não a data da conversão/cadastramento.

Você recebeu esta mensagem porque está inscrito no Grupo
"ARF-FBO-PR (informativo)" em Grupos do Google.

~~~~~~
Esse grupo não mais armazena as mensagens enviadas.
~~~~~~

Para ver outras opções, visite este grupo em:
http://groups.google.com/group/arffbopr?hl=pt-BR

I M P O R T A N T E
O grupo "ARF-FBO-PR (informativo)" não é um grupo oficial da RFB.

SESCON-SP oferta nova modalidade de serviço para as empresas contábeis.

Trata-se do ‘Societário & Legal’, disponibilizado em uma plataforma digital do próprio Sindicato

As empresas de contabilidade de São Paulo já podem contar com um novo serviço exclusivo ofertado pelo Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP).

Trata-se do ‘Societário & Legal’, disponibilizado em uma plataforma digital do próprio Sindicato e que tem como objetivo facilitar e agilizar – nos âmbitos legal e operacional – as operações societárias, a exemplo de abertura de empresas, alvarás de funcionamento e elaboração de contrato social.

Para saber mais sobre a novidade, conversamos com o presidente da entidade, Reynaldo Pereira Lima Júnior. Confira!

O que é exatamente este serviço e a quem ele se destina?

Reynaldo Pereira Lima Júnior – O Societário & Legal é uma nova modalidade de serviços, oferecido pelo Sescon-SP, exclusivamente para a categoria contábil, que possibilita a descentralização das operações societárias.

Além de reduzir custos desses serviços, a empresa contábil conta com uma consultoria com domínio técnico e operacional, contribuindo com agilidade e eficiência na desburocratização dos trâmites operacionais.

Lembrando que este é um serviço complementar e que não traz concorrência para as empresas contábeis, pois destina-se exclusivamente às empresas contábeis.

Como o sindicato detectou a necessidade de ofertar o serviço?

Reynaldo Pereira Lima Júnior – Por ser um serviço sazonal, muitas empresas contábeis não possuem uma área específica dedicada às aberturas, alterações de contratos dos seus clientes, ocorrendo, por um lado, a perda oportunidades de negócio com complemento das receitas.

Por outro lado, era preciso reduzir custos para a execução destes serviços. Com isso, o Sescon-SP, no intuito de atender seus associados e representados, entendeu que oferecer esse serviço atenderia aos anseios da sua base.

Como ele pode auxiliar, na prática, as empresas de contabilidade?

Reynaldo Pereira Lima Júnior – A proposta é tornar as operações de preparação do ato societário – contrato, alteração, encerramento, viabilidade, DBE e formulários da Jucesp, cartório – mais eficientes, permitindo às empresas contábeis manterem o foco em questões mais estratégicas, além de pode propiciar maior lucratividade com essas operações.

Como os interessados podem acessar o serviço?

Reynaldo Pereira Lima Júnior – Os serviços são realizados por meio de uma plataforma de serviços, disponível em nosso site. Toda a interação é realizada por meio dessa plataforma. https://www.sescon.org.br/site/societarioLegal/

Existem custos?

Reynaldo Pereira Lima Júnior – Sim. Oferecemos alguns combos e também contratações avulsas. A tabela de preços e serviços está disponível e pode ser consultada em nosso site.

Fonte: Sescon-SP

Informar Outras Empresas Sobre Reclamatória Trabalhista de Empregado Demitido Pode Gerar Dano Moral.

Há empresas que não admitem que ex-empregados se utilizem da Justiça do Trabalho para reivindicar direitos trabalhistas através de reclamatória e quando acontece, a empresa, inadvertidamente, passa a prestar informações desabonadoras destes empregados.

Isso normalmente ocorre quando empresas interessadas na contratação do ex-empregado, buscam informações sobre sua a vida profissional, e a empresa alvo da reclamatória trabalhista, com o intuito de dar o troco ao ex-empregado, passa informações desabonadoras ou informa que o ex-empregado ingressou com ação contra a mesma.

Este tipo de informação dificilmente será por escrito, até para que não haja prova contra a empresa que prestou tais informações.

Para não haver provas formais, geralmente a informação desabonadora é prestada por telefone, imaginando que não haverá qualquer possibilidade de tal ato chegar ao conhecimento de terceiros ou do próprio ex-empregado.

Entretanto, com a tecnologia, tais provas poderão ser feitas por meio de gravação telefônica, situação em que se poderá comprovar na Justiça que a empresa agiu de forma a prejudicar o ex-empregado na sua reinserção no mercado de trabalho.

Embora haja discussão jurídica sobre a validade da prova, considerando as divergências jurisprudenciais sobre a licitude ou ilicitude decorrente de uma gravação telefônica sem o consentimento da outra parte, o fato é que tais interpretações irá depender do caso concreto, podendo a empresa ser responsabilizada perante a Justiça do Trabalho, como foi o caso do julgamento do TRT/RS, conforme abaixo.

Transportadora é Condenada por Informar Outras Empresas Sobre Ação Trabalhista de ex-Empregado

Fonte: TRT/RS – 21.09.2020 – Adaptado pelo Guia Trabalhista.

A 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS) condenou uma transportadora que forneceu informações desabonadoras sobre um ex-empregado a empresas onde ele concorreu a vagas de emprego. A decisão reformou sentença proferida pelo juízo da 2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo.

Conforme o processo, o empregado foi despedido em agosto de 2014, sem receber as verbas rescisórias, razão pela qual ajuizou ação trabalhista contra a empresa. Ele relatou que, a partir daí, não conseguiu mais emprego, pois a transportadora informava os interessados na sua contratação que ele havia ajuizado reclamatória trabalhista contra ela.

Foi apresentada aos autos uma gravação telefônica na qual a empresa faz esta afirmação para uma pessoa que solicita referências sobre o empregado. O autor ajuizou a ação em março de 2019, mas faleceu durante a tramitação do processo, sendo agora representado pela viúva e filhos.

O juízo de primeiro grau entendeu que a gravação telefônica era ilícita, considerando não haver prova de que tenha contado com a anuência ou a ciência de um ou ambos os interlocutores, ou que tenha sido efetuada por um deles. Com base nessa tese, o juízo afastou a validade da gravação como prova dos fatos discutidos no processo. Em consequência, rejeitou o pedido de indenização à família.

A sucessão do trabalhador recorreu ao TRT-RS. Para a relatora do recurso, desembargadora Maria Madalena Telesca, a empresa confirmou, em sua defesa, a existência do telefonema e não se insurgiu contra a autenticidade do conteúdo do diálogo.

Para a magistrada, isso faz sucumbir a conclusão de que a prova foi obtida sem a ciência de qualquer dos interlocutores. Segundo a desembargadora, o autor não teria outros meios de provar as alegações trazidas para o processo, senão por meio da gravação telefônica.

“Tratando-se de trabalhador que vê ofendido seu direito de personalidade, cabe a relativação da vedação à produção de provas ilícitas, em prol da reparação do dano moral alegado na petição inicial”, destacou Madalena.

Para a desembargadora, a conduta da ré configurou ato discriminatório, que dificultou o acesso do empregado ao mercado de trabalho e emprestou falso caráter desabonador a ele, o que fere a dignidade e a imagem do trabalhador, expressamente asseguradas na Constituição Federal.

Assim, deferiu indenização no valor de R$ 15 mil, por danos morais, a ser dividida em cotas iguais entre os sucessores do autor.

A decisão foi unânime. Também participaram do julgamento os desembargadores Gilberto Souza dos Santos e Ricardo Carvalho Fraga.

Fonte: Blog Guia Trabalhista

Link: https://trabalhista.blog/2020/09/22/informar-outras-empresas-sobre-reclamatoria-trabalhista-de-empregado-demitido-pode-gerar-dano-moral/

Conheça as diferenças entre “Revista Íntima e Pessoal” de empregado.

Recentemente foi firmado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, que a competência para legislar sobre revista íntima de funcionários é da União, uma vez que se trata de relações do trabalho. Qualquer lei estadual que regule o assunto deve ser declarada inconstitucional.

Mas o que a legislação fala sobre revista íntima de funcionários?

A revista íntima tem como finalidade proteger o patrimônio, porém, seu procedimento deve resguardar a intimidade e a dignidade do trabalhador. Segundo a jurisprudência do TST, a revista corporal ou que, de alguma forma, ingresse na esfera íntima do empregado o expondo desnecessariamente, justifica a reparação por danos morais.

Para estabelecer um limite à realização das revistas por parte do empregador, é importante esclarecer no que consiste tal prática, para posteriormente distinguir a revista íntima da revista estritamente pessoal.

A revista íntima é aquela que ocorre sobre a pessoa do empregado, com exposição de parte do corpo ou o toque corporal.

Já a revista pessoal é aquela que recai sobre os bens do empregado e à considerada não íntima, conhecida como revista visual. Pode-se afirmar que qualquer tipo de revista íntima viola evidentemente o direito do empregado. O mesmo não pode ser dito a respeito da revista pessoal.

Importante esclarecer, no entanto, que o entendimento predominante é no sentido de que íntima é apenas aquela revista que expõe parte do corpo do empregado ou toque corporal, as demais são, portanto, pessoais, sendo, dessa maneira permitidas até certo ponto, necessitando ser realizada com razoabilidade e apenas naqueles casos em que se mostra extremamente necessária, sob pena de violar a dignidade do empregado.

O entendimento majoritário é o de que revistas pessoais podem não afrontar a intimidade do empregado, pois o fato de haver revistas que constrangem o empregado, não significa necessariamente que toda revista pessoal é ilícita. A situação deve ser analisada caso a caso a fim de mitigar os riscos de violação íntima, sempre observando a razoabilidade na prática.

Além do Artigo 373-A da CLT, a Lei nº 13.271/16 estabelece regras quanto as revistas íntimas e aplicação de multas quando configuradas. Segundo seu artigo 1°, veda-se expressamente às empresas privadas, aos órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta, a realização de qualquer prática de revista íntima de suas funcionárias e de clientes do sexo feminino. Entretanto, o princípio da igualdade material/substancial, insculpida no texto do art. 5°, inciso I da Constituição Federal dispõe que homens e mulheres são iguais em direitos e deveres, portanto, a extensão deve ser levada à proteção aos homens empregados.

A utilização de detectores de metais, revistas periódicas de bolsas e mochilas, entre outros, são práticas comuns decorrentes da própria relação de emprego e de consumo que não ofendem os direitos da personalidade do empregado ou que não expõem o corpo, ou ainda, que não os submetem a situações vexatórias.

Diante do exposto, podemos concluir que, a revista íntima jamais deverá ser utilizada pelo empregador, por violar flagrantemente os direitos do empregado. Quanto à revista pessoal, apenas a análise do caso concreto pode determinar a ilicitude ou a afronta da prática à dignidade do trabalhador.

https://sindilojas-sp.org.br/conheca-as-diferencas-entre-revista-intima-e-pessoal-de-empregado/?utm_term=Ja+sabe+que+os+provadores+podem+ser+usados%2C+ne%3F+++Boletim+Sindilojas-SP&utm_campaign=Ja+sabe+que+os+provadores+podem+ser+usados%2C+ne%3F+++Boletim+Sindilojas-SP&utm_source=e-

goi&utm_medium=email&eg_sub=c674d4827e&eg_cam=0b5bb175c2262cfde4cf8fc59e6ec1ec&eg_list=390

Ministério Público lança cartilha sobre golpes no WhatsApp.

O Núcleo de Combate a Crimes Cibernéticos (NCyber) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios lançou uma cartilha com orientações sobre como evitar golpes pelo aplicativo de mensagens Whatsapp, usado por 90% dos brasileiros.

Batizada “Sugestões para o uso seguro do WhatsApp”, a cartilha da dicas de como os usuários podem proteger a privacidade no ambiente digital. “WhatsApp é um dos aplicativos mais usados no mundo e, no Brasil, são milhares de usuários.

Saber usar a ferramenta de forma segura e protegida é essencial para não se tornar mais uma vítima dos criminosos”, alertou o promotor de Justiça Leonardo Otreira.

Segundo detalha a cartilha, a obtenção dos números das vítimas ocorre, em geral, em sites de anúncios ou redes sociais em que o número do celular fica acessível.

Os golpistas ligam para o número e, então, induzem a vítima a passar o código de verificação do aplicativo. Ao indicar a sequência, o usuário perde o acesso ao WhatsApp em seu aparelho e os criminosos passam a solicitar transferências bancárias para os contatos.

O material educativo explica também quais providências adotar caso o usuário tenha sido enganado e como proceder para que o número vinculado ao telefone celular não seja exposto a desconhecidos.

Por exemplo, a cartilha sugere que o usuário não forneça números recebidos por SMS a ninguém, ou ainda que habilite no aplicativo a chamada “Verificação em duas etapas”.

* Com informações do MPDFT

https://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&UserActiveTemplate=mobile&infoid=54990&sid=18

Dicas para uso de certificação digital na entrega da EFD-ICMS/IPI.

Através do Sped (Sistema Público de Escrituração Digital) muitos projetos como a EFD-ICMS/IPI, ECD, ECF, EFD-Contribuições, eSocial e EFD-Reinf puderam ser postos em prática e mudaram o dia a dia das empresas.

Mesmo após tantos anos convivendo com a EFD-ICMS/IPI ainda surgem dúvidas, até porque ela não é uma declaração estática, ela sofre alterações e atualizações constantes.

Por isso existe no Portal do SPED diversos canais que o contribuinte pode usar para se comunicar com a Sefaz do seu estado ou com o grupo geral que cuida desta obrigação acessória.

O contribuinte que precisa se comunicar com a equipe que cuida da EFD-ICMS/IPI pode fazê-lo pelo endereço faleconosco-sped-icms-ipi@rfb.gov.br .

O contribuinte que quiser ver como entrar em contato com a Sefaz do seu estado sobre assuntos pertinentes ao ICMS, pode encontrar o endereço dentro do portal do Sped em EFD-ICMS/IPI – Downloads – Contatos na SEFAZ.

O contribuinte deve sempre entregar a sua declaração por CNPJ e IE, e deve fazer uso de certificação digital para efetuar a entrega. Foi estabelecido também que a pessoa jurídica que possui estabelecimentos filiais poderá usar o e-CNPJ da matriz para entregar as declarações das filiais. O mesmo vale para o e-CPF do representante legal da matriz.

A escrituração deve ser assinada com certificado digital A1 ou A3, onde o e-CNPJ tenha a mesma base (8 dígitos) do estabelecimento caso seja usado e-CNPJ.

Já se estivermos falando de um caso de sucessão, então a EFD-ICMS/IPI poderá ser assinada com o certificado digital da sucessora. Lembrando que isso só é possível se o CNPJ da sucedida estiver extinto no cadastro CNPJ da RFB pelos motivos de: incorporação, fusão ou cisão total. O período de apuração deve ser anterior a data da sucessão.

A pessoa jurídica ou pessoa física com procuração eletrônica cadastrada no site da RFB também poderá fazer a assinatura. Essa funcionalidade também vale para o inventariante com procuração eletrônica.

O cadastramento de uma procuração eletrônica pode ser feito via e-CAC (com certificado digital), através do menu Senhas e procurações> Cadastro, Consulta e Cancelamento> Procuração para e-CAC. Dentro desse menu há a opção “Cadastrar procuração”, você deve indicar os dados do procurador e dados de vigência da procuração. Após isso, selecione a opção “Assinatura de Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS IPI”. Com isso você só precisa selecionar a opção “Cadastrar Procuração” ao final da página e pronto.

A empresa outorgante que não tem acesso ao e-CAC, pode fazer um formulário para atendimento presencial. O outorgante precisa acessar a página da Receita Federal em Serviços > Lista Completa (todos os serviços). A opção “Senhas e procurações” permitirá a você selecionar a opção Procuração e-CAC Presencial >Acesso direto ou com senha específica.

O outorgante deve preencher o cadastro da procuração e selecionar a opção “Assinatura de Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI”. A opção “Cadastrar Procuração” precisa ser selecionada. Após essa etapa resta imprimir o formulário de cadastro e apresentá-lo na Receita Federal. Para validação desta procuração devem ser apresentados também os documentos de identificação do outorgante e outorgado.

A empresa que precisar fazer uma procuração em nome da filial para terceiros por meio do e-CAC pode fazê-lo indo na opção “alterar perfil de acesso” dentro do e-CAC. A opção “CNPJ matriz atuando como CNPJ filial” deve ser selecionada e clicar em alterar.
O formulário que aparecerá deverá ser preenchido, e então selecione “Assinatura de Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI”. A opção fica dentro do quadro “Destinados tanto a Pessoa Física como a Pessoa Jurídica”. A última parte é clicar em “Cadastrar Procuração”.

O contribuinte que não possui, mas quer ter o seu próprio certificado digital deve procurar uma autoridade certificadora.

As empresas devem sempre instalar o seu certificado na máquina local, pois, o PVA (Programa de Validação e Assinatura) não procura certificados instalados fora da máquina local.

https://www.contabilidadenatv.com.br/2020/09/dicas-para-uso-de-certificacao-digital-na-entrega-da-efd-icms-ipi/

Decreto faz Alterações no Regulamento da Previdência Social – RPS.

O Regulamento da Previdência Social (RPS) está normatizado pelo Decreto 3.048/1999, cujo objetivo é detalhar a execução de diversas leis previdenciárias, dentre as quais, a Lei 8.213/1991.

O Decreto 10.491/2020, publicado hoje, fez algumas alterações no RPS, dentre as quais destacamos:

O contribuinte mantém a qualidade de segurado, independente de contribuições, até 12 meses após a cessação de benefício por incapacidade ou das contribuições, observado o disposto nos § 7º e § 8º e no art. 19-E do regulamento.

O valor da aposentadoria programada corresponderá a 60% do salário de benefício, com acréscimo de dois pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 anos de contribuição, para os homens, ou de 15 anos de contribuição, para as mulheres.

O segurado em gozo de aposentadoria que voltar a exercer atividade abrangida pelo RGPS, observados o disposto no art. 168 e, nos casos de aposentadoria especial, o disposto no parágrafo único do art. 69, fará jus ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado, inclusive o doméstico, ou trabalhador avulso, e ao salário maternidade;

O limite mínimo do salário de contribuição corresponde, para os segurados contribuinte individual e facultativo, ao salário-mínimo, tomado no seu valor mensal.

O salário de contribuição do condutor autônomo de veículo rodoviário e dos trabalhadores a que se referem os incisos I e II do § 15 do art. 9º do RPS, e do cooperado filiado a cooperativa de transportadores autônomos, corresponde a 20% do valor bruto auferido pelo frete, carreto ou transporte e não se admite a dedução de qualquer valor relativo aos dispêndios com combustível e manutenção do veículo.

O acidente do trabalho será caracterizado tecnicamente pela Perícia Médica Federal, por meio da identificação do nexo entre o trabalho e o agravo.

Reconhecidos pela Perícia Médica Federal a incapacidade para o trabalho e o nexo entre o trabalho e o agravo, na forma prevista no § 3º, serão devidas as prestações acidentárias a que o beneficiário tiver direito.
O Decreto 10.491/2020 ainda revogou o § 20 do art. 214 e o § 37 do art. 216 do Regulamento da Previdência Social (RPS).

Fonte: Blog Guia TrabalhistaLink: https://trabalhista.blog/2020/09/24/decreto-faz-alteracoes-no-regulamento-da-previdencia-social-rps/

Ainda é possível se aposentar por tempo de contribuição?

Você sabia que mesmo depois da reforma da previdência, você ainda consegue sua aposentadoria INSS 2020 por tempo de contribuição?

Em 13 de Novembro de 2019 foram feitas mudanças na reforma previdenciária.

São chamadas aposentadorias programáveis, todas aquelas aposentadorias que permitem o desfrutador prever o momento de início.

A seguir veja alguns tópicos.

Quem tem direito a aposentadoria por tempo de serviço?

Aposentadoria por tempo de serviço Pré – Reforma para:

MULHERES 30 anos de tempo de contribuição

HOMENS 35 anos de tempo de contribuição.

Como ficou a aposentadoria por tempo de serviço em 2020?

Após a reforma, os benefícios de transição é a aposentadoria por tempo de contribuição com pontos.

Para saber a quantidade de pontos é essencial somar o tempo de contribuição + a idade.

Para desfrutar do benefício no ano de 2020, para MULHERES é necessário ter 30 anos de contribuição e 86 pontos e para HOMENS 35 anos de contribuição e 96 pontos.

(com acréscimo de 1 ponto a cada ano)

Qual a idade mínima para aposentadoria por tempo de serviço?

A regra geral atual é se aposentar com idade mínima de 61 anos de idade + 35 anos de contribuição HOMENS e 56 anos de idade + 30 anos de contribuição MULHERES

Como fazer uma simulação para aposentadoria por tempo de serviço?

É possível fazer o cálculo exato no aplicativo Meu INSS.

Como é feita a regra de cálculo da aposentadoria por tempo de serviço?

Será feita a média de todos os seus salários desde quando você começou a contribuir.

Você irá receber 60% dessa média + 2% ao ano acima de 20 anos de tempo de contribuição para homens, ou acima de 15 anos de tempo de contribuição para mulheres, Cumprindo o limite máximo de 100%

O que é pedágio 50%?

É atribuído para quem tem menos de 2 anos para se aposentar ou seja; 33 anos de contribuição até a reforma, cumprir período adicional equivalente a 50% Homens.

28 anos de contribuição até a reforma, cumprir período adicional de 50% Mulheres.

Aposentadoria por pontos

https://controle.jornalcontabil.com.br/wp-content/uploads/2020/09/calculo-de-pontos.png

Sem idade mínima

Tempo de contribuição 30 anos mulher / 35 anos homem

Regra de pontos: 2020 86/96

Fonte: Jornal Contábil

Entenda quando a empresa pode recontratar um funcionário.

Entenda quando a empresa pode recontratar um funcionário
Entenda as regras de recontratação de colaboradores para evitar ações trabalhistas.

Uma empresa precisa conhecer muito bem a legislação trabalhista para não acabar caindo em problemas judiciais. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é bastante ampla, pois visa proteger a organização e seus colaboradores.

Existem ocasiões em que é muito fácil cair em um problema trabalhista sem a menor intenção, e uma delas é a recontratação de empregados.

Se não forem observadas todas as regras cuidadosamente, uma empresa pode demitir e recontratar um funcionário sem respeitar as regras e os prazos estipulados pelas normas vigentes.

A grande questão dessa situação é que, com isso, a empresa pode acabar sendo acusada de fraude em benefícios como FGTS e Seguro Desemprego, incorrendo em multas e até mesmo um processo civil.

Por isso, sua empresa deve estar atenta a todas as regras dessa ocasião. Confira quais são.

Recontratação
A recontratação nada mais é do que readmitir ao quadro de funcionários um colaborador que em outra ocasião tenha sido desligado.

Essa é uma decisão que deve ser analisada com muito critério, pois é necessário que a empresa pondere os motivos que levaram à saída daquele colaborador. Além de constatar se realmente é um bom negócio readmiti-lo.

Vale lembrar que também são comuns os casos em que o colaborador sai do seu emprego atual para tentar uma outra oportunidade e, dependendo da relação que ele tem com a empresa anterior, ela pode sempre manter as portas abertas para ele.

As possibilidades para recontratação são inúmeras, mas é preciso entender a validade dessa operação.

Tudo depende de qual é o intuito dessa recontratração e o porquê a empresa optou por isso.

Ainda devem ser observados os prazos e as condições em que o colaborador foi demitido.

Demissão sem justa causa
Em uma demissão sem justa causa, o funcionário possui direito a sacar o FGTS e ainda possui o direito a receber o seu seguro desemprego. Por isso, nesse caso, a empresa deve esperar o prazo de 90 dias para admitir esse funcionário novamente.

Se a empresa fizer uma recontratação antes desse período estabelecido, ocorre uma caracterização de fraude. E, isso pode levar a empresa pagar multas ou até mesmo ser alvo de um processo trabalhista.

Demissão com justa causa
Agora, quando um funcionário é demitido por alguma falta grave que configure a justa causa, ele não tem direito a sacar o FGTS ou receber o benefício do seguro desemprego.

Então nesse caso, a recontratação dele em menos de 3 meses não resultaria em fraude. Por mais incomum que seja e, mesmo que a empresa tenha demitido esse colaborador por alguma falta grave, ela pode recontratá-lo sem precisar esperar nenhum prazo.

Pessoa Jurídica

Nos últimos anos as empresas têm adotado esse tipo de contratação demitindo um profissional CLT e o recontratando como Pessoa Jurídica.

Contudo, de acordo com as novas regras inseridas pela lei Nº 13.467, é proibida a contratação de um ex-funcionário como PJ em menos de 18 meses após sua demissão.

Além disso, não é permitido que um colaborador anteriormente demitido, preste serviços a empresa antes do prazo de 18 meses. Isso, mesmo que esse colaborador tenha sido admitido por uma empresa terceirizada prestadora de serviços ou tenha se tornado autônomo.

Pandemia
Recentemente, a pandemia do novo coronavírus afetou muitas empresas devido ao impacto da crise econômica que estamos enfrentando. De acordo com uma pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 60% das pequenas empresas relataram impactos negativos.

Em vista disso, o governo federal realizou algumas alterações temporárias para que a economia não sofresse um impacto ainda maior.

Devido ao estado de calamidade pública, foi permitido que as empresas pudessem recontratar seus funcionários em menos de 90 dias. Essa decisão foi publicada em julho, mais precisamente no dia 14, no Diário Oficial da União (DOU).

Para isso, foi criada a Portaria Nº16.655.

Ela permite a recontratação de funcionários que foram desligados da empresa sem justa causa durante o período de calamidade pública, que teve início no dia 20 de março de 2020 e está previsto até 31 de dezembro de 2020.

Assim, o processo de recontratar estes funcionários deve seguir os mesmos termos do contrato anterior, antes da demissão.

Desta forma, somente durante a pandemia a regra de aguardar o prazo de 90 dias para readmitir um colaborador não valerá.

https://www.contabeis.com.br/noticias/44661/entenda-quando-a-empresa-pode-recontratar-um-funcionario/?utm_source=pushnews&utm_medium=pushnotification

Home Office) Aspectos jurídicos ainda sã(o pontos de discussão.

Entre as dúvidas, advogados discutem sobre quem paga o custo adicional de montagem e manutenção da infraestrutura do home office

Temos de pagar ajuda de custo, pagar a internet, dar cadeira, mesa, mouse? O ambiente tem que ser arejado? Tenho de ir à casa deles verificar as condições ergonômicas, de saúde? Até onde vai a responsabilidade da empresa com acidentes dos funcionários em casa? Desde que a pandemia forçou a adoção abrupta em larga escala do trabalho remoto, questões como estas são levadas todos os dias aos escritórios de advocacia por muitas empresas.

Regulamentado pela reforma trabalhista de 2017 como teletrabalho, a prática do home office levantou aspectos jurídicos pouco detalhados no texto legal. “Os principais pontos de consulta dos clientes são a implementação do teletrabalho e a infraestrutura em si”, diz Luiz Marcelo Góis, do escritório BMA Advogados. A disponibilidade do empregado é outro aspecto discutido, as empresas querem saber se podem impor o cumprimento do horário original.

Em vários pontos há controvérsias entre os advogados, como em relação ao custo adicional de montagem e manutenção da infraestrutura do home office, já que o reembolso não é especificado na lei. “Esse custo não pode ser atribuído ao empregado”, diz Góis. A seu ver, isso é garantido por princípios do direito do trabalhador que não permitem que ele seja onerado com os custos do novo regime.

Para Mayra Palópoli, sócia do Palópoli & Albrecht Advogados, deve prevalecer o bom senso. Se o empregado tiver aumento comprovado de custo, a empresa deve arcar com esse gasto. “Não é obrigação legal, mas orientamos nesse sentido até para evitar questionamento futuro”, afirma.

“A legislação brasileira ainda suscita dúvidas, como no caso dos custos adicionais, questão ainda não totalmente pacífica, ao contrário da de Portugal, que é bastante completa”, compara Marcelo Mascaro Nascimento, sócio do escritório Mascaro Nascimento Advocacia Trabalhista. Para ele, cabe à empresa fornecer o equipamento necessário ou uma ajuda de custo ao trabalhador.

Para evitar problemas, a orientação geral é deixar tudo bem detalhado no termo aditivo ao contrato de trabalho, exigido pela lei. É importante, por exemplo, que a ajuda de custo esteja no contrato, como garantia para a própria empresa, diz Nascimento. Se não estiver especificado no aditivo, o valor pode ser reivindicado depois como parte do salário. O controle da jornada de trabalho também não é obrigatório, mas a empresa é dispensada de pagar horas extras. Caso precise que o funcionário cumpra horário específico, a orientação dos advogados é para que pague hora-extra, se houver.

Já no caso da responsabilidade da empresa sobre acidente de trabalho e adoecimento do empregado ainda há indefinição. “Ainda não temos uma resposta”, diz Mayra Palópoli. Seu escritório orienta as empresas a fazer reuniões de vídeo com as áreas de segurança e medicina do trabalho para monitorar questões como ergonomia e postura do funcionário.

Aprovado em meados de setembro, acordo do Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região com o Bradesco, válido para todo o país, inclui ajuda de custo de R$ 1.080 por ano e controle da jornada, para evitar sobrecarga de trabalho fora de hora, estabelecendo o direito à desconexão, com respeito a intervalos de refeição e períodos de descanso.

Fonte: Valor Econômico, por Gleise de Castro

Setembro amarelo: o estigma da depressão e a dispensa discriminatória.

A responsabilidade social empresarial passou a ser uma obrigação e um fator estratégico de competitividade

Todos os anos, em 10 de setembro, ocorre o Dia Mundial da Prevenção do Suicídio, instituído pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Durante o mês inteiro, realizam-se campanhas do "Setembro Amarelo", movimento internacional de conscientização sobre o tema.

De acordo com o sítio eletrônico oficial da campanha brasileira, são contabilizados aproximadamente 12 mil suicídios por ano em nosso país e mais de 1 milhão no planeta. Cerca de 96,8% desses casos estão relacionados a transtornos mentais, sobretudo a depressão.

No atual cenário de crise pandêmica e isolamento social, a situação pode se agravar. Recentemente, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) chamou atenção para estudos que revelam um aumento da angústia, da ansiedade e da depressão, principalmente entre os profissionais da área da saúde.[2]

Embora possam ter origem em diversos fatores de vida, essas doenças, especialmente a depressão, muitas vezes são desencadeadas por situações experimentadas no ambiente de trabalho, ou ligadas à atividade laborativa desenvolvida. No caso dos profissionais da saúde, existe uma presunção legal no sentido da natureza ocupacional dos episódios depressivos (CID: F-32).

Essa presunção decorre da aplicação do nexo técnico epidemiológico previdenciário (NTEP), instituído pela Lei nº 11.430/16. O NTEP é estabelecido com base na significância estatística da associação entre o código da Classificação Internacional de Doenças (CID) e o da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE).

Significa, em linhas gerais, que, dado o elevado número de casos notificados de uma doença entre os profissionais de determinado ramo de atividade, optou-se por criar a presunção de nexo de causalidade entre a doença e o trabalho, com a respectiva inclusão na lista C do Anexo II do Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048/1999).

Assim, presente o NTEP, a depressão será considerada doença ocupacional. A fim de evitar esse efeito, caberá ao empregador comprovar que a enfermidade não está relacionada ao trabalho.

São exemplos de atividades econômicas que acarretam a presunção de natureza ocupacional da depressão, dentre outras: transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo (municipal ou intermunicipal em região metropolitana); estacionamento de veículos; bancos múltiplos, com ou sem carteira comercial; limpeza em prédios e domicílios; administração pública em geral; justiça; segurança e ordem pública; e atividades de atendimento hospitalar.

Embora existam muitas atividades na lista mencionada, grande parte dos trabalhadores se ocupam em afazeres que ainda não tiveram o nexo técnico epidemiológico estabelecido com a doença.

Mesmo superando a questão da influência do ambiente de trabalho, e analisando os casos em que a depressão efetivamente não tenha se originado por fatores ligados ao labor, não há dúvidas acerca da sua gravidade e capacidade de gerar estigma social.

A fim de proteger o trabalhador nesse tipo de situação, o TST editou, em 2012, a súmula 443, segundo a qual “presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego”.

Críticos do enunciado sumular sustentam sua inadequação com base na suposta criação de uma “estabilidade vitalícia” para os empregados portadores de doenças graves e causadoras de estigma, por faltar regulamentação acerca do prazo em que o empregador ficaria proibido de dispensar, sob pena de ser obrigado a reintegrar ou indenizar.

Ocorre que não se pode falar na criação de hipótese de estabilidade. Com base na súmula 443, não há vedação de dispensa do trabalhador por qualquer outro motivo que não seja discriminatório. Não é sequer necessária a configuração de uma das hipóteses de justa causa. Ou seja, o empregador pode comprovar, por qualquer meio disponível, que a dispensa se fundou em motivo disciplinar, técnico ou econômico, e então ela não será inválida.

Assim, por exemplo, se durante a pandemia a empresa precisar fechar um setor inteiro e despedir todos os empregados daquela área, não há que se falar em garantia de emprego ou invalidação do ato pelo fato de um deles ser portador de doença grave e causadora de estigma.

Tratando-se não de estabilidade, mas de vedação à dispensa discriminatória, não é cabível a fixação de prazo para o fim da garantia, assegurada pela Constituição Federal quando confere a todos os trabalhadores o direito a não sofrer preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

No âmbito trabalhista, a Lei 9.029/25 proíbe a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, e a Convenção 111 da OIT, ratificada pelo Brasil, veda qualquer distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou tratamento em matéria de emprego ou profissão.

Portanto, a garantia contra dispensa discriminatória prevista na súmula 443 do TST não pode, de fato, ter prazo determinado.

Imaginemos que um empregado portador de doença grave e causadora de estigma fique curado, mas permaneçam remanescentes efeitos deletérios da enfermidade que o acometeu, sejam sequelas propriamente ditas, ou, de forma exemplificativa, um apelido maldoso que ele tenha recebido enquanto estava doente.

Se, em virtude de eventual chacota praticada no ambiente de trabalho, o empregador despedir o trabalhador, ele precisará dessa proteção, já que sua dispensa terá sido discriminatória, não importando quanto tempo tenha decorrido da cura propriamente dita.

Nesse ponto, cabe questionar: existe alguma dúvida que a depressão é uma doença grave, uma vez que pode levar à morte por suicídio? Alguém ainda necessita de comprovação que a doença é também causadora de estigma?

Caso não fosse causadora de estigma, não seria necessário dedicar um mês inteiro, todos os anos, a campanhas de conscientização, que incluem o esclarecimento para os fatos de que a pessoa deprimida não é fraca, nem preguiçosa, e de que as enfermidades psíquicas são tão reais quanto as físicas.

Apesar de ter representado verdadeiro avanço na proteção contra as dispensas discriminatórias, decisões da Justiça do Trabalho que têm aplicado a súmula 443 estão sendo questionadas no Supremo Tribunal Federal, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 648, ajuizada em janeiro deste ano pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A ministra Cármen Lúcia foi sorteada relatora da ação, que aguarda julgamento.

Por que, então, não criar uma regulamentação legal para o tema? É plenamente possível, como um próximo passo, elaborar uma lista que traga rol exemplificativo de doenças que presumidamente provocam estigma, a fim de evitar a judicialização de situações como essa.

Sob a perspectiva do empregador, a iniciativa também pode se revelar muito vantajosa. Um estudo feito pela OMS, que estimou os custos de tratamento e os resultados de saúde em 36 países de diferentes níveis de renda para o período de 2016 a 2030, chegou à conclusão que baixos níveis de reconhecimento e acesso a cuidados para a depressão e a ansiedade acarretam uma perda econômica global de um trilhão de dólares americanos por ano.

Perdem os indivíduos quando não podem trabalhar; as empresas são atingidas quando os funcionários se tornam menos produtivos e são incapazes de desempenhar suas funções; e os estados são onerados com mais gastos destinados à saúde e à previdência.[3]

Ademais, pensando em termos de prevenção, a criação de mecanismos como a lista sugerida podem constituir verdadeiro incentivo ao empregador para adotar medidas de redução dos riscos inerentes ao trabalho, não apenas em relação ao ambiente físico, mas também a sua organização. Afinal, a ergonomia da cadeira do escritório é mais importante que um clima organizacional saudável?

Em tempos em que a responsabilidade social empresarial deixou de ser opção e passou a ser uma obrigação e um fator estratégico de competitividade, é preciso, além de conscientizar, pensar em medidas e instrumentos capazes de efetivamente proteger os trabalhadores diante das crises, sejam elas públicas ou internas e extremamente pessoais.

Nesse Setembro Amarelo, é preciso convidar a todos, cada um em sua área e na medida das suas possibilidades, a agir e contribuir para transformar a realidade das pessoas acometidas por doenças psíquicas.

Fonte: JOTA, por Leila Damasceno Ferreira Santos

As 3 falhas que fazem empresários trocarem de contador.

Conheça as 3 falhas que devem ser evitadas a todo custo por uma empresa de contabilidade e como agir quando alguma delas ocorrer!

As 3 falhas que fazem empresários trocarem de contador

A Perda de clientes sempre é vista como um problema pelas empresas de contabilidade, mas isso pode ser algo bom.

A saída de um empresário da carteira é um alerta de que algo interno na empresa não vai bem. Mas isso ainda não foi percebido.

Na maioria das vezes em que um cliente recorrente pede rescisão de contrato, a culpa é da empresa contábil. Não tem a ver com preço. O cliente pode dizer que está saindo em razão do preço, mas não é a pura verdade.

Há muitas empresas contábeis que perderam essa capacidade de ouvir. E, surdas, costumam perder um cliente atrás do outro. Ocorre o efeito manada. Os negócios que têm a capacidade de escutar e entender os seus clientes, conseguem fazer os ajustes necessários para se tornarem mais fortes.

Eles desenvolvem senso de auto responsabilização. E esse senso vai lhe dar velocidade rumo à maturidade no mercado e a capacidade de pensar em soluções, progredir.

São três as falhas brutais que levam empresários a mudarem de contador:

- erros processuais,

- falta do contador se manter próximo ao cliente e

- ausência de comunicação na empresa.

Os três problemas são circunstâncias que estão sob o controle da empresa contábil. E são esses fatores que devem envolver a energia e atenção do empresário contabilista. O que foge do controle? Fatores externos, como a explosão de uma pandemia.

A crise do coronavírus prejudicou várias empresas. Muitos empresários fecharam as portas por falta de dinheiro ou pelo mercado não responder. E não houve o que fazer.

Voltando ao que é possível de controlar, existe uma máxima no empreendedorismo: “ou você ganha ou você aprende”. A palavra ‘perda’ não existe na frase. Quer dizer que se aprende com erros.

É possível potencializar a conquista e fidelização de clientes sanando as lacunas que causaram a saída do clientes.

1- Falha na comunicação
Há muitos clientes que sentem uma insatisfação no serviço da empresa contábil, não necessariamente porque houve erro no processo, e sim por não entender com clareza o que está sendo feito.

A comunicação é uma das habilidades mais antigas e utilizadas pelo ser humano. E por que não levar isso porta adentro em nossas empresas contábeis? Ela deve ser a alma do negócio contábil.

O cliente precisa ter clareza do que está sendo realizado. Sem isso, ele se sente que não tem importância. Quando ele tem esse sentimento, o normal é ele querer rescindir o contrato.

Isso pode ocorrer com empresas que possuem vários sócios, mas a comunicação é realizada com alguns e não com todos os sócios.

Porque quando alguns sócios não têm conhecimento dos serviços prestados e a importância deles para o crescimento da sua empresa. Esse desconhecimento gera o descontentamento e o sentimento de que o valor pago pelo serviço é mais alto do que o retorno que ele recebe.

Para garantir que isso não ocorra na sua empresa, é preciso criar canais de comunicação com todos os sócios. Uma possibilidade é a criação de grupos de WhatsApp contendo todos os sócios e o contador consultor.

Dessa maneira, será possível manter a comunicação com todos os sócios da empresa, gerando transparência e aumentando a percepção de valor do serviço prestado.

2- Falta de proximidade com o cliente

É comum que a rotina de trabalho reduza a proximidade com os clientes, principalmente para contadores presos à conformidade. A relação é baseada apenas em requerimento de documentos e envio de informações. Porém, o que se é esquecido é que estar em grupos de semelhantes proporciona uma sensação de pertencimento.

A pandemia do coronavirus, por exemplo, restringiu algumas possibilidades de contato que afetam a relação com o cliente. Para o empresário que já achava que o contador era distante, o distanciamento físico pode aumentar bastante.

Contadores ficaram privados de marcar visitas comerciais ou mesmo de receber o cliente em nossa empresa. Privados do aperto de mão, do olho no olho.

Esse não é o momento de ser distante ou parecer distante. O calor humano é muito importante para transmitir confiança no serviço, para firmar longa parceria. Apesar de não ser possível o encontro presencial, há recursos paliativos que podem ser utilizados.

É possível fazer reuniões por vídeo chamadas, envio de mensagens em áudio para os clientes com atualizações que podem ser valiosas para o seu nicho mercadológico. Também é possível enviar vídeos no mesmo sentido e ainda mensagens de texto.

Usar o WhatsApp, para exemplificar, ajudar a manter o contato direto com o cliente e evitar que ele sinta que só é importante para realizar o pagamento dos honorários. Um contato próximo minimiza as possibilidades de um cliente querer trocar de contador.

3- Erros processuais

Os erros de processo são mais comuns e mais explícitos que costumam protagonizar a saída de clientes. Mas eles podem ser oportunidade de olhar para um erro que não era percebido pela empresa contábil. Oportunidade para que seja corrigido de modo rápido o processo.

O erro que fez um cliente sair, na maioria das vezes, se repete com outros clientes. Acontece que, apesar de insatisfeitos, pode ser que os outros clientes não falaram ainda.

De modo inesperado pode começar a acontecer uma saída em grupo de clientes, todos insatisfeitos com o mesmo erro de processo que não fora percebido ainda.

As falhas de processo são fáceis de perceber, porque geralmente são erros que causam prejuízo ao cliente. Por esse motivo, é importante a observação de todas as etapas dos processos após uma falha. Essa análise serve para ajustar os processos e evitar que eles se repitam, assim evitando o descontentamento de vários clientes em razão do mesmo problema.

A perda de um cliente, costuma gerar sentimento de raiva, de frustração nos contadores. O que tem de ser colocado à mesa é: “O que eu posso fazer para melhorar o atendimento, onde minha empresa pode melhorar?”

No momento em que o empresário contábil decidir ter essa atitude, ele atinge um novo nível.

Aprenderá com as falhas, conseguirá evitar novas e elevará o nível do seu serviço. É com essa atitude que uma empresa consegue manter os clientes satisfeitos e conquistar novos.

A provocação é: “Minha oferta está adequada a tudo que eu entrego ao cliente? Se for apenas conformidade, é bem provável que mais cedo ou mais tarde vá perder clientes para contadores mais baratos”.

O segredo é entregar transformação.

Qual transformação pode entregar ao empresário para que ele se sinta mais realizado?

Quanto mais tiver um time engajado com a realização do cliente, mais atrai novos para seu negócio.

Escrito Por PEDRO NERY

Pedro Nery, consultor organizacional, sócio da rede de contadores consultores Marco Contabilidade Consultiva e criador do canal Contabilidade Consultiva. Professor do MBA em Consultoria e Empreendedorismo Contábil da BSSP Centro Educacional. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo, especialista em Gestão Empresarial e em Gestão de Negócios Imobiliários e Construção Civil pela Fundação Getulio Vargas. Ele acredita que os contadores podem ser os agentes de transformação das empresas, assegurando a conformidade legal e implantando boas práticas de gestão, através da Contabilidade Consultiva.

https://www.contabeis.com.br/artigos/6299/as-3-falhas-que-fazem-empresarios-trocarem-de-contador/

Receita Federal lança novo sítio integrado ao portal único “gov.br”

A Receita Federal lançou, em 30 de setembro de 2020, seu novo sítio institucional integrado ao portal único "gov.br" do Governo Federal.

A mudança decorre da necessidade de atendimento ao Decreto n.º 9.756, de 11 de abril de 2019, que instituiu o portal único, por meio do qual informações institucionais, notícias e serviços públicos prestados pelo Governo Federal devem ser disponibilizados de maneira centralizada.

O decreto definiu ainda que, até 31 de dezembro de 2020, os órgãos federais deverão migrar os conteúdos de seus portais na internet para o portal único, registrado sob o domínio "gov.br" e desativar os endereços de sítios eletrônicos existentes.

Desta forma, até o dia 31 de dezembro deste ano, o usuário poderá continuar acessando o conteúdo do seu interesse no portal atual (receita.economia.gov.br) e ao mesmo tempo se familiarizar com o novo sítio localizado no portal único “gov.br” no endereço: gov.br/receitafederal, onde os mesmos serviços estarão disponíveis.

A partir de 1º de janeiro de 2021, o site atual será descontinuado e o usuário deverá buscar o acesso aos serviços da instituição somente no endereço gov.br/receitafederal.

#Somos gov.br

O “gov.br” é um projeto baseado na relação do cidadão com o Estado, de forma simples e focada nas necessidades do usuário de serviços públicos.

Adotando uma identidade visual moderna e uniforme, o portal único “gov.br” permite ao cidadão realizar buscas e navegar em sites que apresentam os mesmos padrões de interação e navegação, promovendo dessa forma uma experiência mais intuitiva dentro da plataforma.

O objetivo desta iniciativa é facilitar o acesso do cidadão aos serviços prestados pelos órgãos e entidades do Governo Federal.

Fonte: Receita Federal do Brasil.

Quanto vale meu negócio? Aprenda a calcular o valor da empresa.

Você já passou por alguma situação em que precisou calcular o valor de uma empresa? Se sim, você certamente deve saber que a resposta para essa questão pode ser muito mais difícil do que parece. Se não, agora é o momento certo de se preparar para ter, pelo menos, uma ideia de como mensurar o valor do seu negócio.

Para isso, explicaremos neste texto algumas técnicas amplamente utilizadas pelo mercado. Os parâmetros, premissas e métricas não são sempre os mesmos, no entanto, servem como base para negociações entre empresários e investidores.

Logo, conhecer e saber calculá-los é imprescindível para chegar preparado a uma reunião de negócios. Quer saber como fazer esse cálculo? Confira o post de hoje!

Como é feito o valuation?
Antes de começarmos cabe definirmos os termos. “Valuation” é a expressão utilizada em inglês para representar a avaliação econômico-financeira de uma empresa. Idealmente, tal avaliação é feita por um economista ou especialista em finanças, com amplo entendimento de contabilidade.

Em primeiro lugar, devemos esclarecer que não existe tal coisa como o “valor exato de uma empresa”, mas sim um intervalo de confiança para o seu valor. Para empresas de capital aberto, é comum o valuation se aproximar do valor de mercado da Companhia. Esse último é obtido simplesmente multiplicando o número de ações disponíveis pelo preço à vista no mercado. Caso as ações da companhia estejam “mais baratas” que o valor encontrado no valuation, pode haver um bom sinal de investimento, visto que a empresa estaria subavaliada.

Quanto vale uma empresa?
A teoria de finanças é vastamente aplicada para calcular o valor de um negócio. Por exemplo, o cálculo do preço justo de um título de dívida do governo nada mais é do que o valor dos pagamentos futuros desse título trazidos a valor presente descontados pelos juros dessa dívida.

O valuation faz uso dessa regra de ouro e tem se mostrado bastante eficaz. Por esse motivo, para o mercado de investimentos é muito relevante descobrir quanto a empresa ainda pode render no futuro. Esse número deve explicar um pouco do histórico do negócio, mas, principalmente, suas expectativas para os próximos anos.

Um negócio vale o quanto ele ainda pode crescer e essa é uma importante lição para empresários e empreendedores de todos os ramos.

Qual a importância disso para o negócio?
Especialmente em tempos de crise, o valuation é uma ótima ferramenta para avaliar se o dinheiro investido na empresa trouxe resultados concretos para seu crescimento ou se foi apenas uma forma de mantê-la aberta e funcionando.

Ao fazer essa análise você também aprofunda seus conhecimentos sobre a produção e a dinâmica empresarial. Na grande maioria dos casos, é possível descobrir com exatidão quais são os itens que valorizam uma instituição (value drivers) para o mercado e quais são aqueles que a fazem valer menos (value destroyers).

Isso pode ser interessantíssimo do ponto administrativo, pois oferece uma visão mais clara da estratégia que deve ser seguida para que a companhia se fortaleça, se diferencie competitivamente e alavanque seu crescimento tanto na produção quanto no valor de mercado.

Caso haja a necessidade de compra ou venda da parte de um dos sócios, o valuation serve como balizador do preço a ser pago de forma justa, sem prejudicar nenhum dos envolvidos e garantindo bons negócios.

Por último, estudar a evolução do valor da empresa com o passar dos anos e das variáveis macroeconômicas ajuda o empresário a definir estratégias de crescimento mais consistentes — assim como facilita a criação de metas eficientes para os diversos cenários mercadológicos possíveis.

Qual é o método utilizado no cálculo?
Bom, agora já sabemos que o valor de uma empresa se encontra no futuro e não no seu desempenho histórico. Então, qual seria a melhor ferramenta para chegar a esse valor? Acompanhe!

Fluxo de caixa descontado
A forma mais utilizada pelo mercado é o chamado “fluxo de caixa descontado”. Essa análise permite fazer uma projeção de quanto a empresa geraria de fluxo de caixa livre nos próximos anos e trazer esses fluxos à valor presente, descontados pelos riscos inerentes a cada negócio. Mais à frente mostraremos como é feito o cálculo.

Seu principal ponto negativo é que são utilizadas variáveis bastante subjetivas para chegar ao valor final, o que pode alterar significativamente o resultado. Por isso é imprescindível que esse trabalho seja executado por um profissional experiente que conheça do negócio, do mercado e tenha uma base sólida em finanças. Premissas erradas, projeções fictícias trarão um valuation totalmente arbitrário para a empresa.

Múltiplos de mercado
Uma alternativa muito comum são os “múltiplos de mercado”. Nesse caso, o desempenho econômico de um negócio é comparado ao de empresas do mesmo setor. Os múltiplos mais usados são EV/EBITDA (Enterprise Value/EBITDA) e P/L (Preço/Lucro). Por exemplo, se queremos avaliar uma empresa do segmento de vestuário, podemos multiplicar o EV/EBITDA de uma companhia de vestuário cotada em bolsa de valores com o EBITDA da empresa que se deseja avaliar para obter o valuation.

A principal desvantagem desse método é o fato de ele não mensurar o estilo de gestão ou outros diferenciais competitivos específicos de cada companhia. No entanto, sua praticidade e facilidade é notória para comparar 2 empresas de maneira rápida.

Valor patrimonial
Por fim, chegamos ao método do valor patrimonial. Esse é o que mais se aproxima do que pessoas inexperientes em valuation imaginam quando usamos falamos em avaliação de empresas. Nesse método é mensurado o valor líquido gerado pela empresa desde sua fundação. Para isso, subtraímos o passivo do ativo, valores encontrados no Balanço Patrimonial.

O método do VP é mais usual em empresas não mais operacionais ou em caso de falência. Ele é criticado por não levar em conta a continuidade da empresa e seu potencial de crescimento.

No entanto, é normal que, durante uma negociação, investidores e empresários utilizem mais de uma forma de cálculo, complementando-as para ter mais segurança no negócio e margem de negociação.

Como calcular o valor da empresa pelo método do fluxo de caixa descontado?
O fluxo de caixa descontado é a forma mais comum de aferir o valor da sua empresa. Para fazer o cálculo, são necessários três passos essenciais:

Estimar o fluxo de caixa da empresa pelos próximos períodos. Não há um limite para essa previsão, mas o mercado costuma utilizar uma média de cinco anos nas análises. Após o período de cinco anos (chamado período explícito) é projetada uma perpetuidade;
Definir uma taxa de desconto, que corresponde ao risco inerente à empresa. Essa taxa é composta entre o custo de capital próprio e de terceiros;
Atualizar os valores em questão, trazendo-os para o presente.
Com tudo isso em mãos, chega a hora de partir para a matemática, que é a soma dos fluxos de caixa trazido a valor presente:

$$\text{Valor da empresa} = \sum_{i=1}^{n} \frac{FCE_i}{(1+WACC)^i}$$

$$V_0 = \underbrace{\frac{FCE_1}{(WACC)^1} + \frac{FCE_2}{(WACC)^2} + \ldots + \frac{FCE_{10}}{(WACC)^{10}}}_{\text{Período explícito}} + \underbrace{\frac{\left(\frac{FCE_{10} \times (1+g)}{WACC - g}\right)}{(1+WACC)^{10}}}_{\text{Perpetuidade}}$$

Sendo que:

n = Número de períodos projetados;
FCE = Fluxo de caixa do período;
i = Período do fluxo de caixa;
g = Taxa de crescimento da perpetuidade; e
WACC = Risco do negócio.
As equações podem assustar, mas é por meio delas que economistas e financistas chegam a um valor que seja o mais preciso possível para o fechamento de negócios. Por isso, caso você precise fazer o valuation da sua empresa e não tenha familiaridade com a parte matemática, conte com a ajuda de um profissional experiente.

Quando realizar essa estimativa?
Algumas companhias utilizam o valor da empresa como forma de conhecer sua saúde financeira, mas na maioria dos casos esse número é calculado para efetivar negociações. Por isso, você poderá realizar essa estimativa nas seguintes situações:

Aporte de investimentos por terceiros que justifique a cessão de parte da empresa;
Compra e venda de participações societárias;
Compra ou venda da empresa em sua totalidade;
Fusões e aquisições de negócios;
Para obter financiamento para projetos.
É comum que, nesses casos, sejam utilizadas variáveis diferentes entre empresário e investidor para determinar o risco da empresa. Por isso, ao requisitar o valuation da sua instituição, a BLB Brasil entregará uma versão otimista, realista e pessimista para abranger os diversos cenários futuros que são incertos por definição.

Lembre-se de que os investidores tentarão reduzir ao máximo possível o investimento para maximizar os retornos obtidos. Por isso, esteja pronto para receber propostas abaixo do esperado e se prepare para argumentar com um bom valuation em mãos.

Ter em mãos o valor de sua empresa ajuda você a tomar decisões mais profissionais em negociações. Além disso, esse número pode tornar você um gestor mais focado em estratégias criadoras de valor para guiar a empresa rumo ao crescimento.

Por isso, neste texto, nós ensinamos como calcular o valor do seu negócio. Agora cabe a você fazer os levantamentos necessários e decidir como utilizar essa informação a seu favor para fechar contratos, captar investimentos e trazer mais resultados para a sua empresa.

Gostou do texto? Compartilhe-o nas suas redes sociais e ajude outros empresários a descobrir como calcular o valor da empresa pode ajudar a fechar negociações com mais benefícios!

O tema deste artigo está relacionado com o tema do curso “Valuation: do método à prática”, elaborado pela BLB Escola de Negócios, nas modalidades A Distância (EAD) e In Company.

Raphael Bloch Belizario
Consultor em Fusões e Aquisições da Divisão Societária e de M&A na BLB Brasil

Conheça a tributação das operações de Hedge.

É perceptível que a profissionalização das empresas tem trazido muita sofisticação na gestão empresarial, com a utilização de várias ferramentas e mecanismos que antes eram utilizados apenas por grandes grupos econômicos.

Neste artigo vamos tratar de um mecanismo financeiro de proteção aos riscos vinculados a ativos e passivos das empresas, mais especificamente o hedge. Nossa intenção aqui não é aprofundarmos nos mecanismos de hedge, mas sim entender como se dá a tributação pelo IRPJ, CSLL, PIS e Cofins considerando a opção pelo Lucro Real; dúvida muito frequente por parte do contribuinte e que buscaremos simplificar a seguir.

De forma bastante resumida, temos que a operação de hedge tem como objetivo a proteção aos bens, direitos, obrigações inerentes às oscilações de preço ou de taxas ao longo do tempo. Para maiores detalhes em relação aos mecanismos de hedge recomendamos a leitura deste artigo.

Tributação de hedge pelo IRPJ e CSLL

Posto isso, passamos a discorrer sobre a forma como a legislação tributária regulamentou a matéria em relação à incidência do IRPJ e da CSLL, tendo em vista que o mais importante é entender a dedutibilidade das perdas decorrente dessa operação, uma vez que os ganhos serão sempre tributados.

Em primeiro lugar vamos analisar o critério temporal, qual seja, o momento em que o resultado (ganhos e perdas) deve impactar a apuração do IRPJ e da CSLL no Lucro Real. Neste caso, temos que os resultados positivos ou negativos serão reconhecidos – para efeito tributário – apenas quando de sua realização, conforme determina o artigo 32 da Lei 11.051/04.

Ou seja, os resultados decorrentes das operações de hedge, as quais se incluem no rol de operações relacionadas no eludido artigo 32, deverão ser oferecidos à tributação apenas quando da liquidação do contrato.

Contudo, conforme já sabemos, do ponto de vista contábil os contratos de hedge estão sujeitos ao ajuste a valor justo, portanto, sua variação é reconhecida contabilmente durante toda a vigência do contrato.

Assim, tendo em vista que os resultados devem ser tributados apenas quando da realização do contrato, esses serão adicionados (no caso de perda) ou excluídos (no caso de ganho) na apuração do Lucro Real e apenas impactarão o Lucro Real quando da liquidação do contrato.

Superado quanto ao critério temporal de oferecimento à tributação das variações decorrentes das operações de hedge, importante entender agora os critérios a serem observados para a dedutibilidade das perdas com essa operação. Nesse caso, precisamos buscar o art. 107 da IN 1.700/17 que regulamenta a matéria. Vejamos:

Art. 107. Consideram-se operações realizadas para fins de hedge as operações com derivativos destinadas, exclusivamente, à proteção contra riscos inerentes às oscilações de preço ou de taxas, quando o objeto do contrato negociado:

I – estiver relacionado com as atividades operacionais da pessoa jurídica; e

II – destinar-se à proteção de direitos ou obrigações da pessoa jurídica.

§1º O disposto no caput aplica-se também às operações de hedge realizadas nos mercados financeiro ou de liquidação futura de taxas de juros, de preços de título ou valor mobiliário, de mercadoria, de taxa de câmbio e de índices, desde que objetivem a proteção de negócios relacionados com a atividade operacional da empresa e se destinem à proteção de direitos ou obrigações da pessoa jurídica.

Percebam que a legislação procurou, em primeiro lugar, conceituar de forma exaustiva a operação de hedge, conceito esse que deve ser observado na íntegra quando da análise quanto à dedutibilidade das perdas.

Reparem que fica claro que a operação de hedge deve, (i) obrigatoriamente destinar-se à proteção contra riscos inerentes às oscilações de preço ou de taxa e ainda que essa proteção (ii) esteja relacionada às atividades operacionais da pessoa jurídica e (ii) destinar à proteção de direitos e obrigações da pessoa jurídica (ex.: proteção de empréstimos em dólar, valores a receber decorrentes de exportação, valores a pagar decorrentes de importação etc.).

Pensando do ponto de vista lógico da norma, o que se busca aqui é não permitir a dedutibilidade de perdas decorrente de operações especulativas no mercado financeiro, mas tão somente aquelas operações contratadas com o objetivo de proteger os direitos e obrigações decorrentes das atividades operacionais da empresa.

Na sequência, tendo em vista que tais condições são extremamente subjetivas, procurou o regulamento estabelecer alguns critérios para nortear o cumprimento das condições estabelecidas no artigo anterior. Para tanto, precisamos analisar o art. 108 da mesma IN 1.700/17, conforme segue:

Art. 108. Sem prejuízo do disposto no art. 107, as operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas a hedge devem atender, cumulativamente, às seguintes condições:

I – ter comprovada a necessidade do hedge por meio de controles que mostrem os valores de exposição ao risco relativo aos bens, direitos, obrigações e outros itens objeto de hedge, destacados o processo de gerenciamento de risco e a metodologia utilizada na apuração desses valores; e

II – ter demonstrada a adequação do hedge por meio de controles que comprovem a existência de correlação, na data da contratação da operação, entre as variações de preço do instrumento de hedge e os retornos esperados pelos bens, direitos, obrigações e outros itens objeto de hedge.

Veja que a legislação determina várias exigências e controles que visam demonstrar a conhecida efetividade do hedge, tendo que essa é uma condição para a dedutibilidade de eventuais perdas.

Para tanto, a IN determina a necessidade de comprovação cumulativa da (i) necessidade de hedge, bastando para tal a existência de direitos e obrigações decorrente da atividade operacional da companhia que esteja sujeita a riscos financeiros decorrentes da variação de preço ou de taxa, (ii) comprovação da política da companhia utilizada no gerenciamento de risco, demonstrando de forma objetiva a metodologia utilizada, (iii) demonstração da correlação temporal entre os resultados obtidos na operação de hedge (ganho ou perda) e as variações ocorridas no valor dos bens, direitos e obrigações – objetos de hedge – devendo essas serem balanceadas.

Superada a questão das condições a serem observadas em relação à comprovação do hedge, passamos a discorrer, por fim, sobre a dedutibilidade de eventuais perdas com hedge.

Neste ponto temos que, caso a companhia atenda a essas condições, não haverá nenhum impedimento quanto à dedutibilidade de perda decorrente dessas operações, bastando respeitar o critério temporal que, conforme já dito anteriormente, deve ocorrer apenas quando da liquidação do contrato.

Por outro lado, caso a empresa não tenha condições de comprovar tais condições, a dedutibilidade das perdas com o hedge (especulativo) ficará limitada aos ganhos auferidos no mesmo período com renda variável, inclusive swap. Em outras palavras, caso a companhia possua investimento em outras operações com renda variável, inclusive outros hedge ou swap, a perda decorrente do hedge (especulativo) dedutível no Lucro Real será limitada aos ganhos auferidos nessas outras operações e o excedente não poderá ser aproveitado como despesa, devendo, portanto, ser adicionado na apuração do Lucro Real.

Tributação de hedge pelo PIS/Cofins

Em relação ao PIS/Cofins a lógica é a mesma, tanto em relação ao critério temporal quanto à diferenciação de tratamento de hedge efetivo e hedge especulativo, conceitos já explorados acima.

Assim, tratando de receita financeira decorrente de ganhos com operação de hedge efetivo, essa é beneficiada pela tributação à alíquota zero conforme determina o art. §4º do artigo 1º do Decreto 8.426/15.

Por outro lado, caso a empresa não consiga comprovar a efetividade do hedge, as receitas financeiras decorrentes dessa operação serão tributadas à alíquota de 0,65% para o PIS e de 4% para a Cofins.

Por fim, em relação ao critério temporal, conforme dito anteriormente, essas receitas devem compor a base de cálculo do PIS/Cofins apenas quando de sua liquidação.

Conforme puderam perceber, existem vários critérios legais que devem ser observados em relação à tributação das operações com hedge, e espero ter elucidado esses detalhes neste artigo.

Esses são apenas exemplos de pontos que são analisados, com alto nível de detalhe, pela equipe de especialistas da BLB Brasil em nosso serviço de Revisão Tributária Preventiva. Será que sua empresa está observando todas essas condições?

Daniel de Faria
Sócio-diretor de Tributos do Grupo BLB Brasil

5.02 COMUNICADOS

CONSULTORIA JURIDICA

Consultoria Contábil, Trabalhista e Tributária

O Sindicato dos Contabilistas de São Paulo conta com profissionais especializados em diversas áreas jurídicas, com o intuito de oferecer consultoria e suporte à realização das atividades dos profissionais da Contabilidade, que vão desde direitos trabalhistas até a elaboração de estatutos sociais para entidades do terceiro setor.
A consultoria jurídica é realizada de 2ª a 6ª feira, na sede social do Sindcont-SP, sendo considerada um dos mais importantes e significativos benefícios que a Entidade disponibiliza aos seus associados.
O trabalho realizado pelos advogados especializados em diversas áreas jurídicas consiste em orientar os profissionais da Contabilidade quanto às soluções para os problemas que envolvam assuntos pertinentes à legislação, como:

- **Consultoria Jurídica Tributária Federal, Estadual e Municipal:** IRPF, IRPJ, PIS, Cofins, CSLL, Simples, ISS, ICMS, e outros
- **Consultoria Trabalhista e Previdenciária:** benefícios, fiscalização, parcelamento, fundo de garantia, direitos trabalhistas, entre outros
- **Consultoria do Terceiro Setor:** assessoria sobre entidades sem fins lucrativos e beneficentes, análise de estatuto social, atas e outros
- **Consultoria Societária e Contratual:** orientações técnicas, análises e vistos de contratos em geral
- **Consultoria Contábil**: orientações e esclarecimentos sobre normas e procedimentos contábeis

Confira os horários de atendimento dos profissionais, de acordo com a área de jurídica desejada:

Tributarista		
Telefone: (11) 3224-5134 - E-mail: juridico@sindcontsp.org.br		
Dr. Henri Romani Paganini - OAB nº SP 166.661	3ª e 6ª feira	das 9h às 13h
	2ª e 5ª feira	das 14h às 18h
	4ª feira	das 15h às 19h
Trabalhista		

Telefone: (11) 3224-5133 - E-mail: juridico3@sindcontsp.org.br		
Dr. Benedito de Jesus Cavalheiro - OAB nº SP 134.366	3ª e 5ª feira	das 9h às 13h
	2ª e 6ª feira	das 14h às 18h
	4ª feira	das 15h às 19h
Terceiro setor		
Telefone: (11) 3224-5141 - E-mail: juridico4@sindcontsp.org.b		
Dr. Alberto Batista da Silva Júnior - OAB Nº SP 255.606	2ª, 5ª e 6ª feira	das 9h às 13h
	3ª feiras	das 14h às 18h
	4ª feiras	das 15h às 19h

5.03 ASSUNTOS SOCIAIS

FUTEBOL

Horário: sábados as 11:00hs às 12:30hs.
Sport Gaúcho – Unidade I Limão – quadra 5.
link: http://sportgaucho.com.br/unidade-i-limao/
Endereço: Rua Coronel Mario de Azevedo, 151 – Limão – São Paulo, SP CEP: 02710-020 ou Rua Professor Celestino Bourroul, 753 – Limão – São Paulo, SP CEP: 02710-001, atrás da Igreja Católica do Limão.

6.00 ASSUNTOS DE APOIO

6.01 CURSOS CEPAEC A DISTÂNCIA – SINDCONTSP

Cursos a Distância - 100% online

DESCRIÇÃO	SÓCIOS	NÃO SÓCIOS	C/H	Observação
Análise das Demonstrações Contábeis	**R$ 60,00**	**R$ 120,00**	**6**	
Business English	**R$ 490,00**	**R$ 980,00**	**10**	**Pontua na Educação Continuada**
Comunicação Empresarial	**R$ 60,00**	**R$ 120,00**	**18**	
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	**R$ 80,00**	**R$ 160,00**	**10**	
Contabilidade Gerencial	**R$ 60,00**	**R$ 120,00**	**6**	
Especialização em Contabilidade	**R$ 590,00**	**R$ 1.180,00**	**60**	**Pontua na Educação Continuada**
eSocial: Do Conceito à Implantação	**R$ 80,00**	**R$ 160,00**	**6**	
Excel – Produtividade	**R$ 478,00**	**R$ 599,00**	**20**	
Contabilidade Geral	**R$ 80,00**	**R$ 160,00**	**8**	
Especialização em Contabilidade para PME	**R$ 745,00**	**R$ 1.490,00**	**60**	**Pontua na Educação Continuada**
Excel – Formação Inicial	**R$ 398,00**	**R$ 497,00**	**20**	
Formação de Consultor e Especialista em Contabilidade, Finanças e US Gaap	**R$ 1.200,00**	**R$ 2.400,00**	**180**	**Pontua na Educação Continuada**
Contabilidade no Terceiro Setor	**R$ 60,00**	**R$ 120,00**	**6**	

Gestão de Relacionamento com o Cliente	**R$ 60,00**	**R$ 120,00**	**8**	
Inbound Marketing para Empresas Contábeis	**R$ 120,00**	**R$ 240,00**	**16**	
Gestão Financeira Passo a Passo: Como Organizar e Entender as Finanças da Sua Empresa	**R$ 60,00**	**R$ 120,00**	**6**	
Leasing e Reconhecimento de receitas	**R$ 520,00**	**R$ 1.040,00**	**10**	**Pontua na Educação Continuada**
Marketing Digital e Novas Mídias	**R$ 60,00**	**R$ 120,00**	**6**	
Normas Selecionadas – EXP 2 (E-learning)	**R$ 590,00**	**R$ 1.180,00**	**40**	**Pontua na Educação Continuada**
PIS e COFINS	**R$ 80,00**	**R$ 160,00**	**10**	
Planejamento Financeiro	**R$ 60,00**	**R$ 120,00**	**30**	
Provisões para Peritos, Auditores e Contadores	**R$ 520,00**	**R$ 1.040,00**	**10**	**Pontua na Educação Continuada**
Marketing Digital	**R$ 60,00**	**R$ 120,00**	**30**	
Contabilidade	**R$ 60,00**	**R$ 120,00**	**6**	
Normas Selecionadas	**R$ 590,00**	**R$ 1.180,00**	**40**	**Pontua na Educação Continuada**
Especialização em Instrumentos Financeiros	**R$ 745,00**	**R$ 1.490,00**	**20**	**Pontua na Educação Continuada**
Contabilidade para Iniciantes	**R$ 90,00**	**R$ 180,00**	**20**	
Mercado de Capitais	**R$ 60,00**	**R$ 120,00**	**30**	
Curso Prático de Departamento Pessoal	**R$ 134,00**	**R$ 268,00**	**20**	
EFD - REINF	**R$ 230,00**	**R$ 460,00**	**8**	
Fundamentos em Finanças	**R$ 60,00**	**R$ 120,00**	**4**	
Empreendedorismo	**R$ 60,00**	**R$ 120,00**	**8**	
Inglês com cotidiano das empresas	**R$ 60,00**	**R$ 120,00**	**6**	
Espanhol nas empresas	**R$ 60,00**	**R$ 120,00**	**6**	
Contabilidade Socientária	**R$ 60,00**	**R$ 120,00**	**4**	
Normas Selecionas EXP 2 (E-learning)	**R$ 590,00**	**R$ 1.180,00**		**Pontua na Educação Continuada**
Gestão de Custos e Formação de Preços	**R$ 60,00**	**R$ 120,00**	**8**	
Contabilidade de custos	**R$ 58,74**	**R$ 89,00**	**4**	

6.02 CURSOS CEPAEC PRESENCIAIS – SINDCONTSP
(Suspensos temporariamente devido ao COVID-19)

6.03 PALESTRAS PRESENCIAIS – SINDCONTSP
(Suspensas temporariamente devido ao COVID-19)

6.04 GRUPOS DE ESTUDOS PRESENCIAIS – SINDCONTSP
Grupo de Estudos do Terceiro Setor e Contabilidade Pública
Às Segundas Feiras: com encontro quinzenal

(Suspenso temporariamente devido ao COVID-19)

Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações
Às Terças Feiras:
(Suspenso temporariamente devido ao COVID-19)

CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis
Às Quartas Feiras:
(Suspenso temporariamente devido ao COVID-19)

Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil
Às Quintas Feiras:
(Suspenso temporariamente devido ao COVID-19)

6.05 CURSOS ON-LINE

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS – ON-LINE (AO VIVO)

OUTUBRO/2020

DATA		DESCRIÇÃO	HORÁRIO	SÓCIO	NÃO SÓCIO	C/H	PROFESSOR
08	Quinta	Analista e Assistente Fiscal	Das 14h00 às 18h00	R$ 100,00	R$ 200,00	4	Wagner Camilo
09	Sexta	Oficina de Encerramento de Atos Societários	Das 09h00 às 13h00	R$ 100,00	R$ 200,00	4	Francisco Motta da Silva
16	Sexta	Lei Geral da Proteção de Dados e os Impactos para Contabilistas e Escritórios Contábeis	Das 09h00 às 13h00	R$ 100,00	R$ 200,00	4	Henri Romani Paganini
22	Quinta	Como Regularizar Coisas Erradas das Empresas	Das 09h00 às 13h00	R$ 100,00	R$ 200,00	4	Carlos Alberto Cordeiro da Silva
23	Sexta	Holding Familiar: Vantagens Tributárias, Planejamento Sucessório e Proteção Patrimoial	Das 14h00 às 18h00	R$ 100,00	R$ 200,00	4	Diego da Silva Viscardi

6.06 ENCONTROS VIRTUAIS

Grupo de Estudos do Terceiro Setor e Contabilidade Pública
Às Segundas Feiras: com encontro quinzenal (pelo canal Youtube)

Grupo de Estudos de Tributos e Obrigações (pelo canal Youtube)
Às Terças Feiras:

CEDFC - Centro de Estudos e Debates Fisco Contábeis (pelo canal Youtube)
Às Quartas Feiras:

Grupo de Estudos IFRS e Gestão Contábil (pelo canal Youtube)
Às Quintas Feiras:

6.07 FACEBOOK

Visite a página do Centro de Estudos e Debates Fisco-Contábeis Virtual no Facebook.